



Cronos

REVISTA DO
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFRN

ISSN 1518-0689

NATAL/RN

VOLUME 11

NÚMERO

JUN/JUL

2010

Poder Local
e Desenvolvimento





CRONOS

NATAL/RN

VOLUME 11

NÚMERO

JUN/JUL

2010

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Ivonildo do Rêgo

Vice-Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Márcio Moraes Valença

Vice-Diretora: Maria da Conceição Fraga

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

Vice-coordenador: Alexsandro Galeno Araújo Dantas

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores: Alexsandro Galeno Araújo Dantas

Homero de Oliveira Costa

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Araújo Dantas

Homero de Oliveira Costa

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

José Antônio Spinelli Lindoso

José Wellington Germano

Lore Fortes

Norma Missae Takeuti

Vânia de Vasconcelos Gico

João Emanuel Evangelista – UFRN

João Emanuel Teixeira – UNB

John Lemons – New England - USA

Maria da Conceição Almeida – UFRN

Mauro Koury – UFPB

Michel Zaldan Filho - UFPE

Robert Austin – La Trobe University – Austrália

Teresa Sales – UNICAMP

Vincent de Gaulejac – Université Paris 7 – França

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970

E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

NATAL (RN) – BRASIL/2010

Organização do Dossiê: João Bosco Araújo da Costa
Diretor da EDUFRN: Herculano Ricardo Campos
Editor de imagens: Alexsandro Galeno Araújo Dantes
Gravuras e Desenhos da Capa e do Miolo: Surrealismo (1998), de Fiona Bradley
Normalização: Liana Maria Nobre Teixeira
Editoração Eletrônica: Vitor Gomes Pimentel
Auxiliar de Editoria: Fábio de Melo Morais

A **Revista CRONOS, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN**, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas, relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir para o processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem, tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista realizada com um pensador social da atualidade.

Catálogo na fonte
Maria Lúcia Lagreca de S. Cabral

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRN, v.1, n.. 1
(jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2000 - .

Semestral

Descrição baseada em: v. 11, n. 1 (jan./jun. 2010).

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Poder Local – Periódico. 3. Desenvolvimento – Periódico.

CDU 301 (05)
CDD 300.05



CRONOS

Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN

A Publication of the Post-graduation Program in
Natal-RN volume 11 número 1 janeiro/junho 2010

ISSN 1518-0689

Sumário

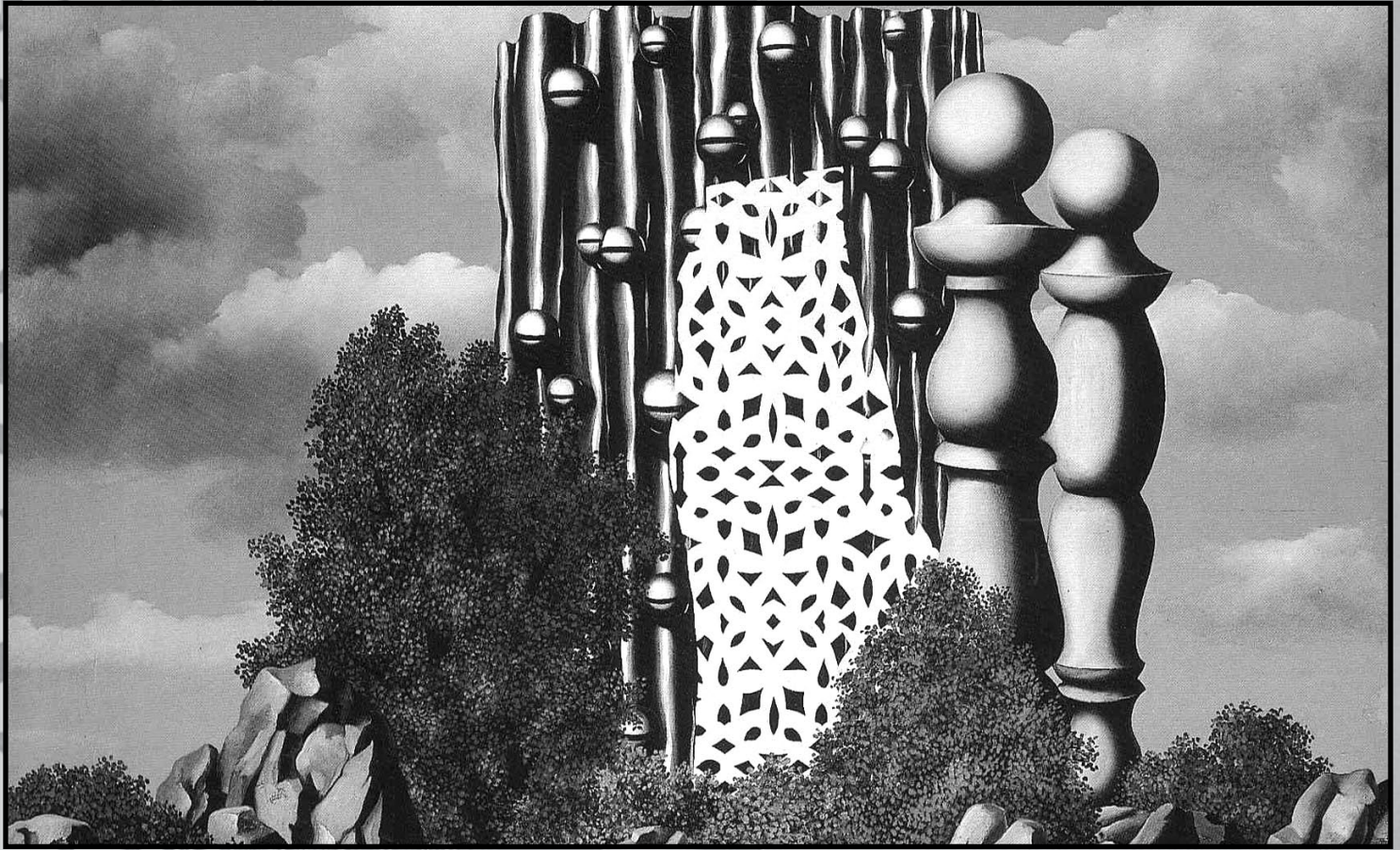
Summary

EDITORIAL	12	EDITORIAL	
DOSSIÊ PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO		DOSSIER LOCAL AUTHORITIES AND DEVELOPMENT	
João Bosco Araújo da Costa (UFRN) Governança democrática e poder local no Rio Grande do Norte nos anos 80: a experiência de Janduis	18	João Bosco Araújo da Costa (UFRN) Democratic governance and local authorities in Rio Grande do Norte in the 1980s: the Janduis experience	
Maria João Santos (Universidade Técnica de Lisboa), Carla Montefusco de Oliveira (UFRN) Clusters locais de responsabilidade social das organizações: possibilidades e limites em debate	47	Maria João Santos (Universidade Técnica de Lisboa), Carla Montefusco de Oliveira (UFRN) Local Clusters of social responsibility of organizations: possibilities and limits on debate	
Maria Ivonete Soares Carvalho (UFRN), Carla Montefusco de Oliveira (UFRN) Novos Arranjos Institucionais: gestão local e conselhos municipais de Assistência Social	63	Maria Ivonete Soares Carvalho (UFRN), Carla Montefusco de Oliveira (UFRN) New Institutional Arrangements: management and local councils of social welfare	
Daline Maria de Souza (UFRN), Natália Miranda Vieira (UFRN) Gestão de sítios históricos: o processo de implementação da política de recuperação do Pelourinho (Salvador-BA)	79	Daline Maria de Souza (UFRN), Natália Miranda Vieira (UFRN) Management of historic sites: the process of implementing the recovery policy of Pelourinho (Salvador-BA)	
José Manuel Rodríguez Victoriano (Universidad de Valencia)	103	José Manuel Rodríguez Victoriano (Universidad de Valencia)	

La apertura cualitativa en la investigación de los conflictos ecológico-sociales		The qualitative opening in the research of eco-social conflicts	
Roberto Marinho Alves da Silva (UFRN, SENAES/ MTE)	129	Roberto Marinho Alves da Silva (UFRN, SENAES/MTE)	
Desafios da sustentabilidade política do desenvolvimento: padrões de relação estado e sociedade no Brasil		Challenges of policy sustainability development: standards for State and society in Brazil	
Lincoln Moraes de Souza (UFRN)		Lincoln Moraes de Souza (UFRN)	
Comentando as classificações de políticas públicas	161	Commenting on public policy ratings	
Mercedes Martínez Iglesias (Universidad de Valencia)	198	Mercedes Martínez Iglesias (Universidad de Valencia)	
Ciencia, activistas y conflictos socioecológicos		Science, activists and socioecologicals conflicts	
ARTIGOS		ARTICLES	
Janete Lima de Castro (UFRN), José Willington Germano (UFRN)	219	Janete Lima de Castro (UFRN), José Willington Germano (UFRN)	
A Difusão da Medicina Social no Brasil: o Protagonismo de Juan César Garcia e da OPAS		The diffusion of Social Medicine in Brazil: the Role of Juan Cesar Garcia and PAHO	
María Noel Lapoujade (UNAM, México)		María Noel Lapoujade (UNAM, México)	
De las cárceles de los imaginarios contemporáneos a una estética de la libertad	234	From ther prison of the contemporary imagination to an aesthetic of freedom	
Rubens Pinto Lyra (UFPB)		Rubens Pinto Lyra (UFPB)	
Maquiavel Republicano: Precursor da Democracia Moderna	256	Republican Machiavel: precursor of modern democracy	
Homero de Oliveira Costa (UFRN)		Homero de Oliveira Costa (UFRN)	
Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos	274	The crisis of political parties and representative Governments transformations	
ENTREVISTA		INTERVIEW	
Apresentação Nicolas Truong	298	Presentation Nicolas Truong	
Traduzido por Kenia Beatriz Ferreira Maia		Translated by Kenia Beatriz Ferreira Maia	

Entrevista Edgar Morin e Nicolas Hulot	299	Interview Edgar Morin and Nicolas Hulot
Entrevistada por Carla Montefusco de Oliveira (UFRN)	311	Interviewed by Carla Montefusco de Oliveira (UFRN))
Entrevista com a Professora Maria João dos Santos		Interview with teacher Maria João dos Santos
POEMAS	315	POEMS
Carmen Sylvia Alves de Vasconcelos		Carmen Sylvia Alves de Vasconcelos
Um bonde chamado Destempo		A streetcar named <i>Destempo</i>
Lendo Einstein à luz de Eliot		Reading Einstein according to Eliot
O tempo reencontrado		The time rediscovered
RESENHAS		REVIEWS
Ailton Siqueira de Sousa Fonseca (UERN)	323	Ailton Siqueira de Sousa Fonseca (UERN)
Diálogo sobre o homem, a ciência e a sociedade		Dialogue on man, science and society
Lincoln Moraes de Souza (UFRN)	325	Lincoln Moraes de Souza (UFRN)
Sobre o suicídio		On suicide
Raimundo França (UNEMAT)	331	Raimundo França (UNEMAT)
Semeadores de Cidades		Sowers of Cities
Vergas Vitória Andrade da Silva (UFRN)	334	Vergas Vitória Andrade da Silva (UFRN)
Cultura, emoção e corporeidade		Culture, emotion and embodiment
DOSSIÊ DOS AUTORES	343	DOSSIER OF AUTHORS
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	353	STANDARDS FOR PUBLISHING ARTICLES
SUMÁRIOS ANTERIORES	357	PREVIOUS SUMMARIES





Editorial

A partir dos anos oitenta, o poder local no Brasil passou por um significativo processo de ressignificação. A recorrente imagem do poder local como espaço privilegiado da indiferenciação entre o público e privado, da inexistência de uma cultura pública republicana e democrática, das práticas coronelísticas e fisiológicas, conheceu um sensível deslocamento de sentido. Com a emergência de gestões democráticas e participativas a partir do final dos anos setenta (Lages/SC, Piracicaba/SP, entre outras) e a ampliação destas gestões nos anos oitenta e noventa, a imagem do poder local no Brasil desloca-se. O poder local passa a ser visto como espaço de possibilidade de novas relações entre Estado e sociedade, de experiências democráticas, da participação cidadã e protagonista do desenvolvimento sustentável localmente ancorado.

A constituição de 1988 atribuiu novas responsabilidades político administrativas aos municípios brasileiros. Este novo estatuto dos municípios brasileiros instituiu novo papel para a esfera de governo local e consolidou nos marcos institucionais o que estamos denominando de processo de ressignificação do poder local no Brasil contemporâneo. Ao fixar as exigências de instalação de conselhos com a participação da sociedade local para a implementação das políticas públicas pelos municípios como condição para o acesso aos recursos da União, a constituição de 1988 desenhou um modelo democrático para a relação entre o poder público e a sociedade.

É claro que esse desenho institucional, por si, não garantiu automaticamente a democratização do estado brasileiro. Diversos estudos demonstram as dificuldades e os limites das possibilidades de efetiva democratização da vida política em âmbito local. A imensa diferenciação da realidade econômica, social e política existente entre os municípios brasileiros é um dos fatores que determina a dinâmica política local e coloca-se como barreira para que o processo de democratização da vida política local torne-se realidade efetiva. Essas dificuldades não impedem a nova percepção das potencialidades do poder local no Brasil contemporâneo, o que denominamos de ressignificação do local no imaginário político nacional.

Isto por que, o processo de ressignificação do poder local no Brasil é expressão resultante de uma dupla dinâmica: a mundialização dos fluxos produtivos, financeiros, tecnológicos e informacionais

com seus múltiplos impactos nos cenários da reprodução social, implicando em redefinições no papel dos Estados nacionais, das regiões e do poder local e a progressiva democratização das gestões públicas locais iniciadas na segunda metade dos anos setenta.

A crise do Estado-nação tem como um dos seus eixos a mundialização dos fluxos econômicos, tecnológicos, informacionais e de padrões culturais de consumo das sociedades de capitalismo avançado. Mas também tem ressonância a crise do paradigma tradicional de desenvolvimento, que, de maneira geral, o concebia como sinônimo de crescimento econômico e industrialização. A redescoberta do poder local é contemporânea de uma noção de desenvolvimento ainda em construção que procura articular crescimento produtivo com equidade social, sustentabilidade, preservação ambiental, democratização na formulação e implementação das políticas públicas e respeito às identidades regionais e locais.

Como aponta Manuel Castells a crise do estado nação, cujo nascimento situa-se na idade moderna, encontra-se na tendência contemporânea deste perder poder, devido sua incapacidade de atuar soberanamente diante do poder das redes globais e do desafio imposto pela emergência das identidades singulares. Perda de poder, mas não de influência. Essa distinção é fundamental para evitar a armadilha de avaliações simplificadoras que polarizam o debate teórico-político neste início de século. Ou seja, nem o estado-nação perdeu todo seu poder instrumental, nem os estados continuam com a soberania que conheceram no século XX.

É nesse contexto que a ressignificação do poder local pós-oitenta no Brasil acompanha um movimento mundial de descoberta e afirmação dos espaços locais, no aparente paradoxo de ser concomitante com a nova fase de mundialização dos mercados. Conferindo às cidades um papel de protagonistas na vida política, econômica, social e cultural este movimento coloca o poder público em âmbito local como potencializador do desenvolvimento. No Brasil esse processo de conferir ao poder local, especialmente os médios e pequenos municípios, um papel de espaço relevante para inovações da vida social e política foi contemporâneo e parte do processo de transição democrática.

A grande novidade dos anos 80, em termos de federação, foi o estabelecimento de uma ligação entre a luta democrática e o fortalecimento dos entes federados, em especial os municípios,

da “funcionalidade” da cultura política tradicional pressupõe que as novas práticas propostas e os novos significados nelas imbuídas promovam mudanças materiais e simbólicas na vida concreta dos indivíduos.

Pressupõe, portanto, tanto a ressignificação da “boa ordem social desejada”, como novas satisfações materiais e simbólicas vivenciadas subjetivamente pelos indivíduos. Ou seja, pressupõe que os indivíduos vivenciem a percepção de que ocorreu mudanças qualitativas em suas vidas. Exemplos bem sucedidos de localidades que tem conseguido promover em algumas áreas mudanças sociais e políticas demonstram que o papel do poder público local tem sido fundamental para que estes processos se instalem e tenham continuidade. Para que o poder público local cumpra sua função de ator e protagonista do desenvolvimento é necessário que os agentes organizacionais da gestão pública promovam mudanças institucionais, na cultura política e nas práticas administrativas.

As mudanças institucionais e políticas necessárias para a instituição de uma sinergia que mobilize os segmentos da sociedade local para definir horizontes, vocações e ações que objetivem mudanças na qualidade de vida e proporcionem a aprendizagem social dos indivíduos, diz respeito à criação de canais de participação, negociação e gestão de políticas públicas, a construção de novas institucionalidades e a mobilização das redes de relações sociais existentes.

Os mecanismos, instituições e redes de relações sociais ao serem instituídos e mobilizados pelo poder público aumentam e traduzem as condições para a governabilidade e a governança democrática. Mas também são fontes potenciais de conflitos com os padrões de relacionamentos políticos enraizados. Esse “meio ambiente” impulsionador do desenvolvimento local tem sido traduzido pela noção de capital social.

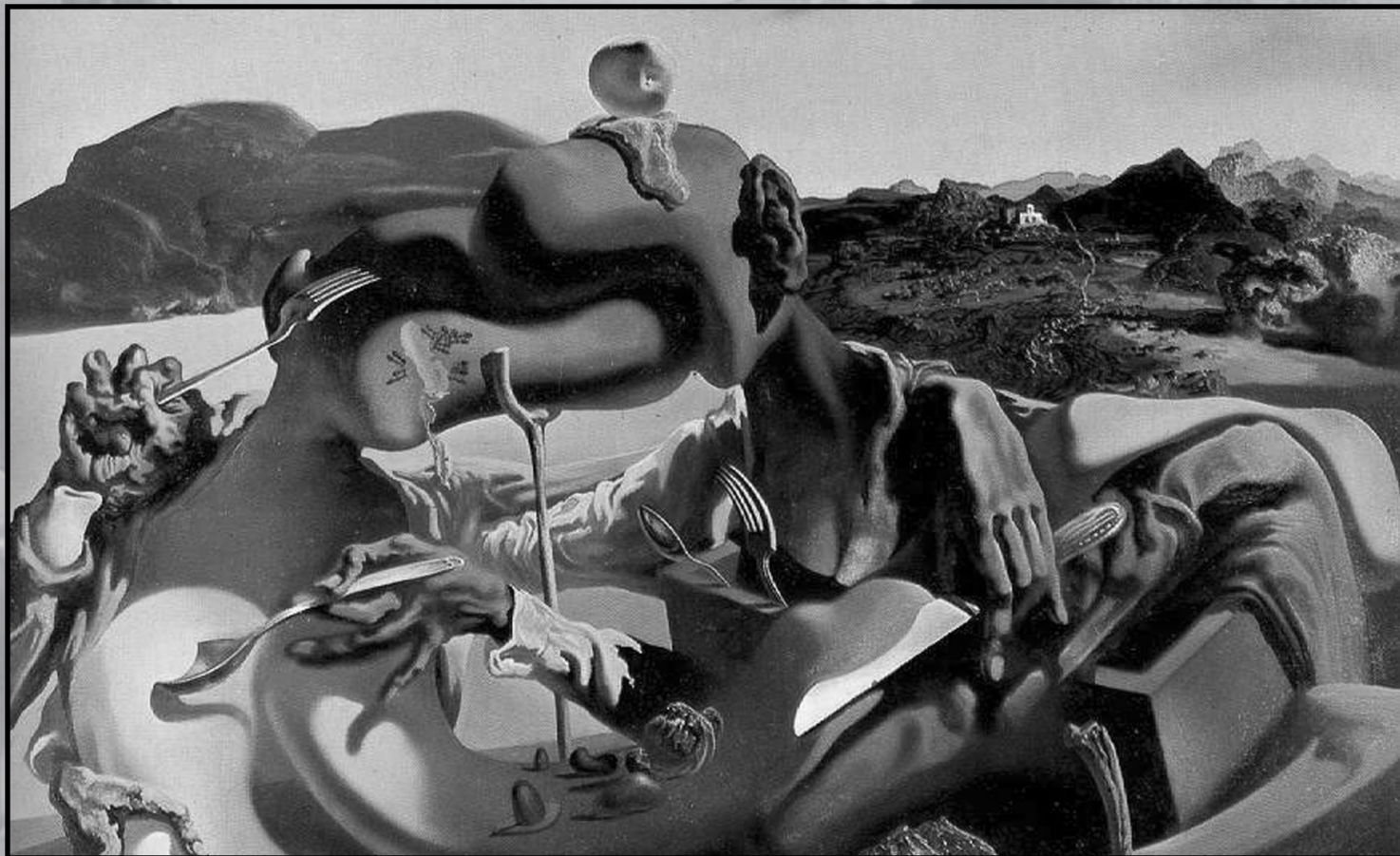
Quando o poder público estabelece um padrão democrático e participativo com os agentes e atores sociais e políticos locais, quando as redes de relações sociais, cooperação e solidariedade pré-existentes são mobilizadas e outras redes instituídas pelo próprio processo de participação se constituem, os conflitos de interesses não se tornam uma equação de soma zero, fazendo com que aumente a confiança e a pré-disposição para processar os conflitos através da negociação. Temos, portanto, a possibilidade de constituição de certos graus de confiança nos mecanismos institucionalizados, do reconhecimento da legitimidade entre os agentes e atores sociais e o poder público.

O novo papel atribuído ao poder público local, vincula-se a outros temas que são objetos da agenda pública e acadêmica contemporânea. Tais temas dizem respeito ao significado da noção de desenvolvimento, do lugar do Estado, do mercado e da sociedade no processo de promoção da inserção dos indivíduos no usufruto de bens e serviços considerados relevantes nas sociedades contemporâneas.

O conjunto de artigos que compõe o dossiê Poder local e Desenvolvimento deste número da revista Cronos, incidem tanto na avaliação de experiências de gestões inovadoras em âmbito local, como principalmente refletem teoricamente sobre os desafios e dilemas postos em relação a governança democrática, o desenvolvimento localmente ancorado e a construção de uma cultura política republicana e democrática em âmbito local.

João Bosco Araújo da Costa – UFRN





Dossiê Poder Local e Desenvolvimento

Governança democrática e poder local no Rio Grande do Norte nos anos 80: a experiência de Janduís

João Bosco Araújo da Costa – UFRN

RESUMO

A partir dos anos oitenta, o poder local no Brasil passou por um significativo processo de resignificação. No cenário político do Rio Grande do Norte destacou-se a experiência da gestão participativa de Janduís no período de 1988 a 1992, a qual teve como marca expressiva de suas intencionalidades, a democratização do poder local, a abertura de canais de participação para os cidadãos, e a formulação e implementação de políticas públicas dirigidas para a inclusão social. Neste texto discutimos os resultados da pesquisa que avaliou a segunda gestão participativa de Janduís, analisando a efetividade da construção de canais de participação da população na formulação e execução das propostas administrativas, do padrão democrático de relação entre o poder público e os atores sociais e políticos locais, das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, cultura e geração de emprego e renda executados durante o período 1988-1992.

Palavras-chave: Governança democrática, Poder Local, Participação cidadã, cultura política.

ABSTRACT

From the eighties years, the local government in Brazil has undergone a significant process of resignification. In the political landscape of Rio Grande do Norte State emphasized the experience of

participatory management in Janduís city during the period 1988-1992, which had as expressive mark of its intentionality, the democratization of the local government, the creation of participation's moods for the citizens, and, the formulation and implementation of public policies which aimed at social inclusion. In this paper, we discuss the results of research which evaluated the second participatory management from Janduís city, analyzing the effectiveness of creation of participation's moods for the population in formulating and implementing administrative proposals; of the democratic pattern in relationship between the public management and the local stakeholders; of public policies in education, health, culture and creation of employment and income areas performed during the period 1988-1992.

Keywords: Democratic Governance. Local Government. Participation by Citizen. Political Culture.

O município de Janduís situa-se na chapada do Apodi, localizada na zona oeste do Estado do Rio Grande do Norte. Distante 279 km de Natal, a capital do estado, limitando-se com os municípios de Augusto Severo, Caraúbas, Patu e Messias Targino. As condições geográficas e ambientais do município condicionam em grande medida a sua base produtiva. Janduís localiza-se no semi-árido, apresentando um quadro climático que impõe uma série de dificuldades para as atividades produtivas. Vulnerável aos efeitos das secas constantes, o suprimento d'água é um dos principais problemas enfrentado pela população. O abastecimento d'água no município é realizado de forma precária, utilizando-se de carroças e carros pipas.

A estrutura produtiva compõe-se basicamente de atividades agrícolas praticadas de forma tradicional. Estas atividades constituem-se basicamente da produção de algodão – em decadência –, produção de subsistência de outros itens agrícolas e uma pequena produção de derivados do leite não industrializado. Inexistem atividades industriais no município e o comércio local limita-se a pequenos estabelecimentos e a feira livre semanal. Na área de serviços o município não tem agências bancárias e conta apenas com uma pequena pensão familiar como hospedaria. Este quadro, a fonte de recursos do município limita-se praticamente ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o qual mal

sustenta a folha de pagamento do funcionalismo municipal, apesar dos baixos salários.

A população de Janduís, a época da administração de José Bezerra, de acordo com o IBGE, somava oito mil habitantes, distribuídos na proporção de 60% na área rural e 40% na área urbana. A estrutura ocupacional do município expressa as contingências de sua estrutura econômica. Mesmo os que residem na sede do município estão ligados a atividades agrícolas em sua maioria. Parte significativa dos empregos urbanos são estatais, tais como funcionários municipais e poucos do Estado do Rio Grande do Norte.

A estrutura ocupacional do município, responsável pelo perfil social da sua população é resultante entre outros fatores de dois elementos que se destacam: a estrutura agrária do município e o isolamento do sistema produtivo em relação às mudanças operadas no cenário produtivo do Rio Grande do Norte com o desenvolvimento vivenciado em sua fase pós-SUDENE.

A estrutura agrária do município apresenta um grande número de pequenos produtores rurais com atividades de subsistência ao lado de uma grande concentração de terras em sua maioria em franco processo de decadência econômica advinda entre outros motivos com a crise do algodão. No perfil sócio econômico do município destacam-se pouquíssimas famílias detendo a maior parte das terras, convivendo com um grande contingente de pequenos produtores rurais.

Localizado na micro região do Oeste Potiguar, Janduís não se beneficiou do desenvolvimento produtivo vivenciado pela micro região nos últimos trinta anos. Este desenvolvimento, mesmo que criticável por ser caracterizado pela não equidade social, pela irresponsabilidade ecológica e sua homogeneização cultural, deu-se na região a partir da exploração petrolífera, a mecanização das salinas e especialmente pela consolidação da agroindústria no vale do Açu.

Janduís não teve em sua estrutura produtiva nenhuma influência deste processo, continuando um município isolado cujo poder público depende quase exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios para compor suas receitas. A própria localização geográfica e as condições climáticas de Janduís, se não determinam, condicionam em grande parte o quadro de sua estrutura produtiva e a estagnação aqui descrita.

É nesse contexto que a vitória de Salomão Gurgel nas eleições municipais de 1982 pelo

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) significou por si uma mudança significativa no cenário político local, tanto pelo fato de Salomão Gurgel, não obstante ser filho de uma família tradicional do município, ser um personagem da esquerda do estado, como por ser a primeira vez desde a emancipação do município há quatro décadas que a família Maia perdia o controle político da prefeitura de Janduís.

Não obstante a vitória de Salomão deu-se por uma série de motivos da política local (COSTA, 1993), entre as quais a desistência de seu irmão Sebastião Gurgel e o amplo arco de alianças que a candidatura Salomão conseguiu montar, sua eleição significou o início de um processo de participação cidadã, de estímulo à organização comunitária e implementação de um conjunto de políticas públicas entre as quais se destacam as políticas na área de saúde, educação, cultura e infra-estrutura urbana.

Na administração Salomão Gurgel, José Bezerra era a expressão dos setores jovens e mobilizados a partir dos grupos de jovens da Igreja católica identificada com a teologia da libertação. Ao longo da administração Salomão, esse grupo foi conseguindo a hegemonia do processo político administrativo e foi evoluindo para novas opções partidárias.

A escolha de José Bezerra para disputar a sucessão de Salomão pelo partido dos Trabalhadores foi o coroamento da relevância política que o grupo dos jovens adquiriu. José Bezerra foi um dos prefeitos mais votado na história do município, não obstante ter sido candidato por um leque bem mais restrito de apoios políticos do que seu antecessor. Esta continuidade, e o reconhecimento da gestão Salomão como gênese do processo de administrações participativas em Janduís é encontrado em vários depoimentos. Avaliando a gestão Salomão e comparando com os desdobramentos na administração José Bezerra, José Simão, liderança comunitária rural e membro do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janduís na época, diz que: *“No tempo de Salomão também foi muito bom por que a gente tinha acesso, a gente ia para reuniões, para os debates, a gente ia pra Natal, pra Mossoró, tinha muito encontro e a gente tinha acesso a transmitir o que ouvia para o povo, só que hoje está tudo parada cada qual está trabalhando aí, ninguém tem acesso, só tem acesso quando é pra fazer as campanhas políticas”* (José Simão. Entrevista concedida em 27/09/2002).

O hoje “ta parado” refere-se ao período atual no qual a gestão participativa se constitui em

um episódio do passado. Também o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na época já membro da diretoria, avalia a continuidade da gestão José Bezerra nestes termos: *“ela (a gestão José Bezerra) seguiu algumas conquistas que vinha da administração de Salomão que era a administração do PMDB na época (...) por que antes de Salomão ser prefeito de Janduís, essa cidade era praticamente abandonada, praticamente não existia. Por exemplo, o povo não conhecia nem sequer a cidade, não conhecia o que era direito, não sabia se existia direito à saúde, se existia direito à educação, se existia direito à Assistência Social”* (Raimundo Canuto de Brito. Entrevista concedida em 23/09/2002).

Aqui mais uma vez temos a memória coletiva e individual, presente em todos os depoimentos, da gestão Salomão Gurgel como marco inaugural de um processo político no qual a população local começou a vivenciar a participação cidadã e o poder público local mobilizou energias para criar um ambiente propício a uma cultura política participativa e ancorada na idéia de direitos. Também temos o reconhecimento da continuidade deste padrão de relacionamento entre o poder público local e os diversos segmentos das camadas subalternas da população na gestão seguinte. Ainda Raimundo Canuto diz que: *“no governo de Zé Bezerra, deu continuidade a essas conquistas (...) no governo de Zé Bezerra teve algo que possa dizer diferente (...) a questão dos conselhos populares que era uma espécie de representantes por rua, que existia na época e também representando as comunidades rurais. Mas isso não era nada oficial, era assim só formado”* (Entrevista concedida em 23/09/2002).

Aqui temos um primeiro resultado que destaca diferenciação da gestão José Bezerra de seu antecessor. Trata-se da ênfase dada por esta gestão ao processo de participação cidadã, ampliando os canais de participação com a constituição dos “Conselhos Populares” por rua no espaço urbano e nas diversas comunidades rurais do município. Essa ênfase da gestão José Bezerra na participação ocorreu pelo fato de que os principais agentes organizacionais do poder público no período serem mais homogêneos em termos de ideário político, vinculados a matriz discursiva da tradição marxista leninista.

Se o resultado não intencional dessa matriz participacionista foi à ampliação de participação cidadã e sua influência indireta no processo decisório, a noção que movia os agentes organizacionais

era a idéia de construção da participação conselhistas que influenciou a discussão sobre a natureza dos canais de participação popular no debate político brasileiro dos anos oitenta. Esta discussão opunha a qualidade destes conselhos entre consultivos e/ou deliberativos (COSTA, 1998). Raimundo Canuto continua sua avaliação lembrando que: *“A administração de Zé Bezerra também teve a continuidade do mesmo grupo anterior, não teve assim pessoas diferentes que viesse não, foram os mesmos que continuaram na gestão de Zé Bezerra. Com exceção de algumas pessoas que veio de fora para compor a administração dele”* (Entrevista concedida em 23/09/2002).

Aqui se refere ao grupo que se constituiu em torno da liderança de José Bezerra durante a gestão Salomão Gurgel que era o setor à “esquerda” na composição da gestão. Raimundo destoa das avaliações costumeiras sobre a gestão José Bezerra, as quais geralmente aponta como inovação desta em relação à anterior o incremento da participação popular e a ênfase maior nas políticas voltadas para a área de cultura. Para Raimundo Canuto: *“Eu acho assim, que a gestão tivesse feito algo de diferente não da gestão do PMDB. Eu repito parece que vai ser uma palavra só. Foi uma continuidade da gestão de Salomão. Que não teve muita inovação, assim, por exemplo, de demonstrar coisa nova do PT. É a minha avaliação lógica e evidente que deve ter algumas pessoas que devem fazer outra avaliação, mas eu estou fazendo uma avaliação como cidadão que estive presente ao longo de todo o governo. Não percebo que teve alguma coisa tão diferente não”* (Entrevista concedida em 23/09/2002).

Outro aspecto para a avaliação dos resultados da Administração de José Bezerra diz respeito ao fato de que o poder local, como conjunto de atores que atuam e se relacionam em um determinado espaço, instituindo identidades e alteridades sociais e políticas localmente ancoradas não deixa de estar inserido em totalidades mais amplas, como a região, o Estado, a União, com as quais as forças econômicas, sociais e políticas locais estabelecem relações de disputas e alianças.

Assim se coloca duas questões nos resultados da gestão José Bezerra. Em relação ao primeiro aspecto acima apontado no que diz respeito ao poder local, os agentes organizacionais no período procuraram radicalizar na demarcação identitária e no estabelecimento das alteridades locais. Por isso, tanto em âmbito local, como nas relações com o Estado potiguar e a União, a gestão José Bezerra teve maiores dificuldades em obter recursos através de programas e projetos e menor base de apoio

institucional em âmbito local o que traduziu-se em diversas crises com a Câmara de Vereadores.

É nesse sentido que se coloca a necessidade de reflexão sobre a capacidade, as possibilidades e os limites que apresentam os atores sociais e políticos localmente ancorados para promover novas relações entre o poder público e os segmentos que compõe a sociedade local, de formular e implementar políticas públicas que incidam no desenvolvimento local sustentável. Para que o poder local seja capaz de realizar estas possibilidades, como analisa Buarque (2002, p. 27), é necessário que se constitua:

Três grandes pilares: organização da sociedade, contribuindo para a *formação de capital social* local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, *agregação de valor na cadeia produtiva*, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e *reestruturação e modernização do setor público* local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local.

A organização da sociedade diz respeito ao fato de que, como reflete Dowbor (1998, p. 41), “sem sólidas estruturas locais participativas e democratizadas não há financiamentos externos ou de instituições centrais que produzam resultados”. No entanto, e os resultados da gestão José Bezerra demonstraram, apenas um alto grau de participação popular isolado de um leque de alianças e apoios institucionais não é suficiente para alavancar às políticas públicas que incidam no desenvolvimento local. Se em âmbito local, especialmente em cenários de baixa organização cidadã como no Rio Grande do Norte, cabe ao poder público em especial viabilizar estes canais de participação e negociação, também este precisa construir redes externas de relação política institucional especialmente quando o município não detém fonte de recursos autônomos. Na avaliação de Geraldo, membro da administração José Bezerra, fica evidente a dependência da prefeitura de recursos externos, o que seu relativo isolamento político, devido ao fato de ser uma administração do PT no estado, certamente agravou. Para este: “*O primeiro ano da administração de Bezerra foi muito difícil porque a prefeitura*

tinha muitas dívidas e era um período de inflação muito elevada, no apagar das luzes do governo de Salomão ele deu um aumento relativamente grande. Quando Zé Bezerra assumiu no mês de Janeiro há um declínio e o dinheiro que entrava na prefeitura não dava para cumprir a folha de pagamento. Então houve um certo atraso, mas como era um período de inflação elevada uma coisa inclusive, chamada de arrocho salarial, a gente ficou pagando muito mal no primeiro ano, porque as contas subiam e a gente não reajustava o salário e o que ia sobrando a gente ia pagando” (Entrevista concedida em 25/09/2002).

A criação de canais de participação, negociação e gestão de políticas e projetos envolvendo os múltiplos agentes e atores públicos e privados tem se constituído como uma das características do que os estudos de gestão local no Brasil denominam de um terceiro ciclo. Como avalia Soares e Gondim (1998, p. 67) “o terceiro ciclo dessas gestões locais inovadoras [...] introduz a idéia do orçamento participativo e introduz os conceitos de parceria e de desenvolvimento econômico local como condições para uma administração bem-sucedida”.

Os canais de participação não se justificam apenas quando dizem respeito ao processo decisório. A mobilização dos agentes e atores públicos e privados locais para a proposição de alternativas, a construção de um cenário de debate público dos múltiplos interesses em jogo e a visibilidade do gasto público tem sido ressaltada como elemento indispensável para a construção de um clima favorecedor da confiança e mobilização cívica. Teixeira (2001, p. 36) chama atenção para o fato de que: “o aspecto estritamente decisório da participação perde sua ênfase para dar lugar ao debate público das questões, à proposição de alternativas, exigência de prestação de contas dos atos dos agentes públicos e conseqüente responsabilização”.

Na gestão José Bezerra a participação intensa da população da periferia da cidade das comunidades rurais deram esse aspecto de publicização das ações da prefeitura e ampliação do debate público. Também criou um ambiente de confiança entre os participantes que foi em grande parte responsável pela efetividade das políticas implementadas, não obstante a escassez de recursos, o isolamento das agencias estatais em âmbito regional e nacional e os conflitos com os atores públicos locais notadamente a Câmara de Vereadores.

Como já assinalamos, a grande novidade dos anos noventa foi a emergência do poder local como protagonista do desenvolvimento. Pensar o poder local como ator do desenvolvimento é também refletir sobre a noção de sustentabilidade em construção. Como reflete Buarque (2002, p. 69):

o desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo e uma meta a ser alcançada a médio e longo prazos, gerando uma reorientação do estilo de desenvolvimento, redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural.

Reorientar o estilo de desenvolvimento é romper com a noção de desenvolvimento ancorada especialmente na idéia de crescimento econômico e industrialização. Proposições e políticas de desenvolvimento locais que se constituam como alternativas ao paradigma tradicional de desenvolvimento a forma pela qual cada localidade constrói as alternativas de se inserir no processo geral de desenvolvimento (BECKER, 2001, p. 73).

Exemplos bem sucedidos de localidades que tem conseguido promover em algumas áreas mudanças sociais e políticas demonstram que o papel do poder público local tem sido fundamental para que estes processos se instalem e tenham continuidade. Para que o poder público local cumpra sua função de ator e protagonista do desenvolvimento é necessário que os agentes organizacionais da gestão pública promovam mudanças institucionais, na cultura política e nas práticas administrativas. É ainda Buarque (2002, p. 26) que chama atenção para o fato de que:

O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma relativa *autonomia das finanças públicas* e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade.

As mudanças institucionais e políticas necessárias para a instituição de uma sinergia social que mobilize os segmentos da sociedade local para definir horizontes, vocações e ações que objetivem

mudanças na qualidade de vida e proporcionem a aprendizagem social dos indivíduos, dizem respeito à criação de canais de participação, negociação e gestão de políticas locais, a construção de novas institucionalidades e a mobilização das redes de relações sociais existentes.

Apesar dos resultados das políticas públicas viabilizadas na gestão José Bezerra apontarem para a expansão das capacidades dos indivíduos (SEN, 1993), o tema do desenvolvimento não estava presente no discurso dos gestores. No debate sobre o papel do poder local no período, a ênfase era a possibilidade de democratização do poder público local e a criação de uma cultura política de participação cidadã. No entanto o resultados das políticas públicas implementadas sinalizam para o fato de que a gestão José Bezerra terminou sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento do município naquele período, especialmente quando diz respeito aos programas e políticas de saúde, educação, cultura e geração de emprego e renda.

Os mecanismos, instituições e redes de relações sociais ao serem instituídos e mobilizados pelo poder público aumentam e traduzem as condições para a governabilidade e a governança. Esse “meio ambiente” impulsionador do desenvolvimento local tem sido traduzido pela noção de capital social. Quando o poder público estabelece um padrão democrático e participativo com os agentes e atores sociais e políticos locais, quando as redes de relações sociais, cooperação e solidariedade pré-existentes são mobilizadas e outras redes instituídas pelo próprio processo de participação se constituem, os conflitos de interesses não se tornam uma equação de soma zero, fazendo com que aumente a confiança e a pré-disposição para processar os conflitos através da negociação.

Na administração José Bezerra o poder público local mobilizou amplamente as redes de solidariedade comunitárias pré-existentes e construiu novas. Não obstante o conflito com os setores tradicionais, para ampla parcela da população verificou-se o aumento da confiança nos canais institucionalizados, o que a literatura denomina de Capital Social. Como analisa Hermet (2002, p. 103):

A noção de capital social designa a qualidade das instituições de uma comunidade cívica participativa e solidária, cujos membros cooperam sem demasiadas segundas

intenções, baseados na confiança de certo modo horizontal que uns têm dos outros e, por outro lado, na confiança, dessa vez vertical, que depositam naqueles que os comandam em todos os níveis.

A noção de *capital social* é uma categoria importante para a avaliação do grau de governança democrática alcançado por uma gestão, assim como possibilita a reflexão em relação à efetividade das políticas públicas implementadas. Quando uma política pública tem *efetividade* em seus resultados, produz *efetivações* na vida dos indivíduos, logo na *expansão de suas capacidades*. Os resultados das políticas públicas implementadas na gestão José Bezerra, na avaliação dos usuários e participantes destas dez anos depois, sinalizam para a ocorrência de aumento do capital social, expressivo grau de efetividade das políticas públicas e como conseqüência, importantes efetivações na vida dos participantes dos projetos e programas.

Nos diversos programas e projetos implementados na gestão de José Bezerra, percebe-se graus variados de efetivação, de efetividade e por conseqüência, ao criar um ambiente de confiança e estímulo à intervenção ativa na vida comunitária, da criação de ambiente propício a construção de capital social. Mas o aumento da confiança deu-se apenas em relação aos segmentos subalternos da sociedade local, produzindo apenas nestes segmentos a existência de capital social.

Tanto pelo estilo pessoal de José Bezerra, como pela nova opção partidária com a filiação ao Partido dos Trabalhadores, a gestão José Bezerra vai diferenciar-se da gestão anterior por duas ordens de questões: primeiro, a diminuição de recursos com o cancelamento de algumas parcerias com órgãos dos governos da União e do Estado do Rio Grande do Norte; segundo, o problema da governabilidade com o estreitamento da base de apoio à administração, na medida em que diversos setores que tinham apoiado a gestão anterior passam a fazer oposição.

A questão da diminuição dos recursos advindos com a nova postura política ideológica dos gestores fica evidenciada em alguns depoimentos. Segundo o próprio José Bezerra; “*quando nós assumimos pelo PT, a maior parte dos convênios foi cortada, nos fomos caçados pelo governo federal e estadual. Fazer uma administração democrática e popular que desse resposta as questões básicas*

do povo e ainda intervir na questão econômica, no sentido de gerar renda, criar empregos para melhorar a vida do povo, ficava muito difícil para a gente” (Entrevista concedida em 23/09/2003).

Um agravante para as necessidades de prover serviços e bens públicos encontra-se no fato da localização do município no semi-árido. O prefeito avalia que naquele momento, a gestão teve que enfrentar com obras públicas a situação de seca e estiagem prolongada. Ainda de acordo com seu depoimento: *“Enfrentamos em quatro anos de gestão, três grandes secas consecutivas, só no último ano de nossa administração é que nós tivemos inverno. A gente fez uma política de construir pequenos açudes, construímos muitos cacimbões onde não tinha água para garantir água para o abastecimento urbano”* (José Bezerra. Entrevista concedida em 23/09/2002).

Uma área que continuou recebendo prioridade da gestão José Bezerra, mesmo com a diminuição dos aportes financeiros foi a área de educação. As creches foram o primeiro passo no investimento na educação do município. A partir desta prioridade construíram-se escolas e qualificaram-se os professores, através da criação do curso de magistério e de atualização da rede municipal, contando com a assessoria de profissionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O programa de creches incorporava cerca de 700 crianças na faixa etária de 02 a 06 anos. Este programa funcionava articulado a núcleos de apoio que uniam as mães das crianças atendidas nas creches através da compra de hortaliças, criação de ovinos e caprinos por elas produzido.

A administração José Bezerra também teve uma atuação significativa na geração de emprego e renda, notadamente nas comunidades rurais do município. José Simão, liderança comunitária e líder sindical rural avalia que: *“pra nós foi uma benção a gente conseguiu casa pra quem não tinha aqui, conseguimos vacarias comunitárias conseguimos motor, tinha uma emergência 0 a gente fez aqui no nosso (...), eu consegui sessenta e poucas cabeças de galinha, seis vacas paridas, um motor bomba, a gente trabalhava na emergência aqui pra não sair pra fora, agente vendia... As galinhas a prefeitura cedeu pra gente por um projeto e a gente vendia os ovos das galinhas para as nossas próprias crianças comer nas creches, o leite das vacas era para as nossas próprias crianças, a gente vendia o leite e partia com a comunidade”* (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Esses programas de geração de renda não tiveram sustentabilidade com a descontinuidade

administrativa com a sucessão de José Bezerra. O mesmo José Simão relembra que “tudo isso foi na época da gente”, ou seja, durante a gestão de José Bezerra. O mesmo entrevistado diz que: “*Cada um saía, as mulheres eram com hortas, outras com galinhas, a gente era com gado, era esse trabalho... Partia o dinheiro, vendia os ovos para a prefeitura, vendia para o povo da comunidade, pra quem trabalhava também, não era pra todo o povo não*” (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Também continuou tendo destaque a política de saúde do município, que é lembrada tanto pelos serviços e seu grau de resolutividade, como pelo caráter de transparência e publicização dos gastos. Em relação aos serviços públicos na área de saúde José Simão comenta que: “*Tinha a casa de parto que aí funcionava, com médico, com dentista, tudo tinha, hoje tem mais não (...) tinha um médico toda semana atendendo, tinha o dentista, tinha o curativo, tinha tudo e hoje nem o funcionário mais não tem. Hoje uma injeção pra fazer é preciso ir na casa dele quando ele tem a boa vontade, porque ele já está se aposentando (...) na época de Zé Bezerra quando o cliente adoecia e ele não podia ir ele tinha que vir na casa (...) remédio tinha muito, se consultava e tinha o remédio*” (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Quanto a transparência dos gastos públicos, os moradores lembram que havia discussão com a população sobre as prioridades e prestação de contas dos investimentos realizados. É o que se depreende da memória de Marcos Lima em relação ao processo decisório no período da administração José Bezerra. Segundo este: “*Se reuniam semanalmente e as pessoas mostravam os problemas, tem uma fossa, tem um esgoto que está estourado, então vamos consertar, eu falo o exemplo da minha mãe, ela pegava anotava tudo e na reunião mensal com o prefeito já mostrava e ele mostrava a solução, realmente ele solucionava*” (Entrevista concedida em 26/09/2002).

A memória de uma gestão que prestava contas dos gastos públicos e estabelecia canais de participação para a definição de prioridades administrativas é bastante enfatizada pelos depoimentos dos mais diversos entrevistados. Para José Simão: “*A gente sabia até quanto gastava nos hospitais, até quantas cabeças de alho gastava, bujão de gás, quantas velas, tudo a gente sabia, tinha como a gente trabalhar mais com a população. Quando se dizia aonde é que o prefeito está botando dinheiro nós como representantes das comunidades, a gente tinha aquele papel, aí levava em cima da pessoa*

olha aqui onde o dinheiro está sendo gasto, a gente sabia de tudo, porque todo mês mais o menos (...) Ele reunia toda a população e dizia o que tinha recebido no mês, o que tinha gasto” (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Mesmo com limitações, pois nem todo o orçamento municipal estava em discussão para o conjunto da sociedade, Geraldo, liderança comunitária, lembra que na época de José Bezerra: *“A gente pegava a prioridade na comunidade para colocar no orçamento, também não era tudo (...) mas era válido discutir com a comunidade e se tivesse havido mais oportunidade, talvez hoje em dia fosse mais interessante, porque aqui praticamente se induziu a dizer o que se queria (...), o processo de politização é uma coisa que se constrói ao longo do tempo e é muito devagar”* (Entrevista concedida em 25/09/2002).

Se prestarmos atenção na fala de Geraldo, duas expressões merecem reflexão. Em primeiro lugar quando afirma que “pegava as prioridades da comunidade” para tornar-se parte das prioridades do orçamento. Em segundo quando afirma que “também não era tudo” e “praticamente se induziu a dizer o que se queria”. Ou seja, se a prática de consultar a população sobre suas prioridades significou uma mudança no padrão de relação entre os gestores e “as comunidades”, por outro lado a participação tinha forte componente de indução e direção em relação a quais eram “as prioridades” a serem estabelecidas.

Se atentarmos para o fato tantas vezes apontado pela literatura em relação ao padrão da cultura política brasileira, patrimonialista, clientelista e permeada por relações de reciprocidade hierárquicas (DaMATTA, 1991), o grande desafio é a construção de uma cultura pública republicana e democrática.

Dito de outra forma, a grande questão é perceber o quanto de continuidade dessa cultura existe em propostas e práticas que procuram desconstruí-las. Assim, mesmo que em Janduí a preocupação dos agentes organizacionais do poder público local, ancorados em uma matriz discursiva rupturística em relação às práticas políticas tradicionais, um conjunto de fatores próprios a dinâmica política da vida local terminam por reproduzir em parte essas relações.

Com o término da gestão de José Bezerra, a população tem na memória uma comparação negativa das administrações posteriores, mesmo a que substituiu José Bezerra e por um certo período

de tempo também pertencia ao mesmo partido político. Ainda José Simão avalia que: *“Daí pra cá foi havendo a mudança de prefeito, e a coisa mudou, ninguém sabe quanto entra, ninguém sabe quanto sai, ficou diferente, as creches funcionavam melhor, mais acesso, as crianças sempre freqüentavam mais, hoje está mais difícil, eu noto que está mais difícil”* (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Em relação ao acesso da população ao poder público local, contrariando uma tradição na cultura política brasileira, a administração José Bezerra ficou na memória dos habitantes da cidade, especialmente daqueles pertencentes aos segmentos jovens e membros das camadas subalternas da sociedade local, como uma gestão de fácil acesso à população. Ainda Marcos Lima conta que: *“A gente tinha acesso, a gente tinha reuniões com o prefeito (...) tudo que a gente achava era muito importante pra ele, eu lembro que o pessoal estava botando lixo aqui no rio, eu não sabia, quando eu vi fiquei horrorizado, o rio que marcava demais pra gente estava tomado de lixo, eu fiquei revoltado demais, eu e um amigo que era artista também, fazia teatro, a gente foi falar com o prefeito, e o cara lá não queria deixar de jeito nenhum “não, não entra não, ele está em reunião”, não sei se ele ouviu, mas ele saiu assim e perguntou o que estava acontecendo, e mandou entrar, a gente falou o que estava acontecendo e só foi a gente sair que ele mandou um caminhão pra tirar todo o lixo de lá”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Certamente que por ser um pequeno município em que as formas de sociabilidades tradicionais estão presentes e as proximidades das pessoas facilitariam o conhecimento mútuo e o acesso às autoridades públicas, esse depoimento poderia apenas sugerir esse quadro. No entanto não ocorre esse tipo de acesso ao poder público local de forma generalizada nos municípios brasileiros. Tratava-se de uma vontade política de implementar o processo de participação cidadã e construir canais de participação da população no processo decisório. Em relação as comunidades rurais, diz que *“era na mesma base daqui. Fazia o conselho de rua, aquelas reuniões, toda a semana tinha, uma noite era na casa de uma pessoa, outra noite era noutra bairro e eu achei que funcionou bem”* (José Simão. Entrevista concedida em 27/09/2002).

O início da participação popular no município de janduí começou na gestão Salomão Gurgel com o Conselho Comunitário. O Conselho comunitário organizava reuniões com a população que se

caracterizavam pela reivindicação de bens e serviços a prefeitura. O Conselho Comunitário, construído com recursos de um programa do banco do Brasil, associava os moradores da cidade que tivessem intenção de participar. Através do incentivo a associação realizada pelos agentes organizacionais, o Conselho chegou a ter cerca de três mil e quinhentos associados em uma população de oito mil habitantes incluindo o espaço urbano e rural do município. Na avaliação de José Simão: *“O conselho comunitário ele era uma espécie de braço da prefeitura. O conselho comunitário na época ele tinha recursos da prefeitura e lá se você precisava de um medicamento você não procurava a prefeitura, você ia se consultar e você seguia para o conselho, a presidente ficava com a consulta, mandava comprar o medicamento e tinha também o grupo de idosos que até hoje tem ainda, que fazia trabalho de terapia ocupacional. O conselho em si não funcionava legal, mas o que funcionava era bom”* (Daniel. Entrevista concedida em 24/09/2002).

A gestão José Bezerra caracterizou-se como já assinalado anteriormente, pela ampliação dos canais de participação com a criação de conselhos populares por ruas e comunidades rurais. Ocorreu também a tentativa de implementar o “orçamento participativo” que se tornou a imagem do chamado “modo petista de governar” a partir da experiência da prefeitura de Porto Alegre. Segundo Geraldo, liderança comunitária do município: *“Houve uma tentativa dele de fazer um orçamento participativo, a gente saía discutindo nas comunidades as prioridades (...) aqui na cidade a gente fazia por ruas, se a gente não conseguiu fazer um orçamento bem participativo é por que também o município não é tão politizado, a gente tem que ver isso aqui como o interior do Rio Grande do Norte, do Nordeste, com grande parte de analfabetos, mas mesmo assim foi válido”* (Entrevista concedida em 25/09/2002).

Como já salientado anteriormente a relação com os demais atores públicos na gestão de José Bezerra, não obstante a participação significativa da população seja através do Conselho Comunitário, seja através dos conselhos de rua, foi um dos pontos de estrangulamentos do poder público local na época. Para Bruno Veras, vereador na época, *“a relação entre a câmara e a prefeitura tinha muitas divergências. Tinha a bancada do PT com dois vereadores e a da oposição com seis”* (Entrevista concedida em 24/09/2003). Na mesma linha de raciocínio Daniel, poeta e participante do movimento cultural de janduís, lembra que: *“Com relação a câmara eu acho que Zé Bezerra não dava.... Hoje*

os vereadores se acham com poder, na época eu acho que não. Ele mandava projetos que não eram projetos para beneficiar a ele, eram projetos para beneficiar a população. Se eu não me engano a maioria era oposição, pra mim ele convivia bem com a câmara. Ele nunca precisou pedir favor, pra mim eu acho que não, pra mim era tudo oposição a maioria” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Essa avaliação que parece concordar com a relação conflituosa da prefeitura com a Câmara de vereadores, na verdade demonstra que a gestão José Bezerra ancorada em uma visão conselheira da gestão pública herdeira do imaginário da esquerda socialista e comunista, terminava por não estabelecer uma relação de colaboração e respeito a autonomia dos poderes executivo e legislativo em âmbito local.

Finalmente os resultados da pesquisa demonstram que a área prioritária da gestão José Bezerra foram às políticas públicas para a cultura. Concordando que o destaque da gestão foi na área de cultura, mas ao mesmo tempo ressaltando que a gestão tinha em leque diversificado de políticas públicas, o mesmo Daniel avalia que: *“O destaque da administração de Zé Bezerra em si foi isso o movimento cultural né. Como a formação do grupo de teatro que ficou conhecido aqui na região, o grupo Nanduí, mas a administração de Zé Bezerra não é só a cultura, não era só a educação, a administração de Zé Bezerra tinha... Por exemplo, já é o quinto prefeito que eu participo, entrei com Salomão, Zé Bezerra, veio Bastinho, veio outro e tá nesse agora, no meu ver era o mais aberto, o mais democrático, as coisas andavam mais, não sei como, mas andavam mais. Agente tinha jornal, eu estudava agente tinha jornal no colégio, a gente tinha o apoio dele em todos os sentidos, ele dava o material para fazer o jornal no colégio, o movimento mesmo aqui andava, em todos os sentido ele apoiava”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Para exemplificar seu argumento e lembrando os tempos da gestão José Bezerra, Daniel prossegue sua avaliação afirmando que a área de agricultura, com projetos de geração de emprego e renda anteriormente discutidos, também recebeu um tratamento significativo por parte da gestão. Em seu depoimento diz que: *“Eu destacaria o movimento cultural, mas além disso também tinha um outro setor que era a agricultura, a agricultura na época de Zé Bezerra, que era uma época de seca, a agricultura se produzia, tinha uma comunidade aqui, agora que eu estou me lembrando, que tinha*

um projeto de caprinos, lá se produzia o queijo de bode, os moradores do sítio, cada um tinha sua criação de ovelha (...) isso era um convênio com o governo federal. Na administração de Zé Bezerra tudo funcionava, diferente de hoje, tudo funcionava, da melhor forma possível na saúde, na época a mortalidade infantil era praticamente zero em Janduís” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Geraldo também corrobora a avaliação de que a área de cultura recebeu prioridade da gestão ao avaliar que *“principalmente na área da educação, houve prioridade na cultura (...) houve várias críticas a cultura, muita gente dizia “aquela coisa de vagabundo”, mas o jovem com a cultura não vai estar mais marginalizado e no tempo de Zé Bezerra ele deu muita ênfase a isso. Aqui se formaram vários grupos artísticos”* (Entrevista concedida em 25/09/2002).

O principal projeto que ancorou as políticas públicas na área de cultura no município durante a gestão de José Bezerra foi o Recriância. Tratava-se de um projeto conveniado entre a prefeitura e a extinta Legião Brasileira de Assistência – (LBA). A prefeitura entrava com parte significativa dos recursos para o projeto que chegou a envolver cerca de 650 jovens em suas atividades. As atividades do Recriância consistiam em cursos profissionalizantes como bordado, corte e costura e técnicas agrícolas; em atividades esportivas e artístico culturais. Os participantes que incluía moradores do espaço urbano e de três comunidades rurais do município também recebiam duas refeições diárias. Relembrando as atividades do projeto Recriância, Daniel diz que: *“O projeto recriância ele tinha capoeira, tinha acrobacia, tinha grupo de palhaços, tinha as oficinas de artesanato, de dança, oficina de marcenaria, fazer cadeira, fazer essas coisas, e tinha quatro alimentações diárias, era uma média diária de umas duzentas crianças, foi uma revolução mesmo”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Pode-se dimensionar o impacto que o projeto proporcionou na vida de uma significativa quantidade de jovens das classes populares do município de Janduís pelo tamanho de sua população. Mas a “revolução”, que vários depoimentos sinalizam para a efetividade que a participação no projeto proporcionou a seus participantes, diz respeito tanto a contribuir para a segurança alimentar de parte significativa da população jovem das classes populares do município, como o fato de “mexer” com a vida social e cultural do município constituindo novos horizontes para a juventude de um pequeno município interiorano. Essa sinergia criada por múltiplas ações do projeto, as quais incluíam desde

ações de segurança alimentar a diversas formas de atividades culturais, pode ser imaginada na continuidade do depoimento do mesmo entrevistado. É ainda Daniel que ao relembrar sua participação no projeto, comenta que: *“Da sede do município ao núcleo, uns quinhentos metros, pareciam uma procissão. Tinha escolinha de futebol, escolinha de salão, tinha orientação psicológica pras crianças, aqueles mais levados tinha uma pessoa para cuidar. Foi uma coisa que realmente marcou Janduís. Quando tinha eventos culturais na época de qualquer comemoração, fazia cortejo, palhaço, tudo isso com apoio cem por cento da prefeitura, de Zé, ele sempre estava à frente”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

O projeto não atingia apenas os jovens de 02 a 06 anos, mas também incorporava jovem até os 18 anos em atividades de monitoria. Segundo seu depoimento: *“O Recriança tinha trabalho de sete anos até dezoito anos, eu tenho lembrança desses dois projetos às creches e o próprio Recriança, a creche era do governo do Estado e o Recriança do governo federal. Eu não tenho lembrança de outros projetos, mas que tinham, tinham vários programas, o boletim financeiro, prestação de contas todos os meses, tinha vários convênios, mas eu não tenho lembrança agora, mas o que destacou mais foi o programa Recriança, que foi onde Janduís ficou conhecido pelo movimento cultural”* (Daniel. Entrevista concedida em 24/09/2002).

O conjunto de depoimentos que se segue demonstra a importância no conjunto de políticas públicas que os programas culturais tiveram. A participação nestes projetos é percebida como uma possibilidade de desconstrução do estigma que os jovens pobres das áreas periféricas da cidade sofriam. Para Marcos Lima: *“Pra você ter uma idéia do que eu estou falando que não é nenhuma fantasia, não é pra querer engrandecer administração nenhuma, mas eu acho que Janduís deve muito a administração de Zé Bezerra. Eu moro numa rua, periferia, a Rua da Floresta, que antes era discriminada, quem morava na Rua da Floresta era vagabundo, era marginal, como em todas as cidades, a periferia o pessoal sempre discrimina (...) eu não digo que tinha menino de rua como tem na cidade grande, mas tem aquela coisa, menino abandonado, que passa fome, que sofre preconceito, e hoje a visão que o pessoal tem da Rua da Floresta é que tem artistas”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Há também o destaque que a participação no movimento cultural produzia na percepção dos espaços pelos seus participantes. Um dos espaços que ganhou destaque foi a biblioteca pública. Ainda Marcos Lima lembra que: *“Na época de Zé Bezerra ela funcionava (a biblioteca) não só para guardar livros, eu acho que é por isso que eu tenho essa consciência e os meninos também tem essa consciência. Quase todos os dias a gente se reunia aqui, os artistas de Janduís, no chão mesmo (...) foi aqui que a gente traçou o calendário anual das apresentações, o ano inteiro a gente já tinha traçado, resumindo, a biblioteca era o grande centro cultural da época de Zé Bezerra, não tinha outro local pra reunir, a gente se reunia aqui, o artista vivia aqui, era o cara com pandeiro, com violão, apresentações culturais ali fora, na época o ponto mesmo de encontro do artista Janduicense era a biblioteca pública”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Outro destaque para as atividades culturais que foram implementadas pelo poder público com a intensa participação dos jovens era as chamadas “lanchonetes culturais”. O mesmo Marcos Lima diz que: *“As lanchonetes culturais começaram na época que o bibliotecário daqui era Bosco, João Bosco, depois veio o Leandro Tomé que trabalha na livraria em Mossoró, eles criaram, também com orientação de Rai (...) nas escolas colocavam uma mesa, colocava o nome Lanchonete Cultural e a biblioteca sempre enviava revistas, publicações como a Veja, a revista Isto É, eu sei que todas as revistas da época estavam lá, e uma pessoa pegava sempre um aluno ou um funcionário da escola pra dar uma olhadinha”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Havia em alguns segmentos da população a percepção de que a ênfase nas políticas públicas voltadas para a área de cultura e o incentivo a participação da juventude era exagerado em detrimento de outras prioridades que deveria haver no município. Isso se encontra presente na avaliação de Marcos Lima quando lembra que: *“O pessoal falava muito que Zé Bezerra era um cara que só via cultura, porque tem aquele pessoal conservador que não adianta falar da importância da cultura pra eles que não vai entrar na cabeça deles, eles falavam “o prefeito só quer saber dessa molecada”, até teve hora que eu pensei assim, se o prefeito tava errado mesmo, em investir na gente, hoje eu vejo que foi muito importante”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

No mesmo sentido aponta a memória de Josivan, professor e poeta de Janduís ao lembra

que: “*ele se prontificou em valorizar essa questão cultural, ele defendia todo um discurso, perante a comunidade que a coisa mais importante pra sociedade era cultura e ele foi muito criticado no início, porque estava passando por um processo de perdas na área econômica e a comunidade dizia que ele estava investindo mais na cultura que nas áreas sociais, em termos de habitação, de pavimentação (...) o projeto só funcionou porque tinha essa preocupação da administração em acreditar que só a cultura seria possível superar aquele momento de crise e conscientizar as pessoas que por mais dificuldades que tivesse passando era a partir dali que poderia mudar*” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Mas defende o projeto recriança avaliando sua amplitude para a formação profissional e artístico cultural dos jovens, especialmente os das camadas subalternas da população. Lembra que: “*O Recriança foi um projeto que não trabalhava só com o teatro, foi um projeto cultural, desenvolvia educação, lazer, esporte, até oficina de arte de marcenaria, tinha um trabalho de artesanato, então naquela época a comunidade apoiou, a administração, Zé Bezerra conseguiu na época trabalhar com a área social, a arte na época não era cultivada, aí na época que Zé Bezerra era prefeito, foi o auge, chegou a revista Veja e o Brasil reconheceu todo o trabalho, de lá pra cá a gente tem procurado dar uma continuidade e não deixar morrer, mas as outras administrações não se preocuparam com isso*” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Destaca a irradiação do projeto para além das fronteiras do município e sua importância para os participantes. Segundo ainda Josivan: “*Tinha mais de seiscentas pessoas envolvidas com o projeto, na época uma população com menos de cinco mil e foi esse projeto que deu possibilidade de pessoas como eu, Marcos ter uma nova mentalidade a respeito do trabalho e buscar alternativas mesmo de sobrevivência, a gente já tem uma consciência de que a arte tem a possibilidade de abrir novos horizontes e o Ciranduí é um exemplo, existiu vários grupos, o primeiro escambo foi realizado aqui em noventa e um, o encontro de vários grupos do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Paraíba e de lá pra cá essas manifestações culturais se expandiu para outros estados e hoje na nossa cidade a gente sente muita falta desse instrumento, porque o projeto era um instrumento*” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Finalmente é ainda Josivan que destaca as políticas públicas na área de cultura como um elemento importante para a construção de um sentido de pertencimento através da recuperação da memória histórica e da cultura popular local. De acordo com sua avaliação e descrição do processo desencadeado pelo projeto Recriância: *“A gente começou fazendo festivais aqui de música, de teatro, que viraram processo de formação e partindo pra pesquisa pra descobrir as figuras folclóricas do município, aí aos poucos fomos conhecendo e colocamos alunos pra pesquisar e trabalhar não só na comunidade da zona urbana, foi pra zona rural também (...) tinha um projeto chamado caminho do mato que era um projeto de extensão, abrindo oportunidade das comunidades da zona rural também participar (...) nos períodos de festa aqui, de tradição, como a festa da padroeira sempre estavam apresentando as crianças, os adolescentes, como os idosos também, a gente tem várias pesquisas sobre os poetas, figuras folclóricas, muitos que já morreram, como Seo Severino da Véia, um contador de história, Seo João das telhas que era um outro que era muito bem aceito tanto pelas crianças, como pela própria comunidade, ele era um contador de história que apoiava a cultura”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Pelos depoimentos acima descritos pode-se afirmar que foi a área de cultura que recebeu a maior atenção da gestão José Bezerra, tanto por sua própria trajetória como animador cultural no município de Recife, como por uma compreensão de que a área da cultura era o espaço por excelência para disputa de hegemonia política. Os resultados não intencionais destas políticas significam que a gestão José Bezerra foi importante para a construção de capital social, a promoção de efetivações na vida dos participantes bem como as políticas públicas implementadas tiveram graus variados de sustentabilidade e efetivação.

CONCLUSÕES

Como já discutido anteriormente, entre as décadas de oitenta e noventa, tem-se um deslocamento de sentido em relação ao local no Brasil em que, da condição de impotência diante do

crescente desafio de oferecer bens e serviços públicos eficientes e de qualidade e da incapacidade de formular saídas econômicas, o poder local passou a ser portador de possibilidades de gerenciamento eficiente dos recursos públicos e protagonista de iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social (COSTA, 1993; 1996; 1998).

Aqui se destaca uma primeira conclusão em relação as administrações participativas de Janduís. Ao contrário de Janduís a maioria dos municípios do Rio Grande do Norte, especialmente as pequenas e médias localidades do interior do Estado, não vivenciaram modificações importantes em seu cenário político até a década de 90. Ao contrário das mudanças e novas experiências de práticas administrativas que diversos municípios brasileiros vivenciaram nas últimas três décadas, no Rio Grande do Norte apenas as gestões de Janduís/RN no período de 1982 a 1992 se inserem neste quadro de inovações administrativas do poder local no Brasil (COSTA, 1996).

A constituição de 1988 estabeleceu novos papéis aos municípios brasileiros, e como desdobramento dessas novas funções do poder local, esses municípios viram-se tencionados a criarem novas institucionalidades para poderem habilitar-se a receber recursos da União para a implementação de projetos e programas com aportes de recursos federais. Diversos programas e projetos sociais forçam os municípios a democratizarem as relações entre o poder estatal local e a sociedade através da obrigatoriedade de criar diversos conselhos, os quais se propõem a elaborar, implementar e monitorar as políticas públicas em âmbito local.

As gestões participativas de Janduís, particularmente a administração José Bezerra, realizaram um intenso processo de participação cidadã, com a institucionalização do Conselho Comunitário na gestão Salomão Gurgel e a criação dos Conselhos populares por rua na administração José Bezerra. Este processo de criação de canais de participação da sociedade local nas instâncias de decisões do poder público em Janduís não foi resultado das imposições institucionais da nova constituição de 1988. José Bezerra deu continuidade a um processo de construção de canais de participação que se iniciou em 1982 com a eleição de Salomão Gurgel, sendo o próprio José Bezerra o principal organizador destes canais já na gestão de Salomão.

Essa situação destaca Janduís no cenário político do Rio Grande do Norte e inscreve as

experiências de gestões participativas entre as pioneiras na implementação da participação cidadã. A intensa participação e mobilização dos segmentos sociais subalternos da sociedade local no período chama atenção na medida em que estudos apontam para o fato de que a existência dos conselhos depois da constituição de 1988, tais como de educação, saúde, de geração de emprego e renda, entre outros, não significaram novas relações entre o poder público e a sociedade local no sentido de sua democratização.

A dinâmica política local, que na grande maioria dos médios e pequenos municípios reproduzem as estruturas de dominação da política tradicional, tem esvaziado o potencial de novas relações entre o poder público local e os diversos segmentos sociais que constituem a sociedade em âmbito local. Ou seja, apesar de instituírem canais formais de participação e negociação (previstos na constituição e nas leis orgânicas), a predominância de relações de reciprocidade hierárquicas no ordenamento dos espaços e redes sociais locais bloqueia a possibilidade desses canais instituírem padrões democráticos de relacionamento entre o poder público e a sociedade local.

Como o Rio Grande do Norte apresenta um cenário político pós-transição democrática com pouca organização da sociedade civil e fragilidade dos atores sociais e políticos do campo democrático e popular, o peso dos gestores do poder público para pautar a agenda pública, instituir novas práticas políticas e determinar o ritmo das mudanças sociais e políticas locais não é desprezível. Em Janduí não apenas a fragilidade, mas a quase inexistência de uma sociedade civil organizada, excetuando-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os Grupos de Jovens ligados ao trabalho pastoral da Igreja católica, fez com que o poder público local tivesse um papel fundamental na constituição da agenda, da dinâmica e na própria organização e mobilização dos diversos segmentos da sociedade local.

Existe uma vasta literatura sobre os movimentos sociais que emergiram no Brasil nas décadas de 70 e 80 e os desdobramentos que esses movimentos tiveram para a constituição de uma nova cultura política (Doimo:1995) e para uma nova noção de cidadania (DAGNINO, 1994). A fragilidade e pouca expressividade dos movimentos sociais no Rio Grande do Norte neste período explica em boa parte o fato de que no estado não ocorreram de forma expressiva experiências de gestões municipais democráticas.

Esta característica do Rio Grande do Norte encontrava e encontra-se em Janduís sua mais perfeita tradução. Esse quadro explica tanto o destaque que a gestão de José Bezerra adquiriu no cenário político potiguar, como as dificuldades que se apresentaram no processo de participação popular. Entre as dificuldades pode ser relacionado a reprodução nas atividades do conselho comunitário de práticas da cultura tradicional, a maciça filiação e participação menos por uma cultura política republicana e mais por ser na percepção da população a única forma de ter acesso a serviços e apoio da prefeitura. Explica também o fato de que os agentes organizacionais da administração privilegiaram a relação do poder público local apenas com os segmentos das camadas subalternas da população excluindo a possibilidade de estabelecer um novo padrão de relação do poder público também com os agentes públicos e privados do município.

A reprodução de relações de poder tradicionais nos municípios do Rio Grande do Norte tem sido um elemento de constrangimento para que o poder local no Estado assumira o papel de protagonista do desenvolvimento local, da governança democrática e de ator na mobilização dos atores sociais e comunitários na construção de capital social. No Caso da gestão José Bezerra, a preocupação em mobilizar e construir canais de participação para as camadas subalternas visto como uma relação de confronto com os setores dominantes da sociedade local dificultou a possibilidade de construir a governança local em termos mais amplos.

Mas destaca-se o fato de que, não obstante as dificuldades apontadas em relação à constituição da sociedade local e da especificidade da transição democrática no Rio Grande do Norte, e mesmo não estar colocado naquela conjuntura a idéia de que o poder local deveria se constituir em protagonista do desenvolvimento local, a gestão José Bezerra apresentou um saldo significativo de efetividade em suas políticas públicas. Entre estas se destacam as políticas públicas para a área de cultura. Sua efetividade pode ser dimensionada pela avaliação que um dos participantes do movimento cultural da cidade no período faz em relação a efetivação que isto significou para sua vida. Segundo Marcos Lima, um jovem de camada popular do município, ter participado dos projetos e programas culturais da administração José Bezerra: *“Mudou totalmente, não só a minha, mas a vida de todo o pessoal envolvido com cultura, com arte, por que o pessoal passou a ver a gente e não só isso, a gente pegou*

uma bagagem com Rai, com Zé Bezerra, eles sempre se preocuparam muito, Rai sabia que um dia ia sair de Janduís, ele era um cara muito legal, tipo um pai mesmo da galera, mas ele se preocupava muito em preparar a gente pra o futuro, então eu acho que se a gente hoje tem esse carinho por livro, tem uma visão política diferente, a gente deve a essa época mesmo” (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Neste depoimento percebe-se que a administração José Bezerra foi efetiva em proporcionar mudanças reais nas condições de vida de segmentos expressivos da população local, especialmente entre os jovens que foram escolhidos como principal prioridade da gestão. Vários destes jovens são hoje professores, funcionários públicos locais, agentes comunitários, artistas dos vários grupos culturais que se constituíram na época e que mesmo depois de dez anos do fim da gestão continuam existindo no município. No depoimento de Daniel, há vários anos exercendo cargo de chefia na administração local, temos mais uma comprovação da efetividade aqui relatada. Segundo sua avaliação: *“Me marcou a administração de Zé Bezerra porque foi quando comecei a me envolver com a parte burocrática de tudo do que eu sei hoje, porque ele me trouxe pra dentro da prefeitura, foi aqui onde eu conheci... Vai fazer dezessete anos o próximo ano, no dia 26 de Setembro de 1986 eu fui chamado para trabalhar na prefeitura e graças a Deus foi onde eu tive todo o conhecimento (...) Tem um colega meu que entrou no dia que eu entrei e está sendo vigia lá na escola. Hoje praticamente tudo passa pelas minhas mãos, setor de INSS, da parte de fundo de garantia quando existia, na gestão de Zé Bezerra foi ele que me deu espaço”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Mas não apenas em relação à mudança dos lugares sociais dos indivíduos a gestão José Bezerra significou mudanças importantes. Também em relação a noção de efetivações em sua dimensão subjetiva, as políticas públicas implementadas na área de cultura são apreendidas como um momento no qual seus participantes tornaram-se aptos a participar da vida comunitária e passaram a sentirem-se donos de uma nova percepção de si e da vida social e política. Essa nova percepção traduz a idéia de cidadania em seu sentido de pertencimento a uma comunidade política e social e membro ativo desta exercendo a capacidade de reivindicar direitos e cumprir deveres de cidadão. Josivan, professor e poeta, avalia que: *“Pra minha vida, essa experiência, eu diria que ela foi a construção*

do meu conhecimento, do meu desempenho, do meu desenvolvimento como professor, como pessoa, ela foi primordial porque a partir desse contato com o projeto, com as próprias pessoas envolvidas, eu amadureci não só na parte cultural, como também na parte como professor, eu era uma pessoa muito isolada individualmente, eu era muito distante, só praticava mais a questão de esporte e eu tinha outros pensamentos de carreira que era no futebol e na oportunidade eu conheci pessoas e me apaixonei por esse lado cultural e ainda hoje desenvolvo esse trabalho lá fora como na comunidade” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Como conclusão, podemos apontar para o fato de que a administração José Bezerra, através de um conjunto de políticas públicas, iniciadas na gestão anterior de Salomão Gurgel, conseguiu ser uma gestão que atingiu um grau significativo de consolidação de mudanças na vida material e simbólica da população local. Entre estas políticas destacam-se, pelo grau de persistência dos resultados, as políticas públicas para a área de cultura. Mas também os resultados demonstram um grau de efetividade no período das políticas públicas na área de saúde, sendo Janduís o primeiro município a municipalizar o sistema de saúde, quando o sistema de saúde local atendia a vários municípios circunvizinhos, muito deles com capacidade de arrecadação superior a Janduís.

A política habitacional e a de geração de emprego e renda também tiveram destaque no período não obstante sua paralisação com o fim da administração José Bezerra e a eleição de um novo gestor. Aqui temos um ponto importante para a avaliação dos limites da gestão José Bezerra, assim como das administrações locais no Brasil. Trata-se da continuidade das políticas públicas iniciadas, dos processos participativos, do padrão de relacionamento com os atores sociais e políticos locais.

No caso da gestão José Bezerra duas questões merecem destaque. Em relação a continuidade administrativa, mesmo que elegendo o seu sucessor, a gestão José Bezerra não teve continuidade. Em um primeiro momento devido as características do seu sucessor, o qual não obstante ser eleito pelo mesmo partido político tinha outra forma de encaminhar o processo decisório e realizar as práticas administrativas. Além do mais, por motivos de rompimentos políticos cujos motivos encontram-se fora da política local, o sucessor de José Bezerra rompe com a seu grupo e desfilia-se do Partido dos Trabalhadores. Isso implicou em um maior distanciamento das práticas administrativas implementadas

pela gestão José Bezerra e a desconstrução do processo participativo e a descontinuidade das políticas públicas implementadas, especialmente os projetos e programas da área de cultura.

Uma última conclusão diz respeito ao fato de que a administração José Bezerra, ao dar continuidade gestão Salomão Gurgel, teve menor aporte de recursos e de sustentação política. A ampla política de alianças de Salomão Gurgel não aconteceu na gestão José Bezerra, em parte por uma concepção mais isolacionista dos agentes organizacionais e em parte devido ao fato de que ao ser eleito pelo Partido dos Trabalhadores, minoritário no estado e com pouca inserção social e política naquele momento, ter contribuído para impor maiores dificuldades tanto para composições políticas mais amplas em âmbito local, como para o acesso a recursos e transferência de aportes do governo estadual e federal.

REFERENCIAS

BECKER, Dinizar Ferminiano. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: _____. (Org). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

COSTA, João Bosco Araújo da. A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fund. SEADE, v. 10, n. 03, jul./set. 1996.

_____. **Poder local, democracia e participação popular: a experiência de Janduí (RN) 1982/88**. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) – PPGCS/PUC/SP, São Paulo, 1993.

_____. **O imaginário político do partido dos trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o**

poder local. Tese (Doutorado em ciências sociais) – PPGCS/PUC/SP, São Paulo, 1998.

DaMATTA, Roberto. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: _____. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAGNINO, Angelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Angelina (Org). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Trad. de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como liberdade. **Revista Lua Nova**, São Paulo: Cedec, 1993.

SOARES, Arlindo José; GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: BAVA, Silvio Caccia; SOARES, Arlindo José (Org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 61-96.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo,SP: Cortez; Recife, PE: EQUIP; Salvador, BA: UFBA, 2001.

Clusters locais de responsabilidade social das organizações: possibilidades e limites em debate

Maria João Santos – Universidade Técnica de Lisboa
Carla Montefusco de Oliveira – UFRN

RESUMO

O presente artigo trata do papel das empresas no desenvolvimento social e econômico, considerando para tal as análises que envolvem a temática da Responsabilidade Social Empresarial numa perspectiva integrada a ações sociais de entidades governamentais e ONGs. Nesse sentido, o conceito de clusters de RS pressupõe que aglomerações de empresas, localizadas num mesmo território, estabeleçam interações entre si e com outros atores locais para otimizar práticas conjuntas de RS voltadas para o desenvolvimento sustentado da região, numa perspectiva integrada e global. As possibilidades interventivas dos clusters de RS podem expressar um avanço nos resultados das ações sociais e/ou ambientais empreendidas através de redes integradas.

Palavras-chave: Responsabilidade social empresarial. Clusters. Ações sociais integradas.

ABSTRACT

This article treats about the company role in social and economic development, considering the analyses that involves the Corporate Social Responsibility in a integrative perspective with government institutions and non government institutions social actions. The SR clusters concept estimates that company agglomerations, located in a same territory, establish interactions between them and other

local actors to improve SR joint practices to regional sustainable development, in an integrative and global perspective. The SR clusters intervention possibilities could express an advance in social and environmental actions realized through integrated networks.

Keywords: Corporate social responsibility. Clusters. Integrated social action.

INTRODUÇÃO

A difusão da temática da Responsabilidade Social (RS) coloca em evidência o debate acerca do papel das empresas, e demais organizações, para o desenvolvimento econômico e social global. Atualmente, existe uma forte conscientização em nível internacional, expressa, por exemplo, nas resoluções emitidas no âmbito das Nações Unidas, acerca do contributo da Responsabilidade Social das Organizações (RSO) para a obtenção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável que articule, de forma equilibrada, o crescimento econômico com a equidade social e a proteção ambiental.

É diretamente assumido pelas Nações Unidas que a promoção do desenvolvimento sustentável somente se faz possível se os princípios que lhe subjazem forem interiorizados e assumidos por todos os atores sociais na sua esfera de ação, ou seja, se toda a sociedade civil e, as empresas em particular, se envolverem e participarem ativamente neste processo. Devido à grande influência que as empresas exercem sobre os ambientes onde atuam, o movimento no sentido do desenvolvimento sustentável só é possível também se houver um envolvimento efetivo das organizações empresariais neste processo.

No âmbito europeu, tem havido igualmente uma participação ativa da Comissão Europeia (CE) na promoção da Responsabilidade Social das Empresas (RSE), nomeadamente através da apresentação do Livro Verde, da integração do tema nas políticas da União Europeia e nos seus Estados membros, bem como na promoção da RSE em termos globais. Parte-se do princípio de que as organizações, como qualquer cidadão, têm direitos mas também responsabilidades. No caso particular das empresas, sem deixar de se reconhecer a natureza do seu objetivo final, o incremento da

lucratividade, se afirma que estas devem igualmente responder pelos impactos negativos decorrentes da sua atividade e desenvolver uma atitude de cidadania ativa de promoção da sustentabilidade.

No entanto, apesar da RSO surgir associada a uma melhoria da sustentabilidade global, verifica-se que os resultados se mostram ainda insuficientes, não apenas em termos das ações realizadas, como sobretudo, em termos da sustentabilidade do sistema global. Nunca como atualmente se produziram tantos relatórios de sustentabilidade, índices éticos, *rankings*, *standards*, ferramentas e diretrizes e, simultaneamente, nunca como agora se esteve tão longe dos desígnios da sustentabilidade. A presente crise econômica e financeira e a eminência de uma crise ambiental, atesta a fragilidade da sustentabilidade do sistema global. Esta situação levanta, então, uma questão inevitável: será que a RS tal como atualmente é perspectivada é realmente eficaz? Qual o papel da RS no atual contexto e de que forma contribui para superar as graves insuficiências existentes?

RESPONSABILIDADE SOCIAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Sendo certo que existem diferentes posicionamentos sobre a forma como as organizações devem exercer a sua responsabilidade social (CARROLL, 1999), a revisão da literatura acadêmica contemporânea acerca das diferentes concepções de RS que têm surgido ao longo do tempo (GARRIGA; MELÉ, 2004, MARREWIJK, 2003), permite uma melhor compreensão das tendências teórico-conceituais existentes, das suas lógicas e dos pressupostos subjacentes. Uma integração sumária das diversas correntes de pensamento permite identificar sinteticamente cinco abordagens distintas, quais sejam:

i) Perspectiva da responsabilidade econômica e da obrigação social

Esta perspectiva surge associada ao economista Milton Friedman. Num artigo publicado no New York Times Magazine, no qual estão desenvolvidas algumas ideias do seu livro “Capitalism and Freedom” (FRIEDMAN, 1962), este autor refere que as empresas têm um único objetivo, chamado dever fiduciário, que é o de contribuir para a criação de riqueza. Segundo Friedman, toda a atividade da empresa deve estar orientada para a obtenção de lucro para os proprietários ou acionistas. Qualquer

envolvimento em outra atividade excede a legítima função que o negócio tem na sociedade. Deste modo, a responsabilidade empresarial assume-se prioritariamente através do exercício de uma gestão eficaz, exclusivamente orientada para a produção de bens e serviços através do qual se cria riqueza.

Este economista explicita diretamente que a responsabilidade social do negócio é apenas uma: utilizar os seus recursos e desenvolver com atividades que permitam aumentar os seus lucros, na condição de “respeitar as regras do jogo”, o que significa comprometer-se numa coerência aberta e livre, sem vigarice ou fraude. Nesta óptica, a RSE restringe-se exclusivamente à criação de valor para os *shareholders*, surgindo enquanto procura de ganhos econômicas, dentro do respeito pelas regras impostas pela sociedade ou lei. O desenvolvimento de qualquer atividade que contrarie o princípio da maximização do lucro é considerado socialmente irresponsável.

ii) Perspectiva da responsabilidade filantrópica e da reação social

Nesta abordagem, a RSE surge sob a forma de contribuições cedidas através de donativos ou da concessão de facilidades, com propósitos sociais ou humanitários. Resulta de um ato voluntário, do desejo de participação na sociedade civil, de boa cidadania, de solidariedade social. Segundo Davis e Blomstrom (1975), estamos neste caso em presença de uma lógica meramente reativa, resultando frequentemente de ajustamentos que as organizações introduzem face à presença de expectativas ou de pressões advindas da sociedade civil. O fundamento do autor é o de que em presença das expectativas que as pessoas têm sobre a atividade das empresas, as quais ultrapassam o simples fornecimento de bens e serviços e se prendem com a própria resolução dos problemas da sociedade, as empresas tendem a desenvolver ações deste tipo. Nesta perspectiva, a RSE surge associada a práticas filantrópicas que decorrem como forma de resposta a normas, pressões sociais e expectativas de desempenho predominantes, estando de certo modo subjacente a ideia de reatividade social.

iii) Perspectiva da responsabilidade ética e da sensibilidade social

Nesta perspectiva, a concepção de RSE é mais ampla, ultrapassa a mera postura legal, a prática filantrópica ou o simples apoio à comunidade. Afirma-se não como mera reação a condicionantes externos, mas como uma atitude altruísta que pressupõe o comprometimento dos gestores para com o desenvolvimento sustentável, criando valor económico, social e ambiental, através do qual contribuem

para aumentar o bem estar geral e o progresso das gerações.

Segundo Mintzberg, um dos autores que poderíamos integrar neste perspectiva, para além de uma gestão responsável no qual as empresas se devem responsabilizar pelos custos ecológicos, ambientais e sociais decorrentes da sua atividade, deve haver um comprometimento para com os valores sociais. As empresas e os seus gestores devem contribuir para sustentabilidade econômica, sem negligenciar os aspectos social e ambiental. “A prosperidade não é apenas econômica e não pode ser mensurada apenas por médias. É também social e isso depende da distribuição. A verdadeira prosperidade combina o desenvolvimento económico com a generosidade social” (MINTZBERG; SIMONS; KUNAL 2002, p. 20). Neste caso, as ações de RSE integram-se numa lógica de comprometimento societal, na qual a actividade empresarial tem como objectivo último a construção de uma sociedade economicamente mais próspera e socialmente mais justa.

iv) Perspectiva da criação de valor e de benefício mútuo

Nesta concepção, a RSE surge enquadrada numa visão de gestão empresarial, na qual as empresas procuram desenvolver e orientar as práticas de responsabilidade social numa perspectiva de criação de valor para todos. Parte-se do princípio que as empresas são importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico e social. Como tal, as empresas devem desenvolver uma missão socialmente positiva, através do qual põem os seus recursos e as suas competências ao serviço das pessoas e do planeta, sem que para isso tenham de se desviar da sua função fundamental: a criação de valor através dos produtos/serviços que constituem a sua atividade nuclear.

Nesta perspectiva, a RSE é considerada como um importante fator de competitividade. Através de novas práticas de gestão e de uma articulação com todos os parceiros envolventes, pode-se potenciar a capacidade competitiva das empresas e, simultaneamente, contribuir para a construção de um desenvolvimento mais sustentável. Enquadrados nesta perspectiva poderemos integrar múltiplos autores e, em particular, Michael Porter, atendendo-se sobretudo à forma como se perspectiva a articulação entre filantropia e vantagem competitiva. Neste caso, a questão essencial que se coloca é a de como orientar estrategicamente as ações de RSE no sentido de reforçar o contexto competitivo e por esta via garantir a criação de valor (PORTER; KRAMER, 2002).

v) *Perspectiva da responsabilidade civil e da cidadania empresarial*

A perspectiva da cidadania empresarial integra uma visão ainda mais alargada relativamente ao papel que as empresas podem desempenhar na sociedade e perante os desafios do desenvolvimento sustentável. Zadek (2001), na sua obra “The civil corporation: the new economy of corporate citizenship” refere que no quadro da nova economia as empresas em associação com outras organizações podem desenvolver novas formas de governação civil. Neste sentido, a empresa civil é, não apenas aquela que aponta para um desempenho mais consciente tendo em conta as suas repercussões no meio, mas a que se envolve activamente na promoção de enquadramentos de governação, permitindo o desenvolvimento integrado e sustentável da comunidade envolvente.

A cidadania empresarial exerce-se quando as empresas integram os interesses dos *stakeholders* na sua forma de actuação. Daí a importância de haver uma estratégia de cidadania empresarial que integre uma visão de empresa em comunidade. Significa criar comunidades empresariais que alinhem e integrem nas suas estratégias as necessidades das regiões e, que em articulação com organizações multidiferenciadas, se empenhem na governação das regiões, de modo a promover um desenvolvimento mais integrado e harmonioso das comunidades envolventes. Neste sentido, a RSE afirma-se no momento em que as empresas refletem sobre o impacte da sua atividade e agem a partir daí, intervindo ao nível da própria regulação civil, contribuindo por esta via para a afirmação de um desenvolvimento mais sustentável.

Quadro 1 – Perspectivas teóricas da RS

CONCEITO RS	Filantropica	Transaccional	Integrador
Resp. econômica			
Friedman	Criação de riqueza		
Resp. Filantrópica			
Keith Davis	Conv. de doações		
Resp. Ética			
Mintzberg		Ética dos gestores	
Benefício mútuo			
Michael Porter		Gestão empresarial	
Responsabilidade Civil			
Zarek			Governança civil

Estas perspectivas, apresentadas sumariamente, tornam evidente a existência de diferentes entendimentos quanto às possíveis formas e modos de intervenção da empresa e demais organizações no contexto societal. No entanto, embora não exista uma resposta direta e imediata à pergunta sobre o que se deve esperar das empresas, no que respeita à sua responsabilidade social, é entendimento geral que a responsabilidade social pressupõe “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (EUROPEAN COMMISSION, 2001). Nesta definição proposta pela Comissão Europeia (CE) no Livro Verde a RSE pressupõe:

um comportamento que as empresas adotam *voluntariamente* para além das prescrições legais; a integração por parte das empresas nas suas operações do *impacto econômico, social e ambiental*;

uma *nova forma de gestão* das empresas no seu todo, não constituindo um acréscimo paralelo às atividades nucleares da empresa.

Tanto na definição proposta pela CE, como nas perspectivas anteriores, a RS tem sido fundamentalmente perspectivada *i)* numa óptica voluntarista, dependente da absoluta discricionariedade das empresas; *ii)* como um meio para a obtenção adicional de vantagens competitivas, assentada sobre

o pressuposto de que as empresas podem “fazer o bem enquanto beneficiam o sucesso do seu próprio negócio” e ainda *iii*) numa lógica individualizada, resultante de ações espontâneas, ocasionais, numa base de micro atuação.

Os conceitos de *triple bottom line* e de *win-win* são exemplos paradigmáticos da existência de um quadro conceitual assentado numa lógica argumentativa baseada nestes pressupostos, ao mesmo tempo que se valoriza as vantagens da utilização de ações de RS, nomeadamente em termos dos ganhos de imagem e reputação, dos efeitos na motivação e retenção de talentos, gestão do risco, satisfação dos *stakeholders*, entre múltiplas outras vantagens referidas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: IMPACTOS SOCIAIS REDUZIDOS

É bem visível que as concepções teóricas dominantes têm reduzido a RS a uma dimensão micro associada a iniciativas empresariais voluntárias; com baixo nível de comprometimento; fragmentadas e nem sempre estrategicamente ligadas ao *core business*, mas que mesmo assim permitem obter diversos tipos de vantagens competitivas extra. Sem se desvalorizar os importantes avanços que em termos de atuação socialmente responsável muitas empresas e organizações têm tido, visíveis particularmente através de programas com impactos assinaláveis na comunidade, o fato é que na generalidade esta lógica de micro atuação tem tido efeitos muito limitados em termos de sustentabilidade econômica, social ou ambiental global e mesmo regional ou local.

Numa avaliação global das ações de RS implementadas, verifica-se que satisfazem problemas pontuais mas não resolvem problemas estruturantes. As ações são maioritariamente reduzidas a um nível micro de actuação, sem efeitos visíveis ao nível macro ou sem impactos significativos na vantagem competitiva das regiões e na sustentabilidade global (SANTOS et al., 2006). Geralmente as ações de RS apresentam-se desconectadas do *core business*, sendo encaradas como um custo, um ato benemérito ou filantrópico e não como um veículo de inovação, resultante de *insights* advindos da procura de ações que vão ao encontro dos benefícios da sociedade.

Estudos do AccountAbility e do Copenhagen Center coordenados por Zadek et al. (2003)

concluem que muitas das ações desenvolvidas não são estratégicas nem operacionais. Surgem muitas vezes como resposta a pressões da opinião pública, assumindo a forma de campanhas de marketing ou mostra de boas práticas divulgadas nos espaços de mídia, sendo que neste caso frequentemente se destacam as campanhas realizadas e não o impacto real dessas ações em termos do benefício real para a sociedade.

A lógica argumentativa predominante, parte do pressuposto de que o somatório dos efeitos ao nível micro se fazem sentir automaticamente em amplitude macro. No entanto, não existe uma correlação direta entre os efeitos micro e macro da RS, verifica-se antes que um modelo de RS baseado no *business case* tem impactos limitados tanto em termo econômico, como social e ambiental. Neste enquadramento as ações de RS:

apresentam-se com impactos de alcance limitado. A RS, está orientada fundamentalmente para a satisfação de problemas pontuais mas não para problemas estruturantes;

integram atividades desconectadas e frequentemente não relacionadas com atividade nuclear da empresa. A RS é encarada como um custo, um ato de caridade e não como uma fonte de inovação e de vantagem competitiva;

têm ausente um carácter estratégico e operacional. A RS decorre maioritariamente de respostas a pressões da opinião pública e não como veículo para a aquisição de *insights* orientados para a inovação de produtos e serviços mais sustentáveis;

são reduzidas a um nível micro de atuação. Parte-se do pressuposto que o somatório dos efeitos micro da RS se fazem sentir automaticamente em nível macro.

O fato das políticas e práticas de RS assumirem um carácter essencialmente micro, limita a sua capacidade de ação e os seus efeitos reformadores globais. Segundo Zadek et al. (2003) sem uma ligação ou integração da RS com a competitividade das nações as ações de RS têm efeito limitado e as atividades ficarão restritas a algumas empresas líderes de mercado. Situação que parece evidenciar uma incapacidade para se alavancar os efeitos da RS em nível macro e se criar um círculo virtuoso entre a RS e a competitividade econômica, a coesão social e a preservação ambiental.

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO: CLUSTERS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

É neste contexto, que Zadek et al. (2003) integram o conceito de *clusters* – agrupamentos competitivos – de Porter para salientar as potencialidades dos agrupamentos de RS no reforço da competitividade e na promoção do desenvolvimento sustentável. Segundo estudos do Accountability e do Copenhagen Center (ZADEK et al., 2003), as ações e os impactos positivos da RS podem ser incrementados se houver uma articulação entre empresas, sociedade civil e setor público. É justamente dentro de uma proposição mais ampla (meso e macro), em que distintos atores sociais se aliam, com vista à construção de um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade, que se pode visualizar a importância dos *clusters* em responsabilidade social.

O conceito de *cluster* (agrupamentos competitivos) pressupõe que as empresas podem atingir maiores vantagens competitivas quando a sua concentração geográfica lhes garante uma acumulação de fornecedores, estrutura e informações melhor que a dos seus concorrentes. O reconhecimento de que, não raras vezes, as empresas não são detentoras de todos os recursos e competências necessárias à efetivação de suas atividades, é um dos principais fatores que leva à necessidade de se organizarem em agrupamentos, procurando a complementaridade na rede e na inter-relação que se estabelece, através da partilha de competências, infra-estruturas, conhecimentos e sinergias (ISHMAEL, 2008).

Os *clusters* de RS à semelhança dos agrupamentos competitivos são constituídos a partir de aglomerações de empresas localizadas num mesmo território que estabelecem algum vínculo de interação entre si. A diferenciação decorre do facto de que as interações são estabelecidas com vários outros atores locais (ONG's, associações empresariais, instituições de ensino e/ou pesquisa ou outras organizações do terceiro setor) e, sobretudo do fato haver uma orientação para a procura de vantagens competitivas, orientadas para um determinado setor ou para uma localidade geográfica, no quadro de numa estratégia integrada de sustentabilidade e de afirmação da RS ao nível da região.

O cluster de RS pressupõe que aglomerações de empresas, geralmente localizadas num mesmo território, estabeleçam interações entre si e com outros atores locais para otimizar práticas conjuntas de RS voltadas para o desenvolvimento sustentado da região, numa perspectiva integrada

e global. Através de uma governação participativa, que integra para além das empresas, outros atores locais, os agrupamentos de RS podem assumir compromissos mais amplos que aliam o desempenho económico, ao desenvolvimento sustentável.

Experiências bem sucedidas em meios inovadores, mostram que existem formas alternativas de promoção do desenvolvimento sustentável desencadeadas e geridas a partir das necessidades e das possibilidades próprias de cada espaço local. Verifica-se inclusivamente que a incorporação de uma perspectiva mais alargada de desenvolvimento que integre os problemas sociais de uma localidade, pode favorecer a criação de tecnologias sociais mais criativas e inovadoras e, igualmente, contribuir para fortalecer o espaço local nas suas múltiplas esferas de intervenção.

As intervenções que incentivem a aprendizagem contínua, a produção de idéias, de bens e serviços e a capacidade interventiva do agrupamento na procura de benefícios sociais e ambientais estruturados, bem como existência de uma estrutura político-institucional assentada em padrões de governação que efetivamente possibilitem o diálogo e a cooperação entre os membros do *cluster*, tende a favorecer a expansão de ações empresariais e a competitividade global do cluster. A adoção de metas sociais partilhadas por atores distintos tende a favorecer o desenvolvimento de ações empresariais que ultrapassem uma esfera micro de atuação, com amplos benefícios para as comunidades locais.

A cooperação entre os membros de um *cluster* em responsabilidade social, permite alcançar melhorias sociais que para cada ator isoladamente seria difícil efetivar e paralelamente viabiliza alternativas para a conquista de diferentes vantagens competitivas que podem vir a beneficiar diferentes grupos sociais. O desafio passa por estabelecer uma ligação entre o nível empresarial e organizações da sociedade civil, ou seja, empresas, governos, universidades, ONGs, entre outras instituições, onde cada qual na sua esfera de atuação e com suas competências específicas, possam colaborar em conjunto e consolidarem ações que tenham como foco a melhoria da qualidade de vida da comunidade de inserção e a potenciação do *cluster* na sua globalidade.

Ao ganharem maior amplitude, as ações de RS podem ainda gerar impactos positivos na economia em geral pois, na medida em que abrem caminhos para a melhoria de problemas sociais e ambientais, contribuem também para o incremento do desempenho económico da sociedade.

Contrariando as teses que postulavam o crescimento econômico como sinónimo de progresso social, a noção de *clusters* de RS permite pensar a melhoria dos níveis de qualidade de vida como requisito indispensável à construção de vantagens competitivas que levem uma dada sociedade/nação a patamares significativos de desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, quando associadas a outros atores que também tenham como foco a promoção de propostas sustentáveis de desenvolvimento, as ações das empresas podem assumir maior amplitude. É neste sentido que, compreender o processo de funcionamento dos *clusters* de responsabilidade social pode contribuir para dar origem a proposições inovadoras de gestão social, que potencializem ganhos ao nível do desenvolvimento local (ZADEK et al., 2003).

A idéia de complementariedade, central na formação dos *clusters* em RSE, também é adicionada à idéia de que quando conjugados num espaço de ação comum, existe a necessidade de atores sociais envolvidos se fiscalizarem-se uns aos outros, já que, considerando o âmbito de ação do *cluster*, todos são responsáveis pelo sucesso das práticas. Embora com interesses em comum, o *cluster* em RS também não deixa de ser um espaço de disputa e conflito, o que exige um nível de confiança acrescido entre os agentes para que possa funcionar. Cada membro tem ao mesmo tempo objetivos que são próprios da sua esfera de atuação, bem como focos que dizem respeito a todos os membros integrantes do *cluster*.

Neste contexto, a formação de *clusters* em RSE depende de requisitos múltiplos e põe desafios ao poder público, empresas e sociedade civil, pois sem a disposição e preparação para o diálogo e parceria, o trabalho conjunto entre estas partes não é possível. São necessárias trocas de conhecimento, de competências e, sobretudo, abertura para compreender as estratégias orientadoras, muitas vezes desconhecidas, no campo dos atores parceiros (ZADEK et al., 2003).

Pensar a formação dos *clusters* importa reflectir sobre as condições de funcionamento das redes, já que estas fazem parte integrante da actividade do *cluster*. A partir de redes cooperativas já existentes entre empresas, podem desenvolver-se *clusters* de responsabilidade social, sendo que as empresas podem assumir um papel que extrapole as disposições mercadológicas e adoptem uma função de participação social (MOON; VOGEL, 2008). De acordo com Porter e Kramer (2006),

quando esforços conjuntos são empreendidos, há potencialmente não apenas a oportunidade de dividir valor com criações econômicas e ações de desenvolvimento social, mas de modificar o modo como empresa e sociedade se vêem uma a outra, possibilitando-se pensar, para além da RS, uma forma de Responsabilidade Social Integrada.

Neste contexto, Zadek et al. (2003) apontam a importância das políticas públicas como instrumento de incentivo para a criação e manutenção de *clusters* de responsabilidade social, o que significa afirmar que a otimização dos resultados em competitividade e desenvolvimento sustentável do *cluster* dependem também de intervenções específicas que incentivem a aprendizagem contínua e a capacidade interventiva do agrupamento. Neste sentido, a RS requer políticas de ação que não se desenvolvem à revelia das regulações governamentais (MOON; VOGEL, 2008). As políticas públicas neste caso, podem funcionar, como potenciadoras de uma ação de responsabilidade social empresarial que se manifesta para além da boa consciência, e que integra o funcionamento da sociedade, considerando que os modos de fazer negócios tem profunda influência na sustentabilidade não só das próprias empresas, mas também da esfera sócio-ambiental. Os inúmeros desafios, tanto de ordem econômica, quanto política, social e ambiental, postos às sociedades na actualidade chamam atenção para a necessidade de práticas inovadoras que favoreçam a relação entre empresas, governo e sociedade civil no sentido de avançar na efectivação de uma colaboração entre actores locais. Neste sentido, torna-se fundamental a implantação de políticas públicas que incentivem a criação de parcerias entre as empresas, o próprio governo e a sociedade civil, bem como que considerem efetivamente as possibilidades de construção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável através da governação participativa.

CONCLUSÕES

Apesar da RS surgir associada a uma vantagem competitiva assinalável com benefícios reconhecidos em termos de sustentabilidade das populações e dos ecossistemas, verifica-se que os resultados que cada empresa e comunidade alcançam a partir das ações de RS são ainda insuficientes,

não apenas em termos da competitividade individual, como sobretudo, em termos de alteração do sistema global.

Para esta situação concorre o facto das práticas de RS assumirem essencialmente um carácter micro, o que limita fortemente sua capacidade de ação e seus efeitos reformadores globais. Segundo estudos do Accountability e Copenhagen Centre, os impactos positivos da RS podem ser incrementados se somados a esforços de outras empresas, sociedade civil e sector público. Nesta perspectiva, vários autores têm integrado o conceito de *clusters* de Porter e aplicado ao caso dos agrupamentos de RS, avaliando as suas potenciais contribuições para o reforço da competitividade e da promoção de um desenvolvimento sustentável, com efeitos mais amplos, tanto ao nível da região como das nações.

O conceito de *clusters* de RS pressupõe que aglomerações de empresas localizadas num mesmo território estabeleçam interações entre si e com outros atores locais para otimizar práticas conjuntas de RS voltadas para o desenvolvimento sustentado da região, numa perspectiva integrada e global. A adoção de metas sociais partilhadas por distintos atores articulados em rede pode favorecer o desenvolvimento de ações que ultrapassem uma esfera de microactuação, com amplos benefícios para as comunidades locais.

Neste perspectiva teórica, parte-se do pressuposto que apenas considerando uma proposição de intervenção da RS mais ampla, que alia distintos atores sociais (empresas, organizações da sociedade civil, poder local) com vista à construção de *networks* integrados de RS, se poderá conseguir caminhos desenvolvimento pautados por maiores níveis de sustentabilidade. No quadro da afirmação de novas formas de inovação social, os *clusters* em RS podem se configurar como uma estratégia de intervenção com repercussões e efeitos mais amplos do que as ações de RS que cada organização considerada individualmente podem assumir.

REFERÊNCIAS

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: evolution of definitional construct. **Business and Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

DAVIS, K.; BLOMSTROM, R. L. **Business and society: environment and responsibility**. New York: McGraw-Hill, 1975.

EUROPEAN COMMISSION. **Promoting a European Framework for Corporate Social Responsibility – Green Paper**. Bruxelas: European Comission, 2001.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: mapping the Territory. **Journal of Business Ethics**, v. 53, n. 12, p. 51-71, 2004.

ISHMAEL, B. Clusters and competitiveness: the development of sustainable competitive industries in Small Developing Countries. **The Round Table**, v. 97, n. 396, p. 453-474, June 2008.

MARREWIJK, M. V. Conceptions and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion. **Journal of Business Ethic**, v. 44, n. 2/3, p. 95-105, 2003.

MINTZBERG, H.; SIMONS, R.; KUNAL, B. **Beyond Selfishness**. Working Draft, 04.02, 2002. Disponível em: <http://www.cbsr.bc.ca/files/ReportsandPapers/mintzberg-beyondselfishness.pdf>.

MOON, Jeremy; VOGEL, David. Corporate social responsibility, government and civil society. In: CRANE, Andrew et al. **The Oxford handbook of corporate social responsibility**. Englad: Oxford University Press, 2008.

PORTER, M.; KRAMER, M. The competitive advantage of corporate philanthropy. **Harvard Business Review**, p. 57-68, Dec. 2002.

_____. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. **Harvard Business Review**, Boston: Harvard Business Review Publishing Corporation, p. 1-15, Dec. 2006.

SANTOS et al. **A Responsabilidade Social das Empresas nas PME**: casos em Portugal. Lisboa: Recursos Humanos Editora, 2006.

ZADEK, S. **The civil corporation**: the new economy of Corporate Citizenship. London: Earthscan, London, 2001.

ZADEK, S. et al. **Responsible competitiveness**: Corporate Responsibility Clusters in action. London: The Copenhagen Centre & AccountAbility, 2003.

Novos Arranjos Institucionais: gestão local e conselhos municipais de Assistência Social

Autores: Maria Ivonete Soares Coelho
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e Universidade
Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
lunasoares@uol.com.br

Carla Montefusco de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
carlamontefusco@yahoo.com.br

RESUMO

As discussões que envolvem as dimensões do Poder Local no Brasil ganham visibilidade pós Constituição de 1988, e em meio a este cenário estão presentes os Conselhos Municipais de Políticas Públicas que, apesar de terem filosofias e estruturas semelhantes, guardam particularidades, dependendo da política pública a que se referem. Na especificidade da Assistência Social, os conselhos municipais gestores emergem da condição da Assistência Social como política pública, inscrita na constituição de 1988, e aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Circunscrito neste debate, o presente artigo propõe-se a refletir sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) na sua relação com a gestão local, tendo como campo empírico de análise a experiência do município de Mossoró, localizado no Estado do Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

The debates involving the local power dimensions in Brazil gain visibility after the 1988 Constitution, in this way, became present the Municipal Councils of Public Politics, that, have similar philosophies and structures, but keeping particular characteristics, depending on the public politics they are related to. Considering the singular characteristics of Social Assistance, the Municipal Councils emerge from the condition of Social Assistance as public politic, determined in the constitution of 1988, and the approval of the Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS. Circumscribed in this debate, this article reflects about the Municipal Councils of Social Assistance in its relation with the local management, having as empirical field of analysis the experience of Mossoró, a city located in the state of Rio Grande do Norte, Brazil.

INTRODUÇÃO

As discussões que envolvem as dimensões do poder local no Brasil ganham visibilidade após a Constituição de 1988, com o reconhecimento dos municípios como parte da estrutura organizativa do Estado, o que gerou uma nova condição administrativa dos municípios, mais particularmente com a municipalização das políticas sociais públicas.

Neste cenário, novas demandas são postas ao poder político local e entram em cena novos atores sociais, (re)significando as relações de poder local, bem como as próprias formas de planejamento, gestão, avaliação e controle de políticas públicas, configurando novos arranjos institucionais.

Assim, destes novos arranjos institucionais fazem parte os conselhos gestores municipais de políticas públicas que, articulando Estado e sociedade civil, têm como papel principal a formulação e o controle da execução das políticas públicas setoriais (DAGNINO, 2002).

Na especificidade da Assistência Social, os conselhos municipais gestores emergem da condição da Assistência Social – AS – como política pública, inscrita na constituição de 1988, e aprovação e publicização da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742, de 07 de dezembro 1993). A Assistência Social passa, ao mesmo tempo, a ser municipalizada e a ter como condição para sua materialização a existência, dentre outras exigências, de Conselhos Municipais de Assistência Social.

Circunscrito neste debate, o presente artigo propõe-se a refletir sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social na sua relação com a gestão local, tendo como campo empírico de análise a experiência do município de Mossoró, localizado na mesorregião oeste potiguar do Estado do Rio Grande do Norte.

(RE) SIGNIFICAÇÃO DO LOCAL E OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Para o delineamento do estudo ora apresentado, concebe-se como local o espaço/ território municipal. Os municípios no Brasil, após a Constituição de 1988, elevados à condição de entes federativos, assumem novas configurações político-administrativas e, conseqüentemente, novas articulações emergem entre os setores e agentes sociais partícipes da construção da vida local, particularmente no campo das políticas sociais públicas.

Nesta direção, Costa (1996, p. 13) chama atenção para uma ressignificação das estruturas de poder local, afirmando que

[...] De espaço por excelência das relações coronelísticas de poder no âmbito dos pequenos e médios municípios, de relações clientelísticas e populistas nas médias e grandes cidades, as estruturas de poder local passaram a espaço de possibilidades de experimentos democráticos inovadores e do exercício de cidadania ativa. Da condição de importância diante do crescente desafio de oferecer bens e serviços públicos eficientes e de qualidade e da incapacidade de formular saídas econômicas, o poder local passou a ser portador de possibilidades de gerenciamento eficiente dos recursos públicos e protagonista de iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social.

Evidenciam-se como elementos fundadores destas novas possibilidades para o poder local a descentralização da gestão das políticas públicas, a emergência dos conselhos e a inserção, na agenda política municipal, da participação cidadã como condição para a materialização de direitos.

Os municípios transformam-se, assim, em campos de disputa de concepções e projetos políticos que visem a melhoria da qualidade de vida, bem como a efetivação da cidadania.

Em meio a este contexto, os conselhos municipais de políticas públicas são “[...] concebidos como fóruns públicos de captação de demandas e negociação de interesses específicos dos diversos grupos sociais e como uma forma de ampliar a participação dos segmentos com menos acesso ao aparelho de Estado [...]” (DAGNINO, 2002, p. 49). Os conselhos, então, constituem-se como um dos instrumentos de democratização da gestão pública local (SANTOS JUNIOR, 2004).

A legislação em vigor no Brasil preconiza, desde 1996, que, para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais, os municípios devem criar seus conselhos. Isso explica porque a maioria dos conselhos municipais surgiu após esta data (em 1998, dos 1.167 conselhos existentes nas áreas da educação, assistência social e saúde, 488 deles haviam sido criados após 1997; 305 entre 1994-96; e apenas 73 antes de 1991). Nos municípios, as áreas básicas dos conselhos gestores são: educação, assistência social, saúde, habitação, criança e adolescente. Na esfera municipal, devem ter caráter deliberativo (GOHN, 2000, p. 178-179).

Embora assentados sobre um sistema normativo universalizante, os Conselhos diferenciam-se na configuração do âmbito de cada política setorial, particularizando-se ainda na forma e atuação na realidade específica de cada município. Diante dessas considerações, os Conselhos de Assistência Social, objeto do presente estudo, apresentam como singularidade o fato de emergirem concomitantemente ao conceito e definição legal da Assistência Social como política pública e como condicionante à municipalização da Assistência Social, o que reforça a relevância de estudar estes conselhos como referência de novos arranjos institucionais e sua relação com a gestão local.

PARTICULARIDADES DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resultado de lutas históricas, particularmente de movimentos sociais organizados, do Serviço

Social e dos novos dispositivos legais previstos na Constituição de 1988, a Assistência Social, até então concebida como ações pontuais de filantropia e assistencialismo, passa à condição de política pública de direito componente da seguridade social.

A partir disso, a Assistência Social ganha o estatuto legal de política pública, ganhando materialidade através da promulgação da LOAS, que especifica a organização da assistência social, definindo, dentre outros aspectos, a existência, nos diversos níveis (federal, estadual e municipal) de seus conselhos gestores.

Neste sentido, os conselhos gestores de assistência social constituem-se em instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo, tendo caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade (LOAS, art. 16). Os conselhos configuram-se como novos instrumentos de expressão, representação e participação, podendo consolidar-se como uma nova institucionalidade pública, possibilitando novas relações entre Estado e sociedade (GOHN, 2000). Ressalte-se que, na particularidade dos municípios, os conselhos têm papel central na constituição de novas dinâmicas de vivência e fortalecimento de relações republicanas e cidadãos no espaço local.

Os conselhos gestores de assistência social, assim como os demais conselhos de políticas públicas, resultantes da emergência, no Brasil, dos ideais das reformas de poder local, geram como expectativa “[...] que a existência dos conselhos fortaleça a capacidade da sociedade de controlar os mecanismos e critérios do uso dos recursos públicos, e como consequência, sejam mais democráticas as decisões de contribuição do bem-estar social realizadas pelas políticas públicas” (SANTOS JUNIOR; AZEVEDO & RIBEIRO, 2004, p. 13).

Neste contexto, os Conselhos Municipais de Assistência Social não somente atendem ao cumprimento do marco legal que referencia a assistência social como política pública municipalizada, como também expressam novas demandas à sociedade e ao poder político local, ganhando legalidade a partir da criação e aprovação de leis municipais, e legitimidade com a consolidação de sua atuação, o que expressa as condições fundantes dos processos de municipalização da assistência social.

Como instância do sistema descentralizado e participativo da assistência social com caráter permanente de composição paritária entre governo e sociedade civil (art. 16/ LOAS), os Conselhos

Municipais seguem o princípio organizativo do Conselho Nacional de Assistência Social e, no âmbito dos municípios, estão legalmente vinculados ao Poder Executivo Municipal. Segundo Gohn (2000), nos municípios com maior tradição organizativo-associativa os conselhos têm maiores possibilidades de extrapolar os vínculos jurídicos e formais e atender aos objetivos de controle das ações públicas.

Assim, os conselhos gestores constituem-se como de fundamental importância para a própria consolidação das inovações da prática da assistência social, propostas a partir da LOAS ((Lei 8.742, de 07 de dezembro 1993), pois, tendo sido historicamente marcadas pela cultura do favor, as políticas assistenciais no Brasil tendem a ganhar nova dimensão de inclusão, quando passam a ter em suas decisões o envolvimento e participação da sociedade civil.

É deste modo que os conselhos gestores de assistência social afirmam-se como espaço propiciador da geração de debate em torno de direitos sociais e cidadania, sendo relevante ressaltar que, como em todo espaço de construção democrática, há avanços e retrocessos, sendo fundamental a capacitação dos membros partícipes do conselho para o pleno exercício de seu papel.

Diante desta contextualização, para pensar os limites e possibilidades de atuação dos conselhos gestores da assistência social, procedeu-se um estudo, de caráter descritivo, sobre o conselho da cidade de Mossoró, segunda maior cidade do Estado do Rio Grande do Norte, e local de tradicional domínio político de uma mesma oligarquia há mais de 60 anos.

O CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MOSSORÓ: CAMPO EMPÍRICO DE ESTUDO

CARACTERIZAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O município de Mossoró (RN) possui, atualmente, aproximadamente 234.392 habitantes (IBGE – IPEA/ DATA, 2007), localiza-se na região semi-árida do Nordeste do Brasil, no Estado do Rio Grande do Norte, compondo a Mesorregião Oeste Potiguar e a micro-região de Mossoró. Tem como limites: ao norte, os municípios de Grossos, Tibau e o Estado do Ceará; ao sul, os municípios de Governador Dix-Sept Rosado e Upanema; ao leste, os municípios de Areia Branca, Assu e Serra do

Mel; e a oeste, o município de Baraúna. Possui uma área territorial de 2.108,9 km², o que representa 3,9% da área do Estado do Rio Grande do Norte, com clima muito quente e baixa precipitação pluviométrica (precipitação pluviométrica anual normal de 695,8 mm) e altas temperaturas (mínima de 21° C e máxima de 36° C).

Dados do Diagnóstico do Município de Mossoró (2005) apontam que Mossoró teve um crescimento acelerado e diferenciado do Nordeste, do Brasil e do Rio Grande do Norte, indicando um rápido processo de urbanização, determinado por fluxos migratórios, com o esvaziamento das áreas rurais, e ampliados pela busca das populações circunvizinhas pelos bens e serviços do município, especialmente na década de 1980, o que foi motivado pelo crescimento econômico gerado pelas atividades ligadas à exploração do petróleo.

A evolução da população urbana induz-nos à necessidade de pensarmos esta população em termos de gênero e de geração, bem como de sua distribuição no espaço geográfico do município, como condição para pensarmos as políticas sociais e, em especial, a política de assistência social. Se pensarmos a população de Mossoró em termos de gênero, temos registros de que, no período de 1960 a 2004 (últimos 44 anos), a população feminina tem aumentado. No período compreendido entre 1970 e 2004 (34 anos), continua a tendência de afirmação da superioridade numérica das mulheres sobre os homens no município. Importante ressaltar que, em 2005, em termos absolutos, registra-se a existência de 117 mil mulheres e 108 mil homens.

Ressalte-se que a expansão urbana de Mossoró é semelhante à das demais cidades brasileiras, que crescem sobre o domínio do capital e seus agentes, locais ou externos às cidades, que encontram na intervenção do poder público local, através das políticas e programas de governo, as condições favoráveis para estabelecer-se e gerar as contradições próprias de sua expansão (ROCHA, 2005). Nesse sentido, o desenvolvimento urbano deve ser entendido também a partir das contradições que gera e do papel desempenhado pelo Estado nesse processo.

Nesta direção, registra-se o processo de verticalização em curso em Mossoró. Em evidência, um novo retrato para a cidade e uma nova forma de ocupação do espaço urbano, que tem no centro da cidade a sua área mais valorizada, seguida do bairro Nova Betânia, áreas de concentração da classe

média alta. A singularidade desta realidade é que Mossoró “[...] faz o caminho inverso das grandes cidades, onde a valorização fundiária não ocorre mais no centro da cidade, principalmente quando uma expansão urbana ocorre através da verticalização” (ROCHA, 2005, p. 237-238).

Quanto às cidades informais, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2001 mostram que existiam em Mossoró 15 (quinze) favelas e 58 (cinquenta e oito) loteamentos informais. Dados da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente de Mossoró (SEDETEMA) de 2004 registram a existência de 11 (onze) favelas, distribuídas em diversos bairros, estando algumas localizadas em terras da Prefeitura, do Estado ou da União, não havendo registro de dados quanto a loteamentos informais.

O poder público local interveio nesta realidade, através de programas habitacionais ou de ações, mesmo que precárias, de urbanização dessas áreas, com a criação de infra-estrutura de água, energia elétrica, calçamento de ruas e construção de equipamentos públicos. Intervenções que buscam amenizar o impacto na vida local do fenômeno de favelização, que expressa uma face do empobrecimento da população (MOSSORÓ, 2005).

Ao tratarmos da economia local, Mossoró destaca-se pela produção de petróleo e sal, pela fruticultura, pela carcinicultura e serviços, registrando-se a emergência do turismo como atividade econômica a partir de sua inclusão no Projeto Costa Branca.

Do ponto de vista eminentemente econômico, segundo dados da Prefeitura Municipal de Mossoró – Diagnóstico do Município/2005, registrou-se em Mossoró um crescimento maior que a média dos municípios do RN, do Nordeste e do Brasil, haja vista ter atingido taxa anual de crescimento, verificada a partir da produção de bens e serviços analisados pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de 19,94% no período de 1970-2000. Neste mesmo período, o Rio Grande do Norte cresceu média anual de 18,71%, o Nordeste, 12,52% e o Brasil, 8,08%. Os setores da indústria e dos serviços foram os que mais contribuíram para o crescimento da produção econômica do município.

Em se tratando de renda, Mossoró apresenta alto índice de concentração/apropriação de renda e bens. Dados do IPEA/DATA, citados no Diagnóstico de Mossoró, confirmam essa questão ao registrar que 48% da população vive sem renda nenhuma e 22% com renda de até 02 (dois) salários

mínimos, enquanto 10% dos mais ricos são detentores de 48% da renda familiar do município.

Pensando a história e o cenário político local, constata-se a incipiente atuação dos movimentos sociais e sindicais enquanto interlocutores dos setores excluídos junto ao poder público local, apesar da longa trajetória de luta dos trabalhadores, especialmente os salineiros, que nos anos 1930, segundo Felipe (2000), chegaram a 5.000 trabalhadores com destacada presença política nos anos de 1931 a 1946 e notadamente com a experiência do “Sindicato do Garrancho” que, segundo Ferreira (2000), tinha como matriz política o Partido Comunista do Brasil, sendo seus membros sujeitos inclusive de experiência de guerrilha. Hoje constatamos que, em sua maioria, as lutas dos trabalhadores limitam-se às categorias que representam.

Enquanto gestão do poder público local, identificamos o domínio/apropriação deste pela família Rosado, que elegeu o seu primeiro representante, Dix-Sept Rosado, em 1948 e, desde então, tem assumido o Governo Municipal, seja diretamente ou indiretamente, com a eleição de seus aliados, registrando-se, neste período, apenas uma alternância, em 1968, quando as eleições municipais foram vencidas por um opositor à família Rosado, o médico Antônio Rodrigues de Carvalho, do Movimento Democrático Brasileiro, com o apoio do grupo político liderado por Aluizio Alves, tradicional opositor desta família e que teve presença marcante na política local. O quadro seguinte confirma esta afirmativa.

Mossoró é, pois, esse conjunto sinteticamente apresentado, onde emergem problemas referentes ao rápido e intenso processo de urbanização, tais como a violência, a pobreza, a indigência, as drogas, os altos índices de desemprego, o subemprego, a estrutura precária e deficitária das políticas públicas, entre outros, além de relações políticas ancoradas em forças tradicionais. Tais problemas, determinados pelas contradições da sociedade do capital, expressam-se também na concentração populacional e nas determinações do poder público local de novas obrigações e responsabilidades.

Nesse contexto, buscamos compreender a política de assistência social e, mais especificamente, a atuação dos conselhos gestores no âmbito de construção da política, os limites e possibilidades postos no processo de consolidação de espaços democráticos de debate. Para tal, a pesquisa ora apresentada circunscreve-se pela aproximação com a dinâmica da realidade local, demarcada pela

história, geografia, economia e política, que desenham e condicionam as relações entre os poderes locais (econômico, social e político) e induzem à possibilidade de pensarmos o desenvolvimento como mudança social e a assistência social como componente deste.

Especificidades dos Conselhos Gestores de Assistência Social no Município de Mossoró: algumas reflexões

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Mossoró foi criado em 1995, pela lei municipal 1026/95, de 18 de dezembro de 1995, tendo sido resultado, ao mesmo tempo, de exigências político-legais das diretrizes de descentralização postas na Constituição de 1988 e na LOAS, e de mobilizações de entidades representativas da assistência social no município.

Dentre as entidades citadas destaca-se a atuação do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), já comprometido desde o início dos anos de 1990 com a construção de ações que reforçassem a assistência social como direito social e não como prática benemerente.

Além do CRESS, e demonstrando a articulação entre diversos sujeitos e agentes que interagem no espaço local, merecem também registro as seguintes entidades e personalidades locais que contribuem para a implantação do CMAS/Mossoró: Secretaria de Ação Comunitária e Social (SACS); Serviço Social da Indústria (SESI); Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETAS); Sindicato dos Servidores de Administração Direta e Indireta do Rio Grande do Norte (SINAI); Centro da Mulher 8 de março (CM8); Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/Natal e Mossoró); Departamento Diocesano de Ação Social (DDAS-Diocese); Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Faculdade de Serviço Social (UERN/FASSO); Vereadores Telma Gurgel da Silva (PT), Sérgio Rosado Coelho (PMDB) e José Wellington Barreto (PPS), observando-se, também, a presença marcante dos profissionais de serviço social na organização e realização de seminários de pré-municipalização, pré-conferências e conferências municipal e regional de assistência social.

Pela formatação legal, o CMAS/Mossoró tem como competência definir, aprovar, acompanhar,

avaliar a política e a gestão da assistência social em Mossoró, sendo, para tanto, fundamental a condição de paridade na sua composição, bem definida no artigo 3º da lei 1026/95, que afirma:

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social, terá composição portaria de 14 membros e respectivos suplentes, dentre os quais será eleito um presidente por deliberação do próprio conselho;

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS, serão indicados de acordo com os seguintes critérios:

04 (Quatro) representantes do Executivo Municipal; vinculados às Secretarias responsáveis pela execução das políticas sociais ou áreas afins;

02 (Dois) representantes do Governo Estadual;

01 (Um) representante do Governo Federal;

07 (Sete) representantes da Sociedade Civil, entre as organizações de usuários da assistência social e organizações prestadoras de serviços de assistência social e das organizações dos profissionais da área de assistência social e entidades de assessoria e defesa da assistência social;

Todos os membros do Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS, titulares e Suplentes, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, para o exercício de um mandato de dois anos, permitida uma única recondução, por igual período (MOSSORÓ, Lei Municipal 1026/95).

Evidencia-se neste artigo a autonomia do Conselho em escolher seu próprio presidente e a obrigatoriedade de nomeação dos conselheiros pelo prefeito municipal. No que se refere à participação da sociedade civil, abre-se um leque de possibilidades de representação ao indicar organizações de usuários, prestadores de serviços, organização de profissionais e entidades de defesa e assessoria na área da assistência social.

Neste momento inicial de formação do CMAS/Mossoró, é possível perceber, apesar da configuração do poder político local, demarcado por relações tradicionais de poder, uma predominância, na arena de disputa pela consolidação da assistência social no paradigma de direito, das forças sociais democráticas oriundas da sociedade civil.

A presença marcante das instituições da sociedade civil na condução da gestão do CMAS/Mossoró apresenta como aspecto positivo a possibilidade de maior liberdade na condução do funcionamento do Conselho frente aos interesses do poder público, e como aspecto negativo as dificuldades em acompanhar o processo técnico-burocrático-operativo e gerencial do órgão gestor da política municipal de assistência social, no caso a Gerência de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Mossoró.

Quanto ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/Mossoró), este tem mantido, desde a sua criação, reuniões ordinárias mensais, com pautas marcadas pela distribuição e recebimento de processos e pareceres referentes à solicitação de inscrição no CMAS/Mossoró e emissão de Certificados de funcionamento de entidades, incluindo ainda pareceres sobre projetos e relatórios emanados da Gerência de Desenvolvimento Social (GEDS) e, em especial, a realização e condução das Conferências Municipais de Assistência Social.

É importante salientar ainda os limites do CMAS/Mossoró em seu funcionamento, marcados também pela falta de condições de infra-estrutura de apoio às atividades e ações dos conselheiros, entre essas instalações inadequadas, equipamentos precários e falta de transporte para deslocamento dos conselheiros nas visitas às instituições. Acrescente-se ainda a falta de equipe técnica de assessoria à diretoria e membros do Conselho, bem como de política de capacitação dos conselheiros para o exercício de suas funções.

Atualmente, o CMAS/Mossoró representa a constituição de uma nova institucionalidade no campo da gestão da política de assistência social, apresentando-se como um canal efetivo de participação, apesar da pouca visibilidade para a população local e a incipiente participação de novas entidades e atores em sua composição.

CONCLUSÕES: MUDANÇAS E LIMITES

Ao assumir, por determinação social/legal, políticas/ações que pertenciam anteriormente à

União, os municípios passam por profundas modificações em sua estrutura tributária e administrativa, de capacitação de pessoal, de conhecimento técnico e científico de sua realidade, no papel de Estado local, que passa a ser responsável por iniciativas que visem o desenvolvimento, construam cidadania e contribuam, por sua vez, com o desenvolvimento das regiões nas quais estão inseridos.

Os municípios assumem, assim, o papel de articuladores de suas forças internas e externas, redesenhando o Estado em nível local, redefinindo papéis e fazendo emergir novos cenários, atores e relações, transformando-se na “instância em que se torna mais viável a implementação de processo de gestão que gere bem estar, que permita acesso a bens culturais, que melhore a qualidade de vida, focalizando toda a atenção no cidadão” (SALGADO, 1996, p. 49).

Em se tratando da assistência social, a descentralização e a municipalização possibilitam a esta afirmar-se como política no âmbito municipal, exigindo conhecimento da realidade local, participação dos cidadãos e seus usuários na sua definição, planejamento, execução e avaliação, ganhando visibilidade e resignificando-se, no sentido de consolidar-se como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, garantidora de mínimos sociais e possível componente/aliada do desenvolvimento local, rompendo, por sua vez, com a percepção de filantropia, caridade e ajuda.

Ressalta-se outra mudança fundamental que concretiza as municipalizações e afirma a centralidade do município como “lócus” privilegiado de cidadania, que é a emergência dos Conselhos Municipais de Políticas Sociais Públicas, que objetivam indicar, acompanhar e fiscalizar a ação dos governos locais no planejamento, execução e avaliação das políticas, constituindo-se em espaços de debate e canais de defesa de direitos, estabelecendo novas relações entre o poder público local e a sociedade civil e possibilitando novas formas de gestão e articulação das políticas sociais e econômicas.

Consideramos, pois, que o CMAS/Mossoró tem exercido precariamente seu papel na efetivação da assistência social como política pública no município de Mossoró, notadamente na materialização de seus objetivos de propor, avaliar e exercer controle social.

Pressupondo que conhecer a política nacional e a política municipal de assistência social é condição fundamental para entender o significado e a importância da municipalização, consideramos

que os conselheiros do CMAS/Mossoró percebem a municipalização como fato de o município transformar-se em espaço privilegiado para definição de ações de assistência social, mas não a percebem de forma mais ampla, no sentido de espaço para construção e exercício de cultura cívica, como condição de exercício de cidadania e de efetivação da assistência social como direito, cujo controle social é exercido, dentre outros instrumentos, pelo Conselho Municipal de Assistência Social, sendo seus agentes materializadores de tal condição.

Verificou-se que a assistência social materializa-se como política pública em Mossoró, atendendo basicamente às demandas burocrático-legais determinadas pelas outras esferas estatais, sendo incipiente a intervenção da sociedade civil local neste processo, limitando e fragilizando sua concepção de direito social e induzindo a percepção desta como uma não política, e sim, como ações pontuais do poder público local. Nesta direção, ressalta-se a fragilidade do CMAS/Mossoró como canal de participação e controle social, “instrumento de democratização da gestão pública local e de aumento de eficiência e da efetividade das políticas sociais setoriais” (SANTOS JUNIOR, 2004, 11).

REFERÊNCIAS

BASTOS, Fernando. **Ambiente Institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei N. 8742/1993, de 07 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências, publicado no DOU de 08 de dezembro de 1993.

COSTA, João Bosco Araújo da. A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. In **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, n.3, jul./set 1996, p. 113 – 118.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COELHO, Maria Ivonete Soares. **Municipalização da assistência social e desenvolvimento local: um estudo da política municipal de assistência social em Mossoró/ RN (1996-2005)**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2008.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Organização do Espaço Urbano de Mossoró**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1983.

_____. **Memórias e Imaginário político na (re) invenção do lugar: os Rosados e o país de Mossoró**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2000.

FERREIRA, Brasília Carlos. **O Sindicato do Garrancho. Natal**: Departamento Estadual de Imprensa, 2000 (Coleção Mossoroense, serie C, vol. 1014).

GOHN, M. G. M. O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana In: Ribeiro, Ana Clara Torres (org.). **Repensando a Experiência Urbana na América Latina: questões, conceitos e valores**. Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/urbano/gohn.pdf>. Acesso em 13/07/2009.

MOSSORÓ, Prefeitura Municipal de. **Lei Municipal N. 1026 de 18 de Dezembro de 1995**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e Organização da Assistência Social e dá outras providências.

MOSSORÓ. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Mossoró**: relatório de diagnóstico do município de Mossoró. Versão preliminar. Mossoró, 2005.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão Urbana de Mossoró**: período de 1980 a 2004. Natal: Coleção Mossoroense Série C, Vol. 1469.

SALGADO, Silvia Regina da Costa. Experiências Municipais e Desenvolvimento Local. **In São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, n.3, jul./set 1996, p. 48-52.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; AZEVEDO, Sérgio de.; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Democracia e Gestão Local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; AZEVEDO, Sérgio de.; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Governança Democrática e Poder Local** – a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Gestão de sítios históricos: o processo de implementação da política de recuperação¹ do Pelourinho (Salvador-BA)

Daline Maria de Souza – UFRN

Natália Miranda Vieira – UFRN

RESUMO

O processo de modernização urbana de Salvador/BA aliado ao deslocamento de atividades políticas, econômicas e culturais para áreas de expansão da cidade produziu novas centralidades e contribuiu para o esvaziamento e degradação das áreas centrais. A partir da segunda metade do séc. XX identifica-se uma série de ações voltadas à recuperação do Centro Histórico de Salvador. O objetivo do presente trabalho é refletir sobre a experiência vivenciada no processo de recuperação da área, abordando as estratégias de gestão adotadas no âmbito da implementação de políticas públicas e como estas se inserem no arcabouço teórico da conservação urbana. Pode-se concluir que o ideário do desenvolvimento sustentável e da conservação urbana ainda está longe de ser alcançado, mas por outro lado, a fase mais recente de implementação de planos e projetos na área, indica a intencionalidade em transformar em experiência prática as formulações e proposições em relação a estes ideais.

Palavras chave: Gestão de sítios históricos. Conservação urbana. Políticas públicas.

ABSTRACT

¹ O termo “recuperação” está sendo empregado aqui por se tratar da forma como os órgãos gestores do processo iniciado em 1992 o denominaram. Não entraremos aqui na discussão conceitual dos diferentes “res” – revitalização, requalificação, recuperação – por considerarmos improdutivo tal esforço. Consideramos que todos estes processos estão inseridos em um mesmo contexto geral e, portanto, serão aqui tratados como sinônimos. Sobre a discussão destas terminologias observe os textos de Vasconcellos e Mello: um primeiro realizado em 2003 para a Revista Rua (PPGAU-UFBA) e uma revisão deste publicada em 2006 (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 53-65).

The urban modernization process of Salvador/BA allied to the displacement of the political, economic and cultural activities to expansion areas of the city produced new centralities and have contributed to the emptiness and degradation of central areas. Since the second half of the 20th century, we have noticed several actions aiming to revitalize the historic center of Salvador. This article aims to analyze the experience of the recuperation process of that area, stressing management strategies within the implementation of public policies and how those are inserted in the theoretical development of urban conservation. The ideal of sustainable development and urban conservation is still far from being achieved. Otherwise, more recent phases of implementation of plans and projects at the area show the intention of bringing that ideal into reality.

Keywords: Historic sites management. Urban conservation. Public policies.

INTRODUÇÃO

Passados mais de trinta anos de intervenções urbanas no centro histórico² de Salvador, qualquer leitura, mesmo que superficial, da experiência demonstra que a situação de degradação da área não mudou de maneira significativa em razão das políticas e projetos implementados. Além disso, chama a atenção a ampla relocação de moradores, em especial, da população de baixa renda, o que indica que o processo foi ineficaz em conservar a complexidade social deste espaço urbano. Sem dúvida, os resultados da recuperação do centro histórico de Salvador estão relacionados com a forma como se estabeleceu o padrão de relacionamento entre atores sociais, agentes privados e do poder público ao longo de todo o processo.

A promoção de políticas habitacionais pautadas na manutenção desta população foi adotada como foco central do projeto de recuperação recentemente, onde se nota a intencionalidade do

² O termo “centro histórico” é aqui empregado por ser o mais usualmente utilizado para destacar áreas centrais das cidades que correspondem ao início da sua formação urbana. Entretanto, gostaríamos de destacar a inadequação conceitual do mesmo visto que todas as áreas da cidade fazem parte da sua história. Não existe área a-histórica.

poder público de promover transformações urbanas sem necessariamente pautar-se por práticas de caráter excludente e privatizador. Porém, as ações desenvolvidas até agora não permitem uma análise conclusiva que indique se a proposta de valorização do centro histórico incorpora na noção de patrimônio elementos não físicos que se constituem através de redes de sociabilidade e relações sociais, e, se podemos dizer que está em curso um processo de desenvolvimento urbano sustentável.

No presente artigo, analisa-se o processo de implementação da política de recuperação do centro histórico de Salvador, especificamente, descreve-se as principais fases de elaboração e execução da experiência de requalificação para discutir as estratégias de gestão adotadas. Busca-se entender se a referida experiência se dá de maneira coerente com o ideário da conservação urbana integrada, a qual será discutida a seguir.

A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA

Nos últimos trinta anos, constituiu-se um consenso entre pesquisadores, agências e atores sociais o esgotamento da concepção tradicional de desenvolvimento urbano. O desenvolvimento, enquanto processo de mudança social, na concepção tradicional foi, desde suas origens no século XIX, pensado como sinônimo de crescimento econômico, industrialização e modernização.

Contrapondo-se a esta visão tradicional e economicista de desenvolvimento, nas últimas décadas do séc. XX, em busca de espaços urbanos com qualidade de vida, tem-se a construção de novos conceitos como o de desenvolvimento sustentável e de conservação urbana. A idéia de desenvolvimento sustentável, uma noção em construção na sua pluralidade de sentidos e acepções, tem em comum a preocupação de entender o desenvolvimento enquanto mudança social, cujo sentido último é a qualidade de vida das pessoas.

A noção geral de conservação está associada a idéias como proteção e manutenção e comumente identificada com ações que envolvem áreas históricas e seu patrimônio cultural e natural. A conservação urbana, no caso das áreas históricas, é uma abordagem de gestão e de planejamento das cidades a qual situa-se no cerne das questões que envolvem a noção de desenvolvimento sustentável,

especialmente porque, busca alterar os efeitos predatórios do ideário da modernização sobre o patrimônio e também os seus efeitos excludentes no contexto onde este está inserido. A conservação urbana não se contrapõe as transformações inerentes à vida nas cidades contemporâneas, as quais, sem dúvida, modificam os usos e valores das áreas antigas, mas significa uma ampliação da noção de preservação destes espaços, ao ressignificar o sentimento negativo associado a estas mudanças e assumir o desafio da gestão das áreas históricas no sentido de integrá-las ao desenvolvimento urbano mais amplo.

Neste sentido, a conservação urbana está associada não só a proteção do patrimônio, “[...] mas envolve questões de gestão mais amplas: coesão social, desenvolvimento econômico, necessidade de diversidade funcional, importância da identidade, etc [...]” (PICKARD, 2001 apud VIEIRA, 2008, p. 65).

Um processo de gestão de sítios históricos articulado a concepção de conservação urbana caracteriza-se pela condução de políticas que buscam a conservação do patrimônio construído ao mesmo tempo em que priorizam a função social das áreas sob intervenção, o que pode se dá em função do estabelecimento de condições para que não se altere substancialmente a composição social dos residentes destas áreas, ou de investimentos em espaços coletivos que comportem a pluralidade de valores e usos que compõem os centros antigos da cidade.

Em relação a ações voltadas a promoção da exploração econômica de áreas históricas, sob o ponto de vista da conservação urbana, o conjunto de atividades deve estimular a sociedade local e permitir que esta crie, gere e mantenha a partir da sua cultura e meio ambiente, formas sustentáveis de vida.

Atualmente, o êxito de intervenções urbanas em centros históricos encontra-se fortemente associado à articulação da noção de conservação urbana integrada. Desta forma, promover a conexão da gestão dos centros históricos com a gestão urbana das cidades corresponde em articular a preocupação com o patrimônio histórico à coesão social, dinamicidade econômica e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A QUESTÃO DA *GENTRIFICAÇÃO* EM PROCESSOS DE REVALORIZAÇÃO DE ÁREAS CENTRAIS

Para analisar a experiência de implementação da política de recuperação implementada no centro histórico de Salvador faz-se necessário, além da discussão do conceito de conservação integrada, situar o conceito de gentrificação.

A noção de gentrificação serve de porta de entrada para entender as transformações recentes que se processaram no centro histórico de Salvador. O sentido do termo gentrificação está fortemente associado às transformações dos centros urbanos das cidades³, as quais se dão em razão de investimentos públicos e/ou privados que oferecem equipamentos culturais, de lazer, consumo e de moradia associados à idéia da preservação e revalorização do patrimônio histórico (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

De maneira geral, os estudiosos do tema apresentam um consenso quanto ao fato do desenvolvimento urbano de áreas históricas está relacionado com políticas habitacionais, gestão de programas e planos estratégicos voltados para a conservação do patrimônio histórico e garantia de diversidade social. Quanto a este último quesito, para alguns autores, se processou um processo de gentrificação, já que a análise de experiências, principalmente da realidade europeia e norte-americana, demonstrou que se produziram espaços homogêneos apropriados pelas camadas mais abastadas da população das cidades que vivenciaram este tipo de processo (SMITH, 2006).

A explicação para a reapropriação ter se dado em detrimento de camadas populares se encontra no fato de que as intervenções urbanas nos centros históricos produziram paisagens urbanas passíveis de serem “consumidas” por classes médias, médias altas e altas. De acordo com Smith (2006, p. 83),

É historicamente e não acidentalmente que a gentrificação está associada ao aumento de expulsões e dos sem-teto, e ainda assim este importante efeito da regeneração passa completamente em silêncio. Falta no discurso da ‘regeneração urbana’ [...] levar em conta o destino das pessoas

3 Embora estes não sejam os únicos espaços em que pode se dar este tipo de processo.

deslocadas ou postas na rua graças a uma reconquista da cidade em tão grande escala.

A partir de outros estudos, podemos perceber que nem todas as experiências de políticas de requalificação urbana de centros históricos se processaram ao largo deste silêncio, apontado por Smith. É o caso das experiências que contaram com políticas de habitação social, as quais tiveram efetividade na garantia da diversidade de segmentos sociais nos processos de revalorização e preservação de sítios históricos (CRIEKINGEN, 2006).

Para alguns autores, no âmbito da gestão de sítios históricos é possível reverter tendências que resultam no agravamento da segregação sócio-espacial. Isto vai depender das formas de elaboração dos projetos e das representações que fundamentam sua implementação. Como aponta D'Arc (2006, p. 267):

As proposições dos urbanistas que hoje são responsáveis por esses programas, incluem valores sociais, culturais e estéticos, supostamente capazes de responder a uma demanda, ou antecipar uma demanda transclassista. Mas eles têm também bastante consciência de dispor de poucos instrumentos de regulação para serem aplicados diante das grandes forças do mercado e da concorrência, que fragmentam o espaço de modo cada vez mais rápido.

Assim, pode-se avaliar os projetos de revalorização de sítios históricos a partir da capacidade destes em garantir a diversidade social, na medida em que comportam distintos rendimentos, redes e modos de vida da população das cidades. Para isso, é necessário compreender o significado das práticas sociais, dos comportamentos econômicos e das políticas públicas que se inserem num processo mais amplo de desenvolvimento urbano.

No contexto de Salvador, o centro histórico vem conhecendo transformações que colocam algumas questões sobre a problemática da gentrificação. O processo vivenciado buscou a dinamização do centro histórico através de atividades econômicas que tiveram como aporte o viés cultural que compõe a identidade e a memória do espaço urbano, além de buscar reverter o quadro de deterioração

e degradação da área. No entanto, os resultados das intervenções no centro histórico de Salvador demonstram que o ideal do desenvolvimento sustentável ainda está longe de ser alcançado. A integração dos residentes ou o destino das pessoas deslocadas em razão das intervenções no âmbito da política de recuperação é emblemático nesse aspecto e sinaliza para uma recomposição de espaços urbanos não adaptados à população de baixa renda.

Para compreender o processo de implementação da política de recuperação do centro histórico de Salvador e analisar o alcance deste em relação às dimensões da conservação urbana, faremos uma breve descrição sobre os principais aspectos das mudanças ocorridas no contexto sócio-espacial do centro histórico de Salvador.

A “CIDADE DE DOIS ANDARES”: SALVADOR E O SEU CENTRO HISTÓRICO

Salvador, capital do Estado da Bahia, é a mais antiga cidade brasileira. Fundada em 1549, durante três séculos, constituiu-se na aglomeração urbana mais populosa e mais importante do Brasil. A cidade vai surgir quando Portugal decide criar o governo geral do Brasil, ordenando a fundação de uma cidade, para servir de sede do governo, a qual deveria ocupar uma extensa faixa litorânea, ou seja, perto do mar para facilitar as comunicações com a metrópole. Assim, Salvador passa a desempenhar um papel ao mesmo tempo administrativo e de defesa do território brasileiro.

Salvador ficou conhecida, pelas características da sua área de fundação, como a cidade de dois andares, pois a sua ocupação se dá em:

[...] uma Cidade Baixa, sobre a planície estreita, quase toda inteiramente construída pelo homem durante os quatro séculos da evolução urbana; e uma Cidade Alta, assentada sobre colinas e vales [...] Tais denominações (Cidade Alta e Cidade Baixa) apareceram quando a cidade tinha os limites que, hoje, coincidem com os dois bairros centrais (SANTOS, 2008, p. 101).

Alguns aspectos diferenciam a Cidade Alta da Cidade Baixa. Na Cidade Alta concentrou-se, principalmente, o centro administrativo e religioso. Já a Cidade Baixa foi marcada pela predominância das atividades comerciais, onde os primeiros sobrados comportavam no andar térreo o comércio e nos superiores a moradia dos comerciantes (SANTOS, 2008).

Tomando como referência para reflexão as capitais brasileiras, observa-se que os centros históricos até o início do século XX eram os espaços mais densamente povoados destas cidades, onde diferentes grupos sociais estavam relativamente próximos embora segregados, principalmente, pelo tipo de moradia. Nos bairros que compõem os núcleos centrais históricos, até este período concentravam na sua área um comércio bastante variado, grandes lojas, casas comerciais e empresas que estruturavam a dinamicidade da economia das capitais e regiões circunvizinhas. Encontramos uma definição de centro em Vargas e Castilho (2009, p. 01), onde as autoras apontam que:

Os centros das cidades têm sido identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias, transformando-se no referencial simbólico das cidades. Historicamente eleitos para a localização de diversas instituições públicas e religiosas, os centros têm a sua centralidade fortalecida pela somatória de todas essas atividades, e o seu significado, por vezes, extrapola os limites da própria cidade.

Nos núcleos centrais históricos também se situavam os principais estabelecimentos destinados ao lazer da cidade, como cinemas, bares, cafés e clubes desportivos e sociais, além de hotéis, bem como os principais órgãos e repartições públicas. Além disso, era preponderante o número de imóveis destinados para fins residenciais.

Ao longo do tempo, se consolida nestas áreas uma tendência ao crescimento do comércio e da especulação imobiliária, o que elevou o custo da moradia fazendo com que parcelas pobres da população se deslocassem dos bairros centrais⁴. Porém, entre as décadas de 30 e 60 do século XX,

⁴ Apesar de que em Salvador, observa-se que esta tendência de deslocamento da população, em relação ao seu centro histórico só será intensificada posteriormente com as políticas públicas de recuperação.

os segmentos sociais com maior poder aquisitivo se fixarão em outros bairros, distantes do centro de Salvador:

[...] a classe mais abastada da cidade (a nova burguesia industrial, comerciantes e fazendeiros residentes na capital) deixa de se concentrar no centro histórico passando a ocupar bairros agora mais propícios ao uso residencial: Barra, Barra Avenida, Graça, Nazaré, Vitória, etc. No Pelourinho e adjacências permanecem os segmentos de classe média e, também, de segmentos populares (CARVALHO, 1985 apud VIEIRA, 2000, p.160).

A partir de meados do século XX, o papel desempenhado pelo processo de industrialização como fator de atração de contingentes populacionais para as capitais nordestinas, onde se inclui o caso de Salvador, e, pela implementação de políticas públicas habitacionais, aceleraram a ocupação de setores periféricos nestas cidades. Aliado a este movimento em direção a periferia da cidade está o modelo desenvolvimentista baseado no crescimento econômico e na industrialização, o qual impulsionou a expansão urbana e a dinamicidade da economia brasileira. Com a intensificação deste modelo investimentos em infra-estrutura e intervenções do mercado imobiliário passam a se localizar longe das regiões centrais, contribuindo para que os centros históricos não fossem mais os únicos núcleos comerciais e de serviços.

Assim, o deslocamento de atividades políticas, econômicas e culturais para outras áreas da cidade, ou seja, a produção de novas centralidades contribuiu para o esvaziamento e degradação dos espaços urbanos centrais. Em geral, os centros históricos das cidades brasileiras, atualmente, são lugares residenciais degradados, de pequeno comércio e grande pobreza. Os sinais de declínio do centro histórico de Salvador são intensificados na década de 70, isto porque neste período:

[...] cria-se o COPEC, Pólo Petroquímico, também fora da cidade. Neste período o centro sofre esvaziamento da função de moradia e passa a ter seu poder de atração reduzido pela saída de órgãos públicos e escritórios, além da mudança no transporte coletivo com desativação de terminais e mudanças de linhas (CARVALHO, 1985;

BOMFIM, 1994; AZEVEDO, 1983 apud VIEIRA, 2000, p. 160).

Neste sentido, podemos dizer que um fenômeno facilmente perceptível quando se trata das condições em que se encontram os centros históricos das capitais brasileiras é que o modelo de desenvolvimento urbano redefiniu o lugar funcional e produtivo destes espaços, contribuindo para sua estagnação e decadência, bem como para a perda de população. No entanto, estes espaços conservam um forte valor simbólico devido à sua história e seu patrimônio arquitetônico.

A partir do final da década de 50, do século XX, identifica-se a institucionalização de marcos regulatórios, a criação de órgãos e o estabelecimento de projetos voltados para a intervenção em áreas de interesse histórico e cultural de Salvador. Como aponta Reis, a preocupação com o casario histórico do Pelourinho pode ser percebida:

[...] no tombamento federal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1959; na criação do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) pelo governo do Estado, em 1968; no tombamento realizado pela prefeitura, em dezembro de 1977; no convênio que deu origem ao ETELF⁵, em 1983, no reconhecimento de sua condição de ‘Patrimônio da Humanidade’ pela UNESCO, em 02 de dezembro de 1985; e na criação da Fundação Gregório de Matos e no Parque do Centro Histórico em 1986 (REIS, 2007, p. 01-02).

Paralelo as ações do poder público, identifica-se uma reapropriação das áreas urbanas centrais de Salvador que se processa a partir de iniciativas independentes de atores sociais locais, como por exemplo, a fundação do Comitê de Moradores do Maciel⁶, em 1981:

⁵ Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização (ETELF), sua atribuição é a aprovação de projetos específicos de intervenção em áreas de interesse histórico e cultural do município de Salvador.

⁶ “O Maciel é um conjunto de oito ruas situadas ao lado do Largo do Pelourinho” (CARVALHO, 1985 apud VIEIRA, 2000, p. 156).

Foi este comitê, com sede no prédio n. 25 da rua Gregório de Matos, cedido pelo IPAC, que conseguiu, em maio de 81, a suspensão da Lei do Silêncio que vigorava na área desde 1974. Como conta o presidente da entidade no ano de 1981, Raimundo Alves de Souza, tal lei estabeleceu um verdadeiro estado de sítio no Pelourinho, na medida em que impedia a circulação de pessoas e funcionamento de bares após as 22:00h (MONUMENTO, 1981 apud VIEIRA, 2000, p. 162).

Sabe-se também que diferentes atores sociais permaneceram assumindo um importante papel no centro histórico de Salvador quanto às práticas culturais voltadas ao lazer e a sociabilidade, conferindo ao centro histórico uma vitalidade, esta, será reapropriada simbolicamente através de atividades que podem gerar receitas nas intervenções urbanas mais recentes.

Sem dúvida, os resultados de processos de intervenções urbanas em centros históricos estão relacionados, entre outras coisas, com a forma como se estabelece o padrão de relacionamento entre atores sociais e, os agentes do poder público no sentido de construir os necessários instrumentos que garantam a experiência da diversidade social na gestão destas áreas.

Quando se trata da gestão do centro histórico de Salvador podemos conhecer suas principais características através do resgate histórico sobre o processo de implementação de políticas públicas voltadas para a revitalização do Pelourinho. A seguir, discutiremos brevemente as principais características da gestão do centro histórico de Salvador, nosso recorte temporal parte dos anos 70 do século XX até dados da intervenção nos primeiros anos do século XXI. Ao descrever o processo de intervenções urbanas no centro histórico de Salvador, destacamos os órgãos e seus pactos estabelecidos para financiamentos de projetos, a questão da participação dos moradores na implementação destes projetos, as formas de controle, avaliação e monitoramento da gestão e, buscamos visualizar se a mesma tem sido efetiva no sentido de conservar a complexidade social do centro. Diante do exposto, discutiremos as estratégias de gestão adotadas para o caso da recuperação do Pelourinho e como estas se inserem no arcabouço teórico da conservação.

O PROCESSO DE GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

Para a reversão do quadro de deterioração em que se encontra a maioria dos centros históricos das cidades brasileiras, é imprescindível desencadear processos de gestão capazes de superar desafios diante

[...] das mudanças políticas que ocorrem de tempos em tempos e dos escassos e antiquados instrumentos de proteção patrimonial que continuamos a dispor na atualidade. [...] das parcerias público-privadas, utilizadas em larga escala pelos programas de revitalizações mais recentes. [...] da necessidade de envolvimento e participação dos diversos atores envolvidos de alguma forma com as áreas objeto de intervenção [...] (VIEIRA, 2008, p.79).

Existem pontos de concordância sobre o conteúdo das ações de reabilitação de áreas históricas, assim, apresenta-se como fundamental recuperar o patrimônio, promover o repovoamento e buscar um equilíbrio entre funções econômicas, sociais e culturais. Constitui-se um consenso o fato de que os projetos de revitalização devem reproduzir ações que contemplem a conservação de valores urbanos, como os que se relacionam com a identidade e a diversidade; o fortalecimento de estruturas políticas e institucionais, tais como aparatos regulatórios e mecanismos de financiamento; bem como ferramentas de gestão e métodos de intervenção, como por exemplo, a ampliação da participação da sociedade nos processos de requalificação urbana (PICKARD; THYSE, 2001).

A análise da literatura sobre as intervenções urbanas em Salvador, nos permitiu sistematizar dois períodos gerais da gestão do centro histórico: no primeiro, a preservação é considerada como um projeto social (décadas de 70 e 80); e, no segundo, tem-se o estabelecimento da Gerência de Sítios Históricos (a partir dos anos 90)⁷.

A preservação como um projeto social (décadas de 70 e 80)

⁷ Existe um terceiro momento, iniciado por volta de 2007, onde o principal foco das ações é a promoção da habitação de interesse social. No presente trabalho, não foi possível sistematizar dados para analisar esta terceira fase.

Durante as décadas de 70 e 80, os principais órgãos que atuaram na gestão do centro histórico de Salvador foram a antiga Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), fundada em 1937; a antiga Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da BAHIA (FPACBa), fundada em 1967, que foi, posteriormente transformada no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da BAHIA (IPAC). As ações deste período podem ser consideradas pontuais, na medida em que se constituem na restauração de monumentos isolados (VIEIRA, 2000, p. 165), mas chamam a atenção pela preocupação de que os projetos desenvolvidos no centro histórico não intensifiquem a exclusão urbana das classes populares. Esta preocupação pode ser percebida no conceito de monumento adotado pela FPACBA: “A Fundação do Patrimônio adota o conceito social de monumento, ou seja: **o trabalho restaurativo** que executa **é, antes de tudo**, o que se poderia denominar, amplamente, **um projeto social**” (VIEIRA, 2000, p. 165, grifo da autora).

Este “projeto social” tinha como foco não só o bem estar daqueles que visitam o centro histórico, mas também daqueles que o habitam. Assim, foi realizado nos anos 70, um projeto denominado “Projeto Pelourinho”, no âmbito deste projeto foi realizada a transferência de 300 pessoas. A relocação destas pessoas parece ter sido resultado de um processo de negociação com os agentes do poder público, pois a intervenção que dá continuidade ao Projeto Pelourinho foi o “Plano de Desenvolvimento do Maciel”, o qual

[...] colocava o Maciel como a próxima área a sofrer intervenção e possuía a intenção de fixar e favorecer a continuidade do morador da área, através da modificação do quadro educacional e criando melhores condições de trabalho e de vida para os habitantes do Maciel (BACELLAR, 1977 apud VIEIRA, 2000, p. 166).

Em 1977 foi elaborada uma primeira abordagem urbanística para a área denominada de Plano Diretor do Pelourinho (PLANDIP). Este plano tinha como órgãos gestores a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER) e o IPAC. Os recursos para a execução das ações eram oriundos do Programa de Cidades Históricas do Governo Federal, com

complementação do IPHAN e da FPACBa. Apesar dos planos e projetos permanecia o insucesso quanto as tentativas de reversão do quadro degradante do Pelourinho, pois de acordo com Azevedo (1983 apud VIEIRA, 2000, p. 167), as instituições responsáveis pela gestão do centro histórico de Salvador foram incapazes de “recuperar economicamente a população local e fixá-la”.

Em 1978, é elaborada a “Proposta de Valorização do Centro Histórico de Salvador”, a qual objetivava reunir os projetos e estudos existentes para a área. As ações que foram desenvolvidas no âmbito deste plano foram a diminuição da circulação de veículos para a área, através de estacionamentos periféricos e a implantação de novas linhas de ônibus coletivos. O referido plano foi desativado em 1979, por falta de recursos, pela ampliação para outras área da abrangência do Programa de Cidades Históricas do Governo Federal e praticamente sua desativação (VIEIRA, 2000, p. 167).

Em 1981, o principal projeto desenvolvido resultou na criação do Centro Municipal Integrado (CAMI), o mesmo foi executado pelo Órgão Central de Planejamento. As ações do CAMI objetivavam promover a utilização e conseqüente manutenção da área, compartilhava-se a idéia de que a revitalização se daria através da recuperação de imóveis para a instalação de serviços públicos. A única obra realizada no âmbito deste projeto foi a restauração do Solar São Damasco para se tornar sede do Arquivo Público Municipal (BOMFIM, 1994 apud VIEIRA, 2000, p. 167).

A partir de 1983, o que irá prevalecer é a mobilização para aquisição do título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO). A partir desta motivação estabelece-se, em 1984, o convênio entre o antigo SPHAN/Fundação Pró-memória, IPAC e Prefeitura Municipal de Salvador para criar o Escritório Técnico de Licenças e Fiscalização (ETELF). A função do ETELF consistia em

[...] fornecer orientações técnicas e realizar inspeções e vistorias periódicas às obras realizadas no centro histórico. Porém, o funcionamento deste escritório se dava de maneira precária devido ao diminuto corpo técnico pelo qual era constituído (BOMFIM, 1994 apud VIEIRA, 2000, p.167).

Em 1985, a UNESCO declara o tombamento do centro histórico de Salvador como Patrimônio

Cultural da Humanidade, neste mesmo ano acontece o II Seminário sobre Preservação do Patrimônio promovido pelo IPAC, o evento pode ser considerado um marco pela expressividade da participação popular, pois neste evento os moradores apresentam um abaixo-assinado denunciando a intenção de se promover um esvaziamento da área com o objetivo de transformá-la num cenário voltado aos visitantes e reafirmando a intenção em permanecer morando no centro histórico. Nesta fase identifica-se a existência de conflitos de interesses entre os moradores e os empresários interessados em atuar no centro histórico de Salvador.

A repercussão da manifestação dos moradores refletiu-se na condução do processo, já que o mesmo pressupunha-se participativo. Desta forma, em 1986, é criado o Programa Nacional de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos. O foco do programa consiste na recuperação de habitações do centro histórico voltadas principalmente à população de baixa renda, visando a sua manutenção na área e participação em todo o processo. Para isso, algumas estruturas formais de gestão foram criadas, como por exemplo,

[...] a formação de uma comissão paritária constituída por representantes do SPHAN, IPAC, BNH, CONDER, Prefeitura Municipal e Arquidiocese de Salvador, UFBA e IAB-Ba que tinha a incumbência de apresentar um documento referencial às ações do projeto na área (PATRIMÔNIO, 1986 apud VIEIRA, 2000, p. 169).

Porém a criação da comissão não garantiu o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre poder público e sociedade, no sentido da sua democratização. A reprodução das relações de poder pautadas pela política tradicional, presente na grande maioria dos municípios brasileiros, tem dificultado/bloqueado o potencial democratizador destes espaços de negociação e participação. De acordo com Vieira (2000, p. 169):

A Prefeitura Municipal de Salvador, porém, sentindo-se usurpada de sua autonomia municipal, conseguiu que o Ministério da Cultura determinasse a transferência da coordenação dos trabalhos do SPHAN para a prefeitura, dando à comissão paritária

um caráter meramente consultivo.

A criação de espaços de interlocução e decisão entre Estado e sociedade, tem se constituído numa experiência complexa, cheia de conflitos, confrontos e negociações entre atores. Dependendo do ideário de gestão, que na grande maioria dos municípios reproduzem as estruturas de dominação da política tradicional, o significado desta participação pode, ou não, imprimir o sentido de novas relações entre Estado e sociedade no sentido da sua democratização.

A implementação das ações chega ao final da década de 80 sem proporcionar os resultados efetivos esperados. Como estratégia para uma prática mais efetiva adota-se o quarteirão como unidade de intervenção e não mais o imóvel isolado, assim, foi implementado o Projeto Quarteirões da Humanidade⁸, cujo objetivo principal era promover a adoção de quarteirões do centro histórico do Pelourinho por parte de países estrangeiros. Porém, esta estratégia também resultou na sua inefetividade já que a única ação realizada foi o “estabelecimento de contato com Portugal que apenas lança uma pedra fundamental no prédio que deveria ser a Casa de Fernando Pessoa” (VIEIRA, 2000, p. 169).

A avaliação do Programa Especial de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (PERSH) demonstrou que o mesmo não alcançou seus objetivos e metas e que os meios empregados foram ineficazes na preservação do centro histórico de Salvador. As ações concretas voltadas a atração de investidores na área foram escassas, não se superou as restrições do tombamento, nem se articulou a rede de proprietários, além disso, a imagem de marginalidade da área continuou prevalecendo, bem como a tendência na diluição da centralidade do centro histórico. De acordo com Vieira (2000, p. 171), as ações do PERSH

⁸ Desenvolvido no âmbito do Programa Especial de Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Salvador (PERSH). O programa baseava-se num modelo tecnológico, “[...] criado por Lina Bo Bardi e João Filgueiras Lima (Lelé), se prestava à rápida execução e construção em larga escala. O projeto piloto de utilização desta técnica foi a restauração de um conjunto de três sobrados contíguos localizados na Ladeira do Carmo e deveria servir de modelo para os demais quarteirões” (VIEIRA, 2000, p. 170).

[...] não passaram do campo das idéias ou foram aplicadas muito timidamente, esse é o caso da tecnologia da FAEC, da adoção de quarteirões por outros países e dos benefícios fiscais aos investimentos privados. Apesar da consciência que se tinha da necessidade de tratar a área como um todo e da eleição do quarteirão como unidade de intervenção, na prática, mais uma vez, apenas foi possível a execução de ações isoladas. Pode-se dizer que foi superestimado o efeito multiplicador que as ações realizadas deveriam ter.

Para suplantar os fracassos do PERSH, a gestão municipal o substitui pela Gerência de Sítios Históricos que passa a ter uma atuação significativa a partir da década de 90, período que descreveremos a seguir.

A década de 90 e o estabelecimento da Gerência de Sítios Históricos

No início da década de 90, foi elaborado o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS). As principais ações deste programa visavam, em linhas gerais, a recuperação de bens patrimoniais (arquitetônicos e urbanísticos); além de preocupar-se com o desenvolvimento sócio-cultural das populações residentes. A participação das comunidades residentes, instituições governamentais, organizações internacionais e setor privado era tida como um dos princípios norteadores do PRCHS. Entre seus objetivos encontramos:

[...] otimizar a totalidade das funções sócio-culturais do centro histórico de Salvador e, conseqüentemente, a preservação dos bens patrimoniais. [...] reverter o quadro de esvaziamento econômico ao lado da preservação do sítio de reconhecida importância histórico-cultural; [...] tornar o Pelourinho ‘um shopping a céu aberto’; [...] oferecer alternativas dignas de moradia e de realização de negócios, não apenas para determinados grupos de população, mas para todos (VIEIRA, 2000, p. 174 - 176).

Anterior a estas intervenções urbanas, no centro histórico de Salvador encontrava-se majoritariamente moradores de baixa renda. Este fato indica que, não se pode falar em abandono

da área, as pessoas que ali moravam, sob sua ótica, davam “vida” ao lugar, segundo suas ordens e possibilidades. Para estas pessoas, no âmbito do PRCHS, foi colocado, pelo governo, a escolha entre duas opções, receber um “auxílio-locação”, ou morar em casas construídas pelo governo na periferia. Como resultado desta intervenção pública, destaca-se uma intensa expulsão de moradores, o que se contradiz com o princípio da participação social.

As ações foram planejadas para serem implementadas em dez etapas, as quais objetivam a restauração do casario para fins residenciais e comerciais e, a promoção do turismo. Abaixo, podemos visualizar na Tabela 01, as principais etapas implementadas a partir de 1992:

Tabela 01 – PRCHS: fases da implementação das intervenções urbanas no centro histórico de Salvador

Etapa	Período	Quantidade de imóveis	Quantidade de Quarteirões	Recursos (referência em reais)	Número de famílias relocadas
1ª	Nov/92 a Mar/93.	89 imóveis + 9 ruínas.	04	11,5 milhões.	26
2ª	1994	47 imóveis	02	2,6 milhões	16
3ª	1994	58 imóveis	03	2,6 milhões	16
4ª	1994	140 imóveis	07	6,9 milhões	1.018
5ª	Até novembro de 1997	59 imóveis	02	11 milhões	Sem informações
6ª	Até o ano 2000	82 imóveis	03	Sem informações	Sem informações
7ª	2003 a 2007	07 imóveis + 103 unidades habitacionais do PHIS* + 234 unidades habitacionais do PROHABIT**	-	25,9 milhões	103

*Programa de Habitação de Interesse Social

** Programa de Habitação para Servidor Público Estadual

Fonte: informações contidas em Vieira (2000) e nos dados do Programa Monumenta disponíveis em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?p=53>.

Um fato peculiar a estas fases do PRCHS é a intensa relocação de moradores e outros usuários. No texto do projeto encontram-se trechos que deixam claro que, a visão do poder público está associada a elementos que estigmatizavam a população do centro histórico, em especial a área do Maciel/Pelourinho, como nota-se na seguinte afirmação: “[...] uma população constituída de segmentos considerados ‘problema’ na escala de valores sociais dominantes, imputando diretamente aos habitantes da área, em decorrência, o estigma de ‘marginais’” (IPAC, 1995 apud VIEIRA, 2000, p. 185).

Para pessoas de baixo poder aquisitivo, é altamente positivo possuir uma moradia no centro da cidade, onde se localizam comércio, serviços e possibilidades de desenvolver estratégias de sobrevivência. Assim, é possível afirmar que a “aceitação” dos moradores em deixar o lugar foi permeada por um processo vertical de negociação, onde não se levou em consideração o fato de que as famílias que residiam no centro histórico de Salvador não eram empecilhos a recuperação da área e que, as mesmas desejavam permanecer morando no centro.

Do ponto de vista sócio-espacial, uma das principais implicações dessa intervenção urbana foi à atração de classes sociais de maior poder aquisitivo para a área do centro histórico sem a preocupação de manter a diversidade social. Além disso, não se promoveu a habitação social, o que se constitui num importante mecanismo para evitar a expulsão dos grupos de menor renda.

A fragilidade dos diversos setores que compõem a sociedade civil em definir os objetivos das políticas públicas, as suas formas de implementação e realizar a avaliação destas; a pouca capacitação dos conselheiros e o hábito de reivindicações por carências imediatas fazem com que o peso dos gestores do poder público seja fundamental em pautar a agenda pública local.

O processo de intervenções urbanas no centro histórico de Salvador avançou configurando-se, principalmente, como um processo de caráter anti-democrático e portanto, não se pode considerar a gestão em questão como inovadora.

Mesmo assim, novas perspectivas se desenham para a continuidade das ações no centro histórico de Salvador. Os moradores que ficaram se organizaram em torno de uma associação, a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), a qual foi fundamental para frear

o processo de expulsão dos residentes de baixa renda e impossibilitar que a política de recuperação prosseguisse sem levar em consideração suas expectativas. Uma das maiores vitórias da AMACH

aconteceu no dia 1º de junho de 2004 [...] quando foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). [...] garantir a permanência de 103 famílias nos imóveis que estão sendo recuperados para o uso habitacional na 7ª etapa de revitalização do Centro Histórico de Salvador foi seu objetivo em resposta à peleja que se instaurou entre o Estado e a AMACH, depois que o Ministério Público, em 2002, instaurou um inquérito civil para apurar a desocupação dos imóveis. Nenhuma associação de moradores do Brasil havia, até então, alcançado conquista semelhante em relação às áreas urbanas de caráter patrimonial (REIS, 2007, p. 10).

Outro resultado da atuação da AMACH foi a inclusão do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) no projeto de revitalização, o qual atende famílias com renda inferior a três salários mínimos. A participação da população local no planejamento urbano das intervenções no Centro Histórico de Salvador colocou novos desafios aos gestores públicos, especialmente no que se refere ao estabelecimento de um padrão de relacionamento democrático com o coletivo popular.

Na fase mais recente das intervenções urbanas, ou seja, a que se processa, principalmente, a partir de 2004, teve-se a conclusão da sétima etapa em outubro de 2007⁹. A conclusão da 7ª etapa possui algumas características que a distinguem das demais, de acordo com dados do Programa Monumenta do Ministério das Cidades¹⁰:

[...] o projeto de restauração do Pelourinho passou por uma importante modificação, a fim de reparar uma injustiça social. O governo tomou providências para garantir a permanência das famílias na área, oferecendo a elas moradia em imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Pelourinho.

9 Realizamos uma consulta às páginas eletrônicas do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador, não encontramos dados que informem sobre a continuidade do processo de intervenções urbanas no centro histórico.

10 Disponíveis em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?p=53>.

Os aspectos das intervenções urbanas no centro histórico de Salvador, nesta fase mais recente, sinalizam para uma adequação aos novos valores do planejamento urbano. Entre os quais, podemos destacar a busca pelo estabelecimento de uma gestão democrática por meio da participação da população nos diversos projetos que envolvem o desenvolvimento urbano.

A participação e mobilização política da sociedade organizada e o diálogo com os mais diferentes atores sociais favorecem a elaboração de soluções criativas que articulam as diversidades econômicas, políticas, ambientais e culturais em torno da gestão do centro histórico. Para isto são necessárias mudanças institucionais e políticas, como por exemplo, a criação de canais de participação para o gerenciamento e a implementação das políticas públicas que se voltam para estes espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colocação em prática dos princípios da conservação urbana no campo da gestão dos centros históricos no Brasil, ainda se configura como um processo em construção. Isto porque, algumas experiências de políticas de revitalização de centros históricos no Brasil vão de encontro ao debate sobre os processos de gestão considerados sustentáveis, especialmente no que se refere ao aprofundamento da democratização das relações entre os diversos atores sociais envolvidos no processo.

O caso da gestão do centro histórico de Salvador envolve diversas contradições no que diz respeito à conservação urbana. Embora, desde a década de 70, se observe um tipo de ação que em geral está comprometida com uma preocupação conservacionista, a trajetória das intervenções urbanas na referida área não proporcionou equidade social, além disto, observa-se uma homogeneização de valores culturais e práticas autoritárias na condução dos processos de gestão, estes fatos comprometeram uma inserção sustentável do centro histórico de Salvador na dinâmica urbana.

A conservação urbana como princípio norteador da gestão dos centros históricos deve ter como centralidade a qualidade de vida dos indivíduos, ou seja, deve ser capaz de combinar oportunidades sociais com a viabilidade econômica e competitividade destas áreas. De acordo com Vieira:

[...] a recuperação do Pelourinho é apenas um dentre muitos casos de intervenções urbanas que conduzem a um mesmo objetivo na cidade de Salvador: explorá-la turisticamente, inserindo-a na competitividade global através da formação de uma imagem e aproveitamento de seu potencial histórico e cultural (VIEIRA, 2000, p. 207).

A possibilidade de explorar economicamente o potencial artístico, cultural e histórico do centro histórico de Salvador resultou num processo que amplificou a segregação sócio-espacial. Ao longo do tempo, foi abandonada uma proposta de intervenção com manutenção da população, bem como adotou-se uma proposta elitista para a valorização do centro histórico.

Neste sentido, não é possível afirmar que a gestão do centro histórico de Salvador consolidou-se a partir dos princípios da conservação urbana, mas na atual fase das intervenções, com o reconhecimento da legitimidade da participação efetiva dos moradores nos processos de discussão sobre as potencialidades e decisão sobre os problemas do centro histórico vislumbramos novas perspectivas para as intervenções urbanas.

A disseminação e consolidação dos princípios da conservação urbana, no que diz respeito às políticas de revitalização de centros históricos, como no caso de Salvador discutido no presente trabalho, depende, entre outros elementos, da capacidade dos atores envolvidos nas transformações em curso em tornar consenso a idéia de que os assuntos de política urbana devem passar pelo crivo de espaços de participação, ou seja, de distanciarem-se de uma gestão centralizadora.

Além disso, os objetivos relacionados com o ideário do desenvolvimento econômico devem extrapolar os investimentos públicos maciços no mercado imobiliário do centro histórico e no turismo. Este processo ao mesmo tempo em que, possui grande importância para a cidade de Salvador, beneficia proprietários, comerciantes e turistas, não se dá, de maneira equilibrada, em relação a população local do centro histórico, em especial, a população pobre que foi relocada, na maioria das vezes, para piores condições de vida.

O que constata-se com a atual fase de implementação da política de revitalização do centro

histórico de Salvador é que está em curso um processo que visa transformar em experiência prática as intencionalidades contidas nas formulações e proposições em relação ao desenvolvimento local sustentável e a conservação urbana.

Certamente, este processo ainda é bastante incipiente e os ideais do desenvolvimento local sustentável e da conservação urbana ainda estão longe de serem alcançados, no entanto, poderíamos dizer que, ultimamente, ocorreu um avanço significativo em direção a estes ideais e a política de habitação social que visa a manutenção da população no centro histórico é um exemplo disso.

REFERÊNCIAS

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 21-57.

CRIEKINGEN, Mathieu Van. A cidade renasce! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 89-120.

D’ARC, Hélène Rivière. Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 265-293.

PICKARD, Robert; THYSE, Mikhäel de. The management of historic centres: towards a common goal. In: PICKARD, Robert (Ed.). **Management of historic centres**. London: Spon Press, 2001.

REIS, Lysie. Patrimônio cultural urbano: complexidades e desafios da participação de moradores em programas de requalificação. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 13., 2007, Maceió-AL. **Anais...** GT: A cidade e o urbano. Maceió-AL, 2007. 1 CD-ROM.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008. (Coleção Milton Santos, 13).

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: _____. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2009.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

_____. **O lugar da história na cidade contemporânea: revitalização do Bairro do Recife x Recuperação do Pelourinho**. 2000. 266 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

La apertura cualitativa en la investigación de los conflictos ecológico-sociales

José Manuel Rodríguez Victoriano – Universidad de Valencia

RESUMEN

El presente artículo da cuenta de la importancia de la apertura cualitativa para la investigación sociológica de los conflictos ecológico-sociales. El artículo se inscribe dentro de la perspectiva teórico-metodológica de la corriente sociológica española del cualitativismo crítico. Sostiene que la interpretación socio-hermenéutica de dichos conflictos exige en su investigación la articulación del nivel cuantitativo – que registra los ‘hechos’ estadísticos y sus frecuencias y correlaciones-; con el nivel cualitativo – que da cuenta del sistema de los ‘discursos’, como producciones y prácticas sociales, y permite sistematizar su significación cultural y la comprensión crítica de su orientación ideológica. Se señala la importancia central del ‘grupo de discusión’ como práctica de investigación cualitativa para la producción de discursos. Por último, se apunta como el análisis socio-hermenéutico de los discursos nos permite contextualizar empíricamente las opiniones, actitudes, vivencias, expectativas y valoraciones sobre el medio ambiente en función de su adscripción a los diferentes sectores y clases sociales y desentrañar el sentido o sentidos que cada uno de ellos atribuyen a sus prácticas en relación con los conflictos ecológico-sociales en los que se hayan insertos.

Palabras clave: Epistemología y metodología cualitativa. Sociología crítica y ecología política.

ABSTRACT

This article realizes the importance of openness qualitative for sociological research of ecological and

social conflicts. The article is part of the theoretical and methodological perspective of the Spanish Sociological qualitative critical. Argues that the socio-hermeneutic interpretation of such conflicts in their research requires the quantitative level articulation-clocking ‘facts’ and their frequencies and statistical correlations, “with the same quality – which accounts for the set of ‘discourses’ as production and social practices, and allows to systematize its cultural significance and critical understanding of their orientation ideological. We emphasize the central importance of ‘discussion group’ qualitative research as practice for the production of speech. Finally, it is pointed as the socio-hermeneutic analysis discourses allows us to empirically contextualize the opinions, attitudes, experiences, expectations and assessments of the environment in terms of their affiliation dates different sectors and social and unravel the meaning or meanings – Each of them attribute to their practices in relation to ecological and social conflicts in which they were embedded.

Keywords: Epistemology and qualitative methodology. Critical sociology and political ecology.

LA PRODUCCIÓN SOCIAL DE LA ‘PROBLEMÁTICA MEDIOAMBIENTAL’

“Tanto en la acepción más coloquial del término “discurso”, como en el de su elaboración más teórica como resultado del trabajo experimental de la propia investigación, los discursos son producciones y prácticas sociales, son ‘dichos’ y ‘prácticas’ que atraviesan a los propios sujetos individuales. Como decía Levi-strauss acerca de los mitos: “la ideología no es cómo los hombres piensan los mitos, sino como estos se piensan en los hombres, sin que nos demos cuenta”. Es decir, cuando un sujeto habla está atravesado por el decir, por el hablar y por el hacer de la propia sociedad”.

F. Conde (2010, p. 40)

El medio ambiente es una construcción social. Un fenómeno social concreto desde la

definición de Marx (“síntesis de múltiples determinaciones y por lo tanto unidad de lo diverso”); y un fenómeno social total en el sentido de Marcel Mauss¹ Cada fenómeno social, como apunto Ibáñez (1979), es una expresión particular pero unitaria de la vida social. Su estudio nos pone siempre en presencia de dos totalidades – únicas estructuras significativas de cualquier fenómeno social –, la totalidad histórica que es la sociedad, la totalidad biográfica y personal que es el individuo. En función de los procesos históricos y sociales de cada sociedad y en función de las situaciones socio-económicas de los diversos grupos sociales que en ellas viven, los actores sociales construyen sus diferentes representaciones sobre sus relaciones con el entorno natural. En contraposición con las construcciones sociales de las sociedades pre-industriales, el desarrollo científico de la perspectiva ecológica contemporánea ha permitido una nueva percepción ‘científicamente’ más realista de la realidad natural. Tras el final de la segunda guerra mundial, en la construcción histórica de este imaginario ecológico, han jugado un papel fundamental toda una serie de acontecimientos históricos, así como toda una serie de publicaciones, encuentros y conferencias internacionales cuya difusión ha incidido de un modo relevante en la conciencia ecológica de la población occidental (Cuadro 1).

En paralelo, se fue desarrollando la investigación social de dicha conciencia, su construcción como objeto de estudio en la lista de temas de investigación relevantes para las ciencias sociales. Se definieron las categorías sustantivas de su ‘problemática’ y se delimitaron las estrategias metodológicas predominantes de acercamiento a ellas. En el caso de la investigación sociológica, la perspectiva ‘cuantitativa’ o distributiva – en el sentido que da cuenta de la distribución estadística de los hechos sociales- fue la dominante. Su técnica privilegiada: la encuesta estadística (precodificada) por muestreo.

¹ El comentario de Lévi-Strauss (1971, p. 22) a la definición de fenómeno social de Mauss (1974) es muy instructivo: “La primera característica de la noción de acto total es la siguiente: lo social sólo es real cuando está integrado en un sistema. ‘Después de haberse visto obligados a dividir y abstraer, los sociólogos se esfuerzan por reconstruir el todo’... un sistema de interpretación que rinda cuenta simultánea de los aspectos físico, fisiológico, psíquico y sociológico de toda conducta”.

Cuadro 1 – Cronología de los principales sucesos y conferencias internacionales relacionados con la conciencia ecológica de la población (1948-1999)

1948	Creación de la International Union for the Conservation of Nature (IUCN)
1955	Simposio sobre Man's role in changing the face of the Earth, Princeton (USA) Conferencia de los <i>Países no alienados</i> , Bandung.
1960- 1970	Publicación de libros de impacto: R. Carson, <i>Silent Spring</i> (1963); K. Boulding, <i>The Economics of the Coming Spaceship Earth</i> (1966); P. Ehrlich, <i>The Population Bomb</i> (1968)
1971	Publicación del I Informe Meadows, <i>The Limits of the Growth</i> , Club de Roma. Creación del programa <i>Man and Biosphere</i> (MaB) de la UNESCO
1972	Conferencia de Naciones Unidas sobre <i>El Medio Humano</i> , Estocolmo (Suecia) Creación del Programa de Naciones Unidas sobre Medio Ambiente (PNUMA)
1973	Primera "Crisis energética"
1976	Primera Conferencia de Naciones Unidas sobre <i>Asentamientos Humanos (Habitat-I)</i> , Vancouver (Canadá)
1979	Segunda "Crisis energética"
1980	Creación del Programa <i>Ecoville</i> de la Federación Internacional de Institutos de Estudios Avanzados (IFUAS)
1970-1980	Publicación de numerosos libros de impacto: H. T. Odum, <i>Environment, Power and Society</i> (1971); B. Commoner, <i>The Closing Circle</i> (1971); E. F. Schumacher, <i>Small is Beautiful</i> , (1973); H. T. y E. C. Odum, <i>Energy Basis for Man and Nature</i> (1976); A. Lovings, <i>Soft Energy Paths</i> (1977); B. Commoner, <i>The Poverty of Power</i> (1979), G. E. Barney (dir.) (1981) <i>The Global 2000. Report to the President</i>
1980-1999	Abaratamiento del petróleo y de las materias primas. Comienzan a proliferar las publicaciones sobre instrumentos económicos para la gestión de residuos y valoración de externalidades a fin de incluir temas ambientales en el razonamiento económico estándar
1987	Publicación del Informe Brundtland de la Comisión Mundial del Medio Ambiente y del Desarrollo: <i>Our Common Future</i> . Se acuña la expresión de desarrollo Sostenible.
1989	Final de la guerra fría
1991	Publicación del Libro verde sobre el Medio Ambiente Urbano de la Comisión Europea
1992	Conferencia de Naciones Unidas sobre Medio Ambiente (UNCED), Río de Janeiro, (Brasil) Tratado de Maastricht y V Programa de Acción sobre Medio Ambiente de la Unión Europea
1993	Publicación del Libro Blanco Crecimiento Productividad y Empleo de la UE. Creación del proyecto de ciudades europeas sostenibles
1994	Aparecen las Agendas de Desarrollo Local

1996	Segunda conferencia de Naciones Unidas sobre Asentamientos Humanos (Habitat-II), Estambul (Turquía)
1999	Conferencia de Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, Kyoto (Japón)
2001	Primer Foro Social Mundial. Porto Alegre (Brasil)
2003	Segunda guerra de Irak, por el control de las reservas de petróleo
2007	Inicio de la crisis financiera e intensificación de la crisis ecológica a escala planetaria
2009	Fracaso de la cumbre mundial sobre el cambio climático en Copenhague (Dinamarca)
2010	Décimo Foro Social Mundial en Porto Alegre (Brasil)

Fuente: Naredo (1999; 2007) y elaboración propia.

En consecuencia, desde la década de los setenta hasta 2010 podemos distinguir dos periodos claramente diferenciados. El primero comprende desde 1970 a 1980 y se caracteriza por el avance de la conciencia ecologista en paralelo a la toma de conciencia de los límites al crecimiento. El segundo abarca desde 1980 hasta la actualidad, su característica más relevante radica en el ‘nuevo desarrollismo ecológico’; la centralidad del concepto multiuso de ‘desarrollo sostenible’ y la conciencia amplia del crecimiento de los límites. El primer periodo está atravesado por la guerra fría y la cuestión de la confrontación nuclear. Tal y como han registrado Riechmann y Fernández Buey (1994, p. 204-206), entre 1945 y 1990 se produjeron 1814 pruebas nucleares reconocidas oficialmente. Durante este periodo, los gobiernos de los países occidentales principalmente, gastaron entre 3 y 4 billones de dólares para la construcción de un arsenal de más de 50.000 armas atómicas. A su vez, en estos cuatro decenios los presupuestos militares fueron creciendo progresivamente dando lugar a la creación de poderosos complejos militares-industriales; en términos reales, el gasto mundial en armamento en 1990 era quince veces superior al de 1930. Todas estas noticias fueron llegando a través de los medios de comunicación de masas a la ciudadanía de las sociedades occidentales. En 1960, comienza a publicarse en Estados Unidos – en forma de libro por entregas, aparecido en el semanario *New Yorker* – *Silent Spring* de Rachel Carson. En este primer gran Best-Seller de la concienciación ecológica, la autora, química de profesión, muestra y denuncia el envenenamiento del medio ambiente por pesticidas, herbicidas, substancias químicas como el DDT, u otras como los clorofluorocarbonos

empleados activamente en la agricultura y en el ámbito doméstico. Tras la ‘Primavera silenciosa’ seguirán una larga serie de libros de divulgación científica que mostrarán las diversas caras, las causas y los efectos de la destrucción medioambiental.

La línea anterior se verá ampliamente reforzada con la publicación en 1971 del *I Informe Meadows* del Club de Roma que sirvió para alertar y movilizar a la opinión pública y a la comunidad científico-académica sobre los problemas ecológicos que el sistema capitalista de los setenta estaba generando. El informe mostró la cara oculta del crecimiento económico. En contraposición a las mito-ideologías de las teorías de la modernización y del desarrollo técnico-industrial de la década de los sesenta, el Informe Meadows mostraba empíricamente la inviabilidad del crecimiento permanente de la población, así como las nefastas consecuencias del crecimiento de sus consumos. Esta línea de trabajo fue consolidándose con determinadas conferencias y acontecimientos: la puesta en marcha del Programa Man and Biosphere (MaB) de la UNESCO; el Programa de Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente (PNUMA); y, sobre todo, el acontecimiento decisivo de la primera crisis del petróleo de 1973. Este periodo se cierra con la publicación de *The Global 2000* (1981), informe encargado por el presidente Carter de los Estados Unidos y dirigido por G. Barney. El informe dio cuenta de una realidad muy sombría en relación con los límites del crecimiento y volvió a poner el énfasis en la urgente necesidad de actuar para evitar daños irreversibles en el futuro, sobre todo, en lo que se refería a la mejora de las condiciones sociales y económicas, la reducción de la fecundidad, el mejor aprovechamiento de los recursos naturales y, cómo no, la protección del medio ambiente.

El segundo periodo (1980-2010) comporta un giro significativo en el discurso ambientalista. En esta etapa, la hegemonía de las doctrinas económicas neo-liberales y el aumento de las políticas conservadoras en el ámbito occidental va acompañada por el abaratamiento del petróleo y las materias primas y el paulatino derrumbe del antiguo bloque del Este. La reestructuración del sistema capitalista que se inicia en estas décadas resucita, con una nueva imagen, el mito del progreso vía crecimiento económico, esta vez bajo el nuevo nombre de ‘desarrollo sostenible’. La publicación del Informe Brundtland, en 1987, proponiendo la meta del ‘desarrollo sostenible’, – con la calculada ambigüedad de su definición: “la satisfacción de las necesidades de la generación presente, sin comprometer la

capacidad de las futuras generaciones para satisfacer sus propias necesidades” –, marca el punto de inflexión. El éxito de este término, como señala el relevante científico social español José Manuel Naredo, no tiene que ver con su precisión científica, ni con su novedad – los fisiócratas del siglo XVIII ya proponían que el objetivo de la naciente ciencia económica era “aumentar la producción de riquezas sin menoscabo de los *bienes fondo*” –, sino con una ambigüedad que permitía contentar a todo el mundo, tendiendo un puente en la brecha abierta en 1971, entre economistas “desarrollistas” y economistas “conservacionistas”. En este sentido, el gran hallazgo que incorpora el concepto de ‘desarrollo sostenible’ es de carácter político e ideológico; estriba en su capacidad de complacer ambas perspectivas: la perspectiva del crecimiento económico y la de la conservación del patrimonio natural; y ocultar sus contradicciones. Su continua invocación, perseguía dos objetivos:

sostener el mito puro y duro del crecimiento económico capitalista, que se había tambaleado con las críticas de los setenta y tranquilizar a la población, dando a entender que sus reivindicaciones ecológico-ambientales estaban siendo tenidas en cuenta. Mientras tanto el crecimiento económico se ha seguido midiendo exactamente igual que antes de que fuera impugnado a principios de los setenta: por el simple agregado del producto o Renta (NAREDO, 1999, p. 16).

De este modo, el desarrollo sostenible deviene un nuevo oxímoron², caracterizado, como indica esta figura de la retórica, por ser una definición hecha mediante una aproximación de dos palabras cuyos significados son incompatibles por ser real o aparentemente contrarios. Pero un concepto.

En este nuevo contexto de reestructuración del sistema capitalista la realidad y su descripción tienden a separarse, sus cuentos se van a convertir en un aliado de primer orden para seguir obteniendo beneficios en las cuentas con independencia de la ‘realidad’ de aquello sobre lo que hablan. En el nuevo orden/desorden neoliberal, la cultura de la virtualidad real y el poder de la comunicación

² En términos lógicos, conviene distinguir (MOUNIN, 1982, p. 134) entre esta figura de la retórica, el oxímoron – que tiende a decir que A es no A-, de la paradoja – que dice que A no es A-, y de la antítesis – que dice que A no es no A-.

(CASTELLS, 1997, 2009) se impone como propaganda política y publicidad mediática. En los cuentos, es decir, en las descripciones mediáticas y en las pres-cripciones de las ciencias sociales dominantes, se abandonan las advertencias del periodo anterior calificándolas de catastrofistas. Ideológicamente se potencia el conservadurismo social y el conformismo generalizado (ORTÍ, 1995; CASTORIADIS, 1996, 1998), mediante la amplificación mediática del llamado “Pensamiento Único” (CHOMSKY; RAMONET, 1995), una suerte de terrorismo del pensamiento que aunque posibilita decir lo que se piensa impide pensar lo que se dice.

En las ciencias sociales proliferan los decretos pos-modernos del fin de las ideologías y la historia; en economía re-aparece el marco, incomparablemente mítico, del libre mercado cuya propia dinámica optimiza, dicen los políticos y amplifican los medios de comunicación de masas, la efectividad de la gestión privada frente a la pública, la competitividad, la flexibilidad y la rentabilidad. En la contabilidad real de las cuentas se incrementa, a escala local y mundial, la desigualdad social y el deterioro ecológico. Los informes de Desarrollo Humano de Naciones Unidas o los informes anuales sobre el desarrollo y el medio ambiente del Worldwatch Institute, por citar sólo dos fuentes de contrastada solvencia, han ido dando cuenta de ello a lo largo de las dos últimas décadas. En la primera década del presente siglo, la crisis financiera del sistema capitalista que se inició en 2007 ha agudizado estas desigualdades y también la crisis ecológica mundial. Todo parece indicar, como señala Morin (2010) que el éxito de la utopía conservadora de la globalización neoliberal nos está conduciendo al abismo. El diagnóstico de científicos sociales tan relevantes como Wallerstein (2008), Touraine (2009), Bauman (2010 REF.?), Naredo (2007), Beck (2007) o Vidal-Beneyto (2010) apuntan en esta dirección y confirman la situación pre-catastrófica de nuestra inmediata realidad. Con sus matices oportunos, el marco teórico de sus análisis está construido con el concepto de crisis ya sea ecológica, económica o de acción política, junto con las constataciones empíricas del crecimiento de las desigualdades sociales, el deterioro medio ambiental, la corrupción de la democracia y la sistemática vulneración de los derechos humanos.

LOS DOS SENTIDOS DE LA INVESTIGACIÓN SOCIOLÓGICA SOBRE LA

PROBLEMÁTICA MEDIOAMBIENTAL: FORMACIÓN E INFORMACIÓN

“Toda encuesta de opinión supone que todo el mundo puede tener una opinión; o, en otras palabras, que la producción de una opinión está al alcance de todos. Aún a riesgo de contrariar un sentimiento ingenuamente democrático, pondré en duda este primer postulado. Segundo postulado: se supone que todas las opiniones tienen el mismo peso. Pienso que se puede demostrar que no hay nada de esto y que el hecho de acumular opiniones que no tienen en absoluto la misma fuerza real lleva a producir artefactos desprovistos de sentido. Tercer postulado implícito: en el simple hecho de plantearle la misma pregunta a todo el mundo se halla implicada la hipótesis de que hay consenso sobre los problemas, en otras palabras que hay un acuerdo sobre las preguntas que vale la pena plantear. Estos tres postulados implican, me parece, toda una serie de distorsiones que se observan incluso cuando se cumplen todas las condiciones del rigor metodológico en la recogida y análisis de datos”.

P. Bourdieu (2000, p. 220)

Si bien los acontecimientos históricos señalados en el apartado anterior influyen sobre la construcción social de las representaciones medioambientales, su investigación social va por otros caminos, cumple otros objetivos. Así, el maestro de la sociología crítica española, Ortí (1998, p. 398), al definir con la precisión y el rigor crítico que le caracterizan, el concepto de investigación social recuerda su carácter eminentemente praxeológico y su estrecha vinculación, desde sus propios orígenes, a la dialéctica de la Ilustración y su compromiso con la reconstitución o transformación del orden social europeo tras la revolución burguesa. La encuesta social de los primeros reformadores sociales del siglo XIX aplicada a la investigación de problemas y formulación de soluciones, evolucionará en el marco del neo-reformismo capitalista de los años 1930-1950 para devenir encuesta estadística precodificada por muestreo dirigida hacia el control social (ORTÍ, 1998, p. 399):

La burocratización de la investigación al servicio de instancias más o menos particularizadas de poder deriva hacia modelos conductistas de análisis social (en

los estudios empresariales, en las campañas de intervención y de propaganda de todo tipo de agentes institucionales, etc.). Con lo que se corre el riesgo de degradar la encuesta social en una mera operativización analítica para la normalización organizativa de las conductas. Una forma de empirismo abstracto (Mills) que tiende a sustituir la complejidad de los hechos por el recuento de los datos, descomponiendo analíticamente la complejidad de los fenómenos sociales en supuestos factores particulares abstractos, al primar la precisión (el quantum) sobre la relevancia (Adorno). Así como resultado de la primacía de la tecnocracia organizativa, la investigación social tiende a pasar por una fase de trivialización de todas las dimensiones subjetivas y simbólicas profundas, no formalizables unívocamente y no cuantificables – por tanto – en el contexto del método estadístico.

El concepto de conflicto ecológico-social (GARCÍA, 2004) remite a la tensión que se origina entre el ecologismo, entendiendo por tal: un uso parsimonioso de las fuentes naturales de energía y materiales que tiende a evitar alteraciones catastróficas de los equilibrios ecológicos que mantienen la vida y a regular equitativamente la distribución entre los humanos y los demás seres vivos; y el productivismo / consumismo, entendiendo por tal: la tendencia a la máxima explotación de las fuentes de baja entropía y a maximizar los recursos obtenidos de la tierra y su consumo por una parte reducida de la especie humana. El hecho de que la investigación dominante sobre la percepción de los ‘ecológico-sociales’ haya utilizado la encuesta estadística como instrumento metodológico privilegiado ilustra ejemplarmente las observaciones de la cita anterior de Alfonso Ortí. La investigación social que desde las últimas décadas se ha ocupado de la problemática medioambiental y su percepción por parte la población de las sociedades occidentales ha conjugado los dos sentidos propios del término in-formación. Por una parte, ha extraído in-formación social sobre sus diversas representaciones; por otra, le ha dado forma, la ha ‘normativizado’, en tres dimensiones básicas:

En la teórica, al imponer una definición que podríamos caracterizar como de ‘ambientalismo abstracto’, entendiendo por tal, una perspectiva que tiende a abstraer los ‘problemas del medio ambiente’ de las relaciones históricas, y los conflictos sociales y políticos de donde se producen.

En la metodológica, donde se impone la técnica de la encuesta estadística como estrategia privilegiada para su investigación. La cuantificación de los problemas del medio ambiente permite, mostrando las frecuencias de su percepción por la población, ocultar la pregunta por su sentido social y por las diferentes responsabilidades de cada uno de los sectores sociales implicados. Todos, se dice, estamos ‘preocupados’ o ‘muy preocupados’ con la destrucción medioambiental. Este decir de las encuestas permite ocultar la parte -los sectores sociales concretos- que está ocupada en su destrucción.

En la praxeológica, donde ha contribuido a construir una opinión dominante sobre el medio ambiente en la que la pre-ocupación sobre la problemática medioambiental se presenta ya como una ocupación en su resolución. La información medioambiental que se extrae de las encuestas inyecta una formación a la opinión pública, a partir de la amplificación mediática de sus resultados, que conforma unas representaciones de la conciencia medioambiental, donde la percepción de los problemas no se vincula con los principales responsables de su producción.

En síntesis, el mensaje que transmite la investigación social occidental sobre los conflictos ecológico-sociales – convenientemente amplificada por los medios de comunicación de masas a partir de los años sesenta –, se podría resumir del siguiente modo: existe una ‘problemática medioambiental’ y la población está ‘preocupada’ o ‘muy preocupada’ por ella. La pre-ocupación deviene la (única) ocupación. En suma, las encuestas de opinión sobre la problemática medioambiental han contribuido a disolver la aguda contradicción entre pre-ocupación medioambiental y ocupación práctica en su transformación efectiva. El reverso del predominio de la orientación cuantitativa ha sido la escasez de las investigaciones cualitativas, así como de investigaciones que articularan ambas perspectivas. Esta ausencia ha sido particularmente notable en una doble dimensión: en la investigación del sentido de la problemática medioambiental; y en la del sistema de representaciones y actitudes frente a esta problemática de las diversas clases y sectores sociales atendiendo al contexto concreto de las relaciones sociales y políticas donde esta problemática se produce.

LAS LIMITACIONES DE LAS ENCUESTAS DE OPINIÓN SOBRE LA PERCEPCIÓN MEDIO AMBIENTAL

“El creixement econòmic ha estat la substància de la democràcia posterior a 1945 a la zona nord-occidental del planeta. La representació política pluralista ha estat la seua forma. El conjunt integrat per les dues dimensions s’ha basat en un pacte social implícit, mantingut a costa de la Mare Terra, del Tercer Món i de les generacions futures. A mesura que el model troba dificultats per a l’exportació dels seus costos inherents en aqueixes tres direccions, la confiança en el creixement va essent erosionada i açò llança ombres sobre les llibertats. Apareix aleshores la necessitat de nous objectius i noves estructures per als sistemes socials i polítics”.

E. Garcia (1994, p. 31)

Las opiniones, las actitudes y los comportamientos son categorías diferentes, la unificación que realiza la encuesta de opinión sólo puede conducir a errores. Para superar esta simplificación es necesaria una apertura cualitativa. En primer lugar, de modo muy elemental, conviene observar que preguntar sobre el grado de preocupación respecto al medio ambiente es buscar una confirmación tautológica. Se trata de un tema ‘políticamente correcto’ en el cual no es frecuente – al igual que ocurre con otros valores como la solidaridad, la igualdad entre sexos o entre grupos étnicos –, encontrar respuestas en contra de lo estereotipos dominantes. En segundo lugar, conviene hacer explícito que las encuestas de opinión sobre el medio ambiente son un instrumento inadecuado para medir los comportamientos medioambientales, pero, a la vez, son un instrumento políticamente correcto para canalizar y gestionar institucionalmente dicha preocupación.

Para entender esta cuestión hay que considerar que, al menos, desde los años setenta la ciudadanía occidental sabe, fundamentalmente porque los medios de comunicación de masas así se lo han hecho saber (PÉREZ-AGOTE, 1979) que la ‘opinión pública’ occidental ‘opina’, mayoritariamente, que el medio ambiente es un problema social importante. Sin embargo, como hemos señalado, la encuesta estadística no es el instrumento metodológico adecuado para conocer los diferentes significados del medio ambiente, ni tampoco para conocer los sentidos que tiene su definición, ni, en última instancia, para conocer las diferentes maneras en las que cada clase social percibe su problemática y sus

soluciones; sus límites y sus posibilidades de acción. En la investigación social, así como en la de la percepción medioambiental es necesaria una epistemología y metodología pluralista que articulando las dimensiones cuantitativa y cualitativa sean capaces de recoger la complejidad de la comunicación humana. En este sentido, como han observado reiteradamente Alfonso Ortí, la consideración del proceso de investigación social como proceso de comunicación entraña la necesaria interpretación de las dimensiones simbólicas de la realidad social (discursos) de forma paralela a la medida estadística de los hechos (ORTÍ, 2005, p. 224-225):

En el análisis de la realidad social, tanto el supuesto investigador reflexivo, como cualquier sujeto en su vida cotidiana, no sólo se encuentra con *hechos* (acciones humanas o acontecimientos), sino también con discursos de individuos y grupos... Para ser explicados los hechos sociales se registran, correlacionan, cuantifican y estructuran (mediante censos y/o encuestas estadísticas formalizadas). Para ser comprendidos los discursos se interpretan y analizan, bien a partir de cualquier texto... bien, en la actual investigación sociológica mediante la producción de los propios discursos en situaciones de comunicación interpersonal más o menos controladas, como las que suponen, *las entrevistas abiertas o semidirectivas y las discusiones de grupo...* en principio, ambos fenómenos, discursos y hechos, integran y configuran igualmente la realidad social y se reclaman mutuamente en su comprensión y explicación...

Lo que implica para la investigación social un modelo de comunicación que permita articular ambas dimensiones. De este modo, asumiendo los supuestos del modelo de comunicación de Jakobson (1984), tras constatar que la encuesta de opinión queda restringida a una función estrechamente limitada: la función referencial (determina respuestas informáticas sobre supuestas

cosas reales), resulta necesaria la apertura a las otras funciones³, una apertura cualitativa capaz de captar los discursos ideológicos, las imágenes sociales y las proyecciones afectivas de los sujetos y grupos sociales. En particular, cuando de las cuestiones fácticas –denotativas- las preguntas metodológicamente propias de la encuesta estadística, pasamos a las preguntas de carácter ideológico, como las relativas a los enunciados de adhesión sobre distintas alternativas acerca de la percepción del medio ambiente y su problemática, ya que estas últimas entrañan una posición o proyección valorativa – consciente o preconsciente- por parte del sujeto entrevistado. Cuando esto ocurre – y en la investigación distributiva sobre la percepción medioambiental ocurre con mucha frecuencia – nos encontramos de pleno con el ‘olvido’, con alguna notable excepción, del precepto metodológico que advierte que la opinión pública no existe, sino que se construye, y además, en esa construcción, las propias investigaciones sobre la opinión pública sobre la ‘problemática medioambiental’ cumplen un papel determinante. Es conveniente volver a recordar que toda pregunta es ya una forma de respuesta y que conlleva, implícita o explícitamente, una definición, por parte del propio investigador, de los elementos ‘relevantes’ del objeto investigado. Mediante el esquema de comunicación cerrado de las encuestas, estas definiciones se imponen a los entrevistados y sirven para homogenizarlos. La entrevista – observa Ibáñez (2001, p. 72)

es una caza de almas: por la boca muere el pez – si muerde el anzuelo – y, también el ser humano. El juego de lenguaje a que es sometido el entrevistado – la forma cuestionario – es: por su forma, un juego pregunta-respuesta (un *test*), por su contenido una simplificación del lenguaje – un dispositivo semántico-pragmático de homogenización –. Sujeto es el que pregunta y objeto el que se limita a responder

³ Aplicando el esquema de Jakobson (1984, p. 352-361) a la investigación social, podemos ver como de la encuesta estadística quedan fuera las funciones emotiva (plena expresión y auto expresión afectiva del entrevistado) y la metalingüística (sistematización de las claves sociales de codificación de las respuestas o mensajes). Al mismo tiempo, de acuerdo con el planteamiento de Ortí (2005, p. 254), la encuesta estadística implica un contexto cerrado, que impone a los entrevistados el sistema de lengua del entrevistador y que, por eso mismo, resulta incapaz de captar los matices y las orientaciones del discurso libre. En este sentido – concluye Ortí – el proceso informativo de la encuesta no va más allá de captar y verificar señales, en un lenguaje denotativo, pero la apertura connotativa y la proyección afectiva sólo pueden producirse en situaciones – que simulen – la comunicación plena como la entrevista abierta y las discusiones de grupo. Mientras que sólo mediante el análisis en profundidad del discurso abierto de sujetos y grupos resulta posible su interpretación simbólica y su análisis semiológico.

(aunque por dentro vaya la procesión: un resto latente de contestación).

Pero conviene ir un poco más lejos para visibilizar la función ideológica -lo que hemos llamado el acuerdo con lo ‘políticamente correcto’ – que este tipo de investigaciones cumplen. De acuerdo con Ortí (2005, p. 259), los ítems o alternativas opiniáticas precodificadas de una encuesta conforman lo que él denomina un ‘sistema de racionalizaciones’ – esto es explicaciones o pautas estereotipadas de modelos diversos de conducta que buscan conseguir legitimidad social- por lo que el entrevistado ‘vota’ o se adhiere, de forma puramente externa, a aquella alternativa que cree que goza de mayor legitimidad en su propio medio social. En este sentido, continúa indicando Alfonso Ortí, las respuestas más que ser expresión de las propias posiciones y conflictos personales, se encuentran condicionadas por el estado coyuntural de la opinión pública y constituyen un índice de la misma. Así, orientada por una tendencia adaptativa al ‘justo medio’, la selección de los ítems opiniáticos, se instala en la zona intermedia de la ‘moderación’, tiende a coincidir con el consenso social vigente en torno a una cuestión, con lo que acaba reproduciendo los perfiles externos de la ideología dominante. De nuevo, en palabras de Ortí (2005, p. 259):

Los estereotipos que antes han sido impuestos por la ideología dominante (a través de los medios de comunicación social, las redes de influencia, las presiones difusas...), y marcados sobre las conciencias individuales, son ahora reproducidos por éstas y devueltos a la circulación ideológica del sistema social establecido a través de su reflejo por los datos de las encuestas de opiniones y actitudes. Y se cierra, de este modo, un circuito comunicativo del sistema autorreflexivo, en el que las ‘opiniones’ reducidas a ‘comportamientos verbales estereotipados, revelan su auténtica naturaleza de ‘enunciados impuestos y arrancados – en cuanto – palabra implantada en el hablante.

En consecuencia, la encuesta sobre opiniones y actitudes, como ya apuntó Ibáñez en su obra clásica *Más allá de la Sociología*, toma la forma típica de ‘examen’ donde el entrevistado

debe demostrar que sabe lo que debe ser dicho sobre cada tema en concordancia con los valores dominantes. La encuesta de opinión nos proporciona, con un claro sesgo conservador, una radiografía del estado coyuntural y superficial de la opinión pública dominante. Pero, simultáneamente, ignora las estructuras afectivas reprimidas y los conflictos ideológicos internos de las personalidades y de las clases sociales, reducidos a la condición de simples votantes sin palabra ni discurso propio. A modo de resumen, tres conclusiones:

Las encuestas de opinión son un instrumento de investigación social metodológicamente inadecuado cuando desde la adscripción a valores, cuya legitimidad se contrasta en la propia encuesta, se quieren sacar conclusiones sobre el grado de implicación del encuestado en los valores que suscribe en sus respuestas.

Frente al sesgo conservador y restrictivo de la encuesta de opinión y actitudes, la producción y el análisis del discurso, mediante entrevistas abiertas y, en particular, mediante la práctica cualitativa de los grupos de discusión abre una alternativa complementaria. Una alternativa que, en las condiciones que impone el encuadre metodológico de las prácticas cualitativas, devuelve el uso de la palabra libre al sujeto entrevistado y permite contextualizar su pre-consciente ideológico e intentar interpretar las claves de su conformación en el contexto de los procesos sociales en marcha.

En suma, la investigación de la percepción medio ambiental mediante encuestas permite escamotear el nudo central de los conflictos ecológico-sociales y produce una percepción reformista e irreal del problema. Permite resolver el doble vínculo, en el sentido de Bateson (1985), en que quedan atrapados los ciudadanos. Permite, resolver (imaginariamente) la contradicción entre un mensaje, expresión de la propia conciencia ecológica, que señala la necesidad de proteger la naturaleza y un mensaje de orden superior que, desde la aceptación del actual desarrollo económico, señala su imposible realización. Las encuestas sobre medio ambiente ofrecen la posibilidad de creer que se puede poder armonizar está contradicción eligiendo los ítems de la encuesta que proponen simultanear crecimiento económico y preservación de la naturaleza: desarrollo sostenible. En suma, aunque las encuestas sobre medio ambiente implican un reconocimiento de los problemas del desarrollo económico capitalista, al reconocer que no se ha realizado de un modo medioambientalmente

adecuado, remiten dicho problemas al pasado y trasladan su resolución al futuro ya sea por medio de un crecimiento económico compatible con la preservación de la naturaleza, ya sea por medio de los avances tecnológicos y/o la educación medioambiental (RODRÍGUEZ VICTORIANO, 2002). De este modo, lo que se obvia y escamotea es el propio presente y, por tanto, el espacio real y concreto del conflicto ecológico-social.

LA APERTURA CUALITATIVA: EL GRUPO DE DISCUSIÓN COMO PRÁCTICA DE PRODUCCIÓN Y ANÁLISIS DE DISCURSOS

“Cuando el sujeto sabe lo que hace se ha transformado en matemático: matemática no es más que la autoconciencia de la propia actividad (de la actividad real y –sobre todo- de la actividad posible: el universo matemático es más rico que el universo real). Podemos transformar la frase que encabeza este capítulo (‘un investigador cuantitativo es el que no sabe lo que hace un investigador cualitativo es el que sabe lo que hace’), por esta otra: un cualitativo es un cuantitativo que sabe matemáticas”

J. Ibáñez (1985, p. 88)

La tradición sociológica española de la llamada Escuela de Cualitativismo Crítico ha producido una importante bibliografía teórica e innumerables investigaciones empíricas y sus trabajos de síntesis metodológica e investigaciones prácticas concretas: Jesús Ibáñez (1979, 1985a, 1985b, 1990, 2001); Alfonso Ortí (1995, 2001); Ángel De Lucas (1992, 1995); Colectivo IOE (1996, 1999); Colectivo IOE y CIMOP (2010); Luis Enrique Alonso (1998, 1999); Javier Callejo (1995, 1996a, 1996b, 2001); Fernando Conde (1996, 1999, 2010); Martín Criado (1991); Tomás Villasante (1995, 2006). La práctica metodológica central de esta corriente ha sido el grupo de discusión. En el cuadro 2 se resumen los modelos teóricos-metodológicos en la investigación sobre la percepción medioambiental (RODRÍGUEZ VICTORIANO, 2002).

Cuadro 2 – Modelos teóricos-metodológicos en la investigación sobre la percepción medioambiental

	Perspectiva De Investigación Social Predominante	Nivel Tecnológico (Cómo se hace) Juego de lenguaje	Nivel Metodológico (Por qué se hace) Funciones de Lenguaje	Nivel epistemológico (Para qué, para quién se hace) Efectos de lenguaje Propuesta Política
Intersección sociologías/ecologías: Sociología MedioAmbiental o sociología de la modernización ecológica	Distributiva	Pregunta/Respuesta Encuesta de opinión	Función Referencial del lenguaje Elementos de la red (acoplarse a sus prescripciones)	Asimetría Cierra el campo Desarrollo sostenible Educación Ambiental
Intersección sociologías/ecologías: Sociología ecológica	Estructural	Conversación Grupo de Discusión Entrevista abierta	Función estructural del Lenguaje. Estructura de la red (Explora los caminos posibles)	Simetría táctica Asimetría estratégica. Sustentabilidad Socio-ecológica Cultura de la sustentabilidad.
Intersección sociologías/ecologías: Ecología política	Dialéctica,	Asamblea Socioanálisis Investigación Acción Participativa	Función pragmática del Lenguaje Construcción de la red. (hacer otra red) red	Simetría real Abre Libera los decires y los haceres. Emancipación social Transformación del sistema de relaciones de explotación capitalistas

Fuente: elaboración propia a partir de Jesús Ibáñez y colectivo IOÉ.

Como hemos visto, el modelo metodológico predominante en la sociología medioambiental es el distributivo. La técnica privilegiada de la perspectiva distributiva es la encuesta estadística. Las informaciones se producen mediante juegos de lenguaje de tipo “pregunta/respuesta”: un juego de información cerrado, pues las repuestas están contenidas en la pregunta. Utiliza la dimensión referencial del componente simbólico del lenguaje. La sociología ecológica se abre hacia el modelo

estructural. La práctica dominante en la perspectiva estructural es el grupo de discusión. Las informaciones se producen mediante juegos de lenguaje de tipo “conversación”: un juego abierto, pues el que responde puede cuestionar la pregunta y hacer otras preguntas: cada interlocución abre espacios a los otros interlocutores. Utiliza la dimensión estructural del componente simbólico del lenguaje. La ecología política se abre a la perspectiva dialéctica. Su práctica privilegiada es el socioanálisis. Las informaciones son producidas mediante juegos de lenguaje de tipo “asamblea”: en ellos no sólo se extrae información, también se inyecta neguentropía. Utiliza también el componente semiótico del lenguaje. El socioanálisis es el modelo de análisis que más fácilmente posibilita el paso a la acción.

El grupo de discusión aspira a reproducir el discurso ideológico cotidiano sobre la realidad social de la clase social, estrato o sector, representado por los sujetos reunidos, para interpretar en su contexto la valoración motivacional afectiva sobre la cuestión investigada, sus creencias y expectativas. Mediante esta práctica cualitativa producimos discursos colectivos diferenciados de una manera más o menos espontánea, mediante este dispositivo conversacional alcanzamos las vivencias de los sujetos y, a partir de ellas sus estrategias. El discurso, en la medida que constituye una reconstrucción de experiencias de los sujetos, está condicionado por la posición social de los sujetos. La discusión reproduce el discurso ideológico cotidiano (argumentos, ideas, motivaciones) del grupo social al que pertenecen los participantes. Los diferentes grupos nos permiten recoger las diferentes variantes discursivas que componen el campo de significación del problema investigado (AGUILAR, 1998). En este sentido, esta práctica proporciona materiales empíricos que permiten captar las posiciones ideológicas dominantes, sus interacciones discursivas y contextualizar las opiniones y valoraciones de los diferentes sectores sociales implicados, así como, desentrañar el sentido o sentidos que atribuyen a sus prácticas sociales. En resumen, el grupo de discusión es una práctica cualitativa que permite captar de forma abierta las siguientes dimensiones (COLECTIVO IOÉ, 1996, p. 86):

Las opiniones, es decir, las verbalizaciones formalizadas en que cristalizan los puntos de vista de los participantes;

Las actitudes, es decir, las pautas de reacción más o menos estables ante los acontecimientos que se describen;

Las motivaciones, es decir, las valoraciones e ideologías que subyacen o están connotadas en las múltiples condensaciones simbólicas y signos no cuantificables que aparecen a lo largo de las reuniones;

Las expectativas, es decir, las proyecciones de deseos, resistencias y temores conscientes e inconscientes, así como, los efectos prácticos que se pueden derivar del análisis de las opiniones, las actitudes y las motivaciones.

El criterio de representatividad de los grupos es estructural, lo importante no son las personas sino las relaciones que éstas representan. Como resume Aguilar (1998), frente al criterio de *representatividad* estadístico, que la muestra represente proporcionalmente a la población total, el grupo de discusión utiliza el criterio de pertinencia: recoger todas las relaciones sociales pertinentes a nuestro objeto de estudio. Los criterios fundamentales para establecer el número de grupos son los de diversificación y saturación. Por el primero incluimos las posiciones sociales que consideramos pertinentes para la investigación, por el segundo, entendemos que una vez hemos representado todos los ‘tipos sociales’ pertinentes, el realizar más grupos no aumentará sustantivamente la información obtenida. Así, pues, el criterio de validación de la representatividad de los grupos es el de la saturación de los campos discursivos que se produce cuando se vuelven a hacer grupos de discusión equivalentes. Los campos discursivos y las posiciones a las que dan lugar los grupos de discusión son representaciones de modos recurrentes y articulados de pensar y de ubicarse en la vida con los consiguientes efectos prácticos de conformación social: impregnación de valores específicos y asignación de identidades sociales. La variabilidad de campos discursivos y de las posiciones individuales que generan es poca. Se relaciona estrechamente con la posición social y las coordenadas espacio-temporales de los individuos que la componen: estatus socio-económico, género, edad, hábitat, patrones culturales, adscripción política, etc.

En el análisis sociológico-pragmático del discurso se busca el sentido, la relevancia frente

a la precisión⁴. Se realiza en un doble nivel. el nivel textual que estudia la significación del texto producido en la reunión y el nivel contextual que busca dar cuenta del sentido o conexión práctica que tiene ese discurso con el contexto social. Este planteamiento de la interpretación entiende que las relaciones de comunicación por excelencia que son los intercambios lingüísticos, son ‘también relaciones de poder simbólico donde se actualizan las relaciones de fuerza entre los locutores y sus respectivos grupos’ (BOURDIEU, 1985, p. 11). Se aleja pues de las interpretaciones esencialistas del lenguaje y de los análisis posmodernistas del discurso y se vincula con las estrategias, intereses y las razones prácticas de los diferentes sectores sociales (ALONSO; CALLEJO, 1999). Esta perspectiva de interpretación asume – frente a las tendencias intertextualistas, constructivistas y deconstruccionistas del postestructuralismo –, que no hay ciencia del discurso. El discurso no puede ser considerado al margen de las condiciones sociales de su producción y sus productores. Por último, el análisis sociológico de los discursos (CONDE, 2010) consiste en la reconstrucción crítica de su sentido ligada a la contextualización histórica de la enunciación. La interpretación se basa en la fuerza social y en los espacios comunicativos concretos que generan y contextualizan los discursos de los actores sociales como prácticas significantes. En este sentido, como ha observado Callejo (1995, p. 11), en el análisis del discurso hay que tener en cuenta el momento y las condiciones de su producción. De aquí la importancia de que el analista de los discursos esté presente en el momento de su producción. Pero, sobre todo, debe atender, para una rigurosa interpretación, a la posición social de quienes lo emiten, de quienes hablan ya sea en su condición de obreros industriales, estudiantes, pequeños y medianos empresarios, agricultores, profesionales o cualquier otra condición social de pertenencia.

REFERENCIAS

⁴ El grupo de discusión persigue el sentido del fenómeno social. De este modo, como ha observado Javier Callejo, coincide con la definición que Weber (1979, p. 11) hacía del objeto de la sociología cuando lo circunscribía a “la captación de la conexión del sentido de la acción” y separaba la precisión cuantitativa de la relevancia cualitativa. En palabras de Weber “Si falta la adecuación de sentido nos encontramos meramente ante una probabilidad estadística no susceptible de comprensión (o comprensible de forma incompleta); y esto aunque conozcamos la regularidad en el desarrollo del hecho (tanto exterior como psíquico) con el máximo de precisión y sea determinante cuantitativamente”.

AGUILAR, J. M. **Grupo de discusión**. Buenos Aires: Lumen Humanitas, 1998.

ALONSO, Luis Enrique. **La mirada cualitativa**. Madrid: Fundamentos, 1998.

_____. **Trabajo y ciudadanía**: estudios sobre la crisis de la sociedad salarial. Madrid: Trotta/Fundación 1º de Mayo, 1999.

ALONSO, Luis Enrique; CALLEJO, Javier. El análisis del discurso: del postmodernismo a las razones prácticas. **Revista española de Investigaciones sociológicas**, n. 88, 1999.

BATESON, Gregory. **Pasos hacia una ecología de la mente**. Buenos Aires: Carlos Lohlè, 1985.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo mundial**: en busca de la seguridad perdida. Barcelona: Paidós, 2007.

BOURDIEU, P. **Cuestiones de sociología**. Madrid: Istmo, 2000.

_____. **¿Qué significa hablar?** Madrid: Akal, 1985.

CALLEJO, Javier. **El grupo de discusión**: introducción a una práctica de investigación. Barcelona: Ariel, 2001.

_____. **La audiencia activa. El consumo televisivo**: discursos y estrategias. Madrid: CIS, 1995.

_____. El reciclaje de la ecología en el consumo. **Estudios Sobre Consumo**, n.39, 1996.

_____. **Percepción de los problemas medioambientales por la población andaluza**. Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andalucía /Consejo Superior de Investigaciones Científicas / junta de Andalucía, 1996.

CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Boston: Mifflin, 1963.

CASTELLS, M. **La era de la información: la sociedad red**. Madrid: Alianza, 1997.

_____. **Poder y comunicación**. Madrid: Alianza, 2009.

CASTORIADIS, C. La democracia como procedimiento y como representación. **Iniciativa Socialista**, n. 38, 1996.

_____. **El ascenso de la insignificancia**. Madrid: Frónesis, Cátedra, 1998.

CHOMSKY, N.; RAMONET, I. **Como nos venden la moto**. Barcelona: Icaria, 1995.

COLECTIVO IOE. **Tiempo social contra reloj: las mujeres y la transformación en los usos del tiempo**. Madrid: Instituto de la Mujer, 1996.

_____. **Inmigrantes, trabajadores, ciudadanos: una visión de las migraciones desde España**. Valencia: Universidad de Valencia, 1999.

COLECTIVO IOE; CIMOP. **El mercado de trabajo y la red social de inmigrantes**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Emigración, 2010.

COMMONER, B. **The closing circle**. Nueva York: Knopf, 1971.

CONDE, Fernando. **La vivienda en Huelva**. Culturas e identidades urbanas. Sevilla: Consejería de obras Públicas y Transporte/ Fundación el Monte, 1996.

_____. **Urbanismo y ciudad en la aglomeración de Granada**. Culturas e identidades urbanas. Sevilla: Consejería de obras Públicas y Transporte, 1999.

_____. Análisis sociológico del sistema de discursos. **Cuadernos Metodológicos**, Madrid, CIS, n. 43, 2010.

DE LUCAS, Angel. **Actitudes y representaciones sociales de la población de la comunidad de Madrid en relación con los censos de población y vivienda de 1991**. Madrid: Comunidad de Madrid, Consejería de Economía, 1992.

DE LUCAS, Angel; ORTÍ, A. Génesis y desarrollo de la práctica del grupo de discusión: fundamentación Metodológica de la investigación social cualitativa. **Investigación y Marketing**, n. 47, 1995.

EHRlich, P. **The population bomb**. 1968. (ref. A la edición francesa de 1972, La bombe "P", Paris, Fayard).

GARCÍA, E. **Medio ambiente y sociedad: la civilización industrial y los límites del planeta**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

IBÁÑEZ, J. **Más allá de la sociología**. Madrid: Siglo XXI, 1979.

_____. **Del algoritmo al sujeto**. Madrid: Siglo XXI, 1985.

_____. Las medidas de la sociedad. **REIS**, n. 29, 1985.

_____. **Nuevos avances en la investigación social**. La investigación social de segundo orden. Barcelona: Anthropos, 1990.

_____. Perspectivas en la investigación social: el diseño en las tres perspectivas. In: M. GARCÍA, Ferrando; IBÁÑEZ, J.; ALVIRA, F. (Ed.). **El análisis de la realidad social**. Madrid: Alianza, 2001.

JAKOBSON, Román. **Ensayos de lingüística general**. Barcelona: Ariel, 1984.

MARTÍN CRIADO, E. Del sentido común como producción: elementos para un análisis sociológico del discurso. In: LATIESA, M. (Ed.). **El pluralismo metodológico en la investigación social**. Granada: Universidad de Granada, 1991.

MAUSS, M. **Introducción a la etnografía**. Madrid: Istmo, 1974.

MORIN, Edgar. ¿Hacia el abismo? Globalización en el siglo XXI. Barcelona: Paidós, 2010.

MOUNIN, G. **Diccionario de lingüística**. Barcelona: Labor, 1982.

NAREDO, José Manuel. **Economía y sostenibilidad**. La economía ecológica en perspectiva. Palma de Mallorca: Ciclo de conferencias sobre “Sociedad y sostenibilidad”, 1999. fotocopiado.

_____. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social**. Más allá de los dogmas. Madrid: Siglo XXI, 2007.

ORTÍ, Alfonso. Viejas y nuevas ideologías hacia la dualización postsocialdemócrata. **Documentación Social**, n. 99-100, 1995.

_____. Investigación social. In: GINER, S.; LAMO DE ESPINOSA, E.; TORRES, C. (Ed.). **Diccionario de sociología**. Madrid: Alianza, 1998.

_____. La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: la entrevista abierta semidirectiva y la discusión de grupo. In: M. GARCÍA, Ferrando; ALVIRA, F.; IBÁÑEZ, J. (Comp.). **El análisis de la realidad social: Métodos y técnicas de investigación**. 3. ed. Madrid: Alianza, 2005.

_____. En el margen del centro. La formación de la perspectiva sociológica crítica de la generación de 1956. **RES** nº 1, 2001.

PÉREZ-AGOTE A. **Medio ambiente e ideología en el capitalismo avanzado**. Madrid: Ediciones Encuentro, 1979.

RIECHMANN, J.; FERNÁNDEZ BUEY, F. **Redes que dan libertad**: introducción a los nuevos movimientos sociales. Barcelona: Paidós, 1994.

RODRÍGUEZ VICTORIANO, J. M. Los discursos sobre el medio ambiente en la sociedad valenciana (1996-2000). **Quaderns de Ciéncies Socials**, Valencia, n. 8, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **La mirada social**: un marco de pensamiento distinto para el siglo XXI. Barcelona: Paidós, 2009.

VIDAL-BENEYTO, J. **La corrupción de la democracia**. Madrid: Catarata, 2010.

VILLASANTE, Tomás. **Las democracias participativas**. Madrid: Ediciones Hoac, 1995.

_____. **Desbordes creativos**. Madrid: La catarata, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **L'universalisme europeu**: la retórica del poder. Valencia: Servicio de publicaciones Universidad de Valencia, 2008.

WEBER, M. **Economía y sociedad**. México: FCE, 1979.

Desafios da sustentabilidade política do desenvolvimento: padrões de relação estado e sociedade no Brasil

Roberto Marinho Alves da Silva – UFRN, SENAES/MTE

RESUMO

O artigo analisa dilemas da implantação de um novo padrão de relação entre estado e sociedade na gestão de políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Brasil. Os dilemas da gestão participativa estão relacionados à combinação de elementos estruturais, institucionais e culturais: a limitação dos recursos disponíveis reduz a eficácia das decisões tomadas de forma participativa nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável; a fragilidade institucional dos mecanismos e instrumentos de gestão participativa; e, principalmente, a incompatibilidade do modelo de gestão participativa com a manutenção e reprodução de práticas ou comportamentos políticos tradicionais, negando as bases e valores da democracia participativa.

Palavras-chave: Gestão participativa. Desenvolvimento sustentável. Cultura política.

ABSTRACT

The article analyzes dilemmas of implantation of a new pattern of the relationship between state and society in the management of public policies for sustainable development in Brazil. The dilemmas of participative management are related to the combination of structural elements, institutional and cultural: the limitation of the resources available reduces the effectiveness of the decisions taken in a

participative way in public policies for sustainable development; the fragility institutional mechanisms and instruments of participative management; and, principally, the incompatibility of the model of participatory management with the maintenance and reproduction of practices or political behavior traditional, denying the bases and values of participatory democracy.

Keywords: Participatory management. Sustainable development. Political culture.

A política é a expressão das relações de poder em um dado contexto social, econômico e cultural. Trata-se de uma dimensão constitutiva da vida em sociedade que implica na formulação e implantação de regras, mecanismos e processos formais e informais de disputa de espaços de poder, de resolução de conflitos de interesses e de tomada de decisão política. Na política, a transformação de um interesse em decisão significa uma escolha entre alternativas, conforme a correlação de forças estabelecida entre os sujeitos políticos que estão em disputa na sociedade. Ou seja, o exercício do poder político, da capacidade de transformar interesses em decisões, está relacionado tanto ao modo como se estrutura uma sociedade, das relações de igualdade e desigualdade nas esferas sociais, econômicas e culturais; e ao modo como são criados, mantidos e permitidos os mecanismos ou canais de expressão e disputa de interesses.

Essa concepção da política, considerando os processos decisórios no âmbito do exercício do poder, possibilita uma análise dos processos de formulação e execução das políticas públicas de desenvolvimento. Compreende-se que essas políticas expressam decisões relativas à alocação de bens e recursos públicos e estratégias que orientam a intervenção do poder público num dado espaço geográfico ou dimensão da realidade (questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais etc.). Essas decisões e orientações estratégicas são traduzidas em normativos jurídicos que definem possibilidades e obrigações na execução de planos, programas e projetos. As políticas se materializam em medidas de coerção (limitação de ações e de liberdade de pessoas e instituições), em obrigações (fiscais, sociais etc.), e na alocação de bens e recursos públicos.

Essa primeira aproximação do debate teórico sobre a dimensão da política na organização

da sociedade é fundamental para compreender os processos de tomada de decisão, a formulação e a execução das políticas públicas. Trata-se do debate entre democracia e desenvolvimento. O autoritarismo e a democracia são mediações importantes na definição de alternativas de desenvolvimento. Isso significa que existem diferenças qualitativas entre o crescimento econômico alcançado em países sob regimes ditatoriais, do desenvolvimento que se pretende sustentável em regimes democráticos.

O Brasil pode servir de um bom exemplo. Não raras vezes, vivenciamos momentos históricos de combinação de crescimento econômico (como o chamado “milagre brasileiro” no início dos anos setenta) com regimes ditatoriais. Mesmo antes desse período, é preciso lembrar que a violência foi a primeira forma de exercício do poder adotada pelos colonizadores e continuada pelo poder dos coronéis no império e na república. A repressão violenta existe desde o período colonial na tentativa de garantir a ocupação e a exploração do território e para controlar as desordens e outras ameaças. Na república a ideologia da segurança nacional tem sido o fundamento da “ordem” política para alcance do “progresso” econômico.

Nos diversos períodos marcados por regimes políticos autoritários no Brasil, a política de desenvolvimento foi formulada e executada de forma a atender interesses restritos, ou seja, àqueles que são permitidos pelo sistema de dominação, devido à inexistência de canais ou mecanismos de participação e controle social. Devido à escassez de participação social, mesmo nos períodos de disputa (reformistas x conservadores), os mecanismos institucionalizados de tomada de decisão ficaram restritos aos grupos no poder que utilizaram essas capacidades em benefício próprio para reprodução da dominação sobre os setores subalternizados. Trata-se, portanto, de uma esfera “política restrita”, onde a principal forma de organização do exercício do poder político, o Estado, também é restrito e restritivo em relação aos distintos interesses existentes na sociedade.

O patrimonialismo e o clientelismo, combinados à violência ativa do coronelismo, são as outras características fundamentais dos processos políticos “restritos” que predominaram historicamente na formulação e execução de políticas de desenvolvimento no Brasil. As capacidades políticas decisórias são privatizadas pelos ocupantes do poder (dos que detém cargos, mandatos ou funções públicas), direcionando-as ao atendimento de interesses particulares individuais ou de grupos que lhe dão

sustentação. Nos regimes onde a gestão pública é orientada por padrões autoritários, centralizadores e inibidores da participação e do controle social, as possibilidades de desvio e uso privado do patrimônio público são maiores.

As práticas patrimonialistas subsistem, de forma latente ou velada, em regimes políticos democráticos, com base em procedimentos cada vez mais sutis de desvio de recursos públicos, devido às fragilidades das próprias instituições políticas democráticas. Parte dos recursos públicos que são desviados é normalmente utilizada para alimentar o clientelismo político. A miséria e a pobreza da maioria da população alimentam os processos de subordinação com base no clientelismo político, mantendo o domínio das elites socioeconômicas. Trata-se de uma condição social útil às forças dominantes para obtenção de recursos e favores oficiais. Na maioria das vezes, as políticas governamentais de recorte social, além de evitar desordens e legitimar o poder estabelecido, são utilizadas como mecanismos de enriquecimento e de reprodução das relações socioeconômicas e políticas de dominação.

O pensamento crítico sobre a sustentabilidade do desenvolvimento exerce uma função fundamental de desvelar essa realidade política, sobretudo enquanto crítica à exploração política da miséria ou do subdesenvolvimento. Trata-se também da crítica a postura técnica autoritária no planejamento e execução de políticas de desenvolvimento.

Dessa forma, a participação social na gestão de políticas de desenvolvimento se constituiu em temática relevante, tendo origem em diversas experiências e proposições de mecanismos de democratização das esferas públicas. A gestão participativa do desenvolvimento (nacional, regional, territorial ou local) é considerada um modelo que viabiliza a intervenção da sociedade organizada nos processos de tomada de decisão, envolvendo a organização e o manejo de recursos organizativos, financeiros, humanos e técnicos. É materializada em um conjunto de processos sociais e de canais institucionalizados de participação (conselhos, comissões, conferências, comitês, consórcios municipais, entre outros) e reforçada por instrumentos não-institucionalizados de participação cidadã (organizações da sociedade, fóruns, plenárias, grupos de pressão e conselhos populares não-formais etc.).

Do ponto de vista institucional, a gestão participativa é apresentada como uma complementação ou mesmo ampliação da democracia representativa, com base num novo tipo de relação entre Estado e sociedade, que viabiliza a participação direta da população na disputa de interesses e no exercício de práticas de negociação na gestão de políticas públicas.

Apesar dos avanços obtidos, a realidade é contraditória ao expressar os limites e até os efeitos indesejáveis da gestão participativa em políticas públicas de desenvolvimento. Isso decorre da apropriação formal do discurso da participação para buscar novas formas de legitimação perante a população. A limitação dos recursos para investimentos e ampliação de políticas de desenvolvimento com recorte regional, territorial ou local (de maior proximidade com as pessoas) contradiz com o aumento das demandas e das expectativas que são frustradas, ampliando a desmotivação e o descrédito nas instituições e seus mecanismos de participação. Ressalta-se também a baixa capacidade organizativa de setores da sociedade civil de intervenção efetiva diante das práticas autoritárias de cooptação e manipulação dos mecanismos de participação social.

O presente texto está inserido nesse debate sobre as experiências de gestão participativa em políticas de desenvolvimento. Busca contribuir na identificação de alguns dos fatores que explicam as contradições entre as tentativas de implantação de modelos inovadores de gestão, cuja matriz institucional é a democracia participativa, e a reprodução de práticas tradicionais fundadas em culturas e instituições políticas autoritárias e centralizadoras.

REDEMOCRATIZAÇÃO E EMERGÊNCIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA

No Brasil, as perspectivas de construção de novas formas de relação entre Estado e sociedade foram motivadas no seio da sociedade civil pelo contexto sócio-político de luta pela redemocratização contra o centralismo autoritário do regime militar e pela universalização de direitos sociais¹. Desde a segunda metade da década de 1970, setores da sociedade civil organizada conquistaram espaços de

¹ A redemocratização compreende a passagem de um regime ditatorial para um regime eleitoral democrático, resultado de diversos fatores, entre os quais, a crise do modelo econômico do regime, o esgotamento da forma de dominação política predominante desde 1964 e a pressão de amplos setores da sociedade civil que emergem na luta por direitos de cidadania, contra o regime ditatorial.

expressão de suas demandas que foram, em parte, incorporados em processos de decisão política no âmbito nacional, tornando-se sujeitos ativos na redemocratização do país.

Nesse momento, também houve a incorporação do discurso da participação social e da descentralização por parte de setores políticos tradicionais que buscavam renovar suas propostas como forma de legitimação política eleitoral. Nos seus últimos anos de existência, o regime ditatorial militar implantou mudanças no conteúdo da política social e passou a utilizar um discurso da “solidariedade social”, tentando atenuar o crescimento da pobreza, principalmente urbana, que se constituía em risco para legitimação do regime. Nesse contexto passaram a surgir algumas medidas descentralizadoras, de compartilhamento das políticas com as esferas estaduais e municipais, sem comprometer a capacidade de controle do governo central. Para tanto, os estrategistas do regime buscavam renovar suas lideranças políticas nos municípios e estados, incorporando novos atores com discurso e ações participativas: “a palavra de ordem era participação popular, concebida como mecanismo de articulação de interesses entre dominantes e dominados” (ANDRADE, 1996, p. 76).

Do lado da oposição ao regime, constata-se que desde os fins da década de 70, forças aglutinadas no partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tentam introduzir mecanismos de participação popular na gestão pública de municípios. São várias as experiências em municípios interioranos, como Lages (SC), Boa Esperança (ES) e Piracicaba (SP), que incluíam a criação de órgãos, conselhos populares e de esferas gestoras sub-municipais. As principais formas de participação popular que prevaleciam nessas experiências eram certa abertura à reivindicação popular perante órgãos públicos e a cooperação na execução de obras e serviços comunitários.

Mas é somente na década de 1980 que essas experiências se expandem a partir de municípios governados com base em alianças entre setores progressistas com a participação de organizações do movimento popular. Em alguns casos, dão um salto de qualidade, com a introdução de mecanismos institucionais previstos pela Constituição de 1988, e pelo crescimento de partidos de esquerda, que buscavam realizar suas propostas de democratização das relações entre Estado e sociedade. Ao mesmo tempo em que ocorriam essas experiências de gestão participativa nos municípios, avançava a luta pela universalização dos serviços sociais básicos (saúde, educação, habitação etc.), reforçando

as propostas de participação popular como mecanismo de controle social e de descentralização.

A criação de mecanismos institucionais de gestão participativa no processo de formulação e implantação de políticas públicas foi uma das conquistas mais importantes da sociedade civil e está prevista tanto na Constituição Federal de 1988 como nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais. Naquele processo foram introduzidos novos elementos na relação Estado e sociedade, com a introdução de mecanismos formais de participação social na gestão das políticas públicas através da formulação, normatização e controle das ações.

A atual Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), no que diz respeito à participação popular, além de inserir institutos de democracia direta, como o plebiscito e a ação popular (Art. 5), assegurou outras possibilidades de participação da população nas decisões de governo, tanto no planejamento municipal (Art. 29) como em algumas áreas de políticas sociais. No título da ordem social, quando trata da seguridade social, a Constituição Federal assegura, tanto nas disposições gerais (Art. 194) como nas seções que tratam da saúde (Art. 198) e da assistência social (Art. 204), a descentralização, e a participação da comunidade na gestão administrativa destas políticas. O mesmo ocorre no âmbito da política de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes (Art. 227) e da educação, no que se refere a gestão democrática do ensino público (Art. 206). A Constituição também estabelecia mecanismos que possibilitassem romper, em nível legal, com uma forte tradição que marcou a história política brasileira, de centralização das decisões e recursos no nível federal, à medida que conferiu mais autonomia aos níveis constitutivos da Federação (União, Estados e Municípios) e definiu algumas formas de atuação articuladas entre os mesmos.

De fato, a valorização de diversas estratégias descentralizadoras tem sido uma tendência na atualidade. Segundo Melo (1997, p. 117),

enquanto transferência de poder decisório a municípios ou entidades e órgãos locais, a descentralização pode ser compreendida tanto como uma tendência democratizante, quanto um processos de modernização gerencial da gestão pública – em que apenas a questão da eficiência é considerada.

Da mesma forma, Leal (1994) identifica duas matrizes ideológicas relacionadas à

descentralização: na perspectiva conservadora, é uma forma de reduzir o Estado às suas funções mínimas, transferindo responsabilidades públicas para o setor privado, segundo a lógica da eficiência e do lucro; e na perspectiva progressista, está relacionada à democratização da administração pública, multiplicando as estruturas de poder e transformando as relações entre Estado e sociedade.

Como resposta à crise dos modelos de gestão centralizada e autoritária do Estado, a descentralização expressa um movimento de revalorização do poder local². Compreendido enquanto conjunto de relações políticas estabelecidas entre as forças sociais, com base em interesses nos processos de tomada de decisão e de gestão de serviços e recursos públicos, o poder local implica em uma complexidade de sujeitos sociais com práticas políticas diferenciadas que disputam o controle sobre a capacidade de tomar decisões no nível local. É nesse sentido que Costa (1996, p. 113) afirma que desde a década de 80, vem mudando a visão sobre as estruturas de poder local, enquanto espaço de possibilidades de experimentos democráticos inovadores e de exercício da cidadania ativa: “o poder local passou a ser portador de possibilidades de gerenciamento eficiente dos recursos públicos e protagonista de iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social”.

Quanto aos resultados apresentados até o momento, pelas diversas iniciativas de gestão participativa, não há ainda um consenso formado. Os estudos nessa área buscam o reconhecimento das suas potencialidades e limites. Em muitos casos, a participação adquiriu uma feição de “oferta estatal”, cumprindo formalidades para acesso a recursos. Ao analisar experiências que combinam descentralização e participação popular, Leal (1994, p. 28) afirma que

Têm-se apresentado como inacabadas, transitórias e descontínuas, por fatores de natureza política e mesmo pela incapacidade de os movimentos sociais organizados formularem uma proposta de inserção nesse processo e definirem com clareza qual o seu papel na relação com o Estado. Têm sido interrompidas e mesmo esquecidas, quando por falta de legitimação política, o conjunto de forças que lhes dá sustentação é afastado do poder.

² Poder local e governo local não são sinônimos: a esfera governamental é componente principal ou mais qualificada do poder a nível municipal, mas está ao lado de outras organizações políticas que, de forma direta ou indireta, influenciam nos processos de tomada de decisão.

Na maioria dos casos em que se registram alguns avanços nessas iniciativas de gestão participativa, constata-se que eles resultam da articulação entre a vontade política do(s) governante(s) com a dinâmica organizativa da sociedade civil. Moreira Alves (1980, p. 116) afirma que a maior participação da população na gestão de políticas públicas pode diminuir os espaços de clientelismo político: “Em conseqüência, reduz enormemente a possibilidade de manipulação, de desinformação, de compra de votos através de promessas de favores ou, simplesmente, de dinheiro, os instrumentos classicamente usados pelos donos do poder para obter vitórias eleitorais”.

Para avançar nessa análise dos dilemas da participação é necessária a compreensão dos principais padrões culturais que perpassam as relações entre Estado e sociedade no Brasil.

PADRÕES TRADICIONAIS NA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE

No Brasil, existe um sistema político democrático representativo formalizado constitucionalmente em um conjunto de instituições e normas de procedimentos que regulam os processos de tomada de decisão e a ocupação dos cargos públicos, com a livre disputa eleitoral e o voto, principal instrumento de participação dos cidadãos na escolha de seus representantes. Feita essa constatação inicial, podia-se ter em decorrência, que as relações entre Estado e sociedade são reguladas e orientadas pelos procedimentos universais do regime democrático, baseado nas normas de impessoalidade e na igualdade de direitos.

No entanto, fragilidades das instituições democráticas, até o presente, não possibilitaram ainda que prevalecesse esse “universalismo de procedimentos” que caracteriza o estado de direito ou democrático. As regras são facilmente manipuladas por governantes ou por grupos no poder que desenvolvem diversas estratégias clientelistas e corporativistas para garantir prestígio político e renovação de seus mandatos. Uma das principais instituições da democracia representativa, os partidos políticos, não raras vezes, são destituídos das funções de representação de interesses organizados e de canal de acesso de grupos organizados às esferas políticas. O enfraquecimento dos partidos políticos reflete-se na quebra de regras universais de procedimentos, ocasionando alto grau

de permeabilidade a interesses privados:

Ao penetrarem, no aparelho estatal, sob a influência de contatos informais ou através da pressão de organizações empresariais, os interesses particulares passariam à esfera pública, insinuando-se nas instâncias governamentais e dando origem à privatização de segmentos expressivos do Estado (DINIZ, 1997, p. 19).

As instituições políticas, características da democracia representativa, historicamente se orientam por diferentes padrões de relação entre Estado e sociedade. Nunes (1997, p. 125) explica que prevalece um sistema político híbrido onde o corporativismo não desapareceu, o insulamento burocrático progrediu, o universalismo de procedimentos foi enfatizado em certas áreas ou agências e o clientelismo político vem se adequando aos novos períodos e perpassando os demais padrões. Cada um desses padrões de relação possui mecanismos e instituições formais e informais e reflete uma cultura política específica³.

O clientelismo⁴ se caracteriza como um sistema de regulação da troca ou fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses baseado em relações pessoais. Nos processos de gestão de políticas públicas é uma estratégia de manutenção da subordinação através de relações de favor que inibem a autonomia dos sujeitos. O sistema de troca não apenas caracteriza uma forma de controle do fluxo de recursos materiais na sociedade, mas funciona como instrumento de reprodução política da dominação. A própria burocracia apoia a operação do clientelismo que enfraquece o sistema partidário.

No Brasil, as raízes do clientelismo são muito antigas e continuam ainda hoje a perpassar decisões em todos os níveis da administração pública. Até os dias atuais, o clientelismo opera no Brasil através de uma complexa rede de corretagem política que vai desde os altos escalões decisórios até as localidades, via partidos políticos e burocracias. Assim, a reprodução da ordem

³ Nunes (1997) considera esses quatro padrões como gramáticas políticas que estruturam os laços entre sociedade e instituições formais no Brasil.

⁴ O termo “clientelismo” tem origem nos estudos das sociedades rurais, onde os camponeses encontram-se em posição de subordinação, dado que não possuem a terra. A desigualdade desempenha papel-chave e gera laços pessoais, que vão desde o “compadrio” à proteção e lealdade. Já o “clientelismo político” é um fenômeno que surge com o Estado moderno, onde os bens e recursos trocados são, principalmente, públicos (NUNES, 1997, p. 28).

social e política são possibilitadas pelos elementos disponíveis no próprio sistema político⁵. Dois fatores continuam desempenhando papel relevante na reprodução do padrão clientelista: um elemento estrutural, a condição sócio econômica, ou seja, o nível das carências de uma população e o elemento cultural, baseado em processos de socialização política, baseada na subordinação ou na anulação das capacidades políticas dos sujeitos. É a combinação destes dois fatores com as lacunas ou incapacidades do governo local em termos de prestação de serviços básicos à população que abre brechas para a intermediação de favores por parte de lideranças de base e cabos eleitorais.

Estudos contemporâneos atestam que o padrão clientelista é reproduzido por organizações populares, vistas como instrumentos efetivos de comunicação entre a população e a estrutura de poder local. Nesse sentido, muitas das organizações populares são instrumentos de manutenção e legitimação de poder: “A política de clientela se desenvolve em um ambiente onde a consciência cidadã é inexpressiva e onde, portanto, a representação universalista do espaço político não é tão abrangente e o mercado político fechado” (FONTES, 1995, p. 121).

Este tipo de relação entre Estado e sociedade tem permanecido até os dias atuais, tendo em vista a sua flexibilidade que permite conviver com outros padrões de relações formais, alguns essencialmente contraditórios com os princípios do particularismo e personalismo. A formalidade democrática não anula os mecanismos clientelistas informais que continuam a funcionar nas brechas do sistema político e, muitas vezes, torna-se essencial para a sua reprodução. Mesmo assim, ao longo da história política do Brasil, ocorreram diversas tentativas de superação do clientelismo político através da construção de outros padrões baseados no corporativismo, no tecnicismo e no universalismo de procedimentos.

Outro padrão tradicional na relação Estado e sociedade é o corporativismo, considerado como um sistema de representação ou intermediação de interesses, que visa o controle político e o controle do fluxo de recursos disponíveis através da inibição da emergência dos conflitos de classe e da existência de grupos de interesse autônomos. No Brasil, o corporativismo político tem origem

⁵ Os recursos materiais do Estado desempenham um papel crucial na operação do sistema: a corretagem se dá com privilégios que vão desde a criação de empregos até a distribuição de outros favores como estradas, escolas, nomeação de chefes; e através de meios indiretos: linhas de crédito especiais, contratos otimizados com pagamentos imediatos, entre outros (NUNES, 1997, p. 32).

na década de 1930, como estratégia do governo getulista de promover elementos da solidariedade social e relações pacíficas entre grupos e classes sociais através de uma legislação corporativista, influenciada pelo modelo fascista europeu.

Conforme Nunes (1997), o que caracteriza esse padrão de relação Estado-sociedade é um tipo de “participação permitida” de acordo com os seguintes critérios: há um número limitado de participantes, não competitivos, e que são reconhecidos, permitidos e subsidiados pelo Estado (movimentos e setores organizados da sociedade ficam sob a tutela dos governantes). Enquanto instrumento de “participação passiva” da população, reforça o autoritarismo de Estado, pois a vontade das massas não participa da administração.

Embora tenha favorecido a incorporação política de atores emergentes como o operariado urbano, o corporativismo, na sua origem, atuou no sentido contrário de consolidação de uma ordem democrática⁶, ao promover a consagração de um padrão desigual de acesso aos centros de poder, ao institucionalizar o controle sobre as organizações operárias e marginalizar os partidos e outras instituições representativas. Alguns estudos sobre o corporativismo na atualidade⁷, afirmam que esse padrão continua presente em diversos mecanismos de gestão de políticas públicas sob a forma de “concertação social de interesses” entre distintos grupos com o Estado.

Os partidários do pluralismo democrático identificam nesse tipo de ordenamento das relações Estado-sociedade, a associação entre o fortalecimento do Estado e o esvaziamento do sistema representativo político partidário. A subordinação política é ocasionada pela integração de grupos de interesses em estruturas verticais, hierárquicas e centralizadas, controladas por organizações subordinadas ao Estado. Krischke (1997, p. 107) afirma que a concertação social de interesses, presente em diversos mecanismos de participação da sociedade nas políticas públicas, cumpre uma função legitimadora do regime: com o deslocamento das responsabilidades, deslocam-se também os ‘destinatários’ das expectativas e demandas sociais, assim como as atribuições de êxito ou fracasso dessas políticas. Tavares da Silva (1997, p. 99), no entanto, concebe o neocorporativismo como um

⁶ Diferente do sistema eleitoral fundado na luta e no compromisso, “o Estado corporativo não se interessaria senão pela realização da concordância, da conciliação, consumindo o indivíduo em sua organicidade” (VIEIRA, 1981, p. 22).

⁷ Ver Tavares da Silva (1997); Diniz (1997) e Krischke (1997), entre outros.

modo de intermediação de interesses e de administração de conflitos que configura uma nova forma de relacionamento entre o Estado e a sociedade. Da mesma forma, Diniz (1997, p. 31) não descarta a possibilidade de coexistência do padrão neocorporativo com o pluralismo democrático:

Essas considerações não devem, porém, nos levar à conclusão de que o legado corporativo inviabilize a democracia no país. [...] na maioria das sociedades observa-se a coexistência de diferentes padrões de articulação Estado-sociedade. Assim pluralismo, corporativismo e neocorporativismo não são formatos excludentes.

O padrão corporativista também contribui para desviar os processos de gestão participativa, ocasionando tanto o tutelamento de organizações populares como a exclusão de grupos e setores desorganizados. Fontes (1995) identificou elementos do corporativismo territorial e setorial em experiências de participação popular: a participação de grupos de interesse meramente setoriais ou territoriais podem prejudicar o processo de formulação e execução de políticas públicas, reforçando o imediatismo e o localismo, concentrando reivindicações e a distribuição desigual das demandas. Avaliando a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre – RS, Genro (1995) cita que a lógica geral do movimento comunitário é geográfico-corporativa, ocasionando uma fragmentação da visão sobre os problemas gerais do município e sobre as ações públicas. Um grande desafio nesse processo foi definir a articulação entre as diferentes áreas geográficas com as demandas setoriais.

Um terceiro padrão cultural tradicional na relação entre Estado e sociedade no Brasil é o tecnicismo burocrático. Embora na sua origem represente uma tentativa de proteção do núcleo técnico do Estado contra interferências externas de cunho clientelista, refere-se, também, a uma cultura política vanguardista ou elitista de substituição dos que são tidos como insuficientemente capazes de participar de processos decisórios.

Esse padrão tem sua origem no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945)⁸ quando foi

8 O aparato técnico-burocrático do Estado tem seu auge nos períodos ditatoriais. É o que ocorre no Estado Novo e na ditadura militar de 1964. Para esta temática, ver Nunes (1997) e Diniz (1997).

promovida uma reforma no serviço público, com a tentativa de criação de diversos órgãos e equipes técnicas “isoladas” das disputas políticas, para assessorar a ditadura Vargas na formulação de políticas. Desde então, a gestão governamental burocrática no Brasil tem produzido a multiplicação de órgãos com uma conseqüente fragmentação da ação estatal com a proliferação de agências burocráticas criadas sob alegação da eficiência técnica. Conforme Nunes (1997, p. 34), o insulamento burocrático tem duas características básicas: é percebido como uma estratégia para contornar o clientelismo através da criação de ilhas de racionalidade e de especialização técnica; e constituído por agências dispostas a manter procedimentos técnicos e o universalismo de procedimentos no recrutamento de seus funcionários.

Mas essas inspirações, logo caem por terra mediante o baixo grau de institucionalização das regras de recrutamento com a alta proporção de nomeações políticas alheias à competência técnica e vulneráveis às mudanças de governo⁹, produzindo distorções e ineficiência que, segundo Diniz (1997, p. 20), consolidam:

A prática do enclausuramento burocrático da gestão governamental, cuja tendência é um estilo de atuação sem consulta às lideranças partidárias ou aos grupos de interesse. [...] A montagem de estruturas verticais e hierárquicas de representação de interesses, fortemente submetidas ao controle da burocracia estatal, deslocou aquele processo para o parêntese governamental, mais uma vez passando ao largo das organizações partidárias.

Em seus estudos sobre organizações populares em espaços urbanos, Fontes refere-se a situações de elitização em contextos de prática política de clientela. Nas organizações e movimentos populares encontra-se a prática de “profissionalização” de lideranças e dirigentes excessivamente burocráticos, reproduzindo posturas vanguardistas de substituição, mantendo o total controle das organizações. Segundo Fontes (1995), o processo de burocratização dessas organizações é impulsionado diante da

⁹ Conforme Nunes (1997, p. 35), essas agências são profundamente politizadas, pautando suas atividades em opções políticas claras, inclusive no recrutamento de pessoal: “O insulamento burocrático não é de forma nenhuma um processo técnico e apolítico: agências e grupos competem entre si pela alocação de valores alternativos; coalizões políticas são firmadas com grupos e atores fora da arena administrativa, com o objetivo de garantir a exequibilidade dos projetos; partidos políticos são bajulados para proteger projetos no Congresso”.

crescente inserção nas diversas arenas políticas (conselhos, comitês, etc.) que exigem conhecimentos de procedimentos burocráticos para encaminhar as reivindicações populares junto ao poder público, ocasionando não apenas a profissionalização, mas a “elitização” das lideranças que terminam por substituir os grupos ou organizações comunitárias que representam.

Uma das justificativas para essa elitização é contraditória com a própria origem popular da maioria dessas lideranças: parte da visão de que a população é um aglomerado de pessoas simples e incapazes de autonomia na condução dos seus destinos, ao mesmo tempo em que a liderança popular é vista como sendo capaz de orientar, guiar e escolher os melhores caminhos e encontrar as soluções adequadas para os problemas locais. Esse padrão, além de ser vulnerável aos mecanismos clientelistas, tem forte característica de autoritarismo, eliminando a possibilidade de participação da população na gestão de políticas públicas.

Os padrões tradicionais acima apresentados fragilizam o regime democrático no Brasil, através da negação da cidadania plena e da igualdade perante a lei. Esses padrões foram sendo construídos e implantados ao longo da história política do país e, por isso, estão presentes, em maior ou menor grau, nas diversas esferas e relações de poder na sociedade. Apesar de aspectos essencialmente contraditórios, a história tem revelado a convivência desses diversos padrões, baseada tanto em estruturas e organizações formais como informais (que se realizam no submundo da política), implicando, também, na existência enraizada de valores culturais que orientam comportamentos políticos dos brasileiros.

Numa análise profunda sobre as condições que garantem a reprodução desses padrões e suas implicações políticas, verifica-se que as principais barreiras ao universalismo de procedimentos e ao exercício pleno da cidadania são: a extrema desigualdade social, que alimenta a dependência e a subordinação dos pobres e indigentes; a existência de estruturas políticas rígidas e inacessíveis à representação dos legítimos interesses populares, privilegiando a troca de favores e ocasionando a apatia e a indiferença em relação ao sistema e instituições democráticas; e os elementos de uma cultura política autoritária (clientelista, corporativista e vanguardista), enraizada em um sistema social antigo e em relações familiares e pessoais construídas ao longo do tempo.

O Quadro 01 apresenta uma síntese comparativa entre os diversos padrões discutidos nesse artigo, destacando suas características gerais, seus mecanismos de gestão (estruturas formais e informais de poder político) e os diferentes valores políticos que perpassam cada um deles.

INSTITUCIONALIDADE E CULTURA POLÍTICA NOS NOVOS PADRÕES DE RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE

A característica básica da gestão participativa é a existência de mecanismos que viabilizam a intervenção direta de uma dada população em processos de tomada de decisão sobre prioridades na implantação de ações e utilização de recursos. Assim considerada, a gestão participativa representa, pelo menos teoricamente, outro padrão ou modelo de relação entre Estado e sociedade na gestão das políticas públicas, essencialmente contraditório com os padrões tradicionais centralizadores e autoritários, tendo por base o universalismo de procedimentos.

Porém, ao se constatar na realidade brasileira, a existência de um “sistema político híbrido”, surge um forte questionamento: a gestão participativa teria condições de reforçar o universalismo de procedimentos e diminuir as margens do clientelismo e do corporativismo ou, ao contrário, ela enfraqueceria o universalismo de procedimentos, desvalorizando as principais instituições da democracia representativa por mecanismos que tenderiam a repetir os mesmos desvios do clientelismo e do corporativismo?

Pode-se iniciar esse debate, de forma normativa, concordando com a afirmação de que, naquilo que lhe é peculiar, a gestão participativa não nega nem supera a democracia representativa. Nas condições atuais, a gestão participativa seria uma complementação ou mesmo ampliação da democracia representativa, no que se refere diretamente à gestão de políticas públicas.

Mas a questão não é tão simples assim. Mesmo que não pretenda substituir a democracia representativa, há muita controvérsia em torno de suas possibilidades de superação de padrões culturais tradicionais de relação entre Estado e sociedade. A possibilidade de participação direta da sociedade nos processos decisórios remete a um debate mais amplo da Ciência Política sobre o

modelo e mecanismos da democracia e as perspectivas de sua ampliação a um nível mais profundo de exercício da soberania popular. Existem posições críticas tanto em relação aos limites da democracia representativa, como em relação às distorções presentes na gestão participativa, que produziriam efeitos indesejáveis colocando em risco o sistema democrático.

A democracia, desde a experiência grega, há mais de dois mil anos atrás, até o presente, tem diversos significados relacionados a diferentes e até contraditórias experiências políticas em momentos históricos específicos. Ao analisar o significado da democracia na contemporaneidade, Bobbio (1986) ressalta que a democracia é um método ou um conjunto de procedimentos para a constituição de governo e para a formação das decisões políticas, como um sistema institucional para tomada de decisões através da luta competitiva pelos votos. A democracia, contraposta a todas as formas de autoritarismo, é caracterizada por um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Estes procedimentos dizem respeito ao processo e não ao conteúdo das decisões, ou seja, referem-se à democracia formal.

Já a concepção de democracia como conteúdo ou substancial, vai além dos procedimentos, referindo-se aos princípios da democracia, isto é, refere-se às suas finalidades, onde deve sobressair o igualitarismo como inspiração democrática. Enquanto relações entre iguais, a democracia envolve a participação dos cidadãos através de canais democráticos de negociação e de decisão. Na perspectiva substancial, a democracia, mais que um regime político, é uma forma de existência social. Chauí (1993), ao analisar a relação entre cultura política e democracia, considera que uma sociedade é democrática quando há abertura para ampliação e criação de novos direitos; quando considera o conflito legítimo; e quando aceita a organização de grupos e movimentos sociais, constituindo um contrapoder social que limita o poder do Estado.

Segundo Pateman (1992), vários teóricos contemporâneos da democracia¹⁰ consideram que o nível de participação da maioria deveria ser controlado para manter o funcionamento da máquina eleitoral, ou seja, evitando o risco de que os mecanismos de participação direta terminem por reproduzir novas formas de representação que não sejam baseadas nos procedimentos universais eleitorais.

¹⁰ Pateman (1992) cita os seguintes teóricos contemporâneos: Joseph Schumpeter, B. R. Berelson, Robert A. Dahl, G. Sartori e H. Eckstein.

Por outro lado, teóricos da democracia participativa consideram que a participação direta valoriza e amplia o exercício da cidadania no nível do conteúdo das decisões, reconhecendo que uma forma de governo democrático requer a existência de uma sociedade participativa, onde todos os sistemas de tomada de decisão tenham sido democratizados¹¹. A principal crítica feita por esses teóricos aos procedimentos democráticos representativos refere-se à centralização política, ou seja, à existência de um Estado centralizado e de processos técnicos burocráticos que expropriam a capacidade dos cidadãos em participar das decisões e desprestigiam a democracia.

Para superar os modelos tradicionais de gestão municipal centralizada, que alimentam a apatia e a alienação, a participação é tida como um elemento fundamental não apenas nos processos decisórios. Os mecanismos participativos são espaços de formação da cidadania, de desenvolvimento das responsabilidades públicas de governantes e cidadãos, proporcionando um correspondente aumento da co-responsabilidade no enfrentamento de problemas públicos do município. Outra decorrência deste processo está na possibilidade de controle da sociedade sobre os governantes e as decisões governamentais através de mecanismos que ampliem a mobilização da sociedade civil em diferentes dimensões da vida social.

Saindo um pouco do campo das argumentações normativas, Borja (1987) apresenta quatro elementos da realidade política contemporânea que justificam a existência de mecanismos de participação política complementar aos instrumentos básicos da democracia representativa. O primeiro refere-se à crescente complexidade da sociedade diante dos limites dos partidos políticos para expressar e assegurar a diversidade de demandas (principalmente locais) e da limitação dos momentos eleitorais para que se expressem as opções mais gerais. Em seguida, vem o argumento de que a representação política via partidos tem um caráter geral, não sendo capaz de assegurar interesses específicos, setoriais ou territoriais, o que requer canais complementares de participação regulados e transparentes. O terceiro argumento de Borja afirma que uma parte significativa das instituições ou

¹¹ A teoria política de Jean-Jacques Rousseau tem por base a participação de cada cidadão enquanto participe da autoridade soberana, no processo político de tomada de decisão: “A soberania não pode ser representada da mesma forma que não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. É ela mesma ou é outra, não há um meio termo. Os deputados do povo não são, nem podem ser seus representantes; não passam de comissionários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificou; em absoluto não é lei” (ROUSSEAU, 1973, p. 114).

aparatos administrativos do Estado está à margem da representação política expressa nas assembléias. Por fim, o autor afirma a importância de relacionar a participação com a existência de grupos sociais que dispõem de menos recursos econômicos culturais e políticos e que requerem mecanismos de participação que os equiparem aos grupos melhor situados, integrando-os à vida política.

Apesar desse caráter inovador, apresentam-se vários questionamentos sobre aspectos institucionais dos mecanismos de gestão participativa: podem ser instrumentos de legitimação ideológica do Estado e de cooptação de setores políticos dominantes; podem ser instrumentos de redução de custos (mutirões) no engajamento da população em obras do interesse do governo; podem ter existência curta para solucionar problemas pontuais e localizados, reforçando a fragmentação e o corporativismo territorial e setorial nas ações públicas; pode ser um processo demorado, gerando expectativas que, se não satisfeitas reverterem negativamente para os governos e movimentos sociais; e podem ser mecanismos artificiais, diante do descompromisso do governo local com a participação popular, a não ser quando há obrigação dos mesmos para acesso a recursos.

Na medida em que a participação da população na gestão de políticas públicas foi incorporada ao texto constitucional, às constituições estaduais e às leis orgânicas municipais, ela tem estado presente também no discurso dos atores governamentais descomprometidos com qualquer proposta de democratização do poder, na grande maioria dos municípios brasileiros. As diversas iniciativas de participação popular na gestão municipal não podem ser vistas de forma homogênea. A este respeito é pertinente a preocupação de Carvalho e Teixeira (1996, p.67-68), quando alertam para a adesão meramente formal e a conseqüente distorção da gestão participativa:

A capacidade ‘camaleônica’ das elites conservadoras brasileiras que incorporam no seu discurso demandas de cunho social e propostas de ação inovadoras, como a da participação, negando-as na prática, com a cooptação de lideranças, a negociação de compromissos que não serão cumpridos e a mistificação da opinião pública através da propaganda enganosa.

Em diversas análises, há o reconhecimento que os mecanismos de gestão participativa dependem tanto do compromisso dos que ocupam cargos no legislativo e no executivo do município, tendendo a avançar com forças ou partidos políticos comprometidos com a ampliação da democratização do poder público, bem como da capacidade de mobilização e organização da sociedade civil.

Deve-se reconhecer que a potencialidade inovadora da gestão participativa, através de mecanismos que são complementares à democracia representativa, requer a valorização dos procedimentos e instituições da democracia representativa, inclusive na eleição de governantes comprometidos com a democratização do Estado e de suas políticas públicas. Tem-se em decorrência, a importância dos aspectos da “engenharia política” de coordenação dos mecanismos, instituições e estruturas formais de participação popular com as instituições e mecanismos da democracia representativa. Nessas condições, é possível surgir um processo de co-gestão que é fruto da combinação da democracia direta efetuada pela população em mecanismos de participação com a democracia representativa, através dos governantes eleitos pela sociedade.

Quanto ao outro aspecto do presente debate, se a gestão participativa seria eficiente, como tentativa de redução do clientelismo, do corporativismo e das grandes e pesadas estruturas burocráticas, cabe ressaltar que depende das possibilidades de controle efetivo dos cidadãos sobre a ação dos governos através do fortalecimento de comportamentos democráticos.

Do ponto de vista da cultura política, são apontadas outras causas de distorções na viabilização de modelos inovadores de gestão participativa: o baixo nível de informação e consciência política sobre o processo participativo e a reprodução de práticas políticas tradicionais (clientelistas, corporativistas e elitistas) por parte de lideranças que representam organizações sociais ou parcelas da população nos mecanismos de gestão, constituindo mediações clientelistas entre a população e o poder público.

Tais questionamentos levam ao reconhecimento de que a gestão participativa implica não apenas na institucionalização de mecanismos de participação (condições objetivas) direta da população na gestão de políticas públicas, mas na incorporação de valores e comportamentos baseados numa cultura política de participação (condições subjetivas). Desse ponto de vista, é importante verificar as possíveis implicações decorrentes da combinação de mecanismos de participação popular com

padrões culturais que contrariam os princípios democráticos. Essa preocupação diz respeito à relação de dependência ou independência da variável cultura política em relação às instituições políticas, no fortalecimento ou não de regimes democráticos.

Existem concepções que consideram a cultura política como variável determinante no fortalecimento de um dado regime político. Almond e Verba (1963), por exemplo, concebem a cultura política como tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política que influenciam significativamente para afirmação de regimes políticos. Outras concepções teóricas que atribuem esse caráter de determinação às próprias instituições políticas que teriam a capacidade de formação de uma cultura política democrática. Mas também existem posições intermediárias que concebem a cultura política como variável interveniente (MOISÉS, 1995), ao lado de outras variáveis institucionais e estruturais (socioeconômicas).

Compreende-se que a cultura política é a expressão das crenças, dos ideais e dos valores políticos que são adquiridos nas experiências de socialização dos sujeitos políticos e interferem nas expectativas e comportamentos dos mesmos, ou seja, são os fundamentos das predisposições dos sujeitos para agir politicamente. A cultura política também é expressa em normas (formais) e tradições simbólicas e lingüísticas que dão significação à vida política em determinados contextos e orientam os comportamentos e atitudes políticas de determinados agrupamentos humanos. Nesse sentido, combina os aspectos racionais (visão de mundo ou tipo de consciência política) com a ação (comportamento político), articulando o caráter subjetivo (do indivíduo) com o coletivo (da sociedade, ou dos sujeitos coletivos) na ação política.

No Brasil, alguns padrões autoritários de cultura política, principalmente o clientelismo, geralmente são aceitos e praticados com naturalidade, pois estão enraizados em um sistema social antigo e em relações familiares e pessoais construídas ao longo do tempo. Esses padrões vão sendo preservados ao longo do tempo, formando uma “cultura política híbrida”¹², onde não se verifica um processo lógico de evolução de comportamentos e valores particularistas para valores e comportamentos universalistas e impessoais. Isso implica em reconhecer, também, que os comportamentos políticos

¹² Conforme Sani (1993, p. 306), a cultura política não é algo homogêneo. Numa sociedade ela é, normalmente, constituída por um conjunto de subculturas, mesmo que sejam contrastantes entre si.

não se reduzem somente à esfera da política, ou seja, eles se manifestam sob um fundo cultural mais amplo através de instituições que socializam os indivíduos, definindo normas, condutas e comportamentos.

Há um choque entre a cultura política que predomina na sociedade brasileira¹³, que mina os laços de solidariedade, que pulveriza os indivíduos, atomizando-os na sociedade, e as propostas de uma nova cultura política baseadas nos ideais de justiça, igualdade e direitos sociais. O “caldo cultural híbrido” contradiz com um autêntico processo de participação, que implica na presença de sujeitos capazes de comportamentos democráticos: a autonomia política¹⁴ para optar por diferentes alternativas; o conhecimento adequado da realidade relacionada às decisões; a capacidade de aceitação, convivência e diálogo com o diferente; e a capacidade de negociação e cooperação na busca de soluções.

Os valores de uma “nova cultura política” podem sucumbir perante um discurso instrumentalista da participação quando a população é mobilizada apenas na implantação de programas e obras governamentais, sem que esta tenha qualquer envolvimento no processo decisório; e o funcionamento ocasional dos mecanismos de participação para legitimação de decisões tomadas na esfera do governo local. Esse tipo de participação termina desmoralizando as atribuições democráticas da gestão participativa, reforçando o descrédito, a desmobilização e a apatia.

O governo aberto à participação popular, se não contar com a mobilização da sociedade civil, torna-se o incentivador desta mobilização, cujo objetivo principal é o processo político de geração de consciência e cidadania. A participação é um processo político de geração de consciência e cidadania, que vai além dos mecanismos de gestão pública. A mera formalidade dos mecanismos de participação não satisfaz esses objetivos emancipatórios da cidadania política. Genro (1995) compreende os processos de participação como possibilidade de criação de uma esfera pública não estatal, uma nova cultura democrática, uma nova ética e uma nova visão da cidadania que vão compor um novo projeto de sociedade. Isto significa oferecer ao conjunto da sociedade organizada, e, também àqueles que

13 A formação da cultura política brasileira é caracterizada como altamente autoritária e elitista, onde a sociedade civil sempre esteve subalterna em relação ao Estado, a quem coube historicamente a iniciativa política. A este respeito ver os estudos de Schwartzman (1988) e Faoro (1987).

14 Habermas (1990) concebe a autonomia no sentido da independência com que o sujeito participa de forma consciente e ativa na resolução de problemas. O “eu” autônomo e competente é aquele que reage à coerção da sociedade, opondo-se a heteronomia imposta pelo social.

estão ausentes ou excluídos da esfera da política, a oportunidade de tomar decisões sobre políticas públicas.

Para Chauí (1993), a autonomia dos sujeitos nos processos decisórios é o elemento central da participação, requerendo consciência da realidade, das necessidades e dos requisitos para transformá-la, ou seja, requer a capacidade de ser sujeito. A autonomia nos processos participativos pressupõe o poder de participar (político), o direito de participar (jurídico) e o conhecimento (saber) para atuar conscientemente nos processos de tomada de decisão. Ela é negada pela racionalidade administrativa que limita o poder dos indivíduos de participar das decisões; pelas esferas institucionais jurídicas que negam o direito de participação da maioria, concentrando o poder nas classes ou grupos dominantes e pela anti-pedagogia que concentra o saber em grupos restritos. A autonomia é negada onde a representatividade política é praticada como relação de favor, tutela ou substituição¹⁵ que limitam a liberdade nos atos de escolha, reduzindo os indivíduos e organizações à condição de objetos.

Diante dessas contradições, os processos participativos requerem amplo processo de capacitação dos indivíduos, não só para compreensão técnica de estratégias de funcionamento dos mecanismos de gestão de políticas públicas, mas de reconstrução de concepções de mundo e de valores sociais e políticos que sejam adequados aos comportamentos democráticos necessários à sustentabilidade do desenvolvimento.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO CONQUISTA POLÍTICA

A separação entre democracia e desenvolvimento resulta em conseqüências desastrosas para a sociedade. Essa era uma das principais teses defendidas por Furtado (1974; 1980; 1984), chegando inclusive a fazer prognósticos de que em regimes autoritários não haveria a possibilidade de

¹⁵ Chauí (1993, p. 298) relaciona as práticas políticas tradicionais a uma tipologia dos partidos políticos no Brasil: “No partido clientelista prevalece a representação de estilo medieval e conservador. Isto é, a representação é praticada sob a forma de favor e com exclusão dos representados [...]. Nos partidos populistas encontramos a mescla do estilo conservador e do iluminista, onde os representados são considerados imaturos, e vigora a idéia de que o partido representa a razão, a vontade geral e a verdade, ao mesmo tempo em que sua relação com os representados só pode ser de tutela. Nos partidos vanguardistas ocorrem dois fenômenos curiosos: [...] o partido designa seus representados como agentes de transformação; porém, por outro lado, e contraditoriamente, tais partidos definem seus representados e seus sujeitos como incapazes de realizar a tarefa histórica a que estão destinados e substituem o sujeito histórico por uma vanguarda que o representa, age em seu lugar e o educa”.

desenvolvimento, tendo em vista que a dinamização econômica conduzida por um regime autoritário carece de um projeto social subjacente.

No caso brasileiro, a manutenção de desigualdades sociais e regionais reafirma a tese de Furtado de que, de fato, o crescimento econômico, enquanto processo de acumulação ou de aumento da produtividade econômica, foi incentivado e alcançado sem uma direção política capaz de responder às necessidades e aspirações da maioria da população. Dessa forma, uma nova política de desenvolvimento sustentável implica na mudança da própria forma de atuação do Estado, minimizando o monopólio do poder, modificando as prioridades e estratégias de enfrentamento das problemáticas nacionais, contribuindo para um melhor desempenho dos órgãos e das políticas públicas na promoção do desenvolvimento. Numa de suas últimas locuções públicas na Sudene, Furtado (2000) reafirmou sua crença na participação democrática como base do desenvolvimento:

Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação (FURTADO, 2000, p. 313).

A possibilidade de avançar nessa relação entre democracia e desenvolvimento não depende apenas do Estado. As propostas de mudanças não estão sendo protagonizadas pelo Estado e nem monopolizada pelas elites dominantes. A emergência e fortalecimento dos atores sociais nesse processo indicam uma nova perspectiva política de aproximação com a realidade e de cumplicidade com os anseios e necessidades da população com implicações diretas na definição de objetivos e prioridades, recuperando a concepção de desenvolvimento como “projeto social”, como possibilidade de transformação global da sociedade: “Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. [...] Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política” (FURTADO, 1984, p. 12).

O desenvolvimento sustentável requer também novas formas de relação entre o Estado e a sociedade civil, ampliando a participação política a partir da afirmação e do reconhecimento de direitos de cidadania, em relação às definições sobre o futuro. Hoje está cada vez mais presente a convicção de que a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento sustentável exigem a participação e negociação entre os diferentes sujeitos locais, regionais e nacionais. Parte-se do princípio de que a gestão negociada e contratual das políticas e dos recursos é a pedra fundamental para o desenvolvimento sustentável. A eficácia das estratégias de desenvolvimento depende da capacidade de responder aos problemas atuais e às aspirações da sociedade organizada. Por outro lado, a ausência de participação ativa e de autonomia é uma das explicações para o fracasso de várias políticas de erradicação da pobreza:

Toda política antipobreza, se deixar de levar em conta a capacidade (*capability*) dos indivíduos e grupos da população, aumenta a pobreza. Em termos mais simples, além das boas intenções, a emancipação e o bem-estar de toda e qualquer pessoa dependem de sua capacidade de poder mudar sua situação (*building capacity*). A ajuda externa, como qualquer financiamento, não leva, por si só, a uma melhoria do bem-estar quando o indivíduo e seu meio não adquirem as capacidades endógenas para uma evolução autônoma (ZAOUAL, 2003, p. 74-75, grifos do autor).

Esse modelo de gestão negociada e contratual é fundamental, por exemplo, nas políticas de gestão ambiental, e requer a sensibilização e a participação ativa dos atores envolvidos como condição fundamental para seu sucesso. Os mecanismos de gestão não podem nem devem ser meramente coercitivos, principalmente, quando se trata de conflitos de interesse no uso de recursos naturais.

Mesmo com as fragilidades dos mecanismos e espaços institucionalizados de participação e controle social, continua forte a convicção de que a democratização da gestão (planejamento, execução, controle e avaliação) é fundamental para o bom desempenho das políticas públicas, para a formação da cidadania política, para o fortalecimento das organizações sociais e, principalmente, para a redução das práticas patrimonialistas e clientelistas. O desafio colocado é o de ampliar e fortalecer os

mecanismos formais (institucionalizados) e informais de participação política, garantindo o exercício da cidadania como condição necessária ao desenvolvimento sustentável.

A ampliação da esfera pública também deve considerar um conjunto considerável de iniciativas bem sucedidas de promoção do desenvolvimento, que vêm sendo experimentadas por diferentes organizações da sociedade civil. É nesse sentido que Tânia Bacelar de Araújo destaca os novos papéis assumidos pelas organizações que experimentam e divulgam diversas propostas alternativas que visam o desenvolvimento local e territorial sustentável. Para a autora, é necessário reconhecer que as organizações da sociedade civil avançam na ausência do Estado, formulando e experimentando alternativas locais de desenvolvimento: “O Brasil não está morto! Está cheio de experiências locais dizendo: ‘é assim que se organiza, é assim que se planta, é assim que se comercializa’” (ARAÚJO, 2000, p. 273).

Em síntese, a sustentabilidade política é explicitada num processo contínuo e participativo de conquista da cidadania, com a democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, incluindo a capacidade de participação na formulação e implantação de projetos de desenvolvimento. Por isso, do ponto de vista do poder, a sustentabilidade implica o avanço dos processos de gestão participativa, que modifique as estruturas dominantes e excludentes do poder político e econômico: “Um processo de tomada de decisões mais plural na escolha de novos estilos de vida e na construção de futuros possíveis, sob os princípios de sustentabilidade ecológica, equilíbrio regional, diversidade étnica, autonomia cultural, independência política e equidade social” (LEFF, 2000, p. 252).

Finalmente, é importante ter presente que processos de transição paradigmática ocorrem também no campo político. O atual modelo hegemônico de desenvolvimento foi uma imposição autoritária sobre a natureza, os povos e nações. Ao contrário, a conquista da sustentabilidade implica no rompimento com todas as formas de “monopólio do poder” e na afirmação da democracia como base fundamental do desenvolvimento. Por isso, a construção de uma contra-hegemonia exige a ampliação dos mecanismos e espaços institucionalizados e alternativos de participação cidadã de formulação e execução de políticas públicas de desenvolvimento. Além disso, a disputa política exige

a sensibilização e conquista da adesão da sociedade em torno dessa proposta, seja mobilizando a população e suas organizações, seja ocupando espaços informativos e formativos, ampliando a adesão às novas propostas alternativas de desenvolvimento.

A alternativa é a combinação entre a cultura e a política, entre a mudança nos pensamentos, como construção de uma nova racionalidade socioambiental; e os avanços na ampliação da cidadania, em termos de participação ativa e consciente na formulação e implantação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Quadro 01: Padrões de Relação Estado e Sociedade no Brasil

Aspectos	Padrões Autoritários e Centralizadores			Padrões Democráticos e participativos	
	Clientelismo	Corporativismo	Insulamento Burocrático	Universalismo de procedimentos	Gestão participativa
Características Gerais	Gestão centralizada nos administradores diretos que negociam e manipulam a aplicação dos recursos e cargos de forma patrimonialista e assistencialista visando benefícios eleitorais.	Gestão centralizada no executivo que negocia com grupos de interesse que são permitidos ou compulsórios. Os recursos são distribuídos de acordo com a concertação social de interesses.	Gestão centralizada e rigidamente controlada por um núcleo técnico burocrático a serviço dos interesses do governo. A gestão é matéria técnica, incompreensível e não acessível aos “leigos”.	Gestão com responsabilidades distribuídas entre os poderes: formulação (executivo e legislativo), execução (executivo) e fiscalização (legislativo e judiciário). Existem outros mecanismos de transparência e responsabilização dos governantes.	Gestão que combina a participação direta dos cidadãos com os mecanismos da democracia representativa nas definições orçamentárias e planejamento de políticas públicas. Visibilidade na gestão através de mecanismos de controle social.
Mecanismos de Gestão	Autoritários, informais, ilegais e personalistas. Não há controle externo (da sociedade) sobre o fluxo de recursos. O único controle é interno: alianças eleitorais definem a distribuição e a criação de cargos e órgãos gestores. O critério de acesso é o apadrinhamento político.	Além das instituições formais são criados alguns mecanismos de “participação controlada”, além de uma legislação própria que garanta o seu funcionamento, controle e abrangência. Os mecanismos representativos (partidos, legislativo) são manipulados ou desvalorizados.	Órgãos ou entidades insuladas criadas e formalizadas como tentativa de minimizar interferências externas. São formados por técnicos burocratas especializados. As interferências são internas e dependem do bloco de forças políticas no poder.	Partidos políticos expressam os diversos interesses e projetos políticos. Eleições competitivas e periódicas na escolha de representantes da população para ocupar cargos públicos (executivo e legislativo). O governo eleito distribui os cargos e cria órgãos com base nos princípios da governabilidade e governança, respeitando alianças eleitorais.	Além dos mecanismos representativos, existem canais institucionalizados (fóruns, conselhos, comissões) de participação direta da sociedade, constituindo uma esfera pública não estatal. A legitimidade e a eficácia desses mecanismos estão relacionadas a outros instrumentos político-sociais de participação cidadã.
Aspectos Culturais	Manipulação pessoal de recursos públicos (patrimonialismo e corrupção). As relações de troca de favor e de subordinação podem ser mais ou menos simétricas, dependendo do objeto de troca (voto, recurso, apoio, cargo, etc.)	Decisões pautadas em interesses corporativos territoriais ou setoriais que estão representados nas esferas decisórias. Imediatismo e localismo das reivindicações. Os grupos que participam são “tutelados” por governantes.	Racionalidade administrativa na eficácia de um programa ou política. O tecnicismo burocrático e o vanguardismo político substituem o cidadão nos processos decisórios e de gestão de políticas públicas.	Respeito ao universalismo de procedimentos com base no impersonalismo nas tomadas de decisão. Requer a vivência de valores e princípios democráticos: tolerância, respeito aos procedimentos universais, capacidade de diálogo, etc.	Reforça valores e comportamentos democráticos com base na autonomia dos sujeitos, na cooperação, informação e consciência política, e na capacidade de diálogo e de negociação. Implica no aumento das responsabilidades públicas de governantes e cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture**. Boston: Little, Brown and Company, 1963.

ANDRADE, Ilza Araújo L. de. **Políticas e poder**: o discurso da participação. São Paulo: Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1996.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORJA, Jordi. La participación ciudadana. In: BORJA, Jordi (Org.). **Manual de gestión municipal democrática**. Madrid-Barcelona: Instituto de Estudios de Administración Local, 1987, p. 125 - 150.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.

CARVALHO, Inaiá Maria M. de; TEIXEIRA, Elenaldo. Quais os desafios que se apresentam para a atuação dos diversos atores sociais e a relação entre eles na perspectiva de consolidação da gestão democrática da cidade? In: VILLAS-BÔAS, Renata (Org.). **Para que participação nos governos locais? Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais**. São Paulo: Instituto Pólis; Recife: SUDENE/Centro Josué de Castro, 1996 p. 61-70.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

COSTA, João Bosco Araújo. A ressignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 3, p. 113-118, jul./set. 1996.

DINIZ, Eli. **Crise, reforma do estado e governabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FONTES, Breno A. Souto-Maior. Clientelismo urbano e movimento popular: a construção das redes de poder. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 81, p. 119-159, jul. 1995.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Reflexões sobre a crise brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CELSO FURTADO, A SUDENE E O FUTURO DO NORDESTE, 2000, Recife. **Anais...** Recife: Sudene, 2000. p. 311-317.

GENRO, Tarso. Reforma do estado e democratização do poder local. In: VILLAS-BÔAS, Renato; TELLES, Vera (Org.). **Poder local participação popular e construção da cidadania. Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais**. São Paulo: Instituto Polis;

Recife: SUDENE/ Josué de Castro, 1995. p. 19-27.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

KRISCHKE, Paulo J. Cultura política e escolha racional na América Latina: interfaces nos estudos de democratização. **Boletim Informativo Bibliográfico**, Rio de Janeiro: ANPOCS/Vertice, n. 43, p. 103-126, 1. sem. 1997.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. **Para além do Estado**: tendências, limites e alcances das novas formas de gestão urbana a nível local. 316 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP/ Instituto de Economia, Campinas, 1994.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: EDIFURB, 2000.

MELO, Marcus André Campelo de. Crise federativa, guerra fiscal e hobbesianismo municipal: efeitos perversos da descentralização. In: OLIVEIRA, M. A. G. (Org.). **Política e contemporaneidade no Brasil**. Recife: Bagaço, 1997. p. 111-141.

MOISÉS, José Alvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MOREIRA ALVES, Márcio. **A Força do povo**: democracia participativa em Lages. São Paulo: Brasiliense, 1980.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social ou princípios do Direito Político**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção os Pensadores).

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco (Org.). **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora UNB, 1993. p. 306-308.

SCHWARTZMAN, Simon. **As bases do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Campus, 1988.

TAVARES DA SILVA, Gustavo. Democracia representativa e gestão participativa. In: OLIVEIRA, M. A. G. (Org.). **Política e contemporaneidade no Brasil**. Recife: Bagaço, 1997. p. 75-110.

VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Vozes, 2003.

Comentando as classificações de políticas públicas

Lincoln Moraes de Souza – UFRN

RESUMO

Visando subsidiar o estudo das políticas públicas, e particularmente seus diferentes tipos de classificações e suas respectivas influências, principalmente no Brasil, resgatamos as fontes mais importantes. Em seguida, acrescentamos outras classificações. Por fim, apontamos algumas questões, gerais e no Brasil, e também como foram realizadas as tentativas para adaptar ou desenvolver as contribuições das principais fontes.

Palavras-chave: Políticas públicas. Classificações de políticas. Estudos no Brasil.

ABSTRACT

In order to subsidize the study of the policies, and particularly their different kinds of classifications and their respective influences, mainly in Brazil, we rescued the most important sources. After that, we add other classifications. Finally, we pointed some questions, in general and in Brazil, and also pointed how the attempts to adapt or to develop the contributions from the main sources had been carried through.

Keywords: Policies. Classifications of policies. Studies in Brazil.

Como a literatura especializada de políticas públicas classifica os diferentes tipos de políticas? E sua utilização no Brasil? Quais questões devem ser ressaltadas? As respostas a estas e outras interrogações, nortearam a elaboração do nosso texto, bem como o desejo de subsidiar a

análise e avaliação de políticas. Assim, discorreremos sobre as principais fontes das classificações e os primeiros textos de autores (as) no país influenciados por elas. Ainda lembramos outras classificações da literatura internacional e, ao final, fizemos uma espécie de síntese crítica. Em todos os casos, priorizamos os textos que explicitavam as fontes e excluímos as dissertações e teses de mestrado.

AS TRÊS FONTES PRINCIPAIS DAS CLASSIFICAÇÕES DE POLÍTICAS

Mesmo considerando a existência de políticas públicas além da ação estatal, adotamos a visão predominante de que se identificam, seguindo Jobert e Muller (1987), ao Estado em ação. Para Meny e Thoenig (1992), a análise da política pública deveria conhecer o tipo de política adotada e a classificação poderia ser feita a partir de critérios como os **formais ou institucionais**, o **grau de universalidade** e os **sujeitos afetados**.

Partindo-se para os trabalhos mais conhecidos das classificações de políticas na literatura internacional, indicaremos as influências e as três fontes principais. A primeira é a visão de Marshall (1967a, 1967b)¹ sobre a política social e que remonta ao final da década de 1940. A segunda, são os trabalhos de Lowi (1964, 1970, 1972), vistos mais detalhadamente em função de sua maior sistematização e relevância. A terceira tem origem no importante livro de O'Connor (1977).

Marshall e a política social

Como aponta Santos (1994), a expressão política social foi criada na Alemanha do século XIX, porém é com Marshall (1967a, 1967b) que adquire maior importância ao ligá-la à idéia de direitos sociais e cidadania. Já numa conferência em 1949, incluída na coletânea **Cidadania, classe social e**

¹ As primeiras edições no Brasil saíram em 1967, mas parte dos textos em inglês foi antes. Já em 1950, por exemplo, tinha sido publicado seu trabalho *Citizenship and Social Class*.

status (1967), tece comentários sobre a política social: a educação primária pública no século XIX constituiu o primeiro passo nos direitos sociais da cidadania no século XX; a ampliação dos serviços sociais pertence a um setor diferente da **política social**. Ainda no mesmo livro, afirma que o Estado do Bem-Estar Social influenciaria, iria interferir ou ultrapassar as forças do mercado e a **política social** teria assumido a responsabilidade, como urgência especial, de prover casas para a população. E o seguro social, seria um campo da **política social**.

Mas é no seu segundo livro, publicado originalmente em 1965, menos citado no Brasil e intitulado justamente de **Política social**, que Marshall (1967b) retoma algumas questões, alude ao campo ou áreas da **política social** e ressalta que política social não seria um termo técnico preciso, como lembra Santos (1994). Estaria vinculada a problemas sociais, significaria a política de governo intervindo na economia de mercado visando o bem-estar e elevação do padrão de vida de seus cidadãos. Ainda aponta o que chama de **núcleo central da política social**: seguro social, assistência pública, serviços assistenciais médicos e sociais, habitação e educação.

Fala da integração da política social com a **política econômica** referindo-se à previdência social e diz que, para Beveridge, a viabilidade da previdência estaria associada a uma política de pleno emprego. A **política econômica**, ao que parece, contemplaria o pleno emprego, embora, ressalta Pereira (2008b), os direitos sociais incluíssem os econômicos. E mesmo sem querer entrar expressamente na questão das relações entre as políticas governamentais (especialmente a política social), o autor termina atribuindo a estas o papel de avanço da igualdade. Porém, fica claro que em ambos os livros, não atribui, propriamente, à política social, a solução do problema da desigualdade numa sociedade capitalista, mas funcionaria como uma espécie de redução ou compensação das desigualdades vinculadas ao mercado. E é esta idéia básica, uma das que vai nortear sua grande influência em termos gerais.

Quanto à influência de Marshall, Pereira (2008b) exemplifica na Inglaterra: a ampliação do conceito de *Welfare State* e a relação com o estudo da pobreza feita por Titmmus; a persistência desta pobreza assinalada por Townsend; a atribuição de Fraser de que o *Welfare State* e as políticas sociais seriam algo particular da Inglaterra; a continuidade do evolucionismo marshalliano com Flora

e Heidenheimer etc.

No Brasil, poderíamos citar principalmente a influência de Marshall sobre o livro de Santos (1987) publicado em 1979 e seu artigo de 1987, os trabalhos de Aureliano e Draibe (1989), de Draibe (1989, 1993, 1998) e de Vianna (1989). No caso de Santos (1987) a influência de Marshall é complementada pela de Lowi (1964). E como Marshall, relaciona a política social com a cidadania e o que denomina de cidadania regulada pelo Estado e vinculada às profissões. Fala de **políticas preventivas**, produzindo o mínimo de desigualdade (emprego, salário, saúde pública, educação, saneamento e nutrição), **políticas compensatórias** visando remediar os desequilíbrios derivados da acumulação (INPS e IPASE) e **políticas sociais** *strictu sensu* orientadas para redistribuir renda e benefícios sociais (PIS-PASEP, FGTS e FUNRURAL).

O trabalho de Santos (1987) teve ampla aceitação, mas sofreu sérias críticas de Reis (1990). Ao lembrar que o primeiro questionava o corporativismo no Brasil, em termos de uma política social regulada ou cidadania regulada pelo Estado, Reis (1990) diz que estaria suposta a existência de uma cidadania boa, normal e não regulada pelo Estado, em contraste com o Brasil e ressalta que, quanto mais cidadania mais regulação estatal. Como a idéia de cidadania regulada supõe um Estado autoritário, não estaria sendo levada em conta que iniciativas de política social, como na Alemanha bismarckista, ocorreram num Estado autoritário. Quando Santos (1987) toma como referência o seguro social e sua ligação com as categorias profissionais e o fato destas continuar existindo nas sociedades democráticas, era incorreto criticar o Estado brasileiro por sua ação inicial nesta área de proteção.

Sobre a literatura de política social no Brasil no geral, Reis (1990) afirma que todos partiriam de Marshall ao vincular cidadania e direitos. No entanto, ela seria muito marcada, de forma preconceituosa e condenatória, pelo tema do corporativismo, o Estado sendo visto como autoritário ou as categorias profissionais encaradas como egoístas e estreitas e a assistência social tratada de forma também preconceituosa.

Voltando a atenção para Aureliano e Draibe (1989), a referência a Marshall inclui seus trabalhos sobre cidadania e política social nas edições inglesas. E o autor é vinculado a modelos conflitualistas

de *Welfare State* e a política social como último estágio dos direitos civis. Especificamente em relação a Draibe (1989, 1993, 1998)², a autora fala que o *Welfare State* alteraria os efeitos do mercado. Sobre as áreas da política social, refere-se, especialmente, ao que chama de setores da previdência, assistência social, saúde e educação, enquanto que o salário e emprego, seguindo Marshall (1967b), seriam próprios da **política econômica** (1989). Em outros momentos, Draibe (1993, 1998), ao apontar áreas de política social, inclui, além das já citadas, as de nutrição, habitação e trabalho e programas dirigidos aos chamados grupos pobres (capacitação profissional e programas de crédito popular e geração de emprego e renda).

Pereira (1998) utiliza a classificação de Lowi sem citá-lo, refere-se explicitamente a Marshall e procura detalhar a classificação das políticas sociais. Fala de **políticas contributivas, contratuais e mercadorizáveis** (prioridade para o mercado, aspecto contratual) e **políticas distributivas, não-contratuais, não contributivas e desmercadorizáveis** (importância do Estado, envolvimento de todos os cidadãos etc.). Quanto a Behring e Boschetti (2006) e Behring (2008), ressaltam as discordâncias com Marshall (1967a), resgatam pontos importantes associando-o diretamente a Keynes e ao projeto social-democrata, criticam a linearidade do esquema e a tentativa de generalizar a partir da Inglaterra. E, levando em conta os problemas atuais do *Welfare State*, afirmam que o sonho marshalliano de unir acumulação, equidade e democracia política estaria, ao que parece, chegando ao fim.

Mais recentemente, Pereira (2008b), embora relativizando alguns aspectos da análise marshalliana, não subestima sua importância e, seguindo outros autores, diferencia política social (vinculando-a à Lei dos Pobres na Inglaterra e remontando aos séculos XV e XVI) do *Welfare State*, uma vez que este seria mais recente e com um grande impulso apenas depois II Guerra.

Por fim, devemos observar que a divulgação (concordando ou não com o autor) e a influência de Marshall no Brasil ocorreram, parcialmente, sem a explicitação de seus trabalhos ou através do seu primeiro texto e não via o livro intitulado justamente de **Política social** e publicado no Brasil em 1967. Para se ter uma idéia, por breve que seja, Santos (1987) e Draibe (1989, 1993 e 1998) não apontam explicitamente a Marshall. Quanto a Reis (1990), Behring (1998), Pereira (1998), Behring e

² Este texto de Draibe, de 1989, é uma versão resumida de Aureliano e Draibe publicada no mesmo ano.

Boschetti (2006), Behring (2008), Pereira (2008a) e Oliveira (2008) citam apenas **Cidadania, classes sociais e status** e somente Aureliano e Draibe (1989), Viana (1989) e Vieira (1992) e Pereira (2008b) citam mais de uma fonte de Marshall.

A tipologia de Lowi e sua grande influência

A classificação de Lowi (1964, 1970, 1972) em políticas **distributivas, regulatórias, redistributivas e constituintes**, apesar destas não aparecerem no texto de 1964³, mesmo quando o autor não é citado, passou a ser de domínio público. Com Sancho (2003), diremos que diferencia as políticas públicas combinando os critérios da **estrutura de coerção pelo Estado** e os **efeitos sobre os indivíduos decorrentes das intervenções** ou, como preferem Meny e Thoenig (1992), a **natureza da coerção** exercida de maneira direta ou indireta sobre o entorno.

No seu texto de 1964, Lowi ressalta que a identificação dos tipos, áreas ou grandes categorias de políticas públicas seria grande problema e sua definição seria dada através do **impacto** sobre a sociedade ou o impacto esperado. Estas ações governamentais corresponderiam a arenas reais de poder com suas características próprias, estrutura política etc. Posteriormente, Lowi (1970) enfatiza a importância da **coerção** diferenciando os tipos de políticas e acrescenta que a administração é a rotina da coerção e o Estado seu aparato etc. A classificação das políticas deveria estar ligada às funções do Estado e seria relevante o entendimento sistemático destas, seus tipos e conseqüências. Os tipos de políticas e de coerção constituiriam indicadores das funções do Estado e toda política seria **coerção deliberada**. Critica o pensamento tecnocrata por subestimar a importância das escolhas feitas, pois excluiria questões sobre o **impacto** das mesmas sobre os processos e sobre a sociedade amplamente.

Noutro texto de Lowi (1972), também são apontados os vínculos dos tipos de coerção com os tipos de políticas públicas. O autor diz que uma política pode transformar-se em outra quando o fluxo desloca-se de projetos distributivos para redistributivos ou ocorre o deslocamento distributivo

³ Isto é importante, pois vários autores baseiam-se no texto de 1964 e excluem as políticas constituintes.

para regulatório. Poderíamos ainda ressaltar, que alguns dos indicadores usados para se observar o tipo de política têm sido os projetos do governo e do legislativo. E, por fim, argumenta que as *policies* (mais ligadas ao que chamamos de políticas, programas de ação etc.) é que determinariam as *politics* (processo político mais amplo e objetivo ou algo do gênero).

Sem diferenciar os textos de Lowi (1964, 1970, 1972), tracemos o perfil das políticas. No caso das **políticas distributivas**, somente por acumulação poderiam ser chamadas de políticas. Estaria suposto um **impacto** mais restrito, grande número de pequenos interesses organizados e a multiplicidade de participantes, recursos desagregados e no curto prazo é como se fossem ilimitados. Poderiam ser desagregadas em pequenas unidades e cada uma delas e suas decisões, funcionariam mais ou menos isoladas das outras⁴. Quanto à **coerção**, além de ser descentralizada e mais remota para este tipo de política, mudaria de lugar para aqueles fora dos programas governamentais.

A unidade primária seria individual, a firma, a corporação e o governo trabalhariam a curto prazo e a coalizão seria algo importante. Na relação entre as unidades de interesses não comuns, não haveria interferência mútua e sem os interesses partilhados. Estaria mais presente a cooptação e a *patronage* ou proteção e não o conflito e o compromisso (os líderes políticos querem evitar o confronto) e, neste sentido, não ocorreria confrontação entre perdedores e favorecidos. Na estrutura de poder, as elites não entrariam em choque, existiria uma estrutura estável, no *locus* de decisão a importância do comitê do Congresso ou agência de governo e no tocante à implementação, a presença de agência centralizada em unidade funcional primária (*bureau*)⁵. Sem confrontação entre perdedores e favorecidos e o conflito seria individualizado e associado, em casos específicos, com a privatização do público.

Já as **políticas regulatórias**, teriam estabilizado-se e estariam próximas ao pluralismo, haveria um processo político descentralizado e pluralista, as questões regulatórias apresentariam dinâmica instável e pluralista e a arena vinculada ao balanço do poder e não à sua separação. A base para a coalizão seriam os interesses comuns e muitos interesses e a multiplicidade de grupos organizados, o

4 Para Meny e Thoenig (1992), o Estado autoriza casos particulares e trata caso por caso (permissão para construir etc.) e o beneficiário sentindo-se como uma exceção à regra e recebendo um favor.

5 Para estas particularidades, valemo-nos também da síntese de Lamounier (1994).

impacto mais individual, mesmo sem a capacidade de desagregar os itens indefinidamente como as distributivas. Com as leis sendo gerais, o **impacto** elevaria os custos ou expandiria as alternativas dos indivíduos privados. No curto prazo, as políticas envolveriam escolhas diretas para os agraciados e os indivíduos privados. A regulação constituiria obviamente um dos vários caminhos para o governo controlar a sociedade e a conduta individual⁶, uma maior probabilidade da **coerção** ser descentralizada nestas políticas.

A unidade política primária das **políticas regulatórias** seria o grupo. Na relação entre unidades, vigência da coalizão, interesses tópicos não compartilhados e negociação. Vigoraria uma estrutura de poder pluralista multicentrada e “teoria do equilíbrio” (aspas de Lowi). Já na estrutura ocorreria a instabilidade, no *locus* de decisão o Congresso no seu papel clássico e na implementação a agência descentralizada por delegação do centro e controle misto. Exemplos de regulação estariam no campo da propriedade. Não seriam associadas à privatização, saúde pública, construção, família e casamento, comércio, ocupação etc.

As arenas ou **políticas redistributivas**, estariam próximas da literatura elitista e com dois lados claros estáveis e consistentes, uma elite para cada um e com negociações possíveis. No longo prazo, a política governamental mostrar-se-ia redistributiva, pois a população pagaria mais do que receberia. Envolveriam grandes categorias de interesses privados, os conflitos entendidos em termos de classes⁷ e ligados às associações nas questões redistributivas e sem trabalhar diretamente com a conduta pessoal, mas o ambiente da conduta. A unidade política primária seria a associação e na relação entre as unidades atuaria a associação de cúpula classista e a ideologia. Na estrutura do poder, estaria presente a elite conflituada (elite e contra-elite), estabilidade em relação à estrutura, no *locus* de decisão sobressairia o Executivo e as associações de cúpula e na implementação a agência centralizada no topo (acima do *bureau*).

Voltando-se para a **coerção** nas **políticas redistributivas**, o sistema provavelmente seria centralizado. As mudanças incrementais poderiam ativar relações de classes sociais mais amplas que

⁶ Recorrendo-se novamente a Meny e Thoenig (1992), este tipo de política ditaria normas autoritárias, afetando os subordinados e o Estado obrigando ou proibindo (código de circulação etc.).

⁷ O autor usa o termo classe e não obstante refira-se em alguns momentos à burguesia e ao proletariado, seu conceito parece está muito mais próximo do utilizado em estratificação social.

questões individuais (política fiscal, política monetária, seguridade social centrados no Executivo), pois as questões ocorreriam mais estruturadas e com separação de poderes. Nos **impactos**, as categorias seriam muito maiores que nas políticas regulatórias, mais próximas de classes sociais (programas de bem-estar, os que recebem sem contribuir etc.)⁸. Acrescente-se que ocorreriam questões de apoio e uma complexa barganha em larga escala, exemplificada pelo orçamento etc.

O quarto e último tipo de políticas públicas são as **políticas constituintes**, embora Lowi quase não as cite ou as analise nos textos apontados. De mais importante, afirma que a **coerção** estaria mais remota e cita a redução do salário do pessoal governamental e a compensação dos veteranos no governo Roosevelt.

A influência de Lowi ocorreu mais com o texto de 1964. Já na década de 1960, ele é citado por Froman (1967) e Froman Jr. (1968) ressaltando sua importância sobre a natureza da questão e, o papel desta, diríamos, como parâmetro para a tipologia de políticas. Os autores vinculam as políticas distributivas, regulatórias e redistributivas com os conselhos de gestão, as eleições não partidárias, a anexação, a cooperação intermunicipal, renovação urbana etc. Diferenciam o que chamam (no original em inglês) de políticas areal (afetam o total da população, tendem a ser associadas com comunidades homogêneas, exemplificadas com o plano de administração da cidade, eleições não partidárias etc.) e as políticas segmentais (afetam pequenos segmentos da população em distintos tempos, tendem a ser associadas com comunidades heterogêneas e exemplificadas com o bem-estar e renovação urbana).

Mas é com Salisbury (1968), sublinham Meny e Thoenig (1992), que as contribuições de Lowi (1964) são mais aprofundadas e desenvolvidas e, completaríamos, mais ainda com o trabalho conjunto de Salisbury e Heinz (1970). Em Salisbury (1968), é ampliada a classificação de Lowi com a política autoregulamentada (Estado limitando o livre acesso a uma profissão e, desta forma, acrescentando privilégios a um tipo de público etc.).

⁸ Para Meny e Thoenig (1992), nas políticas redistributivas o Estado manipularia critérios gerais sem designar ninguém individualmente e daria critérios que trariam vantagens, outorga para classes de casos ou de sujeitos (seguridade social etc.). Já as políticas constituintes, ocorreriam quando uma ação pública ou normas sobre o poder (revisão de Constituição, reformas administrativas etc.) afetassem o sujeito apenas de forma débil e indireta, como a criação de ministérios etc.

Para Salisbury (1968), haveria uma preocupação tradicional com uma política que ele chama de política constitucional, com uma postura descritiva e prescritiva e ligada às decisões autoritárias que prescrevem as regras. E comenta: categorias como agricultura ou educação, estariam baseadas em grupos de clientes que pressionariam para afetar as políticas; as unidades de decisão, como governos federal, estadual e local ou executivo, legislativo e judiciário etc. também atuariam como critérios; poder-se-ia igualmente ter por base a estrutura da decisão, isto é, autoexecução *versus* não autoexecução, constitucional *versus* substantivo, apropriação *versus* autorização. E alude a políticas de caráter territorial/local e as ligadas a segmentos.

Citando Lowi (1964) sobre o impacto esperado pela sociedade, Salisbury (1968) acentua a importância da percepção dos chamados atores na tipologia das políticas⁹, acrescenta as políticas autoregulatórias e diz que as políticas variariam em função do grau de integração e padrões de demanda e sistema de decisão, ligadas teoricamente às distintas interações entre os padrões de demanda e os padrões de decisões do sistema. Aduz ainda, que os padrões de demandas integradas ou fragmentadas (organização partidária, grupos de interesses, lideranças políticas etc.) e as decisões do sistema (regras do jogo e estruturas de autoridade) mudariam em função dos recursos do sistema (riqueza, saúde, urbanização, industrialização, perspectiva de valores etc.) e, repercutiriam, diríamos, nos resultados políticos ou *outputs*.

As políticas distributivas seriam percebidas como beneficiando diretamente um ou mais grupos, pouco ou nenhum conflito, com distribuição específica, condição de soma zero etc. Nas demandas, seriam fragmentadas, o sistema decisional integrado e como exemplo os subsídios de renda etc. As políticas redistributivas, seriam vistas como tomando benefícios de outros grupos, envolvendo conflitos sobre a legitimidade da ação e do conteúdo específico etc. Cresceriam menos quando as iniciativas fossem percebidas como tendo resultado positivo, conflito potencial porque as agências burocráticas fragmentariam as políticas ao influenciar diretamente ramos do executivo. As demandas estariam associadas a uma retórica de luta de classes e integradas (coesão de membros do grupo etc.), pressuporiam um executivo forte e exemplifica estas políticas com taxações. E quando

9 Salisbury (1968) exclui as políticas constituintes, pois baseia-se no texto de Lowi publicado em 1964.

as demandas passassem a ser integradas ao sistema e assim, desagregadas, as políticas mudariam de redistributivas para regulatórias.

Nas políticas regulatórias, refere-se aos constrangimentos sobre grupos particulares, conflito ambíguo, condições soma zero etc. e a política constitucional como um caso especial de política regulatória e geralmente associada ao judiciário. Nas demandas o sistema decisional estaria integrado e a demanda fragmentada. Acrescenta outro tipo ou políticas autoregulatórias, com imposição de constrangimento sobre os grupos, vistas como benefício, incluindo os que demandam explicitamente ao sistema e quem tomaria parte ativa nele, a oposição a ela seria pequena ou inexistente e exemplifica com os advogados. As demandas estariam integradas, o sistema decisional fragmentado e aponta as leis que controlariam a profissão, os grupos econômicos etc.

No trabalho posterior, Salisbury e Heinz (1970) desenvolvem as contribuições de Lowi de 1964 e do próprio Salisbury. Falam de diferenças importantes entre decisões que alocam benefícios tangíveis para pessoas ou grupos de forma direta e decisões que estabelecem regras de autoridade para posteriores alocações, já que podem ter efeitos significativos sobre a distribuição. Analisam os vínculos entre demanda e apoio e o sistema de decisão em termos de razão custo-benefício para os tomadores de decisão, ou seja, diríamos que se adota como critério para classificar as políticas públicas o de **custo-benefício**. Os decisores procurariam otimizar seus custos-benefícios, levando em conta os eleitores, os custos de informação sobre questões substantivas, tempo etc. Como decorrência, falam de dois tipos de políticas, as **alocativas** (variam ao longo do eixo distributivo-redistributivo, benefícios são diretos, materiais ou simbólicos para indivíduos e grupos) e **estruturais** (formuladas mais abstratamente e mais ambíguas nos seus efeitos, podem variar entre os resultados regulatórios e autoregulatórios, estabelecem estruturas de autoridade ou regras para alocações posteriores). E a hipótese fundamental, é que o custo maior seria para organizar a coalização sobre uma questão e que, comumente, os resultados das políticas seriam mais estruturais que alocativos.

Essa classificação de Salisbury e Heinz (1970), por sua vez, é criticada por Hayes (1978). Antes, porém, este chama a atenção para a tipologia de Lowi (1964, 1970, 1972) e o impacto de determinadas questões sobre o comportamento dos grupos. E lembra da importância de Salisbury

(1968) e de Salisbury e Heinz (1970) na busca de uma maior precisão na tipologia de Lowi. Referindo-se à classificação destes, afirma que, nos padrões de demanda estaria faltando algo de fundamental e mais importante que é a coalizão e a cooperação entre os atores, isto é, o conflito político. Desta forma, nos padrões de demanda integrados e fragmentados, a oposição estaria ausente na atividade dos grupos. E daí, Hayes (1978) preferir trabalhar com padrões de demanda consensuais e conflitivos. Posteriormente, ao procurar desenvolver as contribuições de Lowi (1964, 1970, 1972), de Salisbury (1968) e de Salisbury e Heinz (1970), o autor vai falar de processos políticos, como as **políticas de não interferência**, as **políticas de autoregulação**, as **políticas de distribuição**, as **políticas de não-decisão**, as **políticas de regulação** e as **políticas de redistribuição**.

Gustavsson (1980) também procura desenvolver a tipologia de Lowi (1972) e articulá-la com a de Wilson (1974). Como aponta Viana (1986), ele fala de estruturas políticas, ou seja, constituintes, distributivas, regulativas e redistributivas e, seguindo Wilson (1974)¹⁰, estabelece os vínculos com os custos e benefícios. Para fundamentar, Gustavsson (1980) afirma que haveriam duas soluções para a questão de como as políticas (*policies*) determinariam a política (*politics*), no caso a solução estrutural de Lowi (maior validade da coerção ligada à macropolítica e padrões assimétricos de autoridade) e a marginalista de Wilson (custos e benefícios dispersos ou concentrados através das mudanças de questões e mais importante quando o foco estivesse sobre a lógica do equilíbrio de uma situação política). Seguindo Lowi (1972), Gustavsson (1980) lembra que a coerção pode ser remota ou imediata e varia de acordo com as quatro políticas já apontadas. E ressalta que a classificação de Wilson (1974), envolve tanto os benefícios como os custos e que podem ser concentrados ou distribuídos.

Para Brugué e Gomà (1998), haveriam duas grandes propostas de construção tipológicas: as quatro de Lowi (grande importância do tipo de política determinando os conteúdos e resultados etc.); políticas como reflexo da ação governamental, grandes clivagens ou eixos ligados a conflitos eleitorais (o central não seria o modo de ação, mas a polarização nos blocos de políticas públicas).

Voltando-se para a grande influência de Lowi no Brasil, é também extensa. Numa escala

¹⁰ Embora o autor analise mais de um trabalho de Wilson, seu texto de 1974 satisfaz nosso objetivo.

temporal e partindo de uma influência explícita para uma implícita, ao que parece o primeiro trabalho a tratar do assunto é o de Cintra (1978). De início, lembra o texto de Lowi de 1964 sobre as políticas distributivas e redistributivas e apóia-se no artigo de 1970 para falar da política urbana como coerção deliberada. E mesmo sem citar o autor, refere-se à função governamental distributiva ou critérios demagógicos da política habitacional no período populista, embora com aparência redistributiva. Vai mais longe e utiliza, igualmente, o trabalho de Salisbury e Heinz (1970), sintetizando-o e aplicando-o à política urbana no Brasil no sentido de que, no período analisado por ele, tenderia ser mais de caráter estrutural.

Outra referência importante é o livro de Santos, publicado em 1979 e expressa através da observação ao que ele, baseado no trabalho de Lowi de 1964, chama de **políticas distributivas-paternalistas** por parte do Legislativo brasileiro, bem como ressalva o padrão de demanda descrito por Salisbury (1968). Posteriormente, Santos (1982) refere-se a Lowi (1964), a Salisbury (1968) e lembra a crítica de Hayes (1978) a este último, ou seja, o padrão de demandas não seria suficiente para explicar a decisão política e dever-se-ia acrescentar a existência ou não da competição entre os grupos.

Outra aplicação de Lowi (1964) encontra-se em Carvalho (1986) onde são apontados trabalhos publicados no Brasil que utilizaram a classificação do autor e sintetiza itens pertinentes à política urbana: alude às arenas distributiva, regulatória e redistributiva; refere-se ao caráter clientelista e distributivista da política habitacional brasileira antes de 1964; ressalta a arena política etc. Um ano depois, ou seja, na publicação original em 1987, Abranches (1994) cita Lowi (1964) e tece considerações sobre as políticas distributivas, enquanto isentas de conflitos. Já o texto de Neder (1986), não cita a Lowi e funciona como uma influência indireta e remete a uma intervenção distributiva, ao apontar um tipo de política classificada por Lowi.

Quanto a Vianna (1989), alude aos aspectos redistributivos e a uma lógica redistributiva antes de 1964. Apontando Santos (1987) faz observação sobre a política social como redistributiva, lembra que Aureliano e Draibe (1989) falam de uma função redistributiva do *Welfare State* ao mencionar as distorções distributivas no Brasil, cita Abranches (1987) etc. Draibe (1993, 1998), também sem

referir-se a Lowi, comenta inovações da Constituição de 1988 e refere-se ao caráter redistributivista das políticas sociais e aponta o fracasso das políticas redistributivas da ditadura.

Mas é com Lamounier (1994) que ocorre a aplicação mais sistemática da tipologia de Lowi, com sua análise voltada para a área rural e para a política agrícola. Lembra a vinculação entre as arenas de poder e os tipos ou grandes categorias de políticas públicas de Lowi (1964)¹¹. Diz que após a Constituinte e principalmente no governo Collor transitou-se de um padrão distributivo ou de anéis burocráticos e na segunda metade dos anos 80 a política agrícola teria passado a ser progressivamente regulatória com forma de conflito e negociação, interesses tópicos e mudando com a questão objeto de deliberação, estrutura do poder instável, Congresso com tendência a ser o *locus* principal de decisão etc. Como exemplos, cita a política de preços mínimos.

Já o trabalho de Viana (1996), embora cite somente um texto de Lowi de 1992 indica sua influência em alguns autores além de Salisbury (1968) e as críticas de outros à sua classificação. Também na década de 90, encontramos um trabalho que aplica de forma explícita a proposta de Lowi. Referimo-nos a Costa (1998), que ressalta o vínculo entre as políticas e as arenas de poder e compara Lowi a autores como Titmuss. Lembra, igualmente, que para Lowi as políticas induziriam a relações de barganha, conflito e cooperação, podendo ser compreendidas pela extensão, maneira de desagregação dos benefícios e balanço de perdas e ganhos ligados à decisão pública. Estudando as políticas de saúde e saneamento como arenas de poder, fala de distributivismo e políticas distributivas na saúde e aos efeitos redistributivos na previdência.

Outros autores como Frey (2000) e Souza (2006), explicitam a classificação de Lowi (1964, 1970, 1972) e os quatro tipos de políticas apontadas e analisadas por ele. No fundamental, fazem muito mais uma síntese das contribuições do autor.

Podemos apontar trabalhos que não se referem a Lowi mas adotam sua tipologia, sendo o mais extenso o de Teixeira (2002). Haveriam três critérios de classificação das políticas, sendo o primeiro quanto à natureza ou grau de intervenção e entrariam a política estrutural (procurando interferir nas relações estruturais como a renda, emprego, propriedade e outras) e política conjuntural ou

¹¹ O fato de Lamounier (1994) consultar apenas o texto de Lowi de 1964 leva-o a citar somente três tipos de políticas, do mesmo modo que Costa (1998) e outros.

emergencial (amainando de imediato uma situação temporária). O segundo remeteria à abrangência dos possíveis benefícios, com as políticas universais (envolvendo todos os cidadãos), as políticas segmentais (um segmento caracterizado por um fator como idade, condição física, gênero etc.) e políticas fragmentadas (para grupos sociais dentro de cada segmento). No terceiro, os impactos que podem causar aos beneficiários ou papel nas relações sociais com as políticas distributivas (distribuição de melhorias individuais e geralmente instrumentalizadas pelo clientelismo), políticas redistributivas (redistribuição de benefícios entre os grupos sociais, tirando recursos de um grupo para outros, buscando equidade e provocando conflitos) e políticas regulatórias (procurando definir regras e procedimentos para regular o comportamento dos atores para atender interesses da sociedade, sem benefícios imediatos para qualquer grupo).

Mais recentemente, Souza (2003) ressalta que no tocante aos aspectos teórico-metodológicos estaria havendo uma carência nos modelos ou tipologias de políticas públicas. Fala em seguida da tipologia de políticas públicas aplicada nos países centrais, como a de Lowi e cita seus trabalhos de 1964 e 1972.

Já no trabalho de Sousa et al. (2002) sobre a prefeitura de São Paulo e embora Lowi não seja citado, várias políticas são analisadas e alguns programas sociais são considerados **redistributivos**, mesmo que estes fiquem restritos a mera distribuição de renda como o próprio Renda Mínima. Ora, sabemos que os efeitos destes tipos de ações são mais distributivas e não modificam profundamente a cidade e, como nos lembra Lowi (1964, 1970, 1972), as mesmas têm impacto reduzido, são direcionadas a uma multiplicidade de pequenos interesses organizados, são desagregadas em pequenas unidades etc. Além do mais, como não há perdedores e vencedores inexistente o confronto e os conflitos não são entendidos em termos de classes e ligados às associações, como nas políticas redistributivas etc.

Acumulação e legitimação em O'Connor

A terceira grande influência, passa mais pelas ações estratégicas do Estado capitalista e não constitui especificamente um texto de políticas públicas, embora cite de passagem a Lowi e outros.

Ao pesquisar a atuação do Estado americano através do orçamento e mais particularmente das suas despesas, O'Connor (1977) estudou o papel desta instituição e desvendou importantes elementos da sua ação. O Estado capitalista teria duas grandes funções e poderiam, a nosso ver, serem associadas a políticas públicas, ou seja, a de **acumulação** e a de **legitimação**. Estas funções, muitas vezes seriam contraditórias e daí o Estado, caso utilizasse abertamente sua força para apoiar a classe dominante na acumulação, perderia, segundo o autor, sua legitimidade.

Na **função de acumulação**, o Estado visaria manter ou criar as condições para acumulação das empresas privadas e constituiria capital indiretamente produtivo, ao aumentar indiretamente o valor excedente. Este capital social, poderia ser dividido em investimento social ou capital social constante e consumo social ou capital variável. O investimento social estaria ligado a projetos e serviços que ampliariam a produtividade da força de trabalho e, mantendo-se constante os outros fatores, aumentariam a taxa de lucro como nos parques industriais financiados pelo Estado. Poderia ser subdividido em capital físico (infraestrutura econômica física como estradas, aeroportos, portos e obras de transportes, instalações de eletricidade, prédios para pesquisa e desenvolvimento, investimentos na agricultura e melhoria de terras, estádios esportivos etc.) e capital humano (mais a educação, ensino, serviços administrativos, serviços de R & D).

A outra parte do capital social ou consumo social, rebaixando o custo da reprodução da força de trabalho com projetos e serviços, mantidos constantes os outros fatores ampliariam a taxa de lucro e, como ilustrativo, o seguro social expandiria o setor reprodutivo e reduziria os custos do trabalho. O consumo social poderia ser subdividido em bens e serviços consumidos de forma coletiva pelos trabalhadores (projetos de desenvolvimento suburbano como estradas, colégios secundários e primários, instalações recreativas e hipotecas de lares, projetos de renovação urbana como melhorias para trabalhadores burocráticos, técnicos e profissionais, garagem, transportes de massa etc. e projetos como cuidados às crianças e instalações médico-hospitalares) e seguro social contra a incerteza econômica (seguros de velhice, de desemprego, de saúde e atendimento médico, seguro de acidente enfermidade de trabalho etc.).

Sobre a **função de legitimação**, o Estado buscaria criar ou manter as condições da harmonia

social e não seria produtiva, nem direta ou indiretamente. E como exemplo, fala do sistema previdenciário para os desempregados e a assistência social, assim como os gastos para reprimir politicamente as populações, ou seja, inclui a repressão.

A influência de O'Connor (1977) na problemática das políticas públicas foi considerável e uma delas é evidenciada por uma das classificações de Offe (1975), quando vincula o Estado com a acumulação (criaria e manteria as condições da acumulação) e atribui à legitimação (imagem de poder que perseguiria interesse comum da sociedade etc.) um dos papéis do Estado capitalista ao procurar harmonizar seus outros papéis. Haveriam dois modos de intervenção ou atividades do Estado no que denomina de sociedades capitalistas avançadas. Correspondendo a isto, as políticas seriam distintas devido às relações do Estado com a acumulação do capital.

Estudando as funções do Estado capitalista, Offe (1975) não as reduz, como lembra Schmidt (1983), à acumulação e legitimação. Deveriam ser ampliadas com quatro funções ligadas à autoridade no ordenamento ou controle da produção, ao mandato para manter e criar condições de produção, às relações de poder dependentes do processo de acumulação e à negação da sua natureza de Estado capitalista. E procurando detectar as contradições entre as funções e o modo de operação, afirma que existiriam as **políticas alocativas** e as **políticas produtivas**.

Nas **políticas alocativas**, haveria uma ação intervencionista impondo certa ordem criada pelo Estado nas áreas econômica e social, mas o que mais a distinguiria seria a forma de intervenção ou método autoritário. As atividades criariam e manteriam as condições de acumulação de maneira autoritária, com base nas normas legais, filiação partidária ou outras. O Estado alocaria recursos (terra, impostos, repressão etc.) controlados por ele e responderia às demandas vinculadas ao tempo, lugar, grupo etc. As *politics* (processo político, política no sentido mais geral) estariam congruentes com as *policies* (em termos de programas de ação e políticas setoriais). E, como teriam sido requeridas funções predominantemente capitalistas, a estrutura institucionalizada do Estado apresentar-se-ia como burocrática na alocação dos recursos e controlada pelos *inputs* e estabelecimento de normas etc. Na saúde, por exemplo, ao se introduzir medidas consistentes em leis, emprego de material para evitar acidentes, regulamentação de algumas reivindicações e direitos e outras.

Sobre as **políticas produtivas**, seriam opostas às alocativas e proeminentes em algumas situações de acumulação, como a necessidade de algum *input* físico na produção (matéria prima, fixação de investimento para produção, trabalho humano etc.) para manter a acumulação e que extrapolasse a necessidade de alocação de recurso. Tais circunstâncias ocorreriam, quando o mercado não produzisse tal *input* e porque algumas unidades de capital não o considerassem proveitoso para elas (riscos, questões de ordem tecnológica etc.) e prejudicassem outros capitalistas. Emergiriam, porque o Estado constituiria a única organização na sociedade capitalista que proviria determinados *inputs* para a acumulação, devido à fraqueza e falha na competição. Seriam requeridas, coisas além do habitual como dinheiro e justiça e, devido a isto, a burocracia seria extrapolada. Diferente das políticas alocativas, as produtivas seriam controladas pelos *outputs* e ligadas mais aos resultados do que a normas legais. Na saúde, as atividades alocativas não estariam em regulamentações mas na administração de hospitais públicos, pesquisas médicas direcionadas visando a produção concreta, organização dos investimentos físicos e equipamentos etc.

Voltando-se para o Brasil, o trabalho inicial que exprime bem a influência de O'Connor (1977) é o livro de Afonso e Souza (1977) que, de modo explícito mostra, no país, a prioridade do Estado na acumulação e não na legitimação. Mas é com Faleiros (1987), no seu texto de 1980, que a análise de O'Connor (1977) é aplicada claramente sobre a política social. Ele é citado ao aludir ao papel do Estado na rentabilidade dos empreendimentos privados e seus vínculos com a forma empresarial de prestação de serviços sociais (recebendo clientela subvencionada do Estado etc.) e na redução do custo da reprodução da força de trabalho. Ainda remete ao texto de Offe (1975) sobre a classificação das políticas e o de Brunhoff (1978; 1985) ao falar da força de trabalho como mercadoria especial. Depois, num livro denominado **O que é política social**, Faleiros (1986) recomenda a leitura de O'Connor (1977).

Para Faleiros (1987), a política social deveria ser vista através de diferentes **domínios**, no caso a saúde, educação, habitação, serviços sociais, informação e defesa do consumidor e distinguida, em termos dos seus **objetivos** imediatos, em curativas ou preventivas ou mesmo primárias, secundárias e terciárias e terapêuticas e promocionais. Sintetizando, a política social variaria devido à **extensão e**

profundidade e através de algumas **categorias da população**, como idade, normalidade/anormalidade etc.

Já o texto de Pompermayer (1985), não cita a O'Connor (1977), apesar da influência. E tanto é verdade sua dívida que, mesmo advertindo que a relação do Estado com a acumulação não seria tão automática e mecânica, afirma que foi a partir de 1964 que a **acumulação** monopolista foi beneficiada e ao mesmo tempo promoveu-se a **legitimação** do Estado (contrabalanceando, segundo ele, a desestruturação do latifúndio e a marginalização da grande massa camponesa para evitar a mobilização desta última). Afirma que a **política de acumulação** perdurou de 1966 e a 1970 (com a Operação Amazônica) e visava criar uma política substitutiva de importação em analogia com a SUDENE. Na **política de legitimação** da ordem burguesa, teria sido com os projetos de colonização de pequenos e médios camponeses a partir de 1970 que ocorreria uma reversão da política anterior, adotando-se no período o discurso da harmonia social. Esta política no geral, que teria perdurado até 1977, incluiria a criação do INCRA (ligada aos camponeses), o PROTERRA, o FUNRURAL, a CONTAG, as cooperativas, o apoio aos produtores de baixa renda, o fortalecimento de associações comunitárias rurais etc.

Merece também ser citado o trabalho de Schmidt (1983) sobre política urbana, embora refira-se apenas no geral a O'Connor (1977). Porém, ao tratar do texto de Offe (1975) ressalta as funções do Estado e uma das suas classificações de políticas já sintetizadas, no caso as alocativas e produtivas e ainda alude à política regulatória mas não remete a Lowi. E aplica a classificação de políticas na América Latina ao considerar que a função produtiva do Estado teria assumido uma importância maior que a alocativa.

Na mesma direção de Pompermayer (1985) e também sem referir-se a O'Connor (1977), Chaloult (1985) analisa o Projeto Nordeste e trata de temas relacionados a políticas públicas (avaliação, eficácia, eficiências etc.). Adaptando o esquema de O'Connor (1977), exemplifica como **política de acumulação** o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste ou simplesmente PROTERRA, o Programa Nacional do Alcool ou PROÁLCOOL e o Fundo de Investimento do Nordeste ou FINOR criado em 1974.

Mas a ênfase é na **política de legitimação** e inclui o atendimento das demandas das classes dominadas, como os programas de cunho social. Para ele, particularmente na área rural, seriam exemplos nacionais do papel de legitimação: a Lei de Usucapião Especial apresentada pelo Executivo em dezembro de 1981; a criação em agosto de 1982 do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários para reduzir os conflitos no campo; a criação da SUDENE após a seca de 1958 e o Projeto Nordeste. Observa-se, que o autor, semelhante a Pompermayer (1985), associa a política de letigimidade a qualquer ação estatal voltada para as classes populares do rural e, não como em O'Connor (1977), à assistência ou assistencialismo relacionada com as despesas sociais e com repressão. Para este, os gastos com a reprodução da força de trabalho seriam os do consumo social que, por sua vez, seria uma subparte do capital social.

Quanto a Cignoli (1985), aplica a classificação de O'Connor (1977) nas políticas de previdência e saúde, educação e habitação e utiliza a adaptação pioneira no Brasil de Afonso e Souza (1977), refere-se ainda a Faleiros no seu texto de 1980 e conclui que no período militar predominaria os gastos com a acumulação e não com a legitimação. E sem citar a classificação de Lowi, afirma que o FUNRURAL seria redistributivo.

No tocante a Neder (1986), aponta as contribuições de O'Connor (1977), Offe (1975) e Lowi (1964, 1970, 1972) ao aludir à intervenção distributiva, mesmo sem indicar as fontes. Refere-se ao Estado na acumulação e na importância da legitimidade na adesão dos subordinados sem o uso da coerção física. Haveria, uma conjuntiva-disjuntiva entre a acumulação e a intervenção distributiva na esfera pública. O Estado disporia de dois tipos de políticas ligadas ao **controle de recursos** e, sem citar a Offe (1975), as **políticas alocadoras** e **políticas produtivas** distribuídas de forma desigual (acesso diferente aos recursos à distribuição do poder) e de modo contraditório (disputa pelo acesso referente aos recursos) nas instituições estatais.

As **políticas alocadoras**, teriam seu controle decorrente da posse dos recursos clássicos do Estado (aparato constitucional, legislativo e jurídico), que buscaria a reprodução de uma ordem social, política etc. e ligadas aos diplomas legais como a universalidade pública. Nas **políticas produtivas**, o controle dos recursos remeteria ao ordenamento e mobilização da produção e também da riqueza,

aglutinaria interesses produtivos particulares de grupos e segmentos ao lado do mercado de produtos e serviços etc. Este controle seria produtivo, em função dos vínculos estreitos com as formas de gestão empresarial. Com as referidas políticas, o Estado visaria sustentar a acumulação desigual e, simultaneamente, exprimir as demandas dos subalternos.

Sem nos alongarmos, podemos lembrar os textos de Carvalho (1986) sobre a importância do Estado no processo de legitimidade e Coimbra (1994) que sintetiza o pensamento de O'Connor e Brunhoff na abordagem marxista em política social. Já Daniel (1988), baseia-se em O'Connor para aludir à crise fiscal e de legitimidade no plano local. Gerschman (1989) discorre sobre a formulação da política social e as funções de acumulação e de legitimidade e situa a política social e, baseada em Offe e Lenhardt (1984), vincula esta política à reprodução da força de trabalho. Ou, ainda Aureliano e Draibe (1989) referenciando-se em O'Connor (1977) sobre a análise do *Welfare State* e falando de uma contradição, para o autor, entre acumulação e legitimidade e apontam em Offe e Lenhardt (1984) o vínculo entre a reprodução da força de trabalho e a política social.

Posteriormente, Costa (1998), cita a Offe (1989) e aponta os interesses organizados na saúde para influenciar na decisões alocativas. Em Pereira (2008b), há um vínculo mais geral com a análise de O'Connor (1977) e trabalhos de Offe sobre o Estado e a política social, envolvendo as funções de acumulação e legitimação.

OUTRAS CLASSIFICAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas setoriais

Essa conhecida denominação é pouco teorizada, com a importante exceção de Jober e Muller (1987) e Muller (1990). Não se encontram muitas contraposições a elas, como políticas globais, políticas interligadas etc. e, às vezes, apenas são chamadas de políticas particulares, como Froman Jr. as denomina (1968). Para Muller e Surel (2002), os trabalhos iniciais de análise de políticas públicas basearam-se nas divisões herdadas do direito e da administração. As políticas estariam incluídas num

território ou, como ficaram depois conhecidas, por setor sócio-econômico correspondente às divisões ministeriais do Estado e à crescente divisão do trabalho. Daí, esse recorte rígido e fundamentalmente descritivo, levou a estudos nas esferas industriais, sociais, culturais etc. Como diriam Salisbury e Heinz (1970), são políticas públicas classificadas nas **categorias convencionais** de educação, estradas, bem-estar e outras.

Esse tipo de classificação corresponderia à distinção por **setor**, mesmo falando-se também em **área** sem maior rigor. Lowi (1970), por exemplo, cita as políticas de educação ou de agricultura e as associa com **setor**, conteúdos e interesses semelhantes e grandes categorias. Para Jobert e Muller (1987) e Muller (1990) haveriam três elementos centrais ou níveis para a análise de uma **política setorial**. O primeiro seria a tentativa de gerar uma relação entre o setor e a sociedade em termos globais e este conceito de relação, por sua vez, permitiria entender a gênese social das políticas.

O segundo, com a ligação da representação com o referencial de uma política setorial e, como construí-lo, determinaria a extensão geográfica ou social e hierarquizaria seus objetivos. Referencial no sentido de representação que se faz do setor e de seu lugar na sociedade e decomposto em três elementos: o global ligado aos valores dominantes, à hegemonia e contraditório, o setorial com hegemonia setorial, ligada à profissão, dependente das relações de força e elementos de integração dos dois.

Quanto ao terceiro elemento central, remeteria para quem iria construir o referencial, no caso o ator mediador (categoria social com posição central do setor, definindo o que deveria ser, sua imagem, função etc.) e a partir de certos conceitos. Os mediadores constituiriam os **agentes centrais das políticas**, elaborando o referencial das políticas públicas e uma filosofia da ação, modificando e legitimando uma nova hierarquia e adotando uma espécie de função gramsciana etc.

E o que seria um setor? Para Jobert e Muller (1987), um conjunto de papéis sociais estruturados por uma lógica geralmente profissional (setor médico com diferentes profissionais da saúde, setor agrícola com os agricultores, técnicos agrícolas, o pessoal das empresas agroalimentares etc) e com limites variáveis. A existência de uma política setorial estaria na **decalagem** ou **distorções** entre a reprodução de um setor e a da sociedade e haveriam três decalagens (entre o setor e a sociedade,

temporalidades diferentes de ritmo da reprodução do setor com outros e a sociedade e a terceira referente às lideranças globais e setoriais). A política pública, consistiria numa tentativa de **ajustar os dois níveis** de representação social e reduzir os desajustamentos sociais.

Depois, Muller (1990) ressalta que a política pública estaria ligada à setorização, e mesmo que nem todas fossem setoriais partiriam de uma representação da sociedade como um conjunto de setores que desenvolveriam a administração pública. Estaria havendo uma crise de setorialidade e na França com a perda da eficácia dos modos de negociação fundados na representação corporativa dos interesses e na emergência da procura de novas formas de proximidade. A crise de mediação setorial colocaria em causa os modos de negociação social vinculados ao quase monopólio dos corporativismos setoriais (exemplos da dessindicalização e do surgimento de estruturas mais informais). E devido a isto, a elite administrativa jogaria um importante papel na coerência das políticas públicas e seria este modelo de articulação de interesses sociais que estaria nos limites e perdendo terreno para as políticas públicas locais.

No Brasil, poucos estudos tentaram desenvolver as reflexões de Jobert e Muller (1987) e de Muller (1990). Merecem registro, a síntese de Castro (1991) vinculando a questão do setor às políticas sociais e a outros estudos, como os de Cawson sobre o neocorporativismo e a de Azevedo (1997) sobre a educação enquanto política pública, bem como a análise da política agrícola de Romano (2009) articulando-a também com a referida classificação.

Políticas adaptativas e políticas de controle

Com exceção de Viana (1996), essa classificação é pouco divulgada no Brasil. Discorrendo sobre o que chamam de mapa político (recomendações políticas etc.), Eulau e Eyestone (1968) aludem às políticas adaptativas e de controle para analisar os resultados políticos através do tempo. As políticas adaptativas seriam medidas através do percentual do total dos gastos do governo para saúde, bibliotecas, parques e recreação. Nas políticas de controle, o indicador seria o percentual de todos os gastos governamentais da comissão de planejamento e incluiriam, principalmente, os gastos

administrativos e salários, sem envolver a política ou categorias ligadas à recreação etc.

Políticas de regulação

Com as análises de Wilson (1974)¹², passou-se a divulgar mais as **políticas de regulação**. O importante seria explicar as circunstâncias em que a regulação torna-se possível e os padrões de regulação e é necessário observar os **custos** e **benefícios** da regulação, que podem ser difusos ou concentrados. Neste sentido, os custos e benefícios afetariam as políticas de regulação e, podemos afirmar, conformariam as políticas.

Desenvolvendo as análises de Wilson¹³ e articulando-as com a tipologia de Lowi, encontramos as propostas de Gustavsson (1980). Para ele, haveria a assunção macropolítica geral dos padrões organizados de autoridade de Lowi e o que chama a solução marginalista de Wilson. E cria um quadro situando a estrutura política (constituente, distributiva, regulatória e redistributiva) e outro apontando as mudanças marginais (difusão e concentração dos custos). A classificação de Wilson (1974) no Brasil ainda é incipiente, a exceção é Santos (1982) que rapidamente o cita e Viana (1996) que se refere ao mesmo e a Gustavsson (1980).

Política social e política econômica

A classificação da política social, embora tenha origem em Marshall (1967a; 1967b), pode ser tratada de outra forma e as análises mais significativas remetem para a abordagem marxista. Para Brunhoff (1978, 1985), por exemplo, haveria uma diferença entre **política social** (tratando da mercadoria força de trabalho) e **política econômica** (referindo-se à mercadoria moeda). Desta forma, uma política vai se diferenciar da outra através do que poderíamos denominar de tipo de mercadoria.

Na mesma direção, Offe e Lenhardt (1984), ao falarem de **política social**, vão considerá-

¹² Para efeito da nossa síntese, tomamos como referência apenas este texto de 1974.

¹³ Gustavsson (1980) utiliza mais de uma publicação de Wilson. Ver também, sobre o texto de Wilson que estamos comentando a síntese de Shepsle (1982).

la como a tentativa do Estado em transformar de forma duradoura o trabalho não assalariado em trabalho assalariado. A política social estaria situada no plano da reprodução da força de trabalho, isto é, atuaria como uma regulação para que o trabalho assalariado funcionasse de forma efetiva (quem participa, quem não participa etc.).

Trabalhando numa perspectiva marxista, no Brasil sobressaem alguns textos. Faleiros (1986; 1987), ao falar do papel do Estado como garantidor da reprodução capitalista, cita Brunhoff (1985) sobre o controle do capital na reprodução da força de trabalho. Vieira (1992) conceitua a política social, ressalta a sua vinculação com a política econômica e a predominância desta no sistema capitalista e aponta as concepções liberal (política social objetivando satisfazer algumas necessidades não resolvidas pelo mercado) e marxista (modo de expressar as relações sociais, voltadas para os serviços sociais e, assim como as outras, constituiria uma estratégia de governo e parte da estratégia da classe dominantes para reproduzir a força de trabalho).

Ainda sobre o Brasil, merece registro o trabalho de Behring (1998). Partindo de Mandel, atribui à política social o papel de tentar amortecer o impacto das crises capitalistas. Representaria uma estratégia econômica e também política, mas deveria ser analisada via processos de totalidade e, já que materializaria um terreno relevante da luta de classes, atendendo interesses do capital e do trabalho, tratava-se de defender condições dignas de existência da força de trabalho.

Políticas conjunturais e políticas estruturais

Num trabalho de 1977, Offe (1994) diferencia as **políticas conjunturais** e as **políticas estruturais**. As **políticas conjunturais** visariam maximizar as respostas da política ligadas à forma de como emergem e aparecem na ordem do dia e supunha-se que tais demandas e problemas ficariam circunscritos e ligados ao âmbito definido pelo Estado e suas possibilidades existentes e melhoria contínua (administração da demanda). As **políticas estruturais**, extrapolariam as anteriores e ficariam situadas além, pois as expectativas não seriam mais mantidas pelas experiências, funcionando como respostas às crises econômicas e institucionais e apresentar-se-iam como a estratégia nos países de

capitalismo avançado a partir do final dos anos 60.

Políticas locais, políticas nacionais e as classificações de Brugué e Gomà

Pensando-se em **escala de aplicação das políticas** ou parâmetros político-administrativos, as políticas locais poderiam ser contrapostas às políticas nacionais. Estaria ocorrendo, segundo Muller (1990), o que chama de realocização das políticas públicas e a descentralização, por seu turno, aparecendo como um ponto de inflexão. Anteriormente, predominava a setorização das políticas, mas a situação teria mudado.

Numa contraposição do local com o nacional, Brugué e Gomà (1998), concluem de modo semelhante sobre a Europa. Para eles, no período de construção do Estado de bem-estar, o nível nacional desenhava o que poderíamos, com os autores, associar às **políticas econômicas e estruturais** e o local ficava ocupado com a execução das **políticas de bem-estar** (educação, serviços pessoais etc). As políticas nacionais antes concentravam-se na produção (supremacia do mercado, interesses de classe e mecanismos neocorporativistas) e o local nas políticas sociais (valores e especialização nos serviços públicos universais (ensino, saúde, habitação, transporte urbano coletivo, atenção primária). O local restringia-se à regulação do planejamento de zonas, sem importância no emprego e promoção econômica e sem definir o modelo de cidade, pois era executor do jogo nacional.

Na nova situação dos governos locais na Europa, incluindo o modelo territorial e outras pautas de distribuição do gasto entre os níveis de governo, os autores ressaltam a importância do localismo e referem-se a três âmbitos setoriais. No âmbito do bem-estar social e programas de serviços pessoais, ocorreriam as políticas sanitárias, a ação contra a exclusão com os serviços sociais, a saúde e consumo, bem como as políticas sócio-culturais e a dinamização comunitária englobando a cultura, educação e juventude.

No âmbito da promoção econômica e iniciativas de desenvolvimento econômico, são incluídas as políticas de promoção do tecido empresarial com inovação e atração, as de emprego e recursos humanos (formação e ocupação), as de desenvolvimento territorial com as centralidades

e infraestruturas, as de desenvolvimento comunitário ligado a cooperação e serviços. No âmbito das políticas urbanas e de território e urbanismo, envolveriam as políticas urbanas da eficiência com centralidades e infraestruturas, as urbanas da equidade (habitação, equipamento e transporte) e políticas urbanas da redistribuição com habitação e regeneração.

Em outra classificação, Brugué e Gomà (1998) falam de quatro novos tipos de políticas públicas, ou seja, políticas direcionadas para o **crescimento e geração de riqueza** (regulação pública dos processos econômicos), que incidem na **redistribuição de renda** (via transferências monetárias, desmercantilização de bens ou iniciativas de regulação), vinculadas à **dimensão nacional ligada ao conflito social** (regulação linguística, distribuição de competências para os níveis de governo etc.) e políticas voltadas as **dimensões emergentes** (pósmaterialismo, sustentabilidade ecológica etc.). Las políticas públicas locales: agendas complejas, roles estratégicos y estilo relacional.

No caso do Brasil e em termos do local, uma das primeiras tentativas de analisar a ação do Estado, mesmo recorrendo pouco à literatura de políticas públicas, foi feita por Daniel (1988) no âmbito do urbano, ou seja, das cidades. Seu trabalho, ao que parece, além do pioneirismo no assunto, ainda continua como a principal ou uma das referências mais importantes para a análise da ação estatal no âmbito local.

Políticas universais e políticas focalizadas

Adotando a classificação de Meny e Thoenig (1992), as políticas poderiam ser também classificadas de acordo com o **grau de universalidade** (situações mais gerais) ou **grau de particularismo** (multiplicação de situações particulares). Em outras palavras e usando expressões correntes, com as políticas públicas de caráter neoliberal passou-se a diferenciar e contrapor as políticas mais universais das chamadas políticas focalizadas. As **universais** são encaradas como direitos da população e abrangem o conjunto das pessoas. Quanto às **focalizadas**, elas envolvem somente alguns grupos e, geralmente, assumem um caráter assistencialista. Esta distinção, foi analisada dentre outros por Salama e Valier (1997). No Brasil e de forma crítica, podem ser citados, dentre os inúmeros, os

textos de Pereira (1998) e Soares (2003).

ALGUNS COMENTÁRIOS

Citando Froman Jr. (1968), Santos (1982) lembra que as classificações de políticas públicas não estão imunes às críticas. Serão tocados, agora, alguns pontos e ressaltada a questão da aplicabilidade das classificações no Brasil.

A importância de Marshall (1967a, 1967b) cresce com as discussões sobre cidadania e direitos já no período da ditadura e com a Constituição de 1988. Parte da crítica da literatura internacional é assumida por Reis (1990), Behring e Boschetti (2006) e Pereira (2008b): haveria uma subestimação da desigualdade na sociedade capitalista; uma concepção linear dos direitos e de políticas públicas, ao atribuir aos direitos sociais um caráter evolutivo após os direitos civis e políticos; postura equivocada ao generalizar a partir da Inglaterra; não levar em conta que nem todos os impactos produzem melhoria nas condições humanas e principalmente nos mais pobres.

Porém, devem ser lembradas as aplicações e os desenvolvimentos feitos como Santos (1987), que cria o conceito de cidadania regulada a partir do vínculo estabelecido por Marshall entre cidadania e direitos e muitos aceitam a caracterização da política social como compensadora de perdas derivadas do mercado e não do sistema capitalista. E alguns como Santos (1987) e Draibe (1989, 1993, 1998) atribuem, direta ou indiretamente, um caráter redistributivo à política social.

Sobre Lowi (1964), Hayes (1978) afirma que sua categorização teria uma grande intuição, mas com uma carência de uma teoria rigorosa e as arenas não seriam tipos conceituais. Sua definição, seria ambígua e consistiria mais de uma catalogação de atributos e seu quarto tipo de política, no caso as políticas constituintes, também não estaria bem definido. No Brasil, devido à grande concentração de riqueza, renda e propriedade, os aspectos distributivos ou redistributivos das políticas têm presença na agenda. Cintra (1978) e Carvalho (1986), já associavam o populismo e o clientelismo na política habitacional e o seu perfil distributivo, não atribuindo à política social no Brasil um caráter de redistribuição como a entendem Santos (1987) e Vianna (1989). Além do mais, e esta observação

é relevante, no nosso entender as ações predominantemente assistenciais (ou assistencialistas) não devem ser assemelhadas com redistributivismo como faz, direta ou indiretamente, Pochmann (2002, 2003).

É com Lamounier (1994), que a análise de Lowi (1964) é aplicada mais sistematicamente e a temática é uma exceção, pois seu trabalho volta-se para a área rural e a política agrícola. Ao invés da diferença entre as políticas distributivas e redistributivas, ressalta a passagem da política distributiva para a regulatória, mas sem uma aplicação mecânica de Lowi. E tanto é assim que afirma que, em situações de pouca consolidação democrática e baixa institucionalização do sistema político, como no Brasil, predominaria a informalidade, a instabilidade e fluidez do sistema decisório.

Duas críticas pertinentes são feitas por Gough (1982, 1990) a O'Connor (1977), isto é, subestimação da luta de classes na conformação do orçamento e superestimação dos gastos militares na função de legitimação. Por este raciocínio, ele terminaria caindo num certo funcionalismo em termos do papel do Estado. Na situação do Brasil, já ressaltaram Afonso e Souza (1977), os gastos militares teriam menos importância que nos Estados Unidos e os gastos sociais pesariam pouco, pois a prioridade seria a acumulação e não a legitimidade. Mas é com Faleiros (1987), que a aplicação do esquema analítico de O'Connor é explicitamente adotado em políticas públicas. Neste sentido, o papel do Estado seria o de reduzir o custo da reprodução da força de trabalho.

Sem citar a O'Connor (1977), como falamos existem dois trabalhos que aplicam sua análise e, ao mesmo tempo, alargam o raio de ação do seu conceito de legitimidade. Pompermayer (1985) considera os projetos de colonização, as cooperativas etc. no tempo da ditadura militar no Brasil, como atividades ligadas à função de legitimação do Estado. Já Chaloult (1985), afirma que o atendimento às demandas dos dominados, e aí inclui desde a Lei de Usucapião Especial, a criação da Sudene etc., constituiria atividades do Estado como função de legitimação.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES,

Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

AFONSO, Carlos A.; SOUZA, Herbert de. **O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AURELIANO, Liana; DRAIBE, Sonia Miriam. A especificidade do “Welfare State” brasileiro. **Economia e Desenvolvimento** 3, Brasília, 1989.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard. Las políticas públicas locales: agendas complejas, roles estratégicos y estilo relacional. In: BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard (Coord.). **Gobiernos locales y políticas públicas: bienestar social, promoción económica y territorio**. Barcelona: Ariel, 1998.

BRUNHOFF, Suzanne de. Crise capitalista e política econômica. In: POULANTZAS, Nicos (Dir.). **A crise do Estado**. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

_____. **Estado e capital: uma análise da política econômica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Um questionamento da bibliografia brasileira sobre políticas urbanas.

BIB, Rio de Janeiro, n. 21, 1. sem. 1986.

CASTRO, Maria Helena de. Interesses, organizações e políticas sociais. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 31, 1. sem. 1991.

CHALOULT, Yves. Uma política de legitimação do Estado e a rearticulação da pequena produção rural: o Projeto Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 16, n. 3, jul./set. 1985.

CIGNOLLI, Alberto. **Estado e força de trabalho no Brasil**: introdução à política social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CINTRA, Antônio Octávio. Planejando as cidades: política ou não política. In: CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COIMBRA, Marcos Antônio. Será que o marxismo responde à pergunta de como surgem as políticas sociais? In: ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.

COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação**: saúde e saneamento na agenda social. São Paulo: Hucitec, 1998.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. **Espaço & Debate**, São Paulo, ano 8, n. 24, 1988.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Brasil**: o sistema de proteção social e suas transformações recentes. Santiago de Chile: CEPAL, 1993.

_____. A política brasileira de combate à pobreza. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **O Brasil e o mundo no limiar do novo século**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1989.

EULAU, Heinz; EYESTONE, Robert. Policy maps of city councils and policy outcomes: a developmental analysis. **The American Political Science Review**, v. 62, n. 1, mar. 1968.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000.

FROMAN, Lewis A. An analysis of public policies in cities. **The Journal of Politics**, v. 29, n. 1, fev. 1967.

FROMAN JR., Lewis. The Categorization of Policy Contents. In: RANNEY, Austin (Ed.). **Political science and public policy**. Chicago: Marklam, 1968.

GERSCHMAN, Silvia. Sobre a formulação de políticas sociais. In: TEIXEIRA, Sonia Fleury (Org.). **Reforma sanitária: em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez, 1989.

GOUGH, Ian. **Economía política del Estado del bienestar**. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

_____. Gastos del Estado en el capitalismo avanzado. In: SONNTAG, Heinz Rudolf; VALECILLOS, Hector. **El Estado en el capitalismo contemporáneo**. 9. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1990.

GUSTAVSSON, Sverker. Types of policy and types of politics. **Scandinavian Political Studies**, – New series – v. 3, n. 2, 1980.

HAYES, Michael F. The semi-sovereign pressure groups: a critique of current theory and an alternative typology. **Journal of Politics**, Cambridge, v. 40, n. 1, fev. 1978.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L`etat em action**. Paris: PUF, 1987.

LAMOUNIER, Bolívar. Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. **Estudos de Política Agrícola**, Brasília, n. 9, jan. 1994.

LOWI, Theodore. American business, public policy, case studies and political theory. **World Politics**, 16 jul. 1964.

_____. Decision making vs. policy making: toward and antidote for technocracy. **Public Administration Review**, v. 30, n. 3, may./jun. 1970.

_____. Four systems of policy, politics and choice. **Public Administration Review**, v. 22, jul./aug. 1972.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967a.

_____. **Política social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967b.

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NEDER, Ricardo Toledo. Políticas distributivas e legitimidade política. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, maio/ago. 1986.

O'CONNOR, James. **USA, a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. A atribuição de *status* público aos grupos de interesses. In: _____. **Capitalismo desorganizado**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. The theory of the capitalist state and the problem of policy formation. In: LINDEBERG, L. (Ed.). **Stress and contradiction in modern capitalism**. Lexington: Lexington Books, 1975.

OFFE, Claus; LENHARDT, Gero. Teoria do estado e política social. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Iris Maria de. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al.(Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, ano XIX, n. 56, São Paulo, mar. 1998.

_____. **Política social:** temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

POMPERMAYER, Malori José. Estrutura agrária e políticas públicas. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, n. 3, 1985.

REIS, Fábio Wanderley. Cidadania democrática, corporativismo e política social no Brasil. In: _____. **Para a década de 90:** prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

ROMANO, Jorge Osvaldo. **Política nas políticas:** um olhar sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SALISBURY, Robert H. The Analysis of Public Policy: a search for theories and roles. In: RANNEY, A. (Ed.). **Political science and public policy**. Chicago: Marklam, 1968.

SALISBURY, Robert; HEINTZ, John. A theory of policy analysis and some preliminary applications. In: SHARKANSKY, Ira. **Policy analysis in political science**. Chicago: Marckam Publishing, 1970.

SANCHO, David. **Regulación y agencias reguladoras independientes:** elementos clave para la consolidación de su diseño institucional. Trabalho apresentado no VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 oct. 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

_____. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Um novo paradoxo mandevilliano: virtudes políticas, vícios econômicos. In: LAMOUNIER, Bolívar (Ed.). **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SCHMIDT, Benício Viero. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, L&PM, 1983.

SHEPSLE, Kenneth A. The Politics of Regulation by James Q. Wilson. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 90, n. 1, feb. 1982.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUSA, Aletto José de et al. Programas redistributivos. In: POCHMANN, Marcio (Org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Cortez, 2002.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **RBCS**, v. 18, n. 51, São Paulo, fev. 2003.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na

transformação da realidade. **AATR**, Salvador, 2002.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 1996.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. A emergente temática da política social na bibliografia brasileira. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, 2. sem. 1989.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

WILSON, James. The Politics of regulation. In: MCKIE, J. W. (Ed.). **Social responsibility and business predicament**. Washington: D.C., 1974.

Ciencia, activistas y conflictos socioecológicos

Mercedes Martínez Iglesias – Universidad de Valencia

RESUMEN

Este artículo se centra en el estudio de la movilización ecologista a partir del análisis conflictos socioecológicos y de los actores implicados. En el texto se trata de las motivaciones por las que surge el ecologismo y la relación de éste con el conocimiento experto, la ciencia y la participación ciudadana dentro del desarrollo de los conflictos.

Palabras claves: Ciencia. Conflictos medioambientales. Participación ciudadana.

ABSTRACT

This article focuses on the study of the environmental movement through the analysis of socio-ecological conflicts and actors involved. The text addresses the motivations that emerges of environmentalism and its relationship with the specialized knowledge, science and public participation in the development of conflicts.

Keywords: Science. Environmental disputes. Public participation.

El estado del medio ambiente viene siendo desde hace unas décadas una de las mayores preocupaciones en todas las sociedades, incluso podríamos decir que los conflictos socioecológicos afectan cada vez a más y más personas. En gran medida, estos conflictos son más numerosos por las implicaciones del modelo socioeconómico vigente y de las tecnologías que utiliza sobre el medio

ambiente en el que vivimos. En este contexto, la tecnociencia influye grandemente en el medio ambiente y en los conflictos socioecológicos y, desde la sociología, se plantea en qué medida la ciencia y sus aplicaciones técnicas juegan un papel importante en algunos de los acontecimientos de la sociedad contemporánea, debido a su complejidad y a la significativa presencia de la ciencia y de la técnica en la vida de las personas.

Desde el año 2006 he llevado a cabo investigaciones sobre la conexión entre el saber científico-técnico y los conflictos socioambientales. Este texto trata de presentar algunos de los temas más actuales dentro del desarrollo de esta temática así como las derivaciones teóricas que se ha podido extraer de los resultados de la investigación realizada¹.

1. LAS DESTRUCCIONES DEL INDUSTRIALISMO: DEL RECHAZO ESPONTÁNEO A LA RESPUESTA ECOLOGISTA

A pesar de que puedan parecer un hecho relativamente reciente, los conflictos socioecológicos no son un fenómeno nuevo. Como ilustración de esta afirmación es posible remontarse al primer conflicto medioambiental español, que tuvo lugar en el municipio de Riotinto (Huelva), y que es conocido como “los humos de Huelva”. Los hechos se produjeron como consecuencia de la explotación de las minas de Riotinto a través de la “calcinación de minerales” al aire libre, proceso para obtener cobre que provocaba una gran contaminación del aire con gases sulfurosos acarreado problemas para la salud de los habitantes y trabajadores, efectos nocivos para la agricultura y días sin posibilidad de trabajar debido a la gran cantidad de humo negro que se expandía por la zona. Tras años de quejas, el cuatro de febrero de 1988, vecinos de toda la comarca -se habla de más de 12.000 personas –, se manifestaron en Riotinto para exigir mejoras en las condiciones laborales y menor

¹ Este trabajo recoge algunos resultados y reflexiones del proyecto “Saber científico-técnico y participación ciudadana en la innovación social” (SEJ2005-03119/SOCI), y del proyecto “Información científico-técnica, participación ciudadana y efectos de sostenibilidad en los conflictos socio-ecológicos” (CSO2008-00291), financiados por el Ministerio de Educación y Ciencia y el Ministerio de Ciencia e Innovación.

contaminación (FERNÁNDEZ, 1999). Tanto el ejército como la guardia civil abrieron fuego contra la población que se reunía en la plaza de Riotinto con un resultado (oficial) de 48 muertos, aunque fueron muchas las personas heridas que huyeron y que tras su muerte fueron escondidas. Aunque se desconoce el resultando final de fallecidos hay testimonios que señalaron alrededor de 200 personas (FERRERO BLANCO, 1999).

William Morris, socialista inglés, publicaba en 1890 una utopía, Noticias de ninguna parte (MORRIS, 2004), donde además de la justicia social y la supresión del capitalismo se contemplaba la recuperación del sentido del trabajo, la recuperación del aire limpio en las ciudades industriales y del agua del Támesis y otros ríos ingleses, así como del paisaje aniquilado por la industrialización.

En el episodio de Riotinto se produce un caso evidente de proto-ecologismo espontáneo. En el segundo caso, una reacción consciente a la percepción de las destrucciones de la civilización termoindustrial – por usar una expresión de Gras (2007) – al medio ambiente natural. Sin embargo, es obvio que el crecimiento termoindustrial se ha desarrollado durante más de un siglo sin resistencias importantes frente al daño ocasionado a la naturaleza, y es más, sin conciencia del mismo. El cambio viene determinado, en la segunda mitad del siglo XX, por el inicio del ecologismo, que transforma en percepción y rechazo de multitudes lo que antes, como mucho, había sido asunto de minorías marginales.

El surgimiento del ecologismo y lo que ha representado socialmente se ha tratado de explicar desde formas y perspectivas diferentes, en las que el conocimiento científico participa más o menos de manera significativa.

2. EL ECOLOGISMO COMO UNA NUEVA VISIÓN DEL MUNDO CIENTÍFICAMENTE INSPIRADA

Una de las perspectivas presentes en la sociología más reciente se basa en suponer que el aumento de conocimiento sobre el estado del medio ambiente provoca cada vez mayor preocupación por él. Cada vez más el conocimiento científico es más amplio sobre el estado medioambiental y su

difusión también es más amplia, permitiendo conocer la huella humana sobre los ecosistemas, la *huella ecológica*, y la necesidad de disminuirla y moderarla. Dunlap, sociólogo estadounidense, lleva trabajando en esa corriente durante más de dos décadas:

sospechamos que la incesante aparición de nueva evidencia científica acerca de los impactos deletéreos de las actividades humanas en la calidad medioambiental y las subsiguientes amenazas para el bienestar de los seres humanos (y de otras especies) generarán una presión continuada hacia la adopción de una visión del mundo más ecológica (DUNLAP *et al.*, 2000, p.439).

Según Dunlap y los defensores de este punto de vista, el nuevo paradigma ecológico sería, por así decir, una versión popular de la ecología como ciencia: se va sabiendo más sobre el medio ambiente y los efectos en la sociedad de su modificación y, en la misma medida, la preocupación social ambientalista aumenta. En sus publicaciones, este autor ha mantenido que la visión del planeta característica de la era industrial, fundamentada en creer que la capacidad humana permite separarse de la naturaleza y dominarla, comienza a verse desplazada por una nueva visión fundamental o paradigma, cuyos fundamentos básicos son la aceptación de la finitud del planeta y de la interrelación entre los seres humanos y los demás seres vivos. Dunlap utilizó libremente la noción kuhniana, y llamó *nuevo paradigma ecológico* (NEP en sus siglas inglesas) a esa nueva mirada, confrontada a una visión productivista, anteriormente interiorizada en la conciencia social, a la que llamó *paradigma del exencionalismo humano* (DUNLAP, 2001)².

Esta teoría sobre el paradigma ecológico trata de esclarecer el aumento de conciencia pro-ambientalista durante las últimas décadas en todas las sociedades actuales. Podría también aludirse a esta formulación el propósito de explicar la aparición de los movimientos ecologistas, ya que grupos propiamente involucrados han traducido su conciencia sobre el medio ambiente en actuaciones colectivas (DUNLAP; MERTIG, 1992). En este sentido, se suele atribuir a las argumentaciones

² Así llamado porque, según la creencia que él atribuye a la visión dominante del mundo, las sociedades humanas estarían exentas de las pautas y las constricciones ecológicas que rigen la vida de las otras especies.

derivadas de esta hipótesis la explicación de un fuerte vínculo entre conocimiento científico-técnico y los conflictos socioecológicos: ya que éstos aparecerían, justamente, porque un grupo de individuos más conocedor de informes científicos sobre los resultados perjudiciales de planes concretos, sustancias o construcciones para la situación del ecosistema o para la salud de las personas está más predispuesto y está más capacitado de responder cara a ellos.

3. ¿“POSTMATERIALISMO” O MATERIALISMO DE LOS POBRES DE LA TIERRA?

Pero podríamos cambiar nuestro punto de atención sobre la cuestión y poner énfasis en la perspectiva siguiente: la preocupación por el medio ambiente es un resultado del creciente interés por mejorar las condiciones de vida. La gente comenzaría a interesarse por la conservación de su entorno natural en cuanto considera seguro y consolidado un cierto nivel de bienestar material; el ecologismo sería pues un efecto más o menos automático del progreso económico. Desde el ámbito académico, la visión del ecologismo como propio de sociedades ricas se expresa de diferentes formas; la más famosa e influyente de ellas, seguramente, es la tesis del *postmaterialismo* de Inglehart (1991, p. 140): “la satisfacción de las necesidades fisiológicas lleva a poner un mayor énfasis sobre las metas no fisiológicas o postmaterialistas”. Este autor recoge una gran cantidad de referencias contrastadas que muestran que en muchos países existen juicios postmaterialistas. Por lo tanto, para Inglehart, la preocupación por la ecología obedecería en gran medida a la generalización de valores postmaterialistas, como una manifestación más de los mismos (INGLEHART, 1995).

La tesis del postmaterialismo argumenta una realidad contrastada significativamente en muchos contextos, sin embargo, no explica totalmente por qué toda la gente se preocupa por los problemas ambientales. Dicho de paso, estos problemas suelen tener como víctimas a colectivos que padecen enfermedades o desventajas monetarias e indispensables, esto es, personas que se ven perjudicadas en sus condiciones *materiales* de vida. En los países que denominamos más “avanzados” y con mayor “desarrollo”, los daños medioambientales suelen recaer sobre la población de una forma menos directa, más amable, que en aquellas regiones que son del “Sur” del planeta. Estas sociedades suelen tener que

enfrentarse a intervenciones externas en su territorio como la deforestación desmedida de bosques y su transformación en cultivos o pastos para usos ganaderos (exportables), la contaminación y gestión de residuos tóxicos muchas veces del “Norte”, la migración de la población a causa de la pérdida de la propiedad de la tierra o del aprovechamiento de la misma, etc. Por lo tanto, en estos países, se padece más radicalmente las consecuencias negativas del mal uso del medio ambiente, sin que ello les proporcione mayor beneficio económico o desarrollo; y también en ellos aumenta la preocupación y el conocimiento sobre el medio ambiente así como la movilización contra los daños sobre el mismo. Esto se ha denominado “ecologismo [espontáneo] de los pobres” (MARTÍNEZ ALIER, 1994). En algunas ocasiones este movimiento se ha vinculado al protagonismo de las mujeres en esa resistencia. Este tipo de ecologismo surge por la degradación o falta de materias primas de las que depende la población para su subsistencia y, en algunas regiones del planeta, las mujeres suelen ser ellas mismas las encargadas de recoger, elaborar y distribuir a sus familias estas materias primas que encuentran en su hábitat natural más cercano, por eso en este caso las reivindicaciones están encabezadas por mujeres. Este hecho se ha desarrollado en el ámbito académico como “ecofeminismo” (SHIVA, 1989). En estos casos, tanto en el “ecologismo de los pobres” como en el “ecofeminismo” se ve claramente la limitación de la tesis del postmaterialismo para explicar estas situaciones en las que la preocupación por el medio ambiente no es atribuible en absoluto a regiones acomodadas y población de clase media con estudios.

Por otra parte es importante recordar que dentro de las zonas más ricas del planeta el impacto de la crisis ecológica no afecta de la misma manera, pues las consecuencias más negativas recaen sobre todo en los grupos de población con menos poder adquisitivo e incluso en aquellos grupos que están estigmatizados o segregados socialmente; así lo denunció el movimiento estadounidense de la *justicia ambiental* (BULLARD, 1994).

Se puede afirmar, en todas las sociedades, que el número de personas que padece las consecuencias de la degradación del medio ambiente es cada vez mayor y los impactos dañinos se dan con mayor frecuencia. Las muestras del fenómeno son variadas; sin embargo, no existe ninguna explicación que permita hacer una clasificación relacionada con la división “Norte-Sur”. Un poblado

que utiliza todos los recursos que genera un bosque para su subsistencia podría rechazar planes de desarrollo económico si suponen la destrucción de ese bosque. Los habitantes de un barrio o una localidad que tienen próxima una instalación contaminante ven la necesidad de organizarse y denunciar las consecuencias nocivas de la misma. Los riesgos provenientes de los distintos progresos tecnológicos inciden en múltiples aspectos de la vida cotidiana. La urbanización devasta el ecosistema o el suelo agrícola suponiendo perjuicios para las poblaciones que tenían acceso libre a los recursos suministrados por esos lugares. Etc., etc. Estas realidades generan respuestas y movilizaciones sociales, aunque habitualmente no utilizan un lenguaje explícitamente ecologista. Actualmente, es posible que las comunidades perjudicadas estén más predisuestas a integrar creencias y valores ecologistas o cercanos al ecologismo.

Resumiendo: padecer las consecuencias de la degradación del medio ambiente es una experiencia que comienza a darse de manera más común y con mayor frecuencia, que tiende a afectar cada día a más población y a expresarse en capítulos cada vez menos aislados entre sí en el tiempo. Académicamente se tiende a afirmar que existen problemas de reparto desigual de acceso a los recursos y de fragilidad ante los riesgos y, además, se suele afirmar que se generan más rápida e intensamente valores proambientalistas en aquellos grupos sociales que suelen ser más víctimas de los daños en el medio ambiente.

4. LOS ACTORES DE LOS CONFLICTOS SOCIOECOLÓGICOS Y SUS MOTIVOS

Tomando en cuenta el tema de una forma más concreta, tal como ha sido observado empíricamente en los conflictos medioambientales tratados en los proyectos que sirven de base a este trabajo (SEMPERE; MARTÍNEZ-IGLESIAS; GARCIA, 2008; MARTÍNEZ-IGLESIAS; LERMA; GARCIA, 2008), se podría separar entre, por una parte, los intereses y objetivos implicados en los conflictos socioecológicos y, por otra, los actores que participan en los mismos.

Concretando aún más, se ha tenido en cuenta sobre todo la participación de la gente afectada, la Administración Pública en general, los ecologistas, las empresas y los expertos. La articulación del

conflicto ha seguido un orden aproximado al modelo que sigue. La causa del conflicto suele originarlo una empresa o la Administración, o ambas asociadas si la primera trabaja para la segunda, generando una reacción defensiva por parte de los afectados.

A la hora de analizar los movimientos sociales ecologistas no se les suelen atribuir un lugar determinado en las relaciones socioeconómicas, ya sea de propiedad o poder, sino más bien un interés originado por el conocimiento de los posibles efectos nocivos en el medio ambiente en general del impacto humano. Por lo tanto, tienen una preocupación general que engloba a otros seres vivos y a las generaciones futuras. Esto sin duda es una de las diferencias más destacadas respecto al resto de movimientos sociales; el ecologismo no es parte de la lucha de clases y la distribución desigual del sistema capitalista, sino una lucha de todas las clases sociales y países contra el agotamiento de los recursos del planeta. Sin embargo, aunque este conflicto queda lejos de los debates políticos en torno a derecha-izquierda, en algunas ocasiones esta afirmación se ha visto cuestionada por el hecho de que sí se dan conflictos e impactos medioambientales distribuidos de forma desigual entre Norte-Sur, entre etnias diferentes, etc. (SCHNAIBERG; GOULD, 2000).

En cualquier caso no sería difícil afirmar que los actores de los conflictos socio-ecológicos reaccionan defensivamente si sienten un perjuicio contra sus intereses o sus derechos. A pesar de que esta forma de reaccionar puede parecer diferente en cada conflicto, se podría hablar de dos tipos de reacción defensiva según que sus particularidades estén articuladas en torno a las coordenadas del *particularismo-universalismo* o del *ecologismo-productivismo*.

5. DOS EJES: PARTICULARISMO-UNIVERSALISMO Y ECOLOGISMO-PRODUCTIVISMO

En el caso de la que la respuesta defensiva trate solamente de mantener la situación existente, sin tener en cuenta en sus actuaciones defensivas nada más que resguardar sus ventajas o privilegios sin pensar en las necesidades sociales de un colectivo más amplio, se denominará a este tipo de respuesta ciudadana *particularista*. Este tipo de reacción es también conocido como *nimby* – acrónimo

de la expresión inglesa “Not In My BackYard”, “no en mi patio trasero” –, y no supone un rechazo total a la causa que origina la creación del movimiento sino más bien al emplazamiento que afecta al movimiento y a los vecinos. Por lo tanto, la participación ciudadana se dará muy escasamente. La *nimby* es un tipo de reacción que se circunscribe a un grupo o comunidad de personas afectadas por decisiones políticas o económicas, caracterizada por su posición particularista y totalmente opuesta al universalismo.

Hay conflictos ecológicos que por sus características suelen generar movimientos ciudadanos que surgen en un contexto claramente particularista pero que a medida que el conflicto evoluciona su posición se hace más universalista. Por otra parte hay muchos movimientos sociales que jamás sobrepasan la perspectiva “nimby” y su posición no deja nunca de ser particularista.

Siguiendo con la clasificación que se ha apuntado más arriba, la oposición a esta dimensión del particularismo se representa por un movimiento ciudadano universalista, que habitualmente surge con una composición variada entre sus miembros de afectados, políticos, grupos de ecologistas y de científicos conocedores de las consecuencias de los daños medioambientales que se rechazan. Estos movimientos suelen hacer referencia a valores e intereses colectivos a largo plazo y suelen tratar de aglutinar a otros movimientos y sectores sociales. En la práctica, los movimientos sociales no suelen situarse en los extremos, sino en un algún punto entre las dos dimensiones.

Para tener en cuenta todos los factores que tienen que ver con estas posiciones hace falta también analizar los intereses y los valores dentro de los conflictos socioecológicos. Por un lado encontramos los intereses de las empresas privadas que, dentro de la sociedad industrial de consumo en la que estamos, sus intereses se ajustan al máximo beneficio económico. Frecuentemente tienen capacidad para influenciar en las decisiones políticas debido al peso económico y laboral que poseen. Pese a que a la Administración Pública se le supone que está al servicio del bien común a largo plazo, muchas veces responde a corto plazo bajo los intereses económicos de interés público, situaciones en las que suele llegar a pactar rápidamente con el mundo empresarial. Como resultado no es difícil encontrar unas fuerzas sociopolíticas que apoyan los intereses cortoplacistas de las empresas y de esa forma refuerzan el modelo económico vigente.

Por otro lado, encontramos la posición de los movimientos ciudadanos actuando defensivamente enfrentados a las intervenciones tanto de las empresas como de las administraciones. Esto no significa que la población esté siempre en contra de los modelos económico o social vigentes, más bien al contrario, por eso muchas veces su posición es claramente *nimby*. En ocasiones, los movimientos llegan a cuestionar el modelo de sociedad actual ya que el planteamiento hegemónico no permite el bienestar para todos sus ciudadanos; por esta razón ponen de relieve los fallos en las políticas y en el modelo económico existentes y plantean un modelo alternativo de sociedad.

Se han presentado dos dimensiones para clasificar los conflictos socioecológicos, la dimensión *particularismo-universalismo* y la dimensión *ecologismo-productivismo*; esto permite clarificar y ordenar las temáticas y las formas de las luchas socioecológicas. Sin embargo, al intentar poner en relación el rol de todos los actores sociales protagonistas en estos conflictos, no es una tarea fácil de descifrar ya que responden a formas complejas y variables de combinación.

6. ECOLOGISMO Y SISTEMA POLÍTICO

En las investigaciones llevadas a cabo más recientemente, se puede observar cómo en muchas ocasiones la Administración suele presentarse asociada al poder económico del capital privado y empapada de razonamientos productivistas y unida a objetivos particulares a corto plazo. Por otra parte, podemos encontrar en muchos casos a una sociedad civil que representa una visión universalista-ecologista. En estas situaciones se desmiente la posición oficial que dice que el Estado simboliza el interés general y, muchas veces, es en la sociedad civil donde surge la innovación, sobre todo en los movimientos ecologistas que suelen fomentar la toma de conciencia de los problemas medioambientales en toda la sociedad.

Sin embargo, en la investigación también se encuentran casos en los que la defensa de los intereses generales y medioambientales de la sociedad está promovida por el Estado.

Para entender la distribución del protagonismo sobre la cuestión universalista-ecologista, es interesante analizarla desde las estructuras de oportunidades políticas; en ese análisis podemos

observar el desarrollo de los intereses y valores por un lado y por otro a los actores sociales (Mc ADAM, 1982; TARROW, 1989). Es decir, nos interesa destacar el hecho de que la preocupación por el medio ambiente ha sido un valor que se ha ido incorporando en el sistema político “desde fuera” de él ya que en el ámbito de la sociedad civil sí tiene mucha importancia debido a que los conflictos medioambientales son más numerosos y la población se ve más afectada. Además, estos valores emergentes de ecologismo chocan con los valores dominantes de productivismo.

En el caso de aquellos conflictos medioambientales en los que el conocimiento científico es amplio y consensuado, los valores ecologistas se incorporan más fuertemente al sistema político. Por otra parte, hay que tener en cuenta que las formas de desarrollo político siguen respondiendo a intereses productivistas, lo que hace entender en mayor medida la lentitud con la que se avanza en los cambios introducidos por los nuevos valores ecologistas dentro de la tensión entre productivismo y ecologismo.

Entre las rutinas creadas por los valores productivistas y los cambios surgidos del ecologismo hay posibilidad de innovaciones sociales que permitan una salida al conflicto, aunque habitualmente no es fácil que esto ocurra. Sí se suelen dar las condiciones sociales para una confrontación entre, por una parte, sectores de la sociedad más sensibilizados por los problemas ambientales y, por otra parte, sectores de la población que representan los valores económicos y políticos dominantes.

En España podemos afirmar que en materia medioambiental el sistema político tiene un importante atraso respecto a la mayor parte de los países europeos. Por esta razón en muchas ocasiones es la sociedad civil la que presenta mayores propuestas de cambio mediante las reivindicaciones de los movimientos ecologistas. Si bien se observa cierto desbloqueo y apertura en este sentido por parte del Estado, éste suele responder de forma lenta o impidiendo los cambios que, de una forma u otra parece que se impondrán según la experiencia en otros países en política medioambiental.

7. TECNOCIENCIA Y SABER EXPERTO: UN FACTOR DE IMPORTANCIA CRECIENTE PARA LOS MOVIMIENTOS CIUDADANOS.

En las sociedades actuales, en las que se han complejizado y tecnificado nuestras relaciones sociales, se da con mayor frecuencia el caso de conflictos medioambientales en los que la población afectada necesita apoyarse en conocimiento técnico o experto. En el caso de políticas o intervenciones del mundo empresarial (tendido eléctrico, red viaria, etc., etc.) que perjudican de alguna forma directa o potencialmente a la ciudadanía o los usuarios, en el caso habitual de que la población se movilice, ésta busca asesoramiento de expertos que puedan medir la magnitud de los daños y propongan alternativas o soluciones. La cuestión es que, tanto las administraciones públicas como las empresas poseen sus propios expertos que han diseñado las actuaciones potencialmente dañinas. Así nos encontramos a dos “bandos” de técnicos que responden a una racionalidad científica, lo que hace cuestionarse su neutralidad ya que los resultados de sus postulados son contrarios entre sí.

Pero, en realidad, cuando hablamos de criterios científicos y de sus planteamientos de “verdad”, nos quedamos en una cuestión teórica, aunque en general en la sociedad la ciencia sea percibida como algo neutral y con cierta supremacía ética. A la ciencia y a aquellos que la desarrollan se les otorga una deontología que da a los que la ejercen una atribución de independencia y rigor. En cambio, cuando de lo que se trata es de ciencia aplicada, los criterios de ciencia y de conocimiento no bastan por sí mismos. Hace falta un planteamiento no de verdad en sí misma sino de su relación con las soluciones técnicas a los conflictos planteados por los ciudadanos según sus necesidades y objetivos donde el criterio de eficiencia y eficacia prima sobre el de conocimiento a la hora de su aplicación.

Esos límites que plantea la aplicación de la ciencia son expresados por Funtowicz y Ravetz (1994, 2000) dentro de sus reflexiones sobre la ciencia tradicional, en ellas destacan el fracaso de su aplicabilidad para algunos conflictos ciudadanos y por esta razón es necesario desarrollar lo que llaman “ciencia postnormal” en la que se incorpora un *nuevo modelo toma de decisiones*. Sobre todo es imprescindible utilizar la ciencia postnormal en aquellos conflictos en los que el valor de la contienda es elevado y en los casos en los que se da gran inseguridad de todas las partes y por lo tanto resultan menos válidas la “ciencia normal” y la “consultoría profesional”. En la ciencia tradicional o “normal” se busca la consecución del método que permita el alcance de la verdad única o los criterios óptimos para el problema y, por esta razón, son los expertos los que toman las decisiones. En el caso

de la consultoría se estiman varias soluciones que se acuerdan con los clientes.

Sin embargo, en la “ciencia postnormal” los expertos, los científicos, aportan conocimiento pero las decisiones se toman incluyendo a todos los actores sociales implicados. En este sentido la “ciencia postnormal” sería una mezcla de ciencia y política. Para Funtowicz y Ravetz la ciencia es muy importante y hay que incluirla en la resolución de los problemas de la gente, pero precisamente contando con su participación e introduciendo valores no monetaristas.

Estos autores hacen una crítica a la posición tecnócrata que se ampara en la ciencia para esconder y legitimar otros intereses habitualmente ligados a intereses políticos y económicos y al mismo tiempo intenta ampliar la participación de los ciudadanos en los asuntos públicos. En este mismo sentido, el ambientólogo Enrique Leff habla de “racionalidad ambiental”, entendida como un “ordenamiento” de objetivos, instrumentos, normas y valores, etc., que legitime las acciones que permitan la participación ciudadana y la generación de políticas encauzadas hacia el desarrollo sostenible y la justicia (LEFF, 1994, p. 37-38).

DOS CULTURAS CIENTÍFICAS EN CONFLICTO.

Se podría pensar, en el análisis de conflictos medioambientales y de los actores implicados, que no existe neutralidad científica ya que nos encontramos en muchas ocasiones con expertos ligados a intereses diferentes que contraponen sus argumentaciones científico-técnicas. Esto hace preguntarse acerca de la posible existencia de varios “tipos de ciencia” o varias formas de hacer ciencia.

Desde la sociología medioambiental, se ha argumentado que el conocimiento experto del que se sirven los actores implicados en los conflictos está caracterizado por elementos diferentes tanto en relación a la función social que cumple como en relación a características propias de la ciencia empleada. Desde este punto de vista se sostiene que hay dos perspectivas científicas o dos ciencias. La primera de ellas estaría ligada al productivismo y es frecuente relacionar este tipo de ciencia a la argumentación de los promotores del desarrollo, y a veces también al de las administraciones públicas. Representaría a una ciencia analítica, determinista, positivista, antropocéntrica y androcéntrica. La

segunda “ciencia” podría relacionarse con una perspectiva más holística atribuible a los movimientos *proambientalistas*. Representaría en este caso a una ciencia basada en la complejidad, ecocéntrica y/o ecofeminista, y que incluiría en su discurso tanto el saber científico-técnico de los expertos como el saber “popular”.

Históricamente, el debate antecedente de esta dicotomía concerniente a la consideración del desarrollo de “dos ciencias” (por ejemplo la “ciencia proletaria” frente a la “ciencia burguesa”) ha tenido consecuencias dañinas que sugieren al menos cautela, aunque hay desarrollos interesantes sobre este debate como por ejemplo la crítica al androcentrismo (MERCHANT, 1988, 1995), las repercusiones del vínculo entre ecocentrismo y reduccionismo (MORRISON, 1999; DUNCAN, 2006), el concepto de “racionalidad ambiental” (LEFF, 1994) o la correlación entre complejidad y determinismo (LEWIN, 1994). Todas ellas cuestionan lo que entendemos como ciencia tradicional.

En cualquier caso, lo que se observa en el caso de los conflictos socio-ecológicos es que únicamente una perspectiva holística de la ciencia puede llegar a una explicación de la alta complejidad de la realidad. Es por esta razón que se suele argumentar que una ciencia muy especializada o con una mirada exclusivamente analítica será pobre o insuficiente para llegar a un conocimiento profundo de la situación. Esto mismo ha sido argumentado de otra forma por Alan Irwin; para él, sin un conocimiento contextual no puede existir socialmente la ciencia, es decir, sin una aplicación de la ciencia para la resolución de preocupaciones de la sociedad, la ciencia sería sólo aquello que queda en razonamientos escritos, pero sin ninguna relación con la realidad, con la gente. Para Irwin (1995, 2001) la ciencia tiene que ser una “ciencia encarnada”, todo lo contrario de una perspectiva especializada.

En las conclusiones surgidas de la investigación se podría insinuar que hay una coexistencia de lo que se ha denominado dos culturas científicas o dos formas de hacer ciencia (SEMPERE; RODRÍGUEZ; TORRENTS, 2005), coexistencia que está en movimiento, que refleja un cambio de tendencia en la ciencia, de una bastante analítica a una más holística. Esta coexistencia se ha entendido en muchas ocasiones como origen de conflictos, ya que las actuaciones políticas fundamentadas en un tipo de ciencia más analítica ha provocado en muchas ocasiones graves daños al medio ambiente y a la población que habita en él. Pero también es cierto que a través de la ciencia podemos conocer

los efectos dañinos y establecer prevención sobre posibles futuras actuaciones similares y tratar de mejorar el estado de aquello que ha sido dañado. En otras palabras, podríamos hablar de dos formas de desarrollar la ciencia, de dos formas de establecer compromisos sociales para la aplicación de conocimientos científicos o de prioridades de análisis o articulación del conocimiento, sin embargo, tal como la historia y la sociología de la ciencia y la técnica ha fundamentado, no es tan fácil de sostener que existen dos ciencias diferentes.

Para ser más exactos, no existe ninguna distancia enorme entre las formas de investigación entre las dos culturas. Más bien podríamos observar que cada una de ellas responde a dos etapas diferentes de la evolución científico-técnica. Partiríamos de una perspectiva especializada a una más holística sin que ello conlleve la anulación de la significación de verdad de la primera. Es más, en muchos entornos sociales la perspectiva especializada puede ser muy provechosa sin que ello sea discordante con la perspectiva holística.

Las confusiones que merman paulatinamente la fe en el conocimiento científico-técnico y en su capacidad para resolver los problemas de la sociedad, facilitan que la ciencia moderna, tal como ha sido establecida, vea modificadas sus principales particularidades; si bien la elección de la solución posible a los problemas suele ser una decisión compartida entre la ciencia, la moral y la política y en definitiva, es en la esfera de la acción y la práctica donde se definen las relaciones entre el ser humano y la naturaleza que le rodea.

Este artículo intenta aportar algunos apuntes e interrogantes en torno al estudio de conflictos socioecológicos en relación con el conocimiento experto y la participación ciudadana, por la convicción de su relevancia en la sociología ecológica.

REFERENCIA

BULLARD, R. D. **Dumping in dixie**: race, class and environmental quality. Boulder (CO): Westview Press, 1994.

DUNCAN, R. C. The Olduvai Theory: Energy, population and industrial civilization. **The Social Contract**, v. 16, n. 2, invierno 2005-2006, 2006. Disponible em: <http://www.hubbertpeak.com/duncan/OlduvaiTheorySocialContract.pdf>.

DUNLAP, R. E. La sociología medioambiental y el nuevo paradigma medioambiental. **Sistema**, n. 162/163, p. 11-32, 2001.

DUNLAP, R. E. et al. Measuring endorsement of the new ecological paradigm: a revised NEP scale. **Journal of Social Issues**, v. 56, n. 3, p. 425-442, 2000.

DUNLAP, R. E.; MERTIG, A. **American environmentalism: the US environmental movement, 1970-1990**. Filadelfia: Taylor & Francis, 1992.

FERNÁNDEZ. **El ecologismo español**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

FERRERO BLANCO, M. D. **Capitalismo minero y resistencia rural en el suroeste andalúz**: Riotinto, 1873-1900. Huelva: Colección Arias Montano, Universidad de Huelva, 1999. Disponible em: `javascript:pop('http://biblioteca.uv.es/valenciano/bibliotecas/de_campus/b_socials/b_ciencias_soc.php`.

FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. La science post-normale et les systèmes complexes émergents. **Revue Internationale de Systémique**, v. 8, n.4/5, p. 353-375, 1994.

_____. **La ciencia posnormal: ciencia con la gente**. Barcelona: Icaria, 2000.

GRAS, A. **Le choix du feu: aux origines de la crise climatique**. París: Fayard, 2007.

INGLEHART, R. **El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas**. Madrid: C.I.S., 1991.

INGLEHART, R. Public support for environmental protection: Objective problems and subjective values in 43 societies. **Political SCIENCE and Politics**, v. 28, p. 57-71, 1995.

IRWIN, A. **Citizen science**: a study of people, expertise and sustainable development. London: Routledge, 1995.

IRWIN, A. **Sociology and the environment**: a critical introduction to society, nature and knowledge. Cambridge: Polity Press, 2001.

LEFF, E. (Comp.). **Ciencias sociales y formación ambiental**. Barcelona, Gedisa, 1994.

LEWIN, R. **La complexité**: une théorie de la vie au bord du chaos. Paris: InterÉditions, 1994.

MARTÍNEZ ALIER, J. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Barcelona: Icaria, 1994.

MARTÍNEZ-IGLESIAS, M.; LERMA, I.; GARCIA, E. Políticas de medio ambiente y participación ciudadana. **Ciriec-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 61, p. 179-201, 2008.

Mc ADAM, D. **Political process and the development of black insurgency (1930-1970)**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MERCHANT, Carolyn. **La morte della natura**: le donne, l'ecologia e la rivoluzione scientifica. Milán: Garzanti, 1988.

_____. **Earthcare**: women and the environment. Londres: Routledge, 1995.

MORRIS, W. **Noticias de ninguna parte**. Barcelona: Minotauro, 2004.

MORRISON, R. **The spirit in the gene**: humanity proud illusion and the laws of nature. Ithaca (NY): Cornell

University Press, 1999.

SCHNAIBERG, A.; GOULD, K. A. **Environment and society**: the enduring conflict. Caldwell (NJ): The Blackburn Press, 2000.

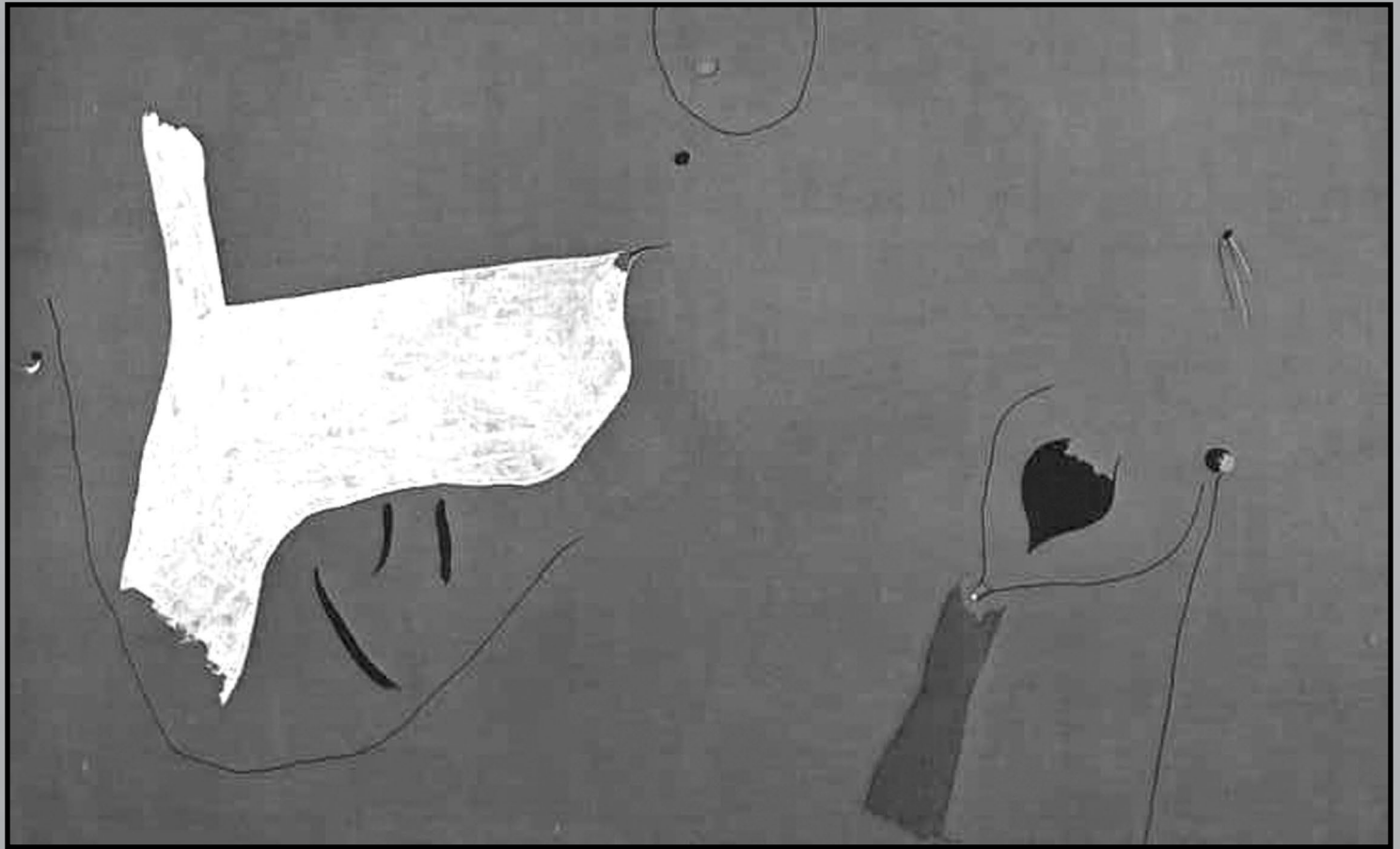
SEMPERE, J.; RODRÍGUEZ, R.; TORRENTS, J. **El paper dels experts en els moviments ambientalistes a Catalunya**. Barcelona: Fundació Jaume Bofill, 2005.

SEMPERE, J.; MARTÍNEZ-IGLESIAS, M.; GARCIA, E. **Ciencia, movimientos ciudadanos y conflictos socioecológicos**. Bilbao: Cuadernos Bakeaz, 2008.

SHIVA, V. **Staying alive**: women, ecology and development. London: Zed Books, 1989.

TARROW, S. **Democracy and disorder**: protest and politics in Italy 1965-1975. Oxford: Clarendon Press, 1989.





Artigos



A Difusão da Medicina Social no Brasil: o Protagonismo de Juan César Garcia e da OPAS¹

Janete Lima de Castro – UFRN
José Willington Germano – UFRN

RESUMO

Discute a participação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) na difusão do pensamento da medicina social no Brasil, tomando como ponto de partida a atuação protagonista do médico, sociólogo e historiador argentino Juan César Garcia (1932-1984) no apoio à criação e consolidação de vários programas de pós-graduação de medicina social na América Latina, entre eles o programa de pós-graduação do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Palavras-chave: OPAS. Juan César García. Formação em Medicina Social.

ABSTRACT

This article discusses the Pan American Health Organization's (PAHO) participation in the spread of social medicine in Brazil. It begins with the leading role of the Argentine physician, sociologist and historian Juan César Garcia (1932-1984) and his support in the creation and consolidation of several post-graduate programs in Social Medicine in Latin America. Among them is the post-graduate program at the Institute of Social Medicine of the Rio de Janeiro State University.

Keywords: PAHO. Juan César García. Degree in Social Medicine.

¹ Este artigo foi elaborado a partir da Tese **Protagonismo Silencioso: a presença da OPAS na formação de recursos humanos no Brasil**, defendida em 15 de agosto de 2008, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, sob a orientação do professor, doutor José Willington Germano.

INTRODUÇÃO

Historiadores da medicina e sociólogos da saúde chamam a atenção para o fato de que as preocupações com o pensamento social em saúde não são tão recentes na história da saúde no mundo ocidental. Garcia (2007) frisa que mesmo usado de forma ambígua na época do seu nascimento, no século XIX, o conceito procurava assinalar a relação da enfermidade com os problemas sociais. É o próprio Garcia que ainda informa que nesse ano de grandes movimentos revolucionários na Europa, o termo medicina social surge quase simultaneamente em vários países europeus. Data deste mesmo ano a divulgação do termo pelo Dr. Jules Guérin, na Revista *Gazete Medicale* de Paris, ao mesmo tempo em que o Dr. Rudolf Virchow, através de outra revista, introduzia o termo na Alemanha. Ambas as revistas, de perfil contestador, apoiavam os princípios fundamentais das revoluções de 1848. Estes movimentos trazem, juntamente com as idéias liberais, a “consciência da importância do papel dos fatores sociais para a compreensão dos problemas de saúde e das relações da medicina com os assuntos públicos”. Neste momento surge a definição da ciência médica como uma ciência social. “Assim, a medicina social aparece como uma ‘concepção moderna’, adequada às novas formas produtivas que se estavam desenvolvendo na Europa” (GARCIA, 2007 p. 5).

Garcia (2007) também esclarece que o termo será pouco utilizado depois desse ano (1848) e somente reaparecerá, quase um século depois, nos idos dos anos 1940, na Inglaterra. A partir dessa década ele se propaga na Europa, porém não consegue penetrar nos Estados Unidos. Para Juan César Garcia, no ambiente criado pelo marxismo, era impossível adjetivar qualquer coisa como “social”, uma vez que podia ser associado com socialismo.

Na América Latina, o conceito irá ser difundido a partir da década de 1950, quando a OPAS começa a interessar-se pela reformulação do ensino de medicina preventiva e social. Partindo desse pressuposto e tomando-se como ponto de partida a atuação, na OPAS, do médico, sociólogo e historiador argentino Juan César Garcia (1932-1984) no apoio à criação e consolidação de vários programas de pós-graduação de medicina social na América Latina, este estudo focaliza a presença da OPAS no Ensino da Medicina Social.

O corpo textual do presente trabalho está organizado em duas partes. Na primeira parte, intitulada **Juan César Garcia e o Ensino da Medicina Social**, procura-se compreender a contribuição de Juan César para a difusão do pensamento da Medicina Social; na segunda, cujo título é **A OPAS e o Trabalho de Juan César Garcia**, o enfoque privilegia a discussão das relações estabelecidas a partir da OPAS na disseminação da medicina social no Brasil.

Juan César Garcia e o Ensino da Medicina Social na América Latina

Considerado um dos precursores no campo dos estudos sociais da saúde na América Latina, Juan César Garcia ingressou na Oficina da OPAS em Washington, em 1966, onde trabalhou até o seu falecimento, em 1984. Seu primeiro posto de trabalho na Organização foi no Departamento de Recursos Humanos, onde ele assumiu o encargo de realizar um estudo sobre o ensino da Medicina Social e Preventiva na América Latina, que viria a se tornar no mais importante estudo sobre a educação médica na região.

Os antecedentes desse estudo são detectados na realização de dois seminários organizados pela OPAS, com a finalidade de promover inovações no ensino de medicina preventiva e social. Sediados em Vinã del Mar, no Chile, em 1955, e em Tehuacan, no México, em 1956, tais eventos tiveram a participação de várias escolas de medicina do continente.

Ressalte-se que até esse momento não havia estudos avaliativos ou diagnósticos sobre o ensino preventivo e social em tais escolas. Tal confirmação, reforçada pelas recomendações dos seminários mencionados, resultou no convite do diretor da OPAS a alguns especialistas para discutir e aconselhar a Organização em relação aos princípios e técnicas aplicáveis para a realização de um estudo sobre o ensino de medicina preventiva e social na América Latina.

Atendendo ao convite, reuniu-se em Washington/DC, em dezembro de 1964, um grupo de especialistas que discutiu as bases para uma pesquisa, cujos resultados deveriam ser usados como referência para orientar as ações da OPAS no campo da educação médica.

Esse estudo, financiado pela OPAS e pela Fundação Milbank², se propunha, inicialmente, a investigar os aspectos preventivos e sociais da medicina, tendo como objeto de investigação os citados seminários ocorridos no Chile e no México, nos anos de 1955 e 1956, respectivamente. Contudo, este objetivo inicial foi modificado e passou a ter uma abordagem mais ampla. Na nova perspectiva, a educação médica, entendida como “o processo de produção de médicos” (GARCIA, 1989, p. 171), passaria a ser o objeto central da análise. Ressalte-se, portanto, que a educação médica era entendida por Juan César Garcia não como algo isolado, mas como um processo que se encontra intimamente relacionado à estrutura econômica predominante na sociedade, onde se desenvolvem e estabelecem relações com outros processos e, em especial, com a prática médica.

Sobre esse estudo, Ramón Vilarreal³, na época assumindo o cargo de chefe de recursos humanos da Oficina da OPAS em Washington, assinala:

Con la seriedad y rigor científicos que lo distinguían, Garcia hizo un análisis del proceso de producción de médicos, enfrentando un enfoque estructuralista a las teorías conductistas del aprendizaje y las nociones sistemáticas que prevalecían en las décadas de los cincuenta y sesenta (VILARREAL, 2007, p. 72).

Salienta-se que, ao se percorrer no tempo a produção de Juan César Garcia, é possível identificar, já nos seus primeiros trabalhos acadêmicos no campo da saúde, a preocupação de entender a medicina no quadro de referências das ciências sociais. Na primeira metade da década de 1960, ele centra suas preocupações nos estudos sobre a prática médica. Assim, registram-se dessa época os seguintes trabalhos: *Autoritarismo em la relación médico-paciente* (1961); *Sociología y Medicina: bases sociológicas de la relación médico-paciente* (1963); e *Comportamiento de las elites médicas en una situación de subdesarrollo* (1964). Na segunda metade dessa década, ele daria início a um projeto na área da formação de recursos humanos que tinha como interesses o desvendamento do processo de educação médica na América Latina e a discussão de um referencial que possibilitasse o ensino e

² Fundação americana de fomento à pesquisa.

³ Ramón Vilarreal (México) seria substituído no posto de chefe de recursos humanos, no ano de 1974, por José Roberto Ferreira (Brasil).

a pesquisa das ciências sociais em medicina.

A partir de 1968, portanto, já fazendo parte do quadro de funcionários da OPAS, Juan César irá iniciar um período de frutífera produção, onde elegerá o estudo da educação médica na América Latina como o foco de seu maior interesse. Desse período, registram-se as seguintes publicações: *Paradigma para la enseñanza de las ciencias de la conducta en las escuelas de medicina* (1968); *Características Generales de la Educación Médica en la América Latina* (1969); *La Decisión de Estudiar Medicina* (1970); *La Educación Médica en la América Latina* (1972) *Las Ciencias Sociales en Medicina* (1972). Com a elaboração destes dois últimos trabalhos, Juan César firmou sua posição teórica e seguiu para a sua última fase de produção. Nas trilhas do materialismo histórico, ele irá estudar a articulação da medicina e da educação com a estrutura social histórica. Nesse sentido, o próprio Juan César Garcia se pronunciava: “Não existe hoje em dia nenhuma corrente importante nas ciências sociais que afirme que a medicina tem uma autonomia completa da estrutura social ou das partes, instâncias ou elementos que a integram” (GARCIA, 1983, p. 97).

Na sua obra *La Educación Médica en la América Latina*, de 1972, ele analisa a educação médica “não como um processo isolado, mas como um processo histórico, subordinado à estrutura economicamente predominante na sociedade onde se desenvolve” (NUNES, 1989, p. 17). Nesse estudo são discutidos pontos fundamentais, como a não integração entre ensino e trabalho e a pressão enfrentada pela escola médica por ser inovadora e ao mesmo tempo ter que se adaptar às exigências do mercado de trabalho. Dilemas que ainda podem ser identificados na atualidade dos anos 2000 e somente compreendidos se contextualizados frente aos desafios impostos à universidade como um todo. Isso se considerado que a formação do médico não se constitui num processo isolado, mas que faz parte de um conjunto de práticas universitárias.

Os anos 1980 serão o período de “maturação do pensamento científico” de Juan César Garcia, conforme salienta Miguel Márquez (1985 apud NUNES, 1989, p. 23). Nesses anos, encontra-se na produção intelectual desse pioneiro das ciências sociais em saúde na América Latina, e consultor da OPAS, a preocupação constante em estudar a vinculação da medicina com a estrutura econômica e social ou, mais especificamente, a articulação entre a saúde, medicina e sociedade. Algumas de suas

publicações dessa época são: *Historia de las Instituciones de Investigación en Salud en América Latina, 1880-1930* (1981); *La investigación en el Campo de la Salud de Once Países de América Latina* (1982); *La Categoría Trabajo en Medicina* (1983) e *Medicina y Sociedad: las corrientes de pensamiento en el campo de la salud* (1983).

Destacando o pioneirismo do estudo sobre a educação médica na América Latina, realizado por Juan César, o depoimento de José Paranaguá de Santana, consultor de recursos humanos da OPAS, no Brasil, é incisivo quando se refere ao livro *La educación Médica en la América Latina*:

O livro de Juan César García foi o primeiro estudo sobre educação médica feito com base nas ciências sociais. Com esse livro a educação médica passou a ser interpretada como um processo de inserção num determinado modo de produção, de valores e de bens na sociedade, por isso é uma referência chave (PIRES-ALVES; PAIVA, 2006, p. 128).

As palavras do próprio García (1989, p. 169) respaldam o comentário anterior:

Na América Latina foram feitos alguns estudos comparativos, tais como sobre ensino da pediatria, em 1955, e ciências básicas, em 1955-1957, porém até agora não havia sido realizado nenhum estudo que abraçasse o ensino em sua totalidade.

Em relação ao papel de Juan César na difusão das ciências sociais na saúde, na América Latina, Everardo Duarte Nunes, cientista social, autor de vários livros, entre eles o intitulado “Juan César García: Pensamento Social em Saúde na América Latina” (1989), é enfático em seu comentário.

Pioneiro das ciências sociais em saúde na América Latina, Juan César liderou a partir da segunda metade da década de 60 o movimento intelectual nesse campo. Com uma invejável capacidade de trabalho, conseguiu não somente produzir uma obra fundamental como também estimular a formação e acompanhar a consolidação de importantes núcleos de medicina social (NUNES, 1989, p. 13).

Quanto à sua atuação no desenvolvimento e difusão do ensino da medicina social na América Latina, Layseca (2004, p. 19) assim se pronuncia:

Creador de los postgrados de la medicina social en Latinoamérica, logró desarrollar un grupo enorme de personas especiales que marcó fuertemente mi vida como médico dedicado a la Medicina Social, colectiva y como persona, pues me afirmé en mis convicciones solidarias y en mis sueños de un camino diferente para la salud en mi país.

Nesse mesmo sentido, Ferreira⁴ (2007, p. 77) recorda:

[...] Juan César avanzó más allá de las facultades de Medicina en su pensamiento y tuvo una honda preocupación por la Universidad como espacio de creación, de desarrollo, de formación, de trabajo comprometido. La universidad latinoamericana como un todo fue su principal y último objeto da trabajo.

A preocupação de Juan César com a socialização do conhecimento era evidente, como pode ser observado a seguir:

Naquela época, por vários motivos, o acesso à literatura não era fácil. Juan César García preparava uma espécie de bibliografia selecionada, que enviava a grupos e pessoas de toda a América Latina. Líamos avidamente as cópias de artigos de Michel Foucault, [Michel] Pollack e outros autores que ele enviava com comentários (PIRES-ALVES; PAIVA, 2006, p. 128).

Nesse mesmo sentido, Ana Tambellini reforça “a colaboração solidária, sábia e obstinada de

⁴ José Roberto Ferreira trabalhou na Oficina da OPAS em Washington de 1969 a 1996. Neste período, ele esteve à frente e daria o apoio institucional a várias iniciativas referidas neste estudo, tais como: a criação do Centro Latino-Americano de Tecnologia Educacional para a Saúde (CLATES, 1972-1973); a implantação do Programa Estratégico de Pessoal em Saúde (PPREPS, 1976-1982); a instalação do Programa de Adestramento em Saúde para o Centro América e Panamá (PASCAP, 1978-1979); a criação do Programa de Treinamento em Saúde Internacional (1985-1995); e a realização do Curso Latino-Americano de Recursos Humanos em Saúde (1992).

Juan César Garcia” (TAMBELLINI, 2003, p. 51) ao enviar materiais de leitura para professores de Medicina do Estado de São Paulo, material este que a ditadura militar tornava o acesso difícil ou impossível. Segundo Tambellini (2003, p. 52), a descoberta de uma Medicina Social “soou como uma possibilidade de saída dos limites disciplinares e oficiais de Preventiva e muitos departamentos passaram a incorporar o termo social em sua denominação”.

Ressalte-se, nesses anos de estado militar no Brasil, que a luta de grupos de resistência e de luta pelo estado de direito dentro e fora das instituições de ensino e do campo da saúde propriamente dito, era uma dramática realidade, portanto, o acesso a qualquer bibliografia questionadora da situação estabelecida era uma missão complicada.

A OPAS e o Trabalho de Juan César Garcia

O trabalho na Oficina da OPAS em Washington proporcionava a Juan César grande mobilidade para transitar entre os países, o que lhe dava oportunidades de articular e mobilizar pessoas em torno de um ideal ou de um projeto.

César Vieira, ex-consultor do PPREPS e ex-coordenador do Programa de Políticas de Saúde, da OPAS em Washington, no período de 1986 a 2005, em depoimento para a pesquisa que deu origem ao livro “Protagonismo Silencioso: a Presença da OPAS na Formação de Recursos Humanos em Saúde no Brasil” (CASTRO, 2008), recorda algumas das atividades de mobilização política, de Juan César Garcia, em torno do tema de Medicina Social.

Juan César promoveu o intercâmbio de entidades, faculdades da América Latina com centros importantes que foram precursores da área de medicina social nas Américas. Lembro que a primeira atividade de que participei com César foi em 1972. Eu participei de um seminário de ‘viajero’ (como a OPAS chamava o seminário itinerante) em que nós fomos visitar centros na Venezuela, na Guatemala e no México. Depois, fomos ao Canadá e, nos Estados Unidos, fomos à Pensilvânia. Participamos de uma série de discussões em Washington sobre o tema da medicina social. Ele fazia muito dessas atividades de juntar pessoas, fazer seminários etc

(VIEIRA apud CASTRO, 2008, p. 80).

Nesse sentido, torna-se pertinente registrar seu empenho na realização de dois seminários ocorridos nos anos de 1968 e 1978, ambos em Cuenca, no Equador. Esses eventos se tornaram famosos por ter sido de lá que saíram as bases para a criação de três programas de pós-graduação em medicina social, que, segundo José Roberto Ferreira, ex-coordenador do Programa de Recursos Humanos, na Oficina da OPAS em Washington, foram basicamente produzidos e criados por Juan César Garcia (PIRES-ALVES; PAIVA, 2006). Os referidos programas foram sediados nas seguintes instituições: Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), no Brasil; Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) em Xochimilco, no México; e a Universidad Central do Ecuador (UCE), em Quito.

É oportuno registrar que além da forte presença de Juan César Garcia na criação do programa de pós-graduação do IMS/UERJ, faz-se mister dar vulto ao intenso apoio e colaboração do próprio José Roberto Ferreira, já como diretor do Departamento de Recursos Humanos da Oficina de Washington, e do peruano Carlos Vidal Layseca, na época consultor da OPAS/ Representação do Brasil.

Com o apoio de Juan César, a primeira turma do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Medicina Social⁵, em 1974, contou com a participação de cinco alunos originários de distintos países da América Latina, contemplados com bolsas outorgadas pela Organização Pan-Americana da Saúde. Dessa forma, estiveram presentes, nessa turma inaugural, profissionais que posteriormente teriam destacada atuação na formulação e implementação de políticas de saúde em seus países e alguns deles na própria OPAS.

Entre os participantes brasileiros dessa primeira turma de mestrado estavam muitos profissionais que iriam integrar o movimento de construção do SUS, como Reinaldo Guimarães, Fernando Laender, João Regazzi, Hésio Cordeiro, José Noronha e Nina Pereira Nunes – sendo os quatro últimos fundadores do IMS da UERJ. A segunda turma do mestrado também seria composta por

⁵ Criado no fim da década de 1960 por um grupo de professores da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ, que percebeu a necessidade de aprofundar e sistematizar reflexões sobre as questões de saúde, hoje se constitui num destacado centro de formação de intelectuais, professores, pesquisadores, dirigentes acadêmicos e políticos.

nomes que iriam assumir papéis importantes na luta pela Reforma Sanitária Brasileira, na constituição do SUS e na formação de milhares de profissionais, formuladores de políticas e operadores do sistema de saúde. Entre eles, Paulo Buss, presidente da Fundação Oswaldo Cruz entres os anos de 2001 a 2008; Sonia Fleury⁶, cientista política que participou, nos anos de 1978 e 1979, como pesquisadora da equipe de Sérgio Arouca do Programa de Estudos Socioeconômicos de Saúde (PESES), onde foram constituídas as bases teóricas do movimento sanitário; Marcio Almeida, presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), de 1987 a 1991, e coordenador da secretaria executiva da Rede Unida, no período de 2001 a 2006; e Roberto Passos Nogueira que assumiria a função de consultor nacional do Programa de Cooperação Técnica de Recursos Humanos da Representação da OPAS no Brasil, no período de 1980 a 1985. Posteriormente, em 1987, Roberto Nogueira iria assumir o cargo de consultor regional para o programa de recursos humanos em saúde na Oficina Central, em Washington. Talvez se possa afirmar que este processo de formação tenha tido importância fundamental na inserção desses profissionais no movimento da Reforma Sanitária.

Sobre a contribuição da OPAS à formação de profissionais no campo da medicina social, Roberto Passos Nogueira assim se pronuncia:

Formava-se pessoal em áreas estratégicas, e uma delas, a mais importante, era a saúde pública, ou saúde coletiva, ou medicina social. Essa política estava muito ligada ao nome de Juan César Garcia. [...] Esta foi uma novidade que apareceu no começo dos anos 1970, porque o que se tinha antes era algo muito mais higienista, preventivista – de médicos para médicos. Na década de 1970 começam a perceber que as ciências sociais em saúde dariam uma outra visão a quem atuava nesse campo (PIRES-ALVES; PAIVA, 2006, p. 127).

Por meio do espaço da OPAS, Juan César irá possibilitar a participação de nomes, como Michel Foucault e Ivan Illich, no mestrado do IMS/UERJ, promovendo, conforme revelam as palavras de Roberto Passos Nogueira em entrevista ao Projeto A História da Cooperação Técnica de Recursos

⁶ Embora aluna do Mestrado em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Sonia Fleury cursou disciplinas na segunda turma do IMS.

Humanos no Brasil⁷, realizado no ano de 2005, “uma oportunidade única para nós, alunos, o contato com esses revolucionários do pensamento” (PIRES-ALVES; PAIVA, 2006, p. 127).

Através desses distintos depoimentos, é possível evidenciar que Juan César García soube utilizar o seu espaço de consultor de uma organização, como a OPAS, para promover diversos seminários, estimular a criação de mestrados em medicina social, divulgar bibliografias, enfim, criar uma rede constituída de centros, universidades e escolas com o propósito de difundir a abordagem da medicina social e incentivar o seu desenvolvimento na América Latina. Na verdade, estava em marcha um projeto político pedagógico de formação em medicina social que se contrapunha à visão mais individualista, mais clínica, da chamada medicina preventiva. Além disso, também pode-se dizer que, compreendendo a categoria campo, conforme assinala Bourdieu (1996), estava em marcha a reestruturação de um campo intelectual e político com a entrada de novos atores com novas posições, interesses e perspectiva de ação. Esses atores iriam se espalhar em vários países e em várias instituições.

Alerta-se para um possível equívoco ao se pretender interpretar a atuação de Juan César Garcia sem considerar a sua inserção na organização que o albergava. Fazer isso, seria esquecer o capital político adquirido pela OPAS, nos longos anos de sua existência, e a sua capacidade de delegar este capital aos seus representantes. De acordo com Bourdieu (2005), diferente do capital pessoal que desaparece com o seu portador, o capital delegado da autoridade política é como o do sacerdote, do professor, do funcionário. Na verdade, ele é produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição e somente por ela. Todavia, faz-se mister frisar que a legitimidade de uma instituição se constrói mediante um processo social, o que implica a atividade de atores que nele se constituem. De acordo com Testa (1997), não há atores legitimadores pré-formados. É nesta perspectiva dialética que este trabalho procura compreender a atuação de Juan César Garcia e de outros profissionais dentro e em parceria com a OPAS.

As palavras de Francisco Campos, ex-consultor da OPAS em Washington, transcritas do livro “Protagonismo Silencioso: a Presença da OPAS na Formação de Recursos Humanos em Saúde no

⁷ Para mais informações ver o livro Recursos Críticos: História da Cooperação Técnica OPAS-Brasil em Recursos Humanos para a Saúde (1975- 1988).

Brasil” (CASTRO, 2008), sintetizam a contribuição de Juan César para o processo de construção da medicina social:

Acho que talvez ele seja o cara mais orgânico em termos da construção de um projeto, que foi o projeto da medicina social latino-americana [...] Se você fizer uma identificação arqueológica, seguindo pelo grupo da Asa Cristina Laurel⁸ no México; de Jaime Breilh⁹, no Equador; de Edmundo Granda, também no Equador; do Escudeiro¹⁰, na Argentina, da Cecília Donnangelo, em São Paulo; de Sergio Arouca, em Campinas, de Hésio Cordeiro, na medicina social do Rio; e de Domingos Gandra¹¹, em Belo Horizonte; você encontrará, em todos eles, traços, do trabalho de Juan César Garcia. Todos eles estiveram, em algum momento, envolvidos em alguma coisa com ele (CAMPOS apud CASTRO, 2008, p. 88).

Faz-se pertinente pontuar que a OPAS é estruturada de maneira que todo o poder depende de um diretor que é eleito e que, teoricamente, tem a prerrogativa de organizar a secretaria (Oficina Central) da maneira como melhor lhe convier. Ele também tem a obrigação de responder às decisões tomadas pelos países, de forma coletiva, durante as reuniões dos corpos diretivos, ou de forma individual, quando as questões se referem às ações no território de cada um desses países. Assim sendo, a atuação continental de Juan César Garcia deve ser compreendida considerando-se a OPAS na perspectiva de espaço social, multidimensional, um conjunto aberto de campos relativamente autônomos, ou seja, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações a um outro campo de poder (BOURDIEU, 2005). E mais, como uma organização que “no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas, sem por isso se constituírem necessariamente em grupos

8 Epidemiologista, autora de vários livros publicados, entre eles, Estado e Políticas Sociais no Liberalismo. Em estudo comparativo entre as realidades de Cuba, México e Estados Unidos, Asa Cristina Laurel reafirma a tese que a saúde é resultado de processos sociais vivenciados pelas populações e não um fenômeno meramente biológico.

9 Médico epidemiologista. Consultor do Centro de Estudos e Assessorias em Saúde (CEAS) de Quito, Equador. Um dos mais respeitados autores sobre o campo da epidemiologia. Um dos seus estudos aborda a contribuição do continente ao debate teórico da complexidade da hegemonia e da contra-hegemonia no campo da saúde pública e da epidemiologia.

10 José Carlos Escudeiro, Argentino. Professor do Mestrado de Medicina Social da UAM-Xochimilco.

11 Domingos da Silva Gandra Junior, antropólogo. Professor de Ciências Sociais da UFMG.

antagonistas” (BOURDIEU, 2005, p. 153).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas considerações, ressalta-se que, neste artigo, compreende-se a OPAS como espaço de poder e de campos de forças que estão distribuídos em estruturas capazes de dialogar com os campos relacionais, podendo abrigar ideologias diversas, assim como tensões em torno de ideias e projetos.

Dessa forma, não será equivocado reafirmar que, a despeito da intensa capacidade de produção desse agente de ação, chamado Juan César Garcia, o seu poder de fazer ver, crer e difundir uma crença ou um pensamento estava estreitamente relacionado com a sua posição de consultor de uma organização que interage com os países e promove a troca de experiências entre os mesmos.

Por outro lado, a forma de atuação desse inquieto agente assinalava a existência de processos contra-hegemônicos no interior da própria Organização. É importante registrar que numa época em que os programas de cooperação internacional se limitavam a oferecer assessoria técnica através da concessão de bolsas de estudo e, em proporções limitadas, subvenções para o financiamento de programas pré-estabelecidos e nos moldes dos programas dos países desenvolvidos, Juan César vai questionar este enfoque paternalista. De acordo com Ferreira (2007), ele vai enfrentar oposição de grupos mais conservadores nos países e obstáculos dentro da própria OPAS. Contudo, a reputação e o prestígio adquiridos por esse consultor, possibilitaram-lhe mobilizar uma multiplicidade de apoio e uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas que foram fundamentais por ocasião dos embates institucionais. Esta sua capacidade de mobilizar e difundir experiências deu início a um verdadeiro sistema de vasos comunicantes, que será de fundamental importância para a relação da OPAS/Representação do Brasil com instituições formadoras do pensamento do movimento sanitário brasileiro, a partir de meados da década de 1970.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Janete Lima de. **Protagonismo silencioso**: a presença da OPAS na formação de recursos humanos em saúde no Brasil. Natal: Observatório RH NESC-UFRN; Ministério da Saúde; OPAS / OMS, 2008.

FERREIRA, José Roberto. La educación médica en América Latina y el pensamiento de Juan Cesár Garcia. In: MÁRQUEZ, Miguel; ROJAS OCHOA, Francisco (Comp.). **Juan César Garcia**: su pensamiento en el tiempo, 1984-2007. Havana. La Habana: Sociedad Cubana de Salud Pública. 2007. p. 77- 81.

GARCIA, Juan César. Análise da educação médica na América Latina. In: NUNES, Everardo Duarte (Org.). **Juan Cesár García, pensamento social em saúde na América Latina** São Paulo: Cortez, 1989. p. 169-179.
_____. Juan César Garcia entrevista a Juan César Garcia. In: MÁRQUEZ, Miguel; ROJAS OCHOA, Francisco (Comp.). **Juan César Garcia**: su pensamiento en el tiempo, 1984-2007. Havana: La Habana Sociedad Cubana de Salud Pública. 2007. p. 3-13.

_____. Medicina e sociedade: as correntes de pensamento no campo da saúde. In: NUNES, Everardo Duarte (Org.). **Medicina social**: aspectos históricos e teóricos. São Paulo: Global. 1983. p. 95-132.

LAYSECA, Carlos Vidal. **Apuntes de uma vida dedicada a la gente**. Lima, PE: Sinco Editores, 2004. Tomo 2.

NUNES, Everardo Duarte. As contribuições de Juan César García às Ciências Sociais. In: NUNES, Everardo Duarte (Org.). **Juan Cesár García, pensamento social em saúde na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 11-37.

PIRES-ALVES, Fernando A; PAIVA, Carlos Henrique Assunção. **Recursos críticos, história da cooperação**

técnica OPAS-Brasil em recursos humanos para a saúde (1975-1988). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

TAMBELLÍNI, Anamaria Testa. Questões Introdutórias: razões, significados e afetos: expressões do “dilema preventivista”, então e agora. In: AROUCA, Sergio. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva. São Paulo: UNESP, 2003. p. 48-58.

TESTA, Mário. Pensamiento estratégico. In: TESTA, Mário (Org.). **Saber en salud**: la construcción del conocimiento. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1997. p. 47-114.

VILARREAL, Ramón. Un hombre de estatura intelectual y moral fuera de lo común. In: MÁRQUEZ, Miguel. ROJAS OCHOA, Francisco (Comp.). **Juan César García**: su pensamiento en el tiempo, 1984-2007. Havana: La Habana Sociedad Cubana de Salud Pública, 2007. p. 71-73.

De las cárceles de los imaginarios contemporáneos a una estética de la libertad

María Noel Lapoujade – UNAM, México

PREMISA

Sabemos que el movimiento, la *aceleración* se formula como la relación $a = e/t$.

El tiempo que tarda un móvil m , en recorrer un espacio e , es la aceleración, el movimiento.

Conocida o no, esta fórmula se aplica desde el hombre prehistórico que necesitó trasladar una inmensa roca para erigir un menhir, construir un dolmen, o en un alarde de imaginación y tecnología, levantar una pirámide, hasta la actualidad.

Después de una larga historia, desde esa lenta y ardua aceleración, quizás una velocidad de centímetros por hora; hasta la aceleración supersónica actual, que supera la velocidad de la luz, la fórmula de base es la misma, y el tema es: el movimiento.

Este caso funge como modelo para la propuesta de reflexión filosófica de este texto.

Así, las cárceles contemporáneas de los imaginarios, no son nuevas cárceles, sino la multiplicación, la proliferación y la intensificación inaudita de las cárceles de los imaginarios de la humanidad.

Es un problema de máxima potenciación, diversificación y refinamientos de las perversiones contemporáneas respecto de los imaginarios actuales, al punto de poner en peligro la continuidad, la salud y en el extremo, la existencia misma de nuestra especie (LAPOUJADE, 2006).

Cárceles de los imaginarios, entre cuyos muros invisibles transcurre la vida de millones de nuestros contemporáneos en cualquier rincón del mundo.

Cárceles de los imaginarios contemporáneos

“El hombre envuelve en torno de sí mismo su propia red”
(CRAGG, 1985, p. 30).

En las más diversas sociedades actuales, la vida transcurre sumergida en una suerte de bombardeo de imágenes. Las imágenes visuales, auditivas, olfativas, televisivas y virtuales se han convertido en las rectoras de millones de vidas. Enfrentar el problema por y desde las imágenes sueltas, como si surgieran por generación espontánea es una omisión. Es agarrar el toro por el rabo.

Desde la neurofisiología puede aceptarse el cerebro como un «archivo de imágenes», pensamos con imágenes de origen sensible, y «cualquier actividad cerebral es una imaginación» (CHAUCHARD, 2001, p. 146).

La imaginación puebla la subjetividad de imágenes.

Las relaciones con uno mismo, con el otro, con la exterioridad natural o social, de manera inmediata y vivida se montan en imágenes.

Las imágenes son el montaje del pensamiento.

Más radical aún, se piensa en imágenes.

Las imágenes en primera instancia brotan, emergen de la fuerza humana de la imaginación, cuya acción consiste, precisamente, en segregar, fraguar, construir, modificar y destruir imágenes.

Las imágenes en general son los «productos» que la imaginación humana segrega. Dependiendo de sus tipos son formas, configuraciones, figuras o fórmulas (LAPOUJADE, 2007c).

Las imágenes pueden ser subjetivas u objetivas, materiales o virtuales, emanaciones directas, inmediatas de la imaginación, o imágenes derivadas tales como: íconos, signos, símbolos, metáforas, parábolas, alegorías, entre otras.

Cuando se enhebran en un tejido particular, como una totalidad, constituyen constelaciones que llamo: imaginarios (LAPOUJADE, 2007c, p. 94).

Así, es posible clasificar esos mundos imaginarios en imaginarios de una sociedad, una cultura,

un grupo, un filósofo, un artista, un poeta, un científico, un teólogo, un pedagogo, o sus respectivas áreas.

Es importante investigar los diversos imaginarios históricos, pero sin olvidar que ellos se inscriben, se recortan de imaginarios a-históricos, esquemáticos o arquetípicos, los cuales, sin embargo, se realizan históricamente constituyendo imaginarios relativos, parciales, y en sus devenires diversos¹.

A los efectos de hacer viable nuestra reflexión, en el presente contexto me limito a denotar y describir solamente ciertas características de **imaginarios sociales contemporáneos**.

Entre ellos, aquellos que se convierten en verdaderas prisiones del espíritu, alma, mente o subjetividad, como quiera que se llame.

Tesis de partida: las imágenes privilegiadas convertidas en imágenes modelo en las sociedades contemporáneas (desarrolladas o no) son diversas configuraciones del verbo *consumir*.

Verbo, cuyas acciones se coagulan en el sustantivo el *consumo*, y nombran el agente llamado *consumidor*. Hasta ahí todo va bien.

Lo alarmante es que el *consumidor* es impulsado en las sociedades actuales a convertirse en un *consumista*.

Acuerdos semánticos

El verbo *consumir*, (del latín *consummère*), tiene que ver con comer, beber, absorber, disipar, destruir y en sus acepciones más fuertes, puede llegar a significar exterminar, anonadar, aniquilar. Significa también gastar dinero².

En general alude a usar, utilizar, gastar. Se trata de usar las cosas, o sufrir enfermedades, o ser alcanzado por el fuego, de manera tal que el ente en cuestión queda destruido o inutilizado.

¹ Cfr. Premisa.

² En español manejamos dos verbos muy próximos, que es preciso no confundir. El verbo *consumar*, (del latín *consummâre*) con los significados de adicionar, calcular, acabar perfeccionar.

En economía denota la acción de adquirir un bien o un servicio para satisfacer una necesidad básica.

El *consumo* es el *uso de, utilización de, o el gasto de* algo: luz, combustible, madera, alimentos, droga, alcohol, medicinas etc

Se utiliza en significados sociales o individuales, normales o patológicos, significados directos o literarios metafóricos, simbólicos, alegóricos etc.

El *consumidor* es el agente del consumo necesario para la vida.

La *sociedad de consumo* puede definirse en general como un tipo de sociedad o de sistema económico que conduce a consumir y suscita necesidades, en rigor, prescindibles, más aún, en general, crea necesidades superfluas, tales como lujo, modas, etc, pseudo-necesidades, que presenta *como si* fueran auténticas condiciones de vida.

El tipo humano llamado consumista

El individuo cuya vida se rige por el verbo *consumir*, constituye el *consumista* de hoy.

En consecuencia, ya sea por el peso de la sociedad de consumo, o por el desarrollo del consumista potencial, que todo consumidor porta en sí mismo, o por ambos factores, una parte fundamental de las cárceles de los imaginarios contemporáneos son habitadas por los millones de consumistas de todas las latitudes.

El *consumidor* es un *consumista* potencial.

El surgimiento de *consumistas* en gran escala es exacerbado y conducido por la propaganda, la televisión, los medios virtuales como internet, y todas las redes de la comunicación que se expanden hasta invadir impunemente los espacios de la intimidad.

Marcel Proust desde su aguda percepción de la realidad plasmada en obra literaria, señala la imprudente e inmoral intromisión del teléfono en la intimidad, anticipando así la invasión generalizada de la intimidad en nuestro tiempo (PROUST, 1999).

Por su parte Guy Debord en *La société du spectacle*, desde el punto de vista de la economía,

pone de manifiesto la tendencia de las sociedades contemporáneas a la unificación, y la peculiaridad de convertir todo en *espectáculo*; germen del concepto de globalización (DEBORD, 1992).

En la actualidad esos fenómenos se han hipertrofiado, pues la invasión total de la intimidad por las redes de la comunicación ha convertido las sociedades de consumo en sociedades *obscenas*, como subraya Jean Baudrillard (1987).

La vida actual consume casi todo su tiempo ante la televisión, los medios virtuales, y las redes de comunicación, de modo que la inmediatez de lo vivido en la intimidad, o la inmediatez de la vivencia del otro y la vivencia inmediata de la naturaleza han sido prácticamente arrasadas.

¿Cuántas horas cada día estamos sentados ante las pantallas que rigen la vida?

La vida actual se nos escapa, se pierde mientras estamos sentados la mayor parte del tiempo ante todo tipo de *pantallas*: tv., internet, videos, cines, imagenología de la medicina actual, letreros de propaganda, etc.

La vida cotidiana en las ciudades transcurre entre pantallas.

Más grave aún, esas pantallas avasallan y anonadan al espectador con sus exageradas dosis de violencia, terror, y horror, así como con las más diversas y refinadas formas de crueldad (WUNENBURGER, 2000).

Esa misma dócil absorción de violencia creciente hace que los individuos anestesiados compongan estas *sociedades de anestesia generalizada*.

De esta manera, los individuos han sido vaciados de espiritualidad, e inoculados con imaginarios de violencia, muerte, odio, destrucción, etc, de tal modo que el consumismo viene a llenar el vacío del espíritu, el páramo de la subjetividad.

Por su parte los sistemas educativos desde las primarias hasta los posgrados, en nuestras sociedades globalizadas desatienden absolutamente el espíritu. Cuando bien nos va se proporcionan informaciones, pero ¿dónde se educa el espíritu, la sensibilidad, el registro estético de lo humano?

En suma, estas son las vías más idóneas para convertir el consumidor moderado en un voraz *consumista* sobreviviendo en su adicción.

El consumidor consume, para vivir.

El consumista vive para comprar, usar, utilizar, tener, poseer.

El consumista es la caricatura del consumidor.

Prisiones de los imaginarios del consumista

Estos imaginarios articulan un conjunto de imágenes de acciones del tipo humano «consumista», cuya vida gira en torno al verbo «consumir».

Ejercer el consumismo consiste en desarrollar el sentido de **posesión, de apropiación.**

La vida, las sociedades, las culturas, los otros y a sí mismo se miden por las posesiones.

Se trata de **tener** y no de ser.

La acción de poseer, de tener resulta potenciada por lo que el individuo imagina en torno de la misma, y comienza a hilar imaginarios, ayudado por los medios de comunicación, la propaganda, la televisión, el internet.

Depender de avatares tan externos y aleatorios como el tener, el poseer, con sus variaciones, sus ganancias y sus pérdidas, va creando individuos sujetos a los torbellinos y hasta huracanes de las finanzas. Piénsese en el extremo de la vida sujeta a los vaivenes de la bolsa.

Esos individuos viven sujetos a **emociones** hacia la exterioridad, alegrías, tristezas, exaltaciones y depresiones, cambios bruscos de humor que alteran su equilibrio.

Así se van creando individualidades débiles y dependientes, malsanas y nocivas para la sociedad.

Si su ansia de tener rige aún sus relaciones con el otro (pareja, hijos, amigos, compañeros...), el otro deviene mi posesión.

De aquí a **las pasiones** no hay más que un paso. Poseer al otro, paradójicamente me vuelve dependiente del otro, quien en su libertad, si es normal, no se deja convertir en cosa.

Surgen así relaciones pasionales, de posesión, dependencia, esclavitud, de lánguida inacción, y eminentemente destructivas para el propio individuo.

Entre su inmensa gama de aspectos y matices: **los celos.**

De entre todas estas cárceles de los imaginarios me detengo algo más en ésta, los imaginarios aprisionantes de los celos.

Los celos surgen de las escenas imaginarias tejidas en torno al gozo del amante con otro ser.

Pueden culminar en la constatación de otras relaciones del amante, cuyo carácter torturante no deja de ser siempre el imaginar el goce en otra relación.

Marcel Proust tiene páginas de magistral sutileza cuando pone al descubierto los más recónditos rincones de los celos en el alma humana en su minuciosa descripción *in crescendo* de los celos, desde un oscuro e inocente comienzo. El personaje, Swann, comienza a transformarse cuando empieza a sacrificar «sus placeres intelectuales y sociales»: la música, la pintura de Vermeer, al «placer imaginario» que la posesión de Odette le ha vuelto más intenso aún (PROUST, 1999, p. 194).

Conquistada la relación, un día cae en el amante la idea que quizás su amada espera a alguien.

Nace así bruscamente la oscura *sospecha*, cuyo aguijón lo empuja a actos que lo atormentan.

El espíritu de fineza elegante y culta del personaje Swann comienza su irreversible degradación.

El tormento de la sospecha lo lleva a *espiar* a su amante

Se incrusta en su espíritu el aguijón de una *curiosidad* malsana por las menores acciones, reacciones, gestos de su amada; curiosidad que él mismo disfraza como un noble deseo por conocer la verdad acerca de ella. Así se desliza en su espíritu una creciente *simulación*, complejos procesos de *autoengaño*, abriendo en su espíritu una duplicidad encubierta.

Ese *deseo de verdad* llega a convertirse en una *voluptuosidad pasional*.

Este estado de celos incipientes lo llevan a *simular* no sólo ante sí mismo, sino ante su amada, a quien le muestra una suerte de *indiferencia*, con la cual encubre su turbación. La intensificación de esas vivencias, prisiones del espíritu, se declaran en *dolor físico*, pero el amante refina su autoengaño pensando que nada tiene que ver ese dolor físico con su espíritu. Así van creciendo indómitos, avasalladores, los celos, como «la sombra de su amor» y así la sonrisa, la ternura, los recuerdos voluptuosos, los menores recuerdos transforman en *suplicio* su relación de placer. Ese suplicio crece se vuelve más *cruel* desde el momento que interceptó una mirada de su amada a otro.

Su espíritu se retuerce completamente invadido y aprisionado en sus propias redes. La

imaginación patológica inocular el espíritu con una profusa diversidad de imágenes insanas. La imaginación enferma teje un imaginario convertido en la propia cárcel del amante torturado.

El amante se transforma en un ser ansioso, irritado, temeroso, inseguro, intentando descubrir una verdad que lo atormenta. Busca afanosamente detalles para verificar sus sospechas, así esta maleza cubre todo su espíritu y lo envenena. Busca descubrir su amada *mintiéndole*, así imagina trampas, que sólo hacen intensificar esa *tristeza mórbida*. Aquella curiosidad dolorosa se convierte así en una verdadera enfermedad que ocupa toda su vida (PROUST, 1999, p. 222).

Sin entrar en las finas tramas del deseo, sólo observamos, en una metáfora generalizada y precisa, aplicable a los consumistas en cuanto «*se consumen en las llamas del deseo*».

Se desea la imagen de algo o alguien que no se posee (LAPLANCE; PONTALIS, 1983, p. 96-97).

La imagen incipiente va proliferando, se multiplica en otras imágenes, invasoras de la subjetividad, cada vez más intensas y dominantes.

Ese impulso exacerbado nacido de la imagen de una carencia, se convierte fácilmente en voracidad. La desesperación ante la permanente insatisfacción, va creando inexorablemente imaginarios complejos que se convierten en otras tantas prisiones del espíritu.

La satisfacción momentánea genera una nueva carencia, una nueva necesidad, montada nuevamente en imágenes perceptuales y mnémicas que provocan el nacimiento de la fantasía, correlato del deseo (LAPLANCE; PONTALIS, 1983, p. 96-97).

Lacan insiste en que el deseo no surge de la necesidad de un objeto real, sino que nace de la fantasía del sujeto.

De este modo **el deseo** establece una suerte de bulimia nacida de las fantasías segregadas por una imaginación mórbida.

Las dificultades económicas para consagrarse al consumismo total, y desenfrenado, despierta **oscuros resentimientos, envidias, odios, etc.**

Resentimientos, envidias, odios ante las imágenes subjetivas del otro. Se odia, se envidia, se resiente la imagen del otro como el que tiene más, el poderoso, el exitoso.

El otro tiene, puede, acumula posesiones, por eso es envidiado, odiado, surge entonces la imagen de la felicidad del otro, en contraste con la imagen de desdicha, desgracia, infelicidad con que el individuo se ve a sí mismo.

Ese juego de imágenes, correspondan o no a la realidad, genera un **resentimiento corrosivo**.

La **envidia y el odio** no pueden sino consumir al individuo en la amargura, que lo lleva a convertir sus actos en lo que Kant llama: «la insociable-sociabilidad».

El *malestar de la cultura* descrito por Freud se ha convertido en declaradas *enfermedades de la cultura* de la actualidad.

En suma, la práctica del verbo **consumir** genera todo tipo de relaciones humanas de dependencia.

El consumismo genera sometimiento. Es un tipo de adicción.

Genera tipos humanos contraídos en sus sufrimientos, genera seres encerrados en sus frustraciones. Volvemos al epígrafe: se trata de seres **envueltos** en sus propias redes.

Los imaginarios del consumismo crean seres sonámbulos en su infelicidad.

Ellas son algunas de las cárceles de los imaginarios contemporáneos.

¿No es esto dejar transcurrir la vida entre los muros de una prisión?

¿No describe esta realidad algunas de las cárceles en que se pierde la vida en la actualidad?

Puertas de salida

Aún las más tétricas de las cárceles tienen puertas para salir; los venenos se combaten con sus antídotos.

El veneno de la apropiación, la posesión, la acumulación, el perderse entre cosas, se neutraliza con el desprenderse, la desposesión, el despojarse, el auto afirmarse entre lo mínimo.

La enajenación del tener, se cura con la difícil autenticidad de ser.

Las tormentas de la emoción desordenada, se diluyen en la serena ecuanimidad del ánimo.

El sometimiento de la pasión se transmuta en la autonomía de la acción.

Vivir en sentido pleno es acción, es actuar con el timón de la independencia.

La antropofagia del deseo se desvanece en el dejar ser al otro, respetar el ser del otro. Aceptarlo como es y aprender de sus diferencias.

Las esquizofrenias mezquinas de los resentimientos, las envidias y los odios exigen un profundo y lento esfuerzo de transmutación, de metamorfosis: no re-sentir al otro, sino aprender la compasión, el ponerse en el lugar del otro; no querer lo que el otro tiene, sino querer lo que uno tiene; no odiar desde la cerrazón, la incomprensión, el egoísmo y la ignorancia, sino aprender a vivir la alegría de la generosidad, de volverse capaz de amar.

Estas son las puertas para salir de la prisión.

De pie en el umbral, tenemos ante los ojos múltiples caminos a transitar.

La elección del camino es un compromiso radical con la vida.

Séneca, el cordobés, históricamente erguido en un gran umbral de la humanidad: entre el antes de Cristo, después de Cristo (4 a.C y 65 d.C), sabe de umbrales y salidas; y su palabra nos atañe.

Todos los hombres [...] quieren vivir felices; pero al ir a descubrir lo que hace feliz la vida, van a tientas; y no es fácil conseguir la felicidad en la vida, ya que se aleja uno tanto más de ella, cuanto más afanosamente la busque, si ha errado el camino; si éste le lleva en sentido contrario, la misma velocidad aumenta la distancia.

[...] Mientras erremos de acá para allá sin seguir a otro guía que los rumores y los clamores discordantes que nos llaman hacia distintos lugares, se consumirá entre errores nuestra corta vida [...]

[...] Y ciertamente nada nos envuelve en mayores males que acomodarnos al rumor, persuadidos de que lo mejor es lo admitido por el asentimiento de muchos, tener por buenos los ejemplos numerosos y no vivir racionalmente, sino por imitación (SÉNECA, 2002, p. 41-43).

El gran anhelo humano es la felicidad, pero rara vez las conductas y las ideas conducen hacia ella, sino que nos hundan en todo tipo de desdichas y sufrimientos, vaya la especie racional!

El primer paso es encontrar el camino. Este pasaje de Séneca en el siglo I d.C, encuentra fórmulas idénticas en Francis Bacon, en su *Novum Organon* de 1620, y algo posteriormente en René Descartes, en su *Discurso del Método* de 1637 (LAPOUJADE, 2002).

El camino no es el del perderse a sí mismo en la exterioridad, seguir modas, rumores y consensos, **el desenvolvimiento enajenante**. En nuestra época los dictados de la sociedad de consumo, el consumismo, y sus débiles criaturas: los consumistas.

El camino es **el involucrimiento auto-afirmante**, el con-centrarse, avivar la luz de esa «chispa» del entendimiento, (expresión de Meister Eckhart), hoy en día en peligro de extinción.

La recién nacida filosofía griega de Occidente bebe en la primigenia sabiduría de Oriente en Persia, Egipto e India.

Para la filosofía occidental el camino es tan viejo como las búsquedas de Heráclito y los presocráticos, los Sofistas, Sócrates, Platón, neoplatónicos, toda la diversidad de las corrientes Cristianas, los místicos de oriente y occidente, el Renacimiento, la Modernidad con Bacon y Descartes, con la Revolución copernicana de Kant en su filosofía crítica, los idealismos alemanes, los romanticismos, y las algunas filosofías posteriores etc

Entretejida con esta magna historia, la relegada sabiduría de la Alquimia también enseña el «camino real» de la transmutación del espíritu, como el primer paso ineludible para poder aspirar a dirigir transmutaciones de sustancias, más allá del «sujeto» del arte, del artista.

Menuda tradición olvidan las sociedades de consumo actuales.

Del arte y la estética

Embadurnados y demorados nuestros pies en el pegajoso bituminoso de las sociedades contemporáneas, la marcha liberadora es lenta y difícil.

A estas alturas de la historia, no vamos a considerar, en este contexto, lo que se nos presenta en nuestro siglo XXI como arte, en particular algunas de las propuestas que se auto-declaran pomposamente arte, porque el asunto se convierte en una discusión estéril.

La batalla argumentativa de qué es arte y qué no lo es, es la versión contemporánea desgastada, de las castrantes discusiones de la escolástica tardía ya en su proceso de descomposición, sobre cuántos ángeles caben en la punta de un alfiler, y otras similares.

En la actualidad con nuestro *habitat*, el mundo, en vías de destrucción (¿irreversible?), y nuestra *especie* (dudo mucho que «racional» en algún momento de su historia), nuestra especie en riesgo de extinción, no hay tiempo que perder.

Desde los comienzos, los problemas filosóficos nunca se solucionan, sino que se abandonan.

Propongo abandonar éste, pues no conduce a ninguna parte fuera de sí, no indica un camino, carece de viabilidad (LAPOUJADE, 2007b).

Sin embargo en unas sociedades, más enfermas que sanas; con unos individuos más muertos que vivos, creo que hay aún una vía que, aunque aletargada, abandonada, menospreciada, da todavía signos vitales, a atender urgente.

Es la vía regia de las relaciones estéticas, de la conmoción estética ante uno mismo, ante el otro, ante el cosmos, las relaciones estéticas no están extinguidas, sino lejos de ello, la estética es el ámbito en el que la humanidad puede revivir.

En general sostengo que el *thauma* originario de la humanidad es el *thauma* estético.

En este sentido afirmo con Gaston Bachelard:

«El mundo es bello antes de ser verdadero. El mundo es admirado antes de ser verificado» (LAPOUJADE, 2007c).

Hacia una estética de la libertad

La primera **condición necesaria** es la de instalarnos en un ser-para-la-vida (invirtiendo la tan célebre como desafortunada sentencia de Heidegger)

Recordar el furioso «sí a la vida» de Nietzsche, el firme y esencial *conato* de Spinoza, el persistir en su ser de cada cosa, el amor a lo creado de las religiones vitales. Y ésto por hacer referencia sólo a una corta historia.

Esta condición es el fundamento determinante para el **criterio de valor estético**, de relaciones estéticas como tales.

¿Cómo entender las relaciones estéticas?

Las **relaciones estéticas** se establecen ante la imagen de un objeto x cualquiera: presente o ausente; presente, pasado o futuro; real, posible, utópico; singular, general o cósmico, natural o social, mínimo en su pequeñez o máximo en su dimensión, con los colores, texturas, formas, y características más diversas imaginables; son aquellas relaciones cuyas diferencias específicas son:

1. Surgen de un movimiento centrípeto, de determinación de la subjetividad por la imagen del objeto x.
2. El impacto de la imagen en la subjetividad produce una resonancia y repercusión de goce, placer (LAPOUJADE, 2005).

La relación estética de placer, deja libre el objeto, se establezca o no contacto con él, no es una relación de determinación, de conocimiento, de apropiación, de posesión.

Si el goce surge ante la muerte, el odio, el asesinato, la destrucción, el terror, el horror y todo lo que atente contra la dignidad inherente a la vida, entonces se trata de son relaciones enfermas, patológicas, nocivas en su destrucción.

Los placeres necrófilos con sus variantes son el pan nuestro de cada día. Aquellos con que nos adoctrina la sociedad de consumo.

Atención, nuestra especie está en agudo proceso de descomposición.

¿Qué entender por la propuesta de una *estética de la libertad*?

Primera propuesta

En el mundo de hoy, regido por el vértigo de la velocidad aparecen sus correspondientes estéticas; entre otras el futurismo de Marinetti, en los comienzos del siglo XX; la estética de la velocidad de Virilio hacia finales del XX y las estéticas que surgen de la casi lograda anulación del tiempo por la velocidad, convirtiéndolo instantes, determinan sus estéticas concomitantes. La

instantaneidad de las comunicaciones, simultáneas, sin mediación de tiempo, logro impresionante de los medios virtuales genera diversas estéticas de la realidad virtual, de lo efímero, lo fugaz.

Importante dimensión estética de lo humano antes desconocida, bienvenida sea, siempre que su supremacía absoluta no conduzca a la valoración exclusiva de lo nuevo, en desmedro de las tradiciones y las culturas propias de los pueblos.

De estos pseudo valores: sólo vale lo nuevo, a la abolición de la tradición, al snobismo del consumismo declarado no hay más que un paso.

Claro que no es sano tragar en instantes, sin masticar, y qué placer estético profundo despierta el demorarse en los sabores, olores, formas, texturas de una comida realizada por un artista (CALVINO, 2007).

Claro que lanzarse el vino al esófago, como el vaquero del cine hollywoodense, sin demorar el vino en la mirada, el aroma, las zonas expertas de la lengua, el paladar, la boca, el paso por la garganta, y el aromático sabor impregnado, que queda después, es un atentado contra la estética.

Planteo filosóficamente la urgencia del renacer de una nueva estética de la lentitud, del demorarse en medio del torbellino de las fugacidades, de lo efímero. Ella es un paso hacia la libertad.

Propongo un modelo primordial para salir sano, de la prisión consumista, para quitarse las redes y las mortajas, un *modelo* ético-estético para la humanidad es el que nos presenta ese ente humilde e irracional llamado: *pedra*.

Las piedras son la calma del mundo

Dirigir nuestra mirada a las piedras cualesquiera, nos da una voz de alerta, ellas nos invitan a reinaugurar, con el siglo XXI las antiguas estéticas de la lentitud, la serenidad, la quietud.

Las relaciones estéticas profundas exigen el demorarse, el goce nacido de un instante de suspenso.

Y precisamente las piedras, «estos pacientes habitantes del planeta son presencias de la equidad y de la justicia, pues ellas no se oprimen, sojuzgan, maltratan o devoran».

Son un modelo para comprender la libertad humana.

..... Cada piedra y su modelo el diamante en la belleza de su perfección, muestran un ser

centrado en sí, en la lentitud de su «impasibilidad» y en la lentitud de su «impenetrabilidad». Ellas son la concreción material del ideal del sabio; porque transmiten la imagen de la perfecta serenidad en la lentitud de su «inmutable» dureza. El sabio, más allá de toda vicisitud y contingencia, permanece paciente, ecuánime, libre.

El sabio-diamante es el modelo para la perfección humana. Y ni siquiera es necesario un diamante. Cada guijarro insignificante, en su pluralidad infinita es una muestra del respeto al otro en su mismidad y su diferencia, un modelo para una estética hacia la libertad (LAPOUJADE, 2000).

Segunda propuesta

Sobre esta base literalmente sólida, porque es la roca del mundo mismo, erguida en él nuestra especie, como un pedazo de cosmos, tendrá que re-aprender el camino, tendrá que transitar las etapas de una vía estética iniciática, de metamorfosis, de transmutación radical: de la apropiación, en *comuni3n*; del tener, en *ser*; de la pasi3n, en *acci3n*, *hasta alcanzar la acci3n contemplativa*; de la emoci3n, en *ecuanimidad*; del deseo, la envidia, el resentimiento y el odio a *la serenidad*. Resumimos todo en una noci3n-vivencia 3tico-est3tica fundamental: el goce pleno de la armonía con uno mismo, con el otro, con la naturaleza, con el cosmos, con la vida.

En lo que sigue y para concluir, señalo sucintamente algunas de las estaciones fundamentales en la vía alquímica de la metamorfosis del espíritu desde una vida vivida en clave estética y guiada por la luz de la belleza.

De la belleza

Las nociones de belleza pueden variar hasta el infinito, y el espectro de sus modificaciones puede ser inabarcable.

Umberto Eco en su recorrido magistral por la *Historia de la Belleza* último dedica el último capítulo a la belleza de los media en general, y en particular, la belleza del consumo (ECO, 2006).

Pero precisamente sus más desconcertantes relativismos históricos, sociales, culturales, generales, particulares y singulares, muestran que, en su más infinita diversidad, los encuentros con la belleza no han tenido tregua, ni huecos, ni olvido, ni silencios.

Ello testimonia precisamente lo que considero la permanencia, la universalidad, la necesidad de la belleza. Recordemos una vez más la premisa de esta comunicación.

La belleza es inherente a lo humano (FINAL del viaje, 2007).

¿Qué entendemos aquí por belleza?

Por belleza significamos la vivencia gozosa de diversos imaginarios, entendidos como constelaciones de imágenes de cualquier tipo, imágenes que fungen como el montaje en que se presentan a la subjetividad seres, cosas, fenómenos de la naturaleza, del cosmos, singulares, particulares y diversos.

Si la belleza alcanzara su máximo en cada individuo, entonces teñiría la subjetividad del individuo, se trataría de una vida guiada por la belleza, y sumergida en ella. De tal manera se trataría de una vida plena y digna, *humana*, en la armonía consigo mismo, con el otro, con la naturaleza, con el cosmos: belleza inmanente.

La belleza inmanente se recorta sobre el misterio de la belleza trascendente que le otorga respaldo y sentido.

En última instancia, la belleza es el misterio volcado en formas (LAPOUJADE, 2007a).

Las metamorfosis por la belleza

Hoy es el primer día del resto de mi vida. Proverbio.

La tremenda profundidad de la belleza, requiere una larga y lenta asimilación.

Recorrer esta vía exige de una auténtica *paideia*.

La belleza ofrece un largo camino iniciático hacia la salud.

La belleza es medicina contra el dolor.

Punto de partida

Se trata de un consumista perdido de sí mismo y del mundo. Un habitante de la violencia, el horror, el sometimiento y la dependencia.

Su vida transcurre en el marco de imaginarios hacia la muerte.

Metafóricamente, es un mundo de tinieblas y oscuridad. Es *como si* estuviera hundido todavía en el presente, en el lejano caos imaginario primigenio.

La primera medida de salud es una buena dosis de desapego.

Primera estación

Es preciso comenzar por una norma de higiene: la «catarsis» de *la Poética* de Aristóteles.

La humanidad se merece una purificación de los imaginarios de horror y muerte.

En este primer momento, la belleza se insinúa como el gozo de lo dado, el situarse en concordancia con uno mismo hurgando allí la belleza escondida, y en sintonía con el cosmos.

Esta noción incipiente de belleza manifiesta la que llamo **belleza operante**.

Ella *disuelve* los «grumos» de los complejos, *distiende* los «nudos» de la tristeza, *lima* las «asperezas» de las frustraciones; pone *distancia* ante sometimientos y dependencias.

La belleza es un disolvente universal.

Segunda estación

La inercia del consumismo, provoca la apatía y anestesia de un «dejar pasar la vida», «pasar el tiempo». Ante ello, se trata de erguirse desde los imaginarios lúgubres, de la vida gris, anonadada. Ella indica una manera dichosa, feliz, de ponerse de pie en la vida. En este sentido, la belleza despierta la sensibilidad, la memoria, la conciencia, la subjetividad imaginante.

El despertar a la belleza es un despertar a la salud.

La belleza es un bálsamo universal.

La belleza cura.

Tercera estación

Llegados a este punto se necesita dar un **giro radical**.

Es el camino hacia la propia intimidad, allí el socrático «conócete a ti mismo», imperativo de valentía y autenticidad éticas, en nuestro contexto estético presenta una exigencia más.

Propongo pensar el «conócete a ti mismo» además, con alcances estéticos; en la medida que lo estético es un registro de lo humano. Entonces, «conócete a ti mismo» como ser estético, ausculta tu dormida capacidad de goce estético, procura despertar a la belleza, emprende un camino hacia una vida plena³.

En un primer alarde de acto voluntario, es posible aún encadenado, imaginarse libre, inmerso en una belleza naciente, en una incipiente simpatía con todo aquello que es *ser-para-la-vida*.

Entonces se hace necesaria una decisión en la que se elige voluntariamente como destino una anticipación imaginaria. Es una apuesta a una vida posible. Es el anticipo imaginario de una vida de serenidad, calma, goce.

Es la irrupción de la voluntad de belleza.

Cuarta estación

Novalis afirma: es el acto humano por excelencia de trascenderse, de saltar por sobre sí mismo, hacia más allá de sí, es la génesis de la vida.

«Humano es aquel a quien le es constitutivo ese saltar eterno a lo trascendente, hacia más allá de sí y hacia más allá de lo dado, en el acicate de la infinita curiosidad de su niñez eterna, por asomarse al abismo «interior» y hacia el abismo más allá de lo dado; esto es, al *misterio*» (LAPOUJADE,

³ Evoco la obra antes citada de Séneca, *De la vida feliz*.?????[não foi citada anteriormente]

2007b, p. 79).

De esta manera la belleza inmanente aprehensible, es propulsada hacia la trascendencia, espacios místicos posibles, en que la vivencia de lo invisible se hace visible bajo la forma de bellezas visibles, inmanentes.

Quinta estación

La construcción de uno mismo, el edificar-se desde su elección imaginaria, desde el imaginario de belleza anticipada. Belleza anticipada que designa un nuevo mundo posible para nuestra vida. Este proceso señala otra metamorfosis vital.

En este punto, parafraseo el título del anónimo del siglo IX, es preciso cuidar «el jardín simbólico», aprender a sembrar y cuidar el jardín del espíritu. Entonces, hay que empezar por arrancar la maleza, sembrar, regar, atender, cuidar, y sólo hasta el final: recoger.

Nace así la belleza como *trabajo* de cultivar la intimidad. Es sí un trabajo de vida, que trae consigo un don: la recuperación de la autonomía. Iniciamos así la vía bella en el ejercicio cotidiano del goce de la libertad.

Así, quizás un día despertemos sintiendo la vida *teñida* de belleza.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **L'autre par lui-même**. Paris: Editions Galilée, 1987.

CALVINO, Italo. Bajo el sol jaguar. Roland Barthes, L'empire des signes, L'obvie et l'obtus. In: LAPOUJADE, María Noel. **La imaginación estética en la mirada de Vermeer**. México: Herder, 2007.

CHAUCHARD, Paul. La realización corporal de la persona. In: DESHIMARU, T.; CHAUCHARD, P. **El Zen y el cerebro**. Barcelona: Editorial Kairós, 2001.

CRAGG, Kenneth. **La sabiduría de los sufíes**. Buenos Aires: Ediciones Lidiun, 1985.

DEBORD, Guy. **La société du Spectacle**. Paris: Gallimard, Folio-essais, 1992.

FINAL del viaje. **Boletín del Centro de Estudios Filosóficos del Uruguay**, abr. 2007.

LAPLANCE, J.; PONTALIS, J. B. **Diccionario de psicoanálisis**. Barcelona: Editorial Labor, Deseo, 1983.

LAPOUJADE, María Noel. **Bacon y Descartes**: de la coincidencia de los opuestos. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, II, Facultad de Filosofía y Letras, 2002.

_____. De la perversión a la violencia natural. **Revista de Filosofía**, Venezuela, Universidad del Zulia, n. 54, p. 39-64, 2006.

_____. Filosofía como despertar a la belleza. **Revista Logos**, Revista de Filosofía de la Universidad La Salle, México, n. 105, p. 89-96, sept./dic. 2007.

_____. **La imaginación estética en la mirada de Vermeer**. México: Herder, 2007.

_____. Lo imaginario y las piedras. In: LAPOUJADE, María Noel (Comp.). **Imagen, signo y símbolo**. Facultad de Filosofía y Letras, Benemérita Universidad autónoma de Puebla, 2000. p. 95-114.

_____. Kant-Proust: une rencontre esthétique. In: FERRARI, Jean et al. (Dir.). **Kant et la France, Kant und Frankreich**. Alemania: Georg Olms-Verlag, 2005. p. 157-167. (Colección «Europea Memoria»).

_____. Mito e imaginación a partir de la poética de Gaston Bachelard. **Revista de Filosofía, Centro de Estudios filosóficos**, Universidad del Zulia, Maracaibo, n. 57, p. 91-111, 2007.

PROUST, Marcel. **A la recherche du temps perdu**. Paris: Quarto Gallimard, 1999.

_____. Un amour de Swann. In: PROUST, Marcel. **A la recherche du temps perdu**. Deuxième partie. Paris: Quarto Gallimard, 1999. p. 194.

SÉNECA, Lucio Anneo. **Sobre la felicidad**. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **L'homme à l'âge de la télévision**. Paris : Presses Universitaires de France, 2000.

Maquiavel Republicano: Precursor Da Democracia Moderna

Rubens Pinto Lyra
rubelyra@uol.com

RESUMO

Este artigo analisa as principais inovações introduzidas por Maquiavel no estudo da política: a secularização desta; a distinção entre ética pública e privada; o método empírico-comparativo e – questão central – a relação entre o Estado (republicano) e a práxis política dos “grandes” e do povo. Este Estado constitui, para Maquiavel, o lócus onde se exercita, dialeticamente, a mediação do conflito social, sendo a cidadania ativa a fonte, por excelência, da estabilidade e do progresso da Nação.

Palavras-chave: secularização da política ética pública e privada método empírico-comparativo cidadania ativa

ABSTRACT

This essay analyses the main innovations introduced by Machiavelli in the study of the politic: the comparative-empirical method and - central question - the relations between the State (republican) and the political praxis of the “greats” and the ordinary people. This State constitutes, for Machiavelli, the locus where it is exercised, dialectically, the mediation of the social conflict, being the active citizenship the source, par excellence, of the stability and progress of the Nation.

Key-words: secularization of the politics; public and private ethics; comparative-empirical method ; active citizenship

1- A VIRTÙ, A POLÍTICA E O MODERNO PRÍNCIPE

Na Idade Média, cujos valores se inspiraram, em grande parte, na obra de Santo Agostinho, “a obra humana não significava nada, pois era a pura expressão de nossa concepção de seres em queda. As verdadeiras ações dignas de elogio eram praticadas sob a inspiração divina, pela graça, e não tinham qualquer ligação com as qualidades individuais dos homens. Ora, a concepção republicana, própria aos humanistas, punha o homem no centro do universo, exigindo dele aquilo que, aos olhos de um pensador medieval, só a graça poderia dar” (BIGNOTTO 1991, p.32).

O Renascimento irá operar uma conversão da atitude contemplativa, típica da Idade Média, para o comportamento que valoriza a ação, o protagonismo do indivíduo, o conhecimento e a liberdade. Progressivamente, o ascetismo religioso dá lugar ao hedonismo, ao amor, à força e à beleza. A atitude contemplativa cede espaço para o arrojo e o espírito de iniciativa, que se reflete nas audaciosas inovações introduzidas na vida econômica, social, política, artística e cultural.

É nesse contexto que se inserem as análises de Maquiavel sobre a virtù. Os indivíduos que dela são portadores apostam na força transformadora da ação, impondo limites às incertezas da Fortuna (a boa ou a má sorte, o imponderável, as incertezas da vida). A *virtù* conjuga vários atributos, tais como: a ousadia, temperada pela prudência (homem leão e raposa); espírito inovador; saber julgar e decidir, astúcia; capacidade de perceber para onde os ventos estão soprando, o rumo que tomará os acontecimentos. O homem é maleável, inventivo e perspicaz. Em síntese: “o carisma da *virtù* é próprio daquele que se conforma à natureza do seu tempo, apreende-lhe o sentido e se capacita a realizar, na prática, a necessidade latente nas circunstâncias” (MARTINS, 1979, XVII). A *virtù* caracteriza as qualidades dos homens inovadores, mas, também, o espírito de alguns povos e de suas instituições. Pode designar, tanto um dom natural, como exercício da disciplina.

Para o secretário florentino, o político virtuoso, que tem estatura de um estadista, é aquele que demonstra espírito público, liderança e descortínio, traduzidos na percepção dos valores novos e na capacidade de tornar efetivo o progresso em benefício da nação. O carisma do verdadeiro príncipe (entendido este termo, neste capítulo, como sinônimo de um (ou de vários governantes) se expressa,

portanto, na sua capacidade de conquistar e conservar o poder, conduzindo a nau (o Estado) a porto seguro, garantindo ao povo de que é líder, estabilidade e progresso. Para tanto, deverá, de um lado, mostrar habilidade “jogando com a distribuição dos bens, das honrarias, das recompensas” (RUBY, 1997, p.69) e impedindo que a plebe seja esmagada pelos poderosos. A ação mediadora do Príncipe é um atributo essencial da arte de governar, na qual ele deve ser mestre, devendo ter, em consequência, “um papel ativo, e mesmo estruturante, no interior de um corpo político heterogêneo” (RUBY, 1997, p.69).

Na atualidade, há estudiosos que utilizam tais parâmetros analíticos, centrados na concepção segundo a qual “não é a intenção que valida o ato, mas o seu resultado” (MAZZEO, apud Moreira, 1975, p.32) para avaliar a ação dos estadistas e governantes contemporâneos. Nesta avaliação, deve-se ter sempre presente a profunda diferença das práticas políticas nas democracias atuais, em relação às do período quinhentista. Com efeito, na democracia, o acesso ao poder se faz de acordo com regras pré-definidas, sendo os governantes, eleitos pelo sufrágio universal, responsáveis pela garantia do Estado de Direito e pelo respeito às liberdades democráticas e à participação popular na gestão pública.

Como veremos, tais mudanças produzem práticas políticas dotadas de um conteúdo ético qualitativamente distinto do que vigorava na época de Maquiavel. Por outro lado, sendo este um republicano convicto, o personagem de *virtù* capaz de “conduzir a nau a porto seguro”, não se encarna apenas em heróis individuais como César Borgia, em quem ele via o possível unificador de sua pátria italiana, dilacerada por conflitos intestinos. Em uma república virtuosa como Roma, residiria no povo, como ator coletivo, na sua determinação guerreira e no seu espírito cívico-patriótico, a força e a capacidade de afirmação da vontade estatal (PRÉLOT, 1977, p.210)

Para Antonio Gramsci, considerado um dos mais influentes teóricos marxistas, o moderno príncipe seria encarnado pelo Partido Comunista. Este, em nome do proletariado, reconstruiria os fundamentos do Estado, colocando-o a serviço da redenção socialista. Atualmente, estudiosos de diversas correntes de pensamento, críticos do *statu quo*, tendem a enfatizar o papel da sociedade organizada, participativa, notadamente a que se localiza no mundo do trabalho, como principal

protagonista na construção de vontades coletivas nacionais capazes de criar um projeto alternativo à hegemonia “neoliberal”.

Dessarte, a construção de um projeto político e social transformador resultaria de uma ampla conjugação de forças, tanto no âmbito do Estado quanto no da sociedade civil, liderada pelos que receberem, nas urnas, o aval do povo para a efetivação de mudanças. O “moderno príncipe” – portador de hegemonia – não seria mais um único ente, e sim a encarnação da síntese dialética dessas múltiplas determinações.

2. ÉTICA, POLÍTICA E RAZÃO DE ESTADO

Maquiavel, através de sua concepção sobre a ética do estadista – que a distingue claramente da moral individual – deixa nítida a diferença entre, de um lado, o espaço público e, de outro, as relações privadas. Visão que contrasta com a da época medieval, na qual havia uma indistinção entre o espaço público e o privado, entre o interesse particular e o do Estado, como no caso do poder exercido pelos senhores feudais.

Nesse diapasão, o critério de julgamento da atuação de homem público deixa de ser pautado pela moral privada, convencional e passa a ser unicamente objetivo: o sucesso de suas iniciativas. O governante deverá orientar-se nas suas ações pela “razão de Estado”. As suas opções serão ditadas pelas conseqüências (boas ou más) que terão para o êxito de suas iniciativas (ética da responsabilidade) e nunca por convicções morais (ética da consciência) Os meios utilizados são bons por definição quando se destinam a preservar o Estado, valor mais alto além do qual nada existe.

Portanto, não é possível considerar imoral a ação do estadista de *virtù*, quando estiver voltada para a realização do valor supremo: o bem do Estado. A questão da relação entre meios e fins só é posta quando o sujeito identifica um conflito entre as primeiras e as segundas em virtude de alguma convicção moral e ética se chocar com os meios adotados para a realização de determinados fins. Aqui, tal conflito não se coloca. Ao contrário, a ética na vida pública se realiza plenamente quando

o estadista age em defesa do Estado, sendo sempre bons, dadas as características próprias do agir político, os meios empregados para esta defesa..

Vê-se, pois, que “a lógica política nada tem a ver com as virtudes éticas dos indivíduos em sua vida privada. O que poderia ser imoral ao ponto de vista da ética privada pode ser *virtù* na política” (CHAUÍ, 2000, p. 397). Em outras palavras, Maquiavel inaugura a idéia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos. “O *ethos* político e o *ethos* moral são diferentes e não há fraqueza maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder” (CHAUÍ, 2000, p. 397).

Maquiavel não fez, contrariamente ao que se divulga, a apologia gratuita da força. A sua utilização deve ser *virtuosa*, é somente em caso de necessidade, pois é preferível a astúcia da raposa à violência do leão. Não podia ser outra a sua posição, considerando-se a época em que viveu, caracterizada pela presença da mais brutal violência nas relações sociais, ingrediente onipresente e principal suporte de poder nas relações políticas concretas existentes à época. Basta lembrar que o chefe do Governo que antecedeu aquele do qual participou na República de Florença – Savonarola – foi queimado na fogueira, como muitos outros “hereges”. O próprio Maquiavel não escapou de ser torturado após a queda do Governo do qual fazia parte.

É nesse contexto que se situa a moral propugnada por Maquiavel: “que é a do cidadão, homem que constrói o Estado, uma moral mundana” a qual “emerge das relações reais que se estabelecem entre seres humanos” (GRUPPI, 1978, p.11).

Exemplo sempre lembrado de como Maquiavel distingue a ética pública da privada é o comentário sobre o assassinato de Remo por seu irmão Rômulo – os dois fundadores de Roma

“alguém pode ser acusado pelas ações concretas que cometeu, e justificado pelo resultado destas. E quando o resultado for bom, como no exemplo de Rômulo, a justificação não faltará .Só devem ser reprovadas as ações cujo violência tem por objetivo destruir, em vez de reparar (1994, p.49).

Quer dizer, se a ótica da análise fosse a da moral privada, poder-se-ia falar em um crime hediondo, um fratricídio. Porém, a morte de Remo, ao eliminar uma divisão que enfraquece o poder, robustece o Estado, e, dessa forma, se justifica do ponto de vista do interesse público. Nessa perspectiva, o pensador de Florença “confere valor supremo à autoridade do Estado e considera a devoção integral à Pátria como finalidade última da vida humana” (MORAES, 1981, p. 19)

Mas a preservação do Estado, e de sua governabilidade, exigiria, atualmente, padrões éticos compatíveis com os valores republicanos e democráticos. Uma mostra recente de dissociação entre moral pública e privada foi lembrada, em entrevista à Rede Bandeirantes de Televisão, em setembro de 2009, pelo ex-Ministro da Justiça, Tarso Genro. Ele justificou a posição do Presidente Lula, que enquadrou, em nome da governabilidade, os senadores petistas favoráveis à abertura de sindicância contra José Sarney, acusado, no Conselho de Ética do Senado Federal de nepotismo e de várias outras ilegalidades (2009).

É possível, entretanto, interrogar-se se a opção escolhida pelo Chefe do Estado foi a mais idônea. Com efeito, de imediato, ela evita rachaduras na “base aliada”. Todavia, a médio e longo prazo, tal posicionamento podereria, de acordo com certo enfoque crítico, contribuir para o enfraquecimento da governabilidade, na medida em que aprofundaria o fosso existente entre a chamada “classe política” e as aspirações de praticamente toda a sociedade civil. Com efeito, esta exigiria do estadista o respeito à lei e aos princípios republicanos consagrados na constituição pátria.

Esta parece ser a opinião do Deputado Ciro Gomes, ex-Mnistro da Fazenda e ex-Governador do Ceará, integrante da base aliada do governo, emitida, uma semana após, no mesmo programa televisivo. O Ex-Ministro, citando Gramsci a esse respeito, considerou que a esquerda não pode abdicar da “hegemonia moral e intelectual” inerente a um projeto mudancista, a qual está associada uma ética pública lastreada nos princípios republicanos, acima referidos (2009).

As idéias de Maquiavel sobre a ética pública, acima comentadas, explicam, sobretudo até um passado recente, a aversão de muitos ao que consideravam uma concepção deturpada da política e da moral, por isso considerada “maquiavélica”. Foi o preço a pagar por quem desmistificou um discurso ético, baseado na indissociabilidade da moral pública com a privada que, durante toda a

Idade Média, serviu como forma de legitimação de privilégios.

Não restam, pois, dúvidas, de que a distinção entre a moral privada e a pública, iniciada por Maquiavel, constitui-se em um postulado básico da própria existência do Estado. Todavia, a ação deste, na atualidade, só poderá ser exitosa, e, portanto, realista, se “na conceituação de seus objetivos e na escolha dos meios necessários para alcançá-los” orientar-se pelos “valores éticos e princípios jurídicos que favoreçam uma convivência solidária e mais harmoniosa com os demais Estados” (MORAES, 1981, p. 28).

De Maquiavel até nossos dias – sobretudo a partir da criação da ONU, em 26 de junho de 1945 – a comunidade internacional tem construído, ainda que incipientemente, regras de convivência internacionais, tais como a resolução pacífica de conflitos entre as nações, ancoradas na aceitação dos valores democráticos e no respeito aos direitos do homem e do cidadão, princípios norteadores da ação do poder estatal. Eis os limites modernos da “razão de Estado”. Tais princípios e regras contribuem para frear o hegemonismo das grandes potências, enquanto não se efetiva a utopia de um poder supranacional democrático, que garanta, com base na igualdade de direitos dos Estados, a paz e a justiça entre as nações.

Trata-se, como quer Bobbio – um discípulo do realismo maquiaveliano – de se elaborar um código moral para a própria política, distinto, evidentemente, da moral comum, em consonância com o princípio da eficácia na obtenção dos fins perseguidos pelo estadista (MELLO, 2003, p. 72).

É forçoso, contudo, reconhecer que essa relativa democratização das relações internacionais, que tem como marco o reconhecimento do alcance universal dos direitos humanos, expressa uma inegável aproximação entre a moral pública e a privada. Doravante, o comportamento do estadista passa a ser balizado por normas cujo conteúdo ético incide, também, em certa medida, na esfera das relações individuais. Assim, para Bobbio, os direitos humanos, a paz e a democracia, se colocariam acima mesmo da chamada “razão de Estado”, tendendo a reduzir, pouco a pouco, o espaço das decisões tomadas com base no uso dessa razão (MELLO, p.162).

3. A SECULARIZAÇÃO DA POLÍTICA E O MÉTODO EMPÍRICO-COMPARATIVO

Até Maquiavel – e ainda por muito tempo depois – o comportamento do homem em sociedade, especialmente na política, foi explicado por fatores transcendentais (Deus, natureza ou razão), anteriores e exteriores à própria política. Giordano Bruno, Galileu, Jan Hus e Maquiavel são pioneiros na medida em que romperam, na filosofia, na ciência, na religião e na política, com o monopólio do saber e do poder da Igreja.

A estratificação no período feudal (senhores feudais e servos), supostamente natural, expressão da vontade divina, questionada por Maquiavel, ilustra esta afirmação. O secretário florentino “cortou todas as amarras de subordinação, teológicas e morais, em que, na Idade Média, o sistema hierárquico do cristianismo limitara o poder temporal e recusou-se a reconhecer qualquer valor ou direito superior à vontade do Estado, erigindo este último em fonte suprema de justiça e moral” (MORAES, 1981, p. 21).

Os escritos de Maquiavel secularizam a política, quer dizer, afastam a explicação religiosa para compreensão do poder. A sua origem e conformação atuais são entendidas como sendo fruto do embate entre classes sociais portadoras de interesses contraditórios. A ruptura de Maquiavel consiste, pois, em expulsar da política a religião, separando radicalmente a cidade de Deus da cidade dos homens, o sagrado do profano, o público do privado.

O estudo da formação, conservação e perda do poder político, com Maquiavel, incorpora elementos de análise científica, na medida em que este pensador debruça-se sobre a realidade efetiva das relações produzidas pela *práxis* do homem na sociedade, e constrói sua análise a partir dessa verdade, concretamente demonstrada, e não por supostas determinações externas à vida social.

Dessarte, o pensador florentino procurou entender a vida política de sua época, a partir da sua posição de observador e ator privilegiado – Segundo Chanceler da República de Florença – como ela efetivamente se desenrolava. E comparou a sua própria experiência com as lições do passado, hauridas nas grandes obras políticas da antigüidade greco-romana. Esse método, lastreado em elementos científicos de análise, lhe permitiu extrair ensinamentos para vida política de seu tempo.

Maquiavel utiliza o método empírico-comparativo, estruturado na repetibilidade da história

e na invariação do comportamento humano. Assim, “determinadas as causas da prosperidade e da decadência dos Estados antigos, pode-se compor um modelo analítico para o estudo das sociedades contemporâneas, já que às mesmas causas corresponde os mesmos efeitos” (MARTINS, 1979, p. XXVI).

A secularização do pensamento político é, pois, um dos principais legados de Maquiavel e consiste, simplesmente, na procura de explicação dos processos sociais nas próprias relações sociais, excluía toda possibilidade de determinação externa, transcendental.

Concluindo, foi o estudioso florentino quem deu ao Estado “sua significação central de poder soberano legiferante e capaz de decidir, sem compartilhar este poder com ninguém, sobre questões tanto exteriores quanto internas a uma comunidade. Ou seja, o poder que realiza a laicização da *plenitudo potestatis*” (CHATELET, 1982, p. 38).

4. REPÚBLICA E PRINCIPADO

Todas as manifestações de Maquiavel evidenciam a sua condição de republicano, defensor do dissenso, da lei e da liberdade. Assim

“é útil e necessário que as leis da república concedam à massa um meio legítimo de manifestar a cólera que lhe possa inspirar um cidadão; quando este meio regular é inexistente, ela recorre a meios extraordinários: e não há dúvida de que estes últimos produzem males maiores do que os que se poderia imputar aos primeiros” (1994, p. 41).

Contudo, a estabilidade e a segurança nas relações sociais não são os únicos aspectos valorizados por Maquiavel. Para ele, essa característica essencial de um regime republicano, o interesse coletivo “que faz a grandeza dos Estados” [...] “só é respeitado na República”. Como, aliás, “tudo que pode trazer vantagem geral é nela conseguido sem obstáculos” (MAQUIAVEL, 1994, p. 198).

Existe, todavia, um Maquiavel – bem mais conhecido – que admite a necessidade do poder absoluto, mas somente em situações excepcionais. O que ocorre, sobretudo, em duas situações. Quando

um país mergulha na decadência, com suas instituições corrompidas, ou quando surge uma ocasião histórica para unificar a nação dividida, como era a Itália de seu tempo. Assim, para Maquiavel, “o homem providencial jamais é um tirano: sua heroicidade se realiza no plasmar da forma conveniente para a matéria, que é o povo” (MARTINS, 1979: XX). Em tais circunstâncias

“... um legislador sábio, animado do desejo exclusivo de servir, não os interesses pessoais, mas os do público; de trabalhar, não em favor dos próprios herdeiros, mas para a pátria comum, não poupará esforços para reter em suas mãos toda a autoridade. E nenhum espírito esclarecido reprovará quem tenha se valido de uma ação extraordinária para instituir um reino ou uma república” (MAQUIAVEL, 1994, p. 49).

Segundo Barros, essa figura de um

“...ditador de transição - do príncipe novo - capaz de unificar a sua pátria, dotá-la de leis justas e preparar o porvir republicano; essa figura ditatorial é inspirada na instituição da ditadura romana, que era acionada – em situações excepcionais – afim de, subtraindo direitos e liberdades, manter a paz e assegurar a salvação pública essa instituição ...seria a inspiração do conhecemos modernamente como Estado de Sítio, Estado de Exceção, Lei Marcial etc” (2010, p. 119.)

Vê-se que, mesmo se tratando de uma forma de governo não republicana, Maquiavel descarta a possibilidade de êxito daquele que vier a conquistar o poder, apenas com base na força. Assim, “ao príncipe é necessário ser amigo do povo, pois, de outra forma, não terá remédio na adversidade”. Mesmo “quem se tornar príncipe contra a opinião popular, por favor dos grandes, deve, antes de mais nada, conquistar o povo “ (1979, p. 40).

O príncipe fundador funciona, pois, como um agente de transição. Esta, algumas vezes, pode durar séculos, como ocorreu durante o período dos monarcas absolutos europeus. Estes assemelhavam-se aos príncipes fundadores, concebidos pelo estudioso florentino? Eles construíram Estados nacionais, centralizando o poder político, o que lhes permitiu arbitrar as disputas entre a nobreza

em declínio e a burguesia em ascensão. Inicialmente atuando como mera expressão dos interesses da nobreza, eles souberam, todavia, com o protagonismo crescente da burguesia, incorporar, gradativamente, os seus interesses. Ademais disto, evitaram, em vários casos, que a transição para um novo regime se concluísse por uma ruptura violenta.

Redefinida a correlação de forças, a vida social retoma o seu equilíbrio e a Nação reencontra a normalidade, adotando instituições baseadas na existência de leis e na garantia da liberdade.

6. DISSENSO, LIBERDADE E LEI: OS VETORES DIALÉTICOS DA ESTABILIDADE E DO PROGRESSO

A percepção da vida social como ela é – atravessada por conflitos e dissensões – é condição primeira para a formulação de análises capazes de compreender o real papel do Estado na sociedade, pressuposto necessário de qualquer concepção democrática da vida social.

Maquiavel, também nessa temática, é um pioneiro. No capítulo IX do Príncipe ele constatou, em todas as sociedades, a existência de duas forças opostas “e isto nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes e estes desejam governar e oprimir o povo” (MAQUIAVEL, 1979, p. 39).

Considerar que a sociedade é dividida em classes antagônicas com interesses contrários e que este antagonismo é fruto da opressão, representa uma análise de vanguarda, de uma lucidez ofuscante, ainda mais se comparada à visão teológica do poder, dominante em sua época. Para ele, a luta dos contrários expressa conflitos sociais que são legítimos, e, mais do que isto: constituem o *motor da vida social*. Foi preciso esperar o século XIX, para que tal interpretação voltasse à tona, agora inserida na dialética marxista da luta de classes. Análise demolidora, revolucionária, da ilusão ideológica entretida pela Igreja, para quem a estratificação social existente no período medieval era natural, expressão da vontade divina, da qual seria derivado o “bem comum”, supostamente construído pela complementaridade dos interesses das classes superiores e inferiores (aristocracia hereditária e

servos).

O título do capítulo IV, do Livro I, *A desunião entre o povo e o Senado de Roma foi a causa da grandeza e da liberdade da República*, da obra do notável pensador de Florença *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, representa uma síntese lapidar desse capítulo. Maquiavel via no livre jogo dos interesses sociais, no entrechoque dos contrários, o exercício consciente da cidadania, a fonte geradora do progresso social. Consequentemente, a melhor forma de se garantir a liberdade, e a estabilidade nas relações sociais.

Interpretando Maquiavel, Bignotto afirma que,

“Mais radicalmente ainda, podemos dizer que é da propensão ao conflito que nasce a possibilidade de liberdade. A liberdade é, portanto, o resultado dos conflitos, uma solução possível de uma luta que não pode ser extinta por nenhuma criação humana.” (1991, p.87).

Vê-se que Maquiavel enfatiza a importância do dissenso, o ingrediente que mais qualifica a democracia. Esta, para existir plenamente, necessita não somente ostentar como fundamento “regras de jogo”, previamente estabelecidas, aceitas por todos, mas também incorporar, nas suas leis e na sua *práxis*, o reconhecimento efetivo do contraditório, do diferente, daquelas forças sociais que não estão necessariamente dispostas a aceitar os valores dominantes da sociedade de que fazem parte.

Para avaliar o pioneirismo de Maquiavel, importa ressaltar que a ideologia dominante, até nossos dias, continua presa à concepção segundo a qual as relações sociais são naturalizadas, e o Estado considerado o promotor do “bem comum”.

No capítulo em análise, o autor dos *Comentários* mostra também que o regime republicano, baseado na garantia das liberdades e na existência de leis, é o mais eficaz para manter a ordem, com o mínimo de custo social e político. Assim, “todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião, como prova o que aconteceu em Roma, onde, durante os trezentos anos e mais que transcorreram entre os Tarquínios e os Gracos, as desordens havidas produziram poucos exilados,

e mais raramente ainda fizeram correr o sangue. Ao contrário, fizeram nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos”. A conclusão (paradoxal e inaceitável para os que não raciocinam dialeticamente) é de que há relação de causalidade e interação recíproca entre ordem e desordem, contestação e lei, disciplina e exercício livre da cidadania, boa educação e “essas desordens que quase todos condenam irrefletidamente” (MAQUIAVEL, 1994, p. 31).

Um dos melhores exemplos sobre os avanços obtidos no embate entre forças antagônicas, em Roma, diz respeito ao aprimoramento da lei, no sentido de mais igualdade, e ao reconhecimento de direitos de cidadania para os “oprimidos”, os plebeus, originados na Greve do Monte Sagrado, ocorrida em 495 a.c. Esta consistiu na recusa dos plebeus em ir à guerra para a defesa de Roma, escaldados pelo não cumprimento de promessas anteriores, por parte das autoridades da República. Em lugar disto, retiraram-se para um monte próximo daquela cidade e lançaram o embrião de uma urbe, habitada somente por plebeus. Estes queriam mais segurança; mudança da lei sobre o endividamento (que resultava na prisão do devedor); a posse de terras e, sobretudo, a criação de uma magistratura que os protegesse do arbítrio dos poderosos. Foi como consequência deste ato de rebeldia, que as classes subalternas conseguiram, mais adiante, a revogação da lei que permitia prisão por dívidas; o reconhecimento do direito dos seus integrantes de casar com membros de famílias patrícias e, sobretudo, a criação dos tribunos da plebe, magistrados recrutados nessa classe social, dotados de imunidade, e, até mesmo, do direito de apor o seu veto a quaisquer leis ou decisões emanadas do aristocrático Senado Romano.

Conforme destaca Maquiavel

“Atentemos para o fato de que de que tudo de que melhor se produziu nessa républica (a romana) provém de uma boa causa. Se os tribunos (da plebe) devem origem à desordem, esta desordem merece encômios, pois o povo, dessa forma, assegurou participação no governo. E os tribunos foram os guardiões das liberdades romanas. (1994, p.32).

Em 367, através da Lei Licínia, os plebeus alcançaram também o direito de escolher um dos dois cônsules romanos. Esta mesma lei acabou com a escravidão por dívidas. Vê-se, pois, que

do embate dos contrários surge o novo, e a desordem aparece, em última instância, como a fonte geradora da liberdade, da ordem e do progresso.

Do até aqui exposto depreende-se que a desordem, para gerar progresso, necessita da mediação do Estado e de leis que a sancionem, isto é, que incorporem o que os conflitos produziram de novo. Assim, se Maquiavel concebe a justiça, não como a aplicação de princípios éticos imutáveis, mas como uma expressão possível do conflito de classes, estes devem, sempre, “expressar-se através de mecanismos legais, sob pena de destruírem o tecido social”. É, pois, em um regime de leis que pensa Maquiavel quando fala das repúblicas. “A sociedade justa é, portanto, a dos conflitos, mas é, sobretudo, a que em seus excessos é capaz de encontrar uma solução pública para o conflito de seus cidadãos” (BIGNOTTO, 1991, p. 95).

Bignotto cita o exemplo dos *condotierri* de Florença, Savonarola e Soderini, para mostrar que malograram por não terem conseguido apreender a dinâmica da sociedade em que viviam

“procuravam vivamente a estabilidade, sem se dar conta que para isso era preciso enfrentar o profundo dilaceramento do seu corpo social. O papel do Estado não é, então, o de mediador neutro, ou de juiz impessoal, mas o de se opor, pela força das leis, à ação destruidora dos desejos particularistas” (1991, p. 99).

E acrescenta: “os homens podem até mesmo procurar o bem comum, como foi o caso de Soderini, mas serão sempre prisioneiros da ilusão jurídica se forem incapazes de ver que o corpo social comporta uma fratura que nenhuma constituição pode desconhecer” (1991, p. 100).

No pensamento dialético de Maquiavel, minuciosamente dissecado por Negri “a ordem das coisas encontra em sua base a ação, a dissensão – motor e sentido do processo histórico a ser constituído pela *práxis* humana que se organiza na desunião universal e é através da desunião que descobre e organiza o poder constituinte” (NEGRI, 2002, p.127).

Outro aspecto indicativo da índole democrática do pensamento de Maquiavel é sua proposta

de criação de uma milícia armada, recrutada no povo para defender a Cidade-Estado, e não composta por mercenários pagos. Portanto, “se o Estado se arma e se organiza como Roma, se os cidadãos experimentam diariamente seu valor e sua sorte, conservarão a coragem e a dignidade, qualquer que seja a situação que enfrentem” (1994, p.395). Na interpretação de Negri, com a construção da milícia popular “a multidão se faz una e a democracia nasce armada” (NEGRI, 2002, p. 121).

A reiterada valorização do protagonismo popular, a elevação à categoria de “príncipe coletivo” de um povo dotado de *virtù*, como o romano, se sintonizam com o “*parti pris*” de Maquiavel com a plebe. Sempre melhor avaliada do que os grandes, que querem, sem cessar, explorá-la cada vez mais. Nas suas palavras:

[...] o povo é mais prudente, menos volúvel e, num certo sentido, mais judicioso do que o Príncipe. Não é sem razão que se diz ser a voz do povo a voz de Deus. Com efeito, vê-se a opinião universal produzir efeitos tão maravilhosos em suas previsões que parece haver nela uma potência oculta, a predizer o bem e o mal [...] Se o povo se deixa às vezes seduzir [...] isto ocorre ainda mais freqüentemente com os governantes, que se deixam arrastar por suas paixões, mais numerosas e difíceis de resistir do que as do povo.

E acrescenta:

[...] se as monarquias têm durado muitos séculos, o mesmo acontece com as repúblicas. Mas umas e outras precisam ser governadas por meio de leis. O Príncipe que se pode conceder todos os caprichos geralmente é um insensato; e o povo que pode fazer tudo o que deseja comete muitas vezes erros imprudentes. No caso de um Príncipe ou um povo submetido a leis, o povo terá virtudes superiores às do Príncipe. E se considerarmos os dois como igualmente livres de qualquer restrição, veremos que os erros do povo são menos freqüentes, menos graves e mais fáceis de corrigir (1994, p. 181-182).

Essas concepções inserem Maquiavel na corrente histórica dos grandes pensadores que, desde a Antigüidade, contribuíram, com suas reflexões, para a construção dos ideais de liberdade e de democracia. Aliás, pelo fato de “desvalorizar radicalmente as pretensões dos grandes à virtude”, e por fazer do povo o suporte da única honestidade possível de ser encontrada na sociedade, importantes

estudiosos o consideram o “primeiro pensador democrático” (MANENT, 1990, p.31) e o “profeta da democracia” (NEGRI, 2002, p. 103).

Contudo, o fato de Maquiavel apresentar teses com ingredientes fortemente democráticos, muito à frente de seu tempo, não o faz propriamente um democrata, haja vista que não existia, nem podia existir, democracia nas condições materiais próprias à época em que viveu. Dessarte, Maquiavel nunca vislumbrou a possibilidade de eliminação de classes existentes – nem incitou os pobres à sublevação – tais questões não se colocavam no seu horizonte histórico. Por isso, se detém na percepção do antagonismo de classes. Não chegou a antever, como resultado dessa luta de contrários, uma síntese dialética libertadora, ou seja, uma sociedade de iguais. Mas soube identificar o “contrapeso da plebe”, atribuindo a esta a condição de sujeito capaz de forjar espaços de liberdade e instituições – como o tribunato – de que o povo necessitava para refrear a ganância desmedida dos opressores.

Assim, a análise maquiaveliana visa, dialeticamente “a destruição da continuidade e a fundação da liberdade. Ao modelo biológico, ele oporá sempre o modelo da desunião e da ruptura; à dialética naturalista das formas de Estado, ele opõe as determinações bem concretas das lutas de classe” (NEGRI, 2002, p. 166).

O pensador florentino foi um revolucionário porque nos ajudou a perceber, com translúcida nitidez, a sociedade e a política do seu tempo – como elas efetivamente eram. E porque, com isso, pode também delinear os contornos do Estado Moderno, a sua ética, as suas funções de árbitro dos conflitos sociais cuja dinâmica, por ele enaltecida, constitui a mola propulsora da *práxis* democrática contemporânea.

Refletir sobre o legado de Maquiavel é de grande importância para os que, na atualidade, se interessam pela democracia. Tanto para os que nela se debruçam em seus estudos, seja para os que justificam, em nome dos interesses do povo, permanentes restrições às suas liberdades, e, conseqüentemente, ao pluralismo político. A lição maior do secretário florentino é precisamente aquela que nos ensina que o efetivo exercício da liberdade é indissociável do livre jogo das forças portadoras de interesses antagônicos. E que é nesta luta de contrários, que se gera estabilidade e

progresso, quando tal embate consegue incorporar a produção de uma nova legalidade.

Esta passagem dos Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio , entre tantas outras, justifica o epíteto de “precursor da democracia” atribuído a Maquiavel:

“O desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade porque nasce da opressão ou do temor de ser oprimido. E se o povo se engana, os discursos em praça pública existem precisamente para retificar suas idéias: basta que um homem de bem levante a voz para demonstrar com um discurso o engano do mesmo. Pois o povo, como disse Cícero, mesmo quando vive mergulhado na ignorância, pode compreender a verdade, e a admite com facilidade quando alguém de sua confiança sabe indicá-la” (MAQUIAVEL, 1994, p.32).

Entendemos que a valorização, por Maquiavel, da *práxis* cidadã, assim como os seus produtos – tais como os tribunos da plebe - por assegurarem, nas suas palavras, a “participação popular no governo”- permite estabelecer um parentesco com a moderna concepção de democracia participativa. Tal como os tribunos – que, aliás, são considerados pelos *ombudsmen* europeus como seus precursores - os demais institutos da democracia participativa, notadamente a brasileira, foram gerados nas lutas sociais, visando assegurar esta mesma “participação popular no governo”. Os objetivos concretos deste são, obviamente, diversos, pois hoje não se busca, apenas, conter os limites da opressão. Quer-se construir, mediante a participação na gestão pública, uma nova forma de convivência social que realize uma complementaridade dialética com a democracia representativa, desconstituindo pacificamente a institucionalidade jurídico-política em vigor.

REFERÊNCIAS

BARROS, Vinicius Soares Campos. *10 lições sobre Maquiavel*. Petrópolis: Vozes, 2010.127 p.

BERGOUNIOX, Alain; MANIN, Bernard. (1979), *La social-démocratie et le compromis*. Paris, Presses Universitaires de France. 216p

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo, Ed. Loyola, 1991.225 p.

CHATÉLET, François. (2000), *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 399p.

CHAUÍ, Marilena. (2000), *Convite à filosofia*. São Paulo: Ed. Ática. 420p.

GOMES, Ciro. (30 set.2009). *Entrevista no programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes de Televisão*.

GENRO, Tarso. (20 set. 2009). *Entrevista no programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes de Televisão*.

GRAMSCI, Antonio. (1988), *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

GRUPPI, Luciano. (1978), *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM Editores. 93p.

GUILHON, J.A. (1980), *Metáforas do poder*. Rio de Janeiro: ACHIAMÉ/Social. 77p.

MANENT, Pierre. *História intelectual do liberalismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. 178p

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Ed. UnB, 1994. 490p.

_____. *O príncipe*. Coleção os Grandes Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 240p.

MARTINS, Carlos Estevam. Maquiavel, vida e obra. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 240 p. (Os Pensadores).

MELLO, Sérgio Candido. *Norberto Bobbio e o debate político contemporâneo*. São Paulo: FAPESP/ANALUME, 2003. 177p.

MORAES, Lauro Escorel. *Maquiavel e o pensamento político*. Brasília: UnB, 1981. 57p.

MOREIRA, Marcilio Marques. *Pensamento político de Maquiavel*. In: Teoria Política, Vol. 4. p. 35-41. Brasília, Universidade de Brasília, 1980. 237p.

MOUNIN, Georges. *Machiavel*. Paris: Seuil, 1958. 145p.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 468p.

NEMER, Gérard. *Maquiavel ou as origens do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. 98p.

PRÉLOT, Marcel. *Histoire des idées politiques*. Paris: Dalloz, 1977. 812p.

Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos

Homero de Oliveira Costa – UFRN

RESUMO

A democracia liberal moderna, consolidada no século XX, trouxe como um dos seus importantes resultados, o aperfeiçoamento das instituições políticas, com a ampliação do sufrágio e, portanto, a ampliação da participação eleitoral. Um dos fundamentos das democracias é a competição política que supõe, como condição essencial, sistemas partidários competitivos, com partidos organizados e eleições como fonte de legitimação. No entanto, no diagnóstico de muitos analistas, há uma crise da democracia representativa, expressa, entre outros aspectos, na crise dos partidos políticos e no declínio da participação eleitoral. Este artigo procura discutir essa crise, apresentando um conjunto de reflexões e dados no sentido de evidenciar a perda da centralidade dos partidos, que se tornam cada vez mais deficientes na articulação e agregação dos distintos interesses da sociedade e o declínio da participação eleitoral, como resultados das transformações dos governos representativos a partir de finais do século XX.

Palavras-chave: Democracia. Partidos políticos. Participação.

ABSTRACT

The modern liberal democracy, consolidated in the twentieth century, brought as one of its important results, the improvement of political institutions, with the expansion of suffrage, and therefore the expansion of electoral participation. One of the foundations of democratic political

competition that is supposed, as an essential, competitive party systems, parties and elections organized as a source of legitimation. However, the diagnosis of many analysts, there is a crisis of representative democracy, expressed, among other things, the crisis of political parties and the decline in voter turnout. This article discusses the crisis, presenting a set of ideas and data in order to reveal the loss of the centrality of parties, which become increasingly deficient in the articulation and aggregation of different interests in society and the decline in voter turnout, as a result of transformations of representative government from the late twentieth century.

Keywords: Democracy. Political parties. Participation.

1 CRISE DOS PARTIDOS

A democracia liberal moderna, consolidada no século XX é produto do aperfeiçoamento de instituições políticas, especialmente da implantação do sufrágio universal (LOSURDO, 2004; CANEDO, 2005). Ela tem como fundamento à competição política, que supõe como condição essencial, sistemas políticos competitivos, com partidos políticos organizados e na qual as eleições são fundamentais como fonte de legitimação.

Historicamente, os partidos políticos foram considerados instrumentos essenciais para o funcionamento e a manutenção da democracia representativa

Embora, ao longo da história, os partidos permanentemente tenham demonstrado sua ineficiência nas tarefas de mediação efetiva das demandas entre Estado e sociedade, nunca houve questionamentos sobre sua importância e significado para a democracia. Assumia-se que as crises eram temporárias e cíclicas. De fato, em determinados contextos, a desconfiança com a política e com as instituições políticas eram vistas como um sinal de saúde da democracia, desde que não comprometa os princípios da democracia deliberativa (BAQUERO, 2000, p. 151).

No entanto, no diagnóstico de muitos autores, pelo menos desde meados do século XX, há uma crise da democracia representativa, expressa, entre outros aspectos, na crise dos partidos políticos, enquanto veículos entre a sociedade civil e as instâncias governamentais, articulando e canalizando demandas, ou seja, o que se observa é o declínio dos partidos, ao mesmo tempo que se constata também o declínio da participação eleitoral, especialmente nas democracias sem voto obrigatório.

Como afirma Baquero (2000, p. 157),

a pouca eficácia das organizações partidárias tem levado ao desenvolvimento de estudos que apontam o declínio da importância dos partidos políticos como únicos representantes dos interesses da sociedade civil. A constatação desse declínio motivou uma reorientação nos estudos sobre partidos para tentar avaliar se ele era conjuntural ou um processo de estruturação de novas relações políticas entre Estado e sociedade civil.

Entre os autores que questionam a centralidade dos partidos na sociedade moderna e analisam sua crise, podemos destacar os estudos de Offe (1983); Lawson e Merkl (1988); Kirchheimer (1990); Rubio (1995); Aldrich (1995); Valdés (1996); Wattenberg (2000), Gray e Caul (2000), Baquero (2000); Castells (2001); Mair (2003) e Putnam (2005).

O diagnóstico é que os partidos são deficientes na articulação e agregação dos distintos interesses da sociedade e pouco representativos.

Um dos estudos pioneiros é o de Kirchheimer (1990). O autor analisa as transformações dos sistemas partidários na Europa Ocidental nos anos 1960. Usando o termo *catch-all-parties* (“partido pega-tudo”) procura mostrar como os partidos perderam gradativamente suas identidades. Se “pegam tudo” não há distinções programáticas e ideológicas precisas que possam estabelecer diferenças entre eles.

Para o autor, os partidos se burocratizaram e abandonaram suas posições de classe (característica do período inicial, ou seja, meados do século XIX e início do século XX) para formularem propostas difusas, em nome de “todo o povo”, cujo objetivo é unicamente a conquista do poder.

Outro autor que diagnosticou a crise e transformação dos partidos foi Offe (1983). Para ele, as estruturas partidárias haviam se transformado em verdadeiras “máquinas eleitorais”, em que a conquista do poder político levou à “desradicalização” ideológica e à indistinção programática, expressa, entre outros aspectos, na ampliação das alianças eleitorais, muitas vezes entre partidos sem qualquer afinidade programática e ideológica.

A análise de Offe é até o início dos anos 1980. Depois esse processo se amplia, especialmente no que diz respeito às coligações eleitorais. Permitido pelas legislações, certamente contribuem para o descrédito dos partidos uma vez que não se dão por afinidade programática e ideológica, mas apenas por oportunismo, pragmatismo político e eleitoral.

Valdés (1996) analisando os sintomas da crise das organizações partidárias na Europa, afirma que as múltiplas expressões da progressiva desconfiança social em relação aos partidos políticos constituem um fato incontestável e que

As múltiplas expressões da progressiva desconfiança social em relação às organizações partidárias estão hoje bem à vista. Começando pelo que resulta ser, sem dúvida, a mais transparente, por ser, obviamente, a mais elementar: a desconfiança referida tem generalizado uma crescente apatia da opinião pública a respeito das forças políticas tradicionais que vêm conformando os mais importantes sistemas de partidos europeus, apatia cujas manifestações essenciais têm se concretizado em um descenso lento, porém generalizado, da participação eleitoral (VALDÉS, 1996, p. 192, tradução nossa).

Castells é um dos autores que argumentam no sentido de que há efetivamente uma crise não apenas dos partidos políticos como da própria democracia representativa. Ao analisar a transformação do Estado-Nação e do processo político nas sociedades contemporâneas, afirma que “uma vez unidas sob a perspectiva histórica, essas linhas revelam a crise da democracia exatamente como a conhecemos no século passado” (CASTELLS, 2001, p. 401).

Para o autor, há uma crise de legitimidade do Estado-Nação, no qual se acrescenta a falta de credibilidade do sistema político:

fundamentado na concorrência aberta entre partidos, capturados na arena da mídia, reduzido a lideranças personalizadas, dependentes de sofisticados recursos de manipulação tecnológica, induzido a práticas ilícitas para obtenção de fundos de campanhas, conduzido pela política de escândalo, o sistema partidário vem perdendo seu apelo e confiabilidade e, para todos os efeitos, é considerado um resquício burocrático destituído de fé pública (CASTELLS, 2001, p. 402).

Castells (2001, p. 405) elaborou o que chamou de “demonstrativo do índice de votação dos principais partidos” de algumas das maiores democracias do mundo em diferentes continentes, “avaliando a evolução de cada um deles durante as décadas de 80 e 90”, mostra como “a tendência global parece confirmar a proporção decrescente de votos para os principais partidos ao longo do tempo”.

Analisando dados sobre as eleições das democracias ocidentais mostra como há uma diminuição da participação da população nos processos eleitorais. Para ele a democracia está em crise e como consequência há uma clara crise de legitimidade: “as novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático tornaram obsoletos os sistemas partidários existentes e o atual regime de concorrência política como mecanismos adequados de representação política na sociedade em rede” (CASTELLS, 2001, p. 408).

Algumas das consequências desse processo são a volatilidade eleitoral e o enfraquecimento dos partidos políticos.

Na “sociedade em rede” a mídia se destaca como um dos elementos centrais e de importância decisiva nos processos eleitorais, substituindo os partidos enquanto instâncias de representação política.

Há, portanto, uma crise de legitimidade que tem como um dos componentes essenciais a incapacidade de o Estado cumprir com seus compromissos como Estado de bem-estar social “dada a integração da produção e do consumo, em um sistema globalmente independente e os respectivos processos de reestruturação do capitalismo” (CASTELLS, 2001, p. 401).

Para Mair (2003, p. 277) atualmente o fato de que “os partidos estão em crise e potencialmente à beira de um grave declínio é uma idéia mais ou menos aceita entre os comentaristas de todas as democracias estabelecidas”.

Se antes os partidos eram considerados fundamentais para a manutenção dos governos representativos e “um elemento essencial na estabilização e funcionamento sustentado da moderna democracia de massas”, os partidos políticos “são hoje frequentemente entendidos como instituições arcaicas e desatualizadas”.

No entanto, há um aspecto importante na análise de Mair (2003). É que, mesmo considerando o fato de há “muitas provas convincentes e subjacentes à tese contemporânea do declínio partidário”, argumenta que isso também pode revelar um engano. Na realidade, diz o autor, “embora as organizações partidárias possam estar a fracassar, os partidos enquanto tais certamente não estão”.

Mair estabelece uma distinção importante entre os partidos e as organizações partidárias. Para ele, o que está em crise não são propriamente os partidos, mas as organizações partidárias. O que se observa é o fortalecimento do papel dos partidos nos governos enquanto “são acompanhados por uma erosão das suas bases organizativas, minando desse modo uma chave fundamental da legitimidade política” (MAIR, 2003).

Para ele é possível resumir seu argumento geral da seguinte forma: “devido a uma série de razões, incluindo mudanças na natureza da democracia, bem como mudanças tanto nos próprios partidos como na sociedade, em geral, os partidos dão-se conta da sua crescente incapacidade para funcionarem como agentes de representação” (MAIR, 2003, p. 278).

No entanto, em que pese a crise de representação, a diminuição das filiações etc, os partidos ainda desempenham um papel fundamental: a de gestão do Estado. Para Mair se o papel representativo dos partidos possa estar em declínio, o seu papel procedimental continua a ser tão essencial como antes.

No que diz respeito à diminuição das filiações partidárias, há vários estudos que mostram isso, com dados consistentes. Mair e Van Biezen (2001) fizeram uma pesquisa no início do século XXI e mostram que entre 13 democracias “há muito estabelecidas da Europa ocidental”, a filiação partidária

declinou entre os anos 1980 e 1990, de uma média de 9,8% para apenas 5,7% “em outras palavras, a filiação partidária enquanto percentagem do eleitorado registra atualmente pouco mais da metade dos níveis de há apenas duas décadas” (MAIR, 2003, p. 279).

Outro aspecto, diz respeito à organização interna dos partidos. Cada vez mais são dirigidos por militantes profissionais, que definem suas agendas, sem que haja participação dos seus filiados e ao mesmo tempo, passam a depender cada vez mais do Estado, não apenas em termos da legislação que regula seu funcionamento como do aporte financeiro

de fato, atualmente, na maioria dos países e em quase todas as democracias recém-estabelecidas, a fonte de financiamento preferida passou a ser o tesouro público, de tal modo que o sustento da vida organizacional de muitos partidos é hoje bastante dependentes das subvenções estatais (MAIR, 2003, p. 281).

De qualquer forma, há consenso a respeito de uma crise das organizações partidárias e uma de suas expressões diz respeito ao declínio das filiações partidárias, do ativismo entre os filiados – mobilizados apenas em períodos eleitorais – na erosão da identidade partidária e na indiferenciação ideológica entre os partidos, o aumento da fragmentação partidária e uma desilusão dos eleitores com os partidos.

1.1 O aumento das abstenções eleitorais nas democracias ocidentais

Um aspecto relevante da crise dos partidos e da representação política se expressa nos altos índices de abstenção eleitoral. Como afirma Garrigou (2002)

Durante muito tempo não se deu atenção à abstenção, já que ela não pesava nos resultados eleitorais. Evocava-se, de memória, uma porcentagem de participação que pretendia exprimir o interesse provocado pela competição política e passava-se à única coisa que importava: quem ganhou? Depois, foi necessário admitir que a abstenção não flutuava somente de acordo com as eleições, mas que continuava a

augmentar, mais ou menos regularmente, e por toda parte.

Diversos estudos têm constatado o crescimento da abstenção em grande parte das democracias ocidentais (LANE; ERSSON, 1999; PEREA, 1999; WATTENBERG, 2000; GRAY; CAUL, 2000; FREIRE; MAGALHÃES, 2002).

No caso da Europa, acrescenta-se que além dos altos índices de abstenções nas eleições tanto legislativas quanto presidenciais, maiores ainda são os índices de abstenções nos Referendos e nas eleições para o Parlamento Europeu.

Freire e Magalhães (2002) afirmam que, especialmente a partir dos anos 1990, houve um aumento das abstenções nas democracias industrializadas, que incluem não apenas os países europeus, como os Estados Unidos, Canadá e Japão, por exemplo.

Na pesquisa que fizeram sobre a abstenção eleitoral, os autores separam os países entre os que têm voto obrigatório (Bélgica e Grécia, por exemplo) e os que não têm voto obrigatório. Nesse caso, consideram não apenas países europeus com elevado índice de abstenção (como a Suíça) como também países não europeus, como os Estados Unidos, Canadá e Japão, ou seja, há uma separação entre três grupos distintos: os países europeus, não europeus e aqueles com níveis de abstenção “extraordinariamente” elevados (casos da Suíça e EUA).

Compilando dados, por país, a partir dos anos 1940, a conclusão dos autores é que há efetivamente um crescimento das abstenções em todas as democracias industrializadas, especialmente a partir dos anos 1970, com exceção dos países com voto obrigatório. O que se observa é, portanto, a existência de uma tendência geral para o declínio da participação eleitoral.

Certamente há variações entre os países. Espanha e Portugal, por exemplo, tiveram governos ditatoriais por longo tempo (Franco e Salazar, respectivamente) e que, logo após os processos de democratização, foram os únicos a diminuir as taxas de abstenção. A partir dos anos 1990, como mostram Freire e Magalhães (2002), Justel (1995) e Perea (1999) os índices de abstenção nesses países tem crescido.

Na pesquisa de Freire e Magalhães (2002), considerando os níveis médios de abstenção nas

eleições legislativas em democracias consolidadas (Câmara Baixa ou única) entre 1970 e 1999, foi constatado que o maior índice de abstenção foi registrado na Suíça (51,2%), seguidos do Japão (33,7%) e Estados Unidos (32,8%). Na Europa, os maiores índices foram registrados na França (27,7%), Irlanda (27,6%), Espanha (25,6%), Reino Unido (25,3%), Finlândia (25,3%) e Portugal (23%).

Como afirma Garrigou (2002)

O fenômeno atinge países de tradição democrática, mesmo nas eleições mais antigas e capazes de mobilizar a população. A abstenção atingiu 40% nas últimas eleições de junho de 2001 no Reino Unido. Na França, em mais ou menos vinte anos, a participação diminuiu de 5% a 10%, de acordo com o tipo de eleição. Nas últimas eleições municipais de 2001, a metade dos eleitores inscritos permaneceu à parte em muitas cidades. Algumas eleições batem regularmente os recordes de abstenção: na França, foi assim com o plebiscito sobre o quinquennat – que decidiu a duração do mandato – de 2000 (69,3% de abstenções); na Irlanda, o plebiscito de junho de 2001 sobre o tratado de Nice foi marcado pelo índice de 68,5%. Esses exemplos desencorajam as esperanças de democracia direta baseada nesse tipo de consulta.

Na Suíça, o índice chega 63,2%. Fora da Europa, como no Japão e Estados Unidos, os índices médios dos anos 1990, são respectivamente 38,6% e 57,2% (FREIRE; MAGALHÃES, 2002, p. 48).

Comparando as médias de abstenção entre as décadas de 1970 e 1990, os autores verificam que, com exceção da Espanha, todas as democracias ocidentais sem voto obrigatório registraram um declínio da participação eleitoral que “não parecem estar relacionados com variações entre os diferentes sistemas de governos” (FREIRE; MAGALHÃES, 2002, p. 55).

Em relação às democracias com voto obrigatório, na Bélgica e Luxemburgo se mantiveram praticamente as mesmas: 8,7% para 9,2% e 11,1% para 12,4%, respectivamente, enquanto na Grécia,

passou de 14,3% para 27,7% (FREIRE; MAGALHÃES, 2002, p. 62).¹

Há diversos estudos em relação à França, por exemplo, no qual se constata o declínio da participação eleitoral.² Os índices de abstenções cresceram desde a década de 1990, na eleição de 1991 esse índice foi de 18%, passando para 21% em 1995 e chegando a 28% em 2002. Na média, na década de 1990 a França apresentou um índice recorde de 32,7%.

Decaumont (2001) analisando o abstencionismo nas eleições nacionais na V República na França afirma que a abstenção “é preocupante”. No primeiro turno das eleições legislativas de maio de 1997 – e pela terceira vez consecutiva – 12,5 milhões de eleitores (de um total de 39 milhões de inscritos) não votou. A taxa elevada de abstenção (32%) bateu um recorde histórico, detido pelas eleições de 1988 (34%) e indaga: “Os abstencionistas se tornaram no ‘primeiro partido’ da França?”

Para a autora, a participação eleitoral se constitui em um índice de boa saúde da democracia e o sufrágio é o âmago da democracia, ou seja, o direito de voto, que marca a ‘consciência cívica’ é uma das condições necessárias ao seu bom funcionamento da democracia. No entanto, parte significativa do eleitorado se abstém de votar. Ela concorda com Subileau (1997) segundo a qual a abstenção exprime uma resposta negativa a uma oferta política, de um momento determinado, de uma conjuntura particular e se constitui numa séria advertência endereçada à classe política, que remete à sua legitimidade e nutre o debate sobre a crise da representação política.

Comparando dados sobre a participação nas eleições nacionais, constatou que, depois de um período de forte mobilização (1974-1986) a abstenção aumentou depois dos anos 1980, qualquer que seja a eleição considerada: legislativa ou presidencial.

A autora, analisando seis eleições presidenciais, num período de 30 anos (1965-1995), mostra

1 Um aspecto importante a ser levado em consideração na análise desses dados é quanto à obrigatoriedade ou não do voto. Na Europa (assim como no Brasil) o impacto do voto obrigatório é evidente. Nos países em que o voto é facultativo, há uma tendência para o aumento das abstenções. Países onde o voto é obrigatório como Grécia, Bélgica e Luxemburgo são justamente os que apresentam os menores índices de abstenção eleitoral, o que nos faz supor que, caso esses países tornassem o voto facultativo, os índices de abstenção aumentariam. Os índices de abstenções são altos nas mais variadas formas de eleições, como, por exemplo, as eleições para presidente da República, tanto nos países presidencialistas, como em países semi-presidencialistas (Portugal, Bulgária, França, Eslovênia, Finlândia, Lituânia, Polónia e Romênia) e nas eleições legislativas.

2 Ver, por exemplo, os livros *L’abstencionisme électorale em France*, de Alain Lancelot (1968), *Explication du vote: um bilan des études électorales en France*, org. Daniel Gaxie, Paris, Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989, *L’abstention électorale: apaisement ou épuisement?*, Colloque Du Centre Caern, Paris, 2001 e *Les Modeles Explicative du vote*.org. por Nonna Mayer, Paris, L’Harmattan, 1997.

como houve um crescimento da abstenção a partir das eleições de 1981. Em 1988 chegou a 18% no primeiro turno (contra 12,7% em 1974), chegando a 21% em 1995.

Nas eleições legislativas, entre 1958 e 1997, houve uma progressiva abstenção. De 22,8% em 1958 para 32% em 1997 (houve algumas variações, como 31,3% em novembro de 1962, 18,7% em março de 1973 e 34,3% nas eleições de junho de 1988) (DECAUMONT, 2001).

Segundo Bernardo (2009) no primeiro turno das eleições presidenciais de 1995, a percentagem de participação desceu a um nível sem precedentes, 77%

ao mesmo tempo que a percentagem de votos nulos atingiu também um nível sem precedentes, 3%. A taxa de participação continuou a declinar, baixando para 72% na primeira volta das eleições presidenciais de 2002, enquanto na segunda volta subiu para quase 80%, mas é necessário recordar que nesta ocasião se tratava de uma escolha bastante polarizada, entre no candidato da extrema-direita e um candidato da direita conservadora apoiado por todos os centristas e pela esquerda. Quando os eleitores julgam tratar-se de uma opção significativa o interesse pela votação aumenta, como sucedeu também nas últimas eleições presidenciais, em 2007, quando a taxa de participação em ambas as voltas foi de 84%. Na escolha dos deputados, porém, a tendência tem sido para o aumento da abstenção. Na primeira volta das eleições legislativas de 1993 a taxa de abstenção foi de 31% e de 33% na segunda volta, e nas eleições legislativas de 2002 a taxa de abstenção quase chegou a 36%, maior do que em qualquer volta de todas as outras onze eleições legislativas da Quinta República. O desinteresse é mais pronunciado ainda nas eleições regionais, já que entre 1986 e 1998 a taxa de abstenção praticamente duplicou, passando para 42%.

Um dos países em que houve também grande crescimento das abstenções eleitorais foi a Alemanha. Considerando a evolução da abstenção média, entre as décadas de 1950 a 1990, que passa de 13,6% na década de 1970 para 26,4% na década de 1990, ou seja, um crescimento de quase 100%. Nas eleições parlamentares de 27 de setembro de 2009, diminuiu para um nível recorde desde a Segunda Guerra Mundial. Apenas 72,5% dos mais de 62 milhões de eleitores foram às urnas (3.500 candidatos de 28 partidos concorreram a cerca de 600 cadeiras no Parlamento). Isso significou 5% a

mais em relação às eleições anteriores.

Segundo Wojcik (2009) a queda da participação eleitoral na Alemanha também foi registrada nos pleitos estaduais. Se nos anos 1970 a participação chegava a mais de 80% em média, como vimos, em 2009 a média foi de 67%. “Uma especificidade das eleições na Alemanha é a baixa participação nas eleições estaduais, que geralmente registram um número muito mais alto de abstenções que as eleições para o Bundestag [...]”. Segundo a autora

A tendência geral é decrescente e as abstenções se tornaram motivo de preocupação. Entre as razões para a não participação nas urnas, apontam especialistas, está o desinteresse pela política, a vontade de protestar através do não comparecimento ou o simples enfado em relação aos representantes do povo no parlamento. O direito de voto, conquistado a duras penas no decorrer da história e considerado obrigação máxima do cidadão (embora não seja obrigatório no país) deixa de mobilizar parte da população, que se omite frente à vida política, seguindo a máxima: ‘votar? Não, obrigada’ (WOJCIK, 2009).

1.2 Abstenções nos Referendos e nas eleições para o Parlamento Europeu

Além do crescimento das abstenções nas eleições regulares, especialmente, como salientado, em países com voto facultativo, os índices de abstenções são muito maiores nos Referendos e nas eleições para o parlamento Europeu³ com uma média de abstenção acima dos 50%.

Em relação ao Parlamento Europeu, Bernardo (2009), analisando diversas eleições afirma que O desinteresse com que os potenciais eleitores da União Européia têm encarado a escolha dos deputados para o Parlamento Europeu manifesta-se igualmente nos referendos relativos às questões européias. Se na Áustria, o referendo de 1994 sobre a integração na Comunidade Européia mobilizou 81% dos recenseados, já na Holanda

³ Criado em 1979, com sede em Estrasburgo, na França, é constituído por 785 deputados, eleitos por sufrágio universal, com mandato de cinco anos, representando 27 países e aproximadamente 500 milhões de pessoas (e 375 milhões de eleitores). O Parlamento tem atribuições importantes, como àquelas relativas a assuntos econômicos e monetários, emprego, problemas climáticos, imigração etc. e toma decisões que afetam a vida de milhões de pessoas (ex. aprovação de legislação européia a ser adotada, aprovação do orçamento anual da União Européia etc.)..

o referendo de 2005 sobre a constituição europeia teve apenas uma participação de 63%, a mesma registrada na Lituânia por ocasião do referendo de 2003 acerca da integração do país na União Europeia. Mas na Polónia o referendo de 2003 sobre a integração na União Europeia teve uma taxa de participação de cerca de 59%, enquanto o referendo efectuado sobre o mesmo assunto na República Checa em 2003 atraiu só 55% dos inscritos, 52% no referendo da Eslováquia no mesmo ano e para a mesma finalidade, e 46% no da Hungria. Mesmo o referendo realizado na Irlanda em 2008 para apreciar o tratado de Lisboa, e cujo voto negativo lançou a perplexidade ou até o pânico entre os políticos europeus, contou apenas com uma taxa de participação de 53%.

Outro aspecto salientado pelo autor é que uma percentagem muito significativa de pessoas “prefere mostrar a sua descrença pela democracia representativa pura e simplesmente não votando, em vez de eleger os candidatos de extrema-esquerda que se apresentam em plataformas críticas dessa democracia representativa” (BERNARDO, 2009).

Para o autor

A desconfiança atinge todos os que participam nos processos eleitorais, quaisquer que sejam as suas ideologias e o teor dos seus discursos. E assim o que vemos por todo o mundo é uma colossal perda de legitimidade das democracias. Basta uma aritmética rudimentar para constatarmos que, com 1/3 de abstencionistas, que é uma percentagem bastante comum, o candidato ou o partido que obtenham metade dos votos conseguirão, afinal, o sufrágio de apenas 1/3 do eleitorado. Mesmo quando o número de abstencionistas se reduz a 1/4, o que pode ser considerado como uma taxa de participação elevada, quem alcance metade dos votos conta apenas com 37,5% de aprovação. Que grandes vitórias! Esta perda de legitimidade das democracias não é certamente alheia ao reforço da fiscalização dos gestos mais comuns do dia-a-dia, através dos meios electrónicos de vigilância. O que tem afinal ocorrido é a transformação gradual das democracias representativas em autoritarismos tecnocráticos, e o crescimento das abstenções é um indício deste processo (BERNARDO, 2009).

Nas eleições de 7 de junho de 2009 o índice de abstenção foi mais uma vez, muito alto: atingiu 80,4% na Eslováquia, 75,5% na Polônia, 71,6% na Romênia, 59,5% na França e 56,7% na Alemanha (GARRIGOU, 2009).

A Bélgica, por ter voto obrigatório, foi o país que teve maior índice de participação (90,1%), mas em compensação, outros países não atingiram o índice de 20% de participação eleitoral. Para o autor “Na Europa em geral, o movimento de desafeição pelo exercício de votar está numa ascendente: atingiu 38% dos eleitores europeus em 1979; 41% em 1984; 41,5% em 1989; 43,3% em 1994; 50,5% em 1999; 54,6% em 2004 e 56,8% em 2009”.⁴

Se antes, como diz o autor, o sufrágio universal durante muito tempo foi uma instituição que mobilizou os cidadãos “porque acreditavam no seu valor moral e prático”, no qual os representantes tinham grande credibilidade “pensando nas grandes decisões políticas”, essa impressão, afirma, hoje parece ilusória para muitos. Há uma grande descrença nas instituições legislativas e, portanto, na representação política.

2 AS TRANSFORMAÇÕES DO GOVERNO REPRESENTATIVO

Embora considere que há efetivamente uma crise dos partidos e da representação política Manin (1997) procura argumentar no sentido de que mais do que uma crise da democracia, o que existe

⁴ A abstenção eleitoral é também muito alta na América latina. No livro “Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países” (FGV Editora e Faperj, 2002), org., por Wanderley Guilherme dos Santos, há dados sobre América Latina e Caribe (entre os anos 1940 e 1990), no qual mostram o crescimento da abstenção eleitoral na maioria dos países (p. 252-264). Um dos países que apresenta maiores índices é a Colômbia. Há províncias, como Guaviare que nas eleições de maio de 2002, teve um índice de abstenção de 79,2%. Em Vichara, Vaupes, Caqueta, Arauca, Guaiania, Putumayo e San Andrés, foram superiores a 70% e em outros, como Choco, Bolívar, Cauca, Narino, Atlântico e Magdalena, os índices variaram entre 64% a 69,96%. Os menores índices registrados foram em Santanter, com 42,78% e Bogotá, com 44,06%. O abstencionismo na Colômbia tem aumentado pelo menos desde os anos 1990. Nas eleições presidenciais de 1990, a abstenção chegou a quase 60% dos eleitores aptos a votar, a maior taxa de abstenção em quarenta anos. Em dezembro de 1990, houve eleições para a Assembléia Constituinte e as abstenções subiram para 75%. Nas eleições presidenciais de 1998, a abstenção foi em torno de 50% no 1º. Turno e 59% no 2º. Turno. Esses índices são também muito altos em relação às eleições legislativas: em 1998 a abstenção foi de 55% e em 2002, 58% e 54% nas eleições presidenciais. Em 2006 a abstenção foi de 55% e na eleição presidencial de 2010, na qual foi vencedor, no 2º. turno, o ex-ministro da defesa de governo de Alvaro Uribe, Juan Manuel Santos, houve um aumento da abstenção para quase 70% do eleitorado apto a votar, sendo registrados ainda 223.977 votos em branco e 170.874 votos nulos.

é uma crise dos governos representativos, ou seja, não há propriamente numa crise da democracia, mas o que ele chama de “metamorfose do governo representativo”.

Analisando as mudanças históricas dos governos representativos, Manin mostra como nos últimos dois séculos houve importantes modificações, especialmente durante a segunda metade do século XIX, com a expansão do sufrágio universal e a formação de partidos de massas.

Ele analisa as três formas básicas de governos representativos: a do tipo parlamentar, no qual havia a predominância do parlamento e a escolha dos representantes se relacionava com a confiança e aos vínculos locais do candidato (Nessa forma de governo há uma grande autonomia dos representantes que no parlamento votam de acordo com suas consciências, sem ouvir os representados nem os partidos a quem se vinculam etc.).

Nesse tipo de governo representativo, as eleições servem apenas para selecionar os membros das elites e entre eles, o que chama de “notáveis”. Daí afirmar que “o governo parlamentar é o reinado dos notáveis”.

Com a expansão do sufrágio universal e o surgimento dos partidos de massa, esse modelo entre em crise, substituído por outro tipo de governo representativo: a democracia de partidos.

Esse governo representativo tem como característica fundamental a predominância dos partidos e não mais dos “notáveis”, escolhidos entre as elites. Assim, a escolha dos representantes está vinculada ao partido.

Ao contrário do modelo anterior, agora “os partidos formulam plataformas políticas detalhadas, que utilizam em suas campanhas eleitorais”, embora, como saliente, “os eleitores não sabiam muita coisa a respeito do conteúdo preciso dessas plataformas”. De qualquer forma, esses eleitores votavam num partido porque se identificavam com ele “independente dos planos de ação constantes da plataforma do partido” (MANIN, 1997).

Ao votar no partido com base na confiança, assemelha-se ao modelo anterior, mas com uma diferença importante: o objeto da confiança não é mais uma pessoa, mas uma organização, o partido político.

Uma das características desse modelo é que havia uma identificação entre eleitores e partidos

que predominou na maior parte do século XX. No entanto, a partir dos anos 1980, com a expansão dos meios de comunicação, esse modelo entra em crise.

Para ele

os canais de comunicação política afetam a natureza da relação de representação: os candidatos se comunicam diretamente dos seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias. A era dos ativistas, dos burocratas de partidos ou ‘chefes políticos já acabou’ (MANIN, 1997).

Nesse sentido, a televisão tem um papel fundamental, a qual “realça e confere uma intensidade especial à personalidade dos candidatos” e assim, os candidatos que tem acesso aos meios de comunicação e faz bom uso dele, tem muito mais chances de serem eleitos, por terem maior visibilidade. Assim, diz ele “os candidatos vitoriosos não são os de maior prestígio local, mas os ‘comunicadores’, que dominam as técnicas da mídia” (MANIN, 1997).

Desta forma, há uma mudança importante quanto à representação: a comunicação se dá entre candidatos e eleitores através da mídia, dispensando a mediação dos partidos.

Para o autor, o que tem sido entendido como “crise da democracia”, não se trata de uma crise da democracia em si, mas expressa uma nova forma de governo representativo, que ele qualifica de “democracia de público”, na qual uma das suas características é o declínio das relações de identificação entre representantes e representados.

Se antes havia o predomínio do parlamento (“democracia de partidos”) e os partidos tinham grande importância, nessa nova forma de governo representativo (“democracia de público”) os partidos perdem essa condição, substituídos pela mídia

Portanto, se na “democracia de partidos” o governo é do ativista e do líder partidário e o eleitor vota em partidos e não em pessoas e os eleitos não são representantes livres para votar segundo sua consciência, mas estão presos aos partidos que os elegeram, nessa nova forma de governo representativo (“democracia de público”), ocorrem transformações importantes, ou seja, há um processo de personalização da política: as pessoas tendem a votar mais em pessoas do que em partidos.

Na “democracia de público”, há uma mudança substancial nas campanhas eleitorais. Com o uso cada vez mais crescente do marketing político, foca-se essencialmente na imagem do candidato e não nos programas partidários, adaptando os discursos às expectativas do eleitorado. A tendência é, portanto, a despolitização das campanhas.

Os candidatos passam a se comunicar diretamente com os eleitores através da mídia, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias, o que leva ao enfraquecimento dos partidos, que passam a depender mais dos líderes e estes, por sua vez, a depender da capacidade de domínio das técnicas midiáticas.

Assim, para o autor, o que se observa é o fim da era dos partidos, que deixaram de ser instâncias para a canalização das principais demandas sócio-políticas, o que significa essencialmente uma crise de intermediação e representatividade sócio-política.

O que se observa nas “democracias de público” é um divórcio crescente entre os partidos e a sociedade e, assim, o fim da centralidade dos partidos políticos.

A crise não é da democracia *per se* mais de um tipo específico de governo representativo, crise que se expressa na distância crescente entre representantes e representados e, portanto, uma crise de representação política.

Na Itália, Saverio Regasto tem publicado vários estudos em que analisa a crise dos partidos e o papel dos meios de comunicação. É o caso do artigo *Il difficile rapporto tra rappresentanza politica e mezzi di comunicazione di massa* (1995) no qual analisa o que chama de “difícil relação entre representação política e meios de comunicação de massas”.

O diagnóstico do autor é o da existência de uma crise da política e dos partidos políticos. No diz respeito aos meios de comunicação, há uma similaridade com a análise de Manin, ou seja, a de que os meios de comunicação tem atuado como “verdadeiros condicionantes dos mecanismos da representação política”.

A crise dos partidos se expressa na perda de sua capacidade de mediação social. O autor analisa a trajetória de algumas lideranças carismáticas, como Silvio Berlusconi, dono de um império midiático e mostra como na Itália há um processo de personalização da política. Faz-se política não

mais através dos partidos, mas usando os meios de comunicação, no qual o poder é reduzido a um simulacro (“espelho do sistema dos meios de comunicação”).

CONCLUSÃO

O que há de consensual na literatura é a constatação, de um lado, do crescimento da abstenção eleitoral e de outro, uma tendência geral do declínio da identificação com os partidos. Como afirma Moisés (2005)

o distanciamento entre a participação política e a resolução de problemas sociais, cria a sensação de impotência no eleitorado que, cada vez mais, sente-se alijado das decisões políticas. Daí a apatia que se traduz na maior parte das democracias políticas ocidentais, no aumento da abstenção. Desta forma abre-se espaço ao desencanto, a apatia e até a hostilidade em face de distorções que, muitas vezes, envolvem políticos e instituições democráticas.

Numa ampla pesquisa sobre os países europeus, Norris (1998) mostra, entre outros aspectos, a queda na confiança nas instituições democráticas e nas instâncias representativas existentes, em especial, nos partidos políticos.

Meneguello (2003, p. 346) analisando os partidos e as eleições, afirma que

um conjunto grande de análises internacionais vem mostrando uma tendência à constituição de um cenário adverso às instituições tradicionais partidárias e representativas, marcado, sobretudo pelo descrédito nos partidos, nas eleições e nos próprios governos como atores responsivos aos interesses do público. A mesma tendência declinante ocorre para a confiança em instituições [...] esses estudos apontam o declínio da participação eleitoral nas democracias consolidadas e a intensificação de formas mais participativas de ativismo político.

Em relação aos argumentos de Manin, embora sejam consistentes, no que diz respeito às transformações do governo representativo, há alguns aspectos problemáticos em sua análise, especialmente ao caráter pretensamente neutro dos meios de comunicação

Não se pode negar também que há efetivamente uma crise dos partidos, que é uma crise de representação, no qual suas funções de intermediação entre Estado e sociedade têm diminuído e sua centralidade sistematicamente questionada.

Isso não significa afirmar que os partidos não são mais importantes e não tem mais papel relevante a desempenhar. Os partidos ainda têm um papel importante na gestão do Estado – de quem dependem em termos de aportes financeiros. Além disso, é através dos partidos que são formados coalizões e seus representantes, bem ou mau, ocupam o aparelho de Estado, e portanto, como diz Mair (2003), a gestão de Estado (burocracia estatal) com todos os seus questionamentos sobre a qualidade da representação, ou seja, continuam detendo o monopólio da representação e a constituição dos governos, mantendo assim importante papel institucional, mas não é possível negar sua crise.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, J. H. **Why Parties? The origin and transformation of political parties in America.** Chicago: University of Chicago Press, 1995.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América latina.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BERNARDO, João. **Entre a desconfiança e o desinteresse:** abstenção eleitoral nas democracias. 2009. Disponível em: www.passapalavra.info/?p=1579. Acesso em: 10 set. 2010.

CANEDO, Leticia Bicalho (Org). *O sufrágio universal e a invenção democrática.* São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. v. 2.

DECAUMONT, François. L'abstentionnisme dans les élections nationales sous La V République. In: BOUTIN, Christophe; ROUVILLOIS, Frédéric (Org.). **L'Abstention Électorale, apaisement ou épusement?** Paris: Françoise-Xavier de Guibert, 2001. p. 19-30.

FREIRE, André; MAGALHÃES, Pedro. **A abstenção eleitoral em Portugal**. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. (Colecção Breve. Ciência Política).

GARRIGOU, Alain. Qual o sentido do voto? **Le Monde Diplomatique**, n. 19, abr. 2002.

_____. Eleições vazias. **Le Monde Diplomatique**, n. 21, jul. 2009.

GRAY, M.; CAUL, M. Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950-1997: the effects of declining group mobilization. **Comparative Political Studies**, v. 33, n. 9, p. 1091-1122, 2000.

JUSTEL, Manuel. **La abstencion Electoral en España, 1977-1993**. Madrid: CIS/Siglo XXI, 1995.

KIRCHHEIMER, Otto. **The transformation of Western European party system**. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 50-60.

LANE, J. E.; ERSSON, S. **Politics and society in Western Europe**. Londres: Sage, 1999.

LAWSON, Key; MERKEL, H. Peter. **When parties fail: emerging alternative organization**. New Jersey: Princiteon University press, 1988.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*. São Paulo: UNESP, 2004.

MAIR, Peter. Os partidos e a democracia. **Análise Social**, Lisboa, Portugal, v. 38, n.167, p. 277-293,

2003.

MAIR, P.; VAN BIEZEN. Party memberships in twenty European democracias. **Party Politics**, v.7, n. 1, p. 5-21, 2001.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, 1997.

MENEGUELLO, Raquel. Eleitorado e reforma. In: BENEVIDES, M. Victória; KERCHE, Fabio. VANNUCHI, Paulo (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 346-351.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005.

NORRIS, Pippa (Ed). **Elections and Voting Behavior**: new challenges, new perspectives. Dartmouth, Ashgate, 1998.

OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o Welfare States Keinesiano: fatores de estabilidade e desorganização. **Dados**, v. 26, n.1, 1983.

PEREA, Eva Anduiza. **Individuos o sistemas? Las razones de la abstención en Europa Occidental**. Madrid, España: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1999.

PUTNAM, Robert. **Capital social e democracia**. 2005. Disponível em: <http://www.broudel.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2010.

REGASTO, Saverio. Il difficile rapporto da raprezentanza política e mezzi di comunicazione di massa. In: GAMBINO, Silvio (Org.). **Elezione primarie e raprezentanza política**. Rubetino Editore, 1995.

une et
caresse le sein d



*une étoile
caresse le sein d'une
nègresse*

Entrevista



Entrevista Edgar Morin e Nicolas Hulot

Apresentação Nicolas Truong
Traduzido por Kenia Beatriz Ferreira Maia

Nicolas Hulot, Edgar Morin: o insurgente midiático e o intelectual crítico, o jornalista conscientizado e o sociólogo da complexidade se encontraram durante a campanha presidencial francesa de 2007 para se distanciar das questões urgentes. Ecológico e climático. Mas também ético, cívico e político. Porque a “casa queima”, a Terra enruga, o solo seca, a diversidade das espécies e dos espaços está ameaçada, a camada de ozônio furada, o clima desregulado, os rios envenenados, a vida na Terra banalizada. Como dizia Nietzsche, o deserto – geográfico, político, social e mental – cresce. O apresentador e produtor do programa de televisão *Ushuaia*, que paulatinamente se conscientizou da estreiteza do planeta e da magnitude da devastação da biosfera, aprendeu a aproveitar a câmara de ecos midiática para alertar e unir as “energias positivas” em torno da urgência ecológica. Face ao desastre anunciado, Nicolas Hulot e o comitê de consultivo de sua fundação lançaram em 2006 as bases de um “pacto ecológico”, um programa de ações e medidas concretas aplicáveis no início do mandato do novo presidente da França (*Pour un pacte écologique*, Calmann-Lévy, 2006).

A criação de um cargo de vice-primeiro ministro encarregado do desenvolvimento sustentável, instauração de um imposto sobre o carbono em crescimento regular até a diminuição de 75% da emissão de gás carbônico, reforma da política agrícola da União Europeia, submissão sistemática das orientações do desenvolvimento sustentável ao debate público, promoção de uma grande política nacional de educação e de sensibilização à ecologia: essas cinco propostas do “pacto ecológico” se impuseram como os primeiros pontos de uma utopia realista amplamente apoiada pelos cidadãos. E como ideias cortejadas pelos políticos. Por trás das medidas técnicas, o “pacto ecológico” se revela um questionamento do nosso modelo de civilização, “um convite para um exame de consciência individual e coletivo”, como disse Nicolas Hulot. Edgar Morin, que já anunciava em 1972 “o ano

l da era ecológica” e convocava para a solidariedade para com a comunidade de destino terrestre de nossa *Terra-pátria* (com Anne-Brigitte Kern, Seuil, 1996), apoiou a iniciativa. Ele viu nesse pacto ecológico uma maneira de “ressuscitar a esperança” após a derrubada do comunismo e face ao reino supremo do capitalismo liberal ou autoritário sobre nossas vidas. Sem perder, apesar disso, a constância da sua consciência crítica. Afinal, se os dois homens convergem na maioria das vezes para enfatizar a solidariedade com os seres vivos e eliminar as resistências culturais de uma civilização marcada pelo domínio da natureza e a onipotência da racionalidade técnica, as diferenças e as divergências afloram aqui e ali. Edgar Morin não acredita em “desenvolvimento” mesmo “sob a forma abrandada de sustentável” que contém ainda “esse nó cego técnico-econômico para o qual todo progresso humano deriva de crescimento material”. Preocupado com a “aceitabilidade social” do pacto ecológico, Nicolas Hulot defende as virtudes de um crescimento econômico que repartiria igualitariamente as riquezas, prefere o desenvolvimento sustentável a um decréscimo global que seria, na sua opinião, “sinônimo de recessão”. Sobretudo, Edgar Morin entrevê o pacto ecológico como uma parte fundamental de um grande Todo, como um elemento decisivo de uma “política do homem” destinada a “civilizar a Terra” e não como um fim em si.

Numa iniciativa do *Philosophie magazine*, que publicou uma versão resumida dessa entrevista, os dois homens se encontraram para refletirem sobre o imperativo ecológico que necessita tanto de uma reforma do pensamento quanto de uma mobilização cívica única. Essa entrevista foi realizada num momento singular e conserva o charme do calor da conversa, do prazer da digressão. Certos verão os impasses de uma gestão cidadã da catástrofe; outros encontrarão as ferramentas intelectuais elucidativas para lutar contra a guerra ao ser vivo. Uns lerão o novo avatar da moral dos bons sentimentos; outros um meio de resistir à desumanização planetária. A maioria, esperamos, terá prazer em compartilhar uma troca única, no momento em que o planeta atravessa um período crítico. E pode ainda encontrar os meios de mudar a era.

Nicolas Truong

Edgar Morin: Quando era muito jovem, o livro ‘Devaneios do Caminhante Solitário’, de

Jean-Jacques Rousseau, me impressionou. Eu adorava o mar e a montanha. Durante muito tempo eu só conseguia escrever em frente de uma janela aberta para as paisagens toscanas. A necessidade de natureza está enraizada nas profundezas do meu ser. Mas, foi na Califórnia, entre 1969 e 1970, que alguns amigos cientistas da Universidade de Berkeley me despertaram para a consciência ambiental. Em especial, um artigo de Paul R. Ehrlich sobre a morte do oceano me marcou enormemente. Com as obras de Bateson e von Foerster, nascia em mim um pensamento ecologizado. Em 1972, o relatório Meadows encomendado pelo Clube de Roma foi publicado e a revista *Le Nouvel Observateur* organizou um colóquio no qual apresentei o trabalho “O ano 1 da era ecológica”, convencido de que por causa da devastação da biosfera uma nova era deveria começar. Mas o sinal de alerta que um pequeno grupo lançou, composto, dentre outros, por André Gorz, não foi ouvido porque nenhum indício tangível parecia confirmar essa devastação. Desde então, da seca do Mar de Aral à poluição do lago Baikal, das chuvas ácidas ao desastre de Chernobyl, da contaminação dos lençóis freáticos ao buraco na camada de ozônio na Antártida, o movimento ambientalista floresceu. E uma primeira consciência da deterioração da biosfera, como as Conferências de Estocolmo (1972), Rio (1992) e Kyoto (1997) que infelizmente não puderam criar verdadeiras instâncias coercitivas. O destaque desta série de devastação é sem dúvida o aquecimento global, verdadeiramente relacionado com nossas atividades técnico-econômicas, como testemunharam o furacão Katrina em Nova Orleans e o **último outono europeu**, que foi extremamente clemente. Demorou algum tempo para que essa consciência local e global progredisse. Nicolas Hulot e sua Fundação conseguiram catalisar e encarnar na França este momento histórico e crítico.

Nicolas Hulot: Não se nasce ambientalista; se torna. E me tornei gradativamente. Mas pode-se muito bem ter uma alma naturalista e ser o pior dos ecologistas. Inegavelmente, ter mais sensibilidade em relação à natureza predispõe, favorece a tomada de consciência. Como meus pais, sempre constatei que a proximidade da natureza me era mais benéfica do que seu afastamento. Eu me lembro do prazer indescritível de ver meu pai se realizar fazendo enxerto nas roseiras num minúsculo pedaço de terra. Recentemente descobri que a natureza produzia uma quantidade inimaginável de línguas químicas

e que ela comunica com os feromônimos e outros numerosos emissores. Tenho tendência a pensar que tenho muitos receptores e que as vibrações da natureza me tocam intensamente. O espetáculo de um oceano, o barulho de uma folhagem, o pulo de uma gazela ou ainda a visão furtiva dos chifres de um cervo entre dois carvalhos na floresta de Rambouillet me maravilham extremamente. São coisas que se constatam, mas que não se decretam. Na minha jornada de iniciação, senti impactos visuais e emocionais de grande intensidade. Jovem fotógrafo, eu percorri zonas geográficas sublimes como o Limpopo e o Zambeze. Incontestavelmente, a África foi a terra dos meus grandes choques humanos, naturais e existenciais, o continente do despertar. Entretanto, durante muito tempo, acreditei que a natureza era explorável, que vivíamos em um mundo infinito e que o impacto humano era insignificante face a essa imensidade geográfica. A intensidade e a frequência única das minhas viagens, especialmente para o programa de televisão *Ushuaia*, me permitiram perceber a estreiteza do nosso planeta e a intensidade dos danos. Os cientistas como os poetas mostram que as trajetórias da natureza e da humanidade são indissociáveis e que nossa comunidade de origem é idêntica à nossa comunidade de destino. A conscientização foi, então, transformada em convicção. Em medo mesmo quando percebi a fragilidade dos nossos recursos em relação à magnitude do desastre ecológico anunciado. Daí a importância de apoio de um intelectual como Edgar Morin que não esperou que a realidade se impusesse para refletir sobre a origem dos problemas ambientais.

Resistência, bloqueio cultural

E. M.: Nosso modo de pensamento, inseparável do nosso modo de ensino, foi fundado sobre a disjunção absoluta entre o humano e o natural. Tudo o que há de natural no humano ficou confinado aos departamentos de biologia das universidades enquanto que as ciências humanas se interessam apenas da parte cultural do humano. Tudo o que é humano é separado da natureza. Do lado oposto, alguns tentam reduzir o humano à natureza, ao comportamento das formigas e dos chimpanzés. A compartimentalização das disciplinas e das categorias nos impede de estabelecer relações entre as partes e o todo. O pensamento ocidental só sabe funcionar por disjunção ou redução. Descartes, que queria que o homem fosse “como mestre e proprietário da natureza” estabelece a disjunção

entre a ciência e a filosofia, o que resultará na separação entre o mundo das humanidades e das técnicas. Depois de desempregar tecnologicamente Deus, o homem se concedeu o direito de dominar a natureza. Mas essa pretensão só desabou muito recentemente. De um lado, porque essa vontade de controlar os seres vivos se voltou contra nós mesmos; de outro lado, porque a Terra parece ser um pequeno planeta de um sistema solar periférico em um cosmos gigantesco. A ideia de conquistar o mundo parece grotesca. É necessário dizer também que a disjunção entre o homem e a natureza não resulta unicamente da expansão da racionalidade técnica ocidental. O cristianismo que nos moldou é uma religião voltada para os seres humanos, com valores cardinais que são a caridade e o amor, mas de costas para a natureza e mundo animal. Em oposição, o budismo imerge o homem no ciclo de reproduções do mundo dos seres vivos. A compaixão do Buda se dirige a todos os sofrimentos, humanos e animais. Então somos também igualmente marcados pelo carimbo cristão de nossa civilização, que ignora a nossa relação umbilical com a natureza. Só é possível nos libertar dessa pesada carga, ao mesmo tempo religiosa e tecnicista, através de uma reforma do nosso modo de conhecimento e de pensamento.

N. H: O bloqueio cultural é, no mínimo, tanto operante como o bloqueio econômico em matéria ecológica. Quando se lê o livro do pensador indiano Jiddu Krishnamurti, *Se libérer du connu* (Stock, 1977), descobre-se que quebrar os condicionamentos e os preconceitos é um trabalho longo e de resultado incerto. A pior das feridas infligidas ao amor próprio da humanidade foi quando Darwin demonstrou que não tínhamos sido objeto de uma criação distinta. Do topo da pirâmide dos seres vivos, o homem descobriu que era descendente de uma matriz comum com os animais. Mas esta ferida narcísica foi acompanhada de uma recusa de reconhecer a sua comunidade de origem. E essa ferida não está totalmente curada, conforme ilustra a virulência dos movimentos criacionistas nos Estados Unidos. Há ainda uma negação, uma recusa de reconhecer nossa comunidade de destino. Toda a nossa cultura, especialmente a religiosa, considerou que a inteligência humana se media pela relação com sua capacidade de se libertar da natureza. Mais se pensava em se liberar da natureza, mais se pensava em materializar o gênio humano. Há 150 anos, nós acreditávamos que o progresso era linear e que o futuro mecanizado era uma promessa de felicidade. A essa crença se adiciona a

ideia de que as nossas instituições teriam sempre resposta para tudo. Desde os gregos e Eratóstenes, sabemos que a Terra é redonda. Mas só recentemente percebemos que vivemos em um mundo finito, limitado. Ora, nós somos inaptos. Certo, há razões para se deslumbrar com a fulgurância das proezas científicas. Mas a onipotência da tecnociência gera o que o cientista americano René Dubos chama de “trágica confusão do homem moderno”. Hoje o homem não está ligado a nada. Essa angústia é uma das consequências psicológicas da hipertrofia da técnica.

Comunidade de destino

E. M.: Aprendemos que saímos de uma evolução biológica e que nós somos também animais, mas nós ocultamos esse saber. Nós sabemos, mas ignoramos. Fazemos um verdadeiro blecaute na nossa consciência. Ao mesmo tempo não chegamos a sentir nossa comunidade de origem de *Homo* dito *sapiens*. O que você diz sobre essa comunidade de origem é capital. Os humanos não sentem suficientemente o material comum que nos liga e os problemas urgentes que devem mobilizá-los. Em *Terra-pátria* quis indicar que existe uma comunidade de destino para todos os humanos porque eles compartilham os mesmos perigos vitais. Mas isso não foi compreendida. Enfim, nosso modo de conhecimento nos impediu de conceber conjuntamente a unidade e a diversidade humanas. Ou bem, percebe-se a unidade humana e esquece-se a diversidade das culturas; ou bem percebe-se a diversidade das culturas sem compreender a unidade humana. Entretanto, é isso que nos permitiria desenvolver uma consciência planetária, uma consciência humana ligada ao planeta e reconhecer as singularidades culturais e nacionais. É vital desenvolver essa consciência planetária, ao mesmo tempo nos enraizar na Terra, pois nossa Terra não é somente uma coisa física. Ela é uma realidade geo-físico-bio-humana. Certo, é preciso ser capaz de distinguir esses diferentes aspectos, mas é preciso saber religá-los. O pensamento complexo que defendo parte do latim *complexus*, que quer dizer “o que é tecido junto”, a fim de operar uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor e o reconhecimento de que todo conhecimento é inacabado e incompleto. “Complexo” não significa de jeito nenhum “complicado”, menos ainda “obscuro” ou “abstruso”, mas designa essa forma de pensamento que engloba no lugar de separar,

religa no lugar de segmentar.

N. H.: Essa recusa da unidade é duplamente um erro porque a união diferencia. No momento em que se é capaz de olhar o planeta do espaço, é um desperdício não aproveitar disso para se conscientizar que nossa comunidade de identidade é decisiva e notória. Perdeu-se esse ponto de referência essencial: a combinação de fatores que foi necessária para que a vida progrida Terra é excepcional. No seio de outros sistemas planetários que os cientistas estudam atualmente, não temos a mínima prova que a vida poderia um dia se desenvolver neles. Essa combinação de fatores é tanto improvável quanto que nos jogássemos no chão uma caixa de letras de tipografia e que o primeiro artigo da declaração de direitos do homem se formasse subitamente. Acabamos banalizando a vida na Terra. O que permite que a vida se espalhe pela Terra é essa minúscula camada chamada atmosfera que tem somente algumas dezenas de quilômetros de espessura. É essa ínfima composição química que permite a vida se desenvolver. Mas os homens têm a impressão de que o infinito os protege. Ora, ele nos ameaça. O que torna a vida possível se sustenta num frágil equilíbrio. Mas o que eu enuncio aqui, escolarmente e simplesmente, foi diluído no barulho de fundo de nossa sociedade. Em relação a isso, gosto de citar uma famosa frase do Victor Hugo encontrada de outra forma em um poeta inglês: “Não posso crer um segundo que as constelações sejam insensíveis ao perfume de espinheiro-alvar.

E. M.: Não cesso citar Pascal que no livro *Pensamentos* escreveu que “toda coisa sendo ajudada e ajudando, causada e causando e toda e todo sendo ligado por um laço insensível que une as partes mais afastadas uma das outras, considero impossível conhecer as partes se eu não conheço o todo, assim como conhecer o todo se eu não conheço as partes”. Na época de Descartes, ele tinha formulado em uma frase a reforma do pensamento que agora se impõe mais que nunca. O pacto ecológico que você propõe seria um caminho que contribuiria.

Pacto ecológico. Progresso

N. H.: Na etimologia do “pacto ecológico”, tem um lado pacífico que o afasta do confronto, do diálogo frontal, da psicologia da horda que durante muito tempo moldou os partidos políticos. O imperativo ecológico nos dá uma oportunidade inesperada de nos unir. A hora da reconciliação

chegou. Considerando a questão, não temos outra escolha senão reunir as energias positivas em torno da urgência ecológica. Procurar o que há de melhor em cada um de nós é incontestavelmente o aspecto positivo e salutar dessa injunção climática e ecológica. Essa urgência impõe um encontro crítico para a nossa civilização que é salutar. Esse exame individual e coletivo é realmente providencial. É necessário dar sentido ao progresso que foi confundido com desempenho. Este deve ser entendido como uma melhoria sustentável e equitativa da condição humana, e não mais como um desejo desenfreado de poder. Em *Le Syndrome du Titanic*, destaquei uma célebre frase de Albert Einstein que nunca foi tão atual: “Nossa época é caracterizada pela profusão meios e pela confusão de intenções”.

E. M.: A ideia de progresso, tal qual foi formulada a partir de Condorcet, foi concebida como uma lei histórica, mecânica e indefinida do devir humano. No plano moral, essa ideia é infelizmente falsa. No século XIX, todos os Estados europeus proibiram a tortura. No século XX, ela foi reintroduzida em todas as nações, inclusive na França na guerra da Argélia. Mas a ideia de progresso não deve ser abandonada. O que se deve abandonar é o determinismo do progresso; o que se deve conservar é a possibilidade de progresso. Assim as Luzes devem ser superadas no sentido hegeliano do termo. Ou seja, conservadas. O que deve ser superado é a razão fechada nela mesmo. A razão pura não existe. Como mostrou o neurólogo António Damásio, a razão sempre comporta sentimento. Atualmente, é preciso combinar o romantismo e as Luzes, a fim de que não se tenha paixão sem razão, nem razão sem paixão. É preciso unir o espírito crítico e autocrítico das Luzes com o sentimento da natureza. Concordo com os princípios do “pacto ecológico”. Mas esse pacto é apenas um aspecto, uma parte, um lado da realidade que tem outra face, social e civilizacional. Sua maneira de fazer política diferentemente, além dos partidos, é uma “supra-política” que nos conduz a uma visão mais rica e mais nobre da política. Mas o pacto ecológico não deve ser fechado. Como o esgotamento dos combustíveis fósseis ilustra, é a ideologia do “sempre mais” que devemos combater. É preciso mostrar que a restrição do tráfego de veículos nos centros históricos das grandes cidades re-humaniza as relações sociais, aumenta as condições de convivialidade. Quando a consciência ecológica surgiu nos anos 1970, Ivan Illich forjou a noção de “convivialidade” pela qual ele mostrava que nosso desenvolvimento produzia mais maléficis do que benefícios: a medicina hipersensível

cuida muito mais dos órgãos do que das pessoas; a educação que fragmenta o conhecimento conduz mais à cegueira do que a elucidação, etc. Temos um problema de vida em sociedade. Observe a quantidade de psicotrópicos e ansiolíticos que absorvemos. Os franceses tratam de maneira individual e pessoal um mal-estar existencial que é também uma doença comum. Daí o recurso cada vez maior à sabedoria oriental, à ioga, ao budismo zen, ao grande mercado da realização em si. Daí a procura de espiritualidade, o apelo à psicanálise e além à filosofia. Procuramos desesperadamente as férias, a partida, o exotismo, e, no lazer, nos fantasiamos de primitivos e de camponeses. Ansiamos obscuramente escapar da rotina casa-trabalho-casa que obedece à lógica determinista, cronométrica, hiperespecializada da máquina artificial de nossas fábricas e escritórios. Especialistas e ‘econocratas’ nos tratam como máquinas triviais, estritamente deterministas, enquanto que nossa parte não-trivial, aquela do querer viver, amar, compartilhar, se realizar, não segue essa lógica. O pacto ecológico só faz sentido se escapar dessa lógica e de ser complementado por um pacto político. Para não fracassar, precisamos de uma “política do homem” e um política de civilização.

N. H.: Constatamos com pesar que os políticos retiveram apenas os aspectos técnicos do meu livro, que são obviamente determinantes, pois será preciso estabelecer uma combinação de instrumentos econômicos (principalmente para substituir a venda de um produto pela sua locação), fiscais (como o imposto sobre a emissão de gás carbônico) ou educativos, a fim de realizar essa mudança ecológica. Lamento que tenham lido apenas as sessentas primeiras páginas, que constituem um questionamento global de nossa civilização, um convite para um exame de consciência individual e coletivo. Sozinha, a técnica não resolverá os problemas aos quais somos confrontados. É preciso que cada um se sinta envolvido emocional e passionadamente, pois cada um é responsável. No início do livro, sugeri que a gente descarte certas práticas, hábitos, automatismos, comportamentos iníquos e obsoletos. Nessa sociedade do teatro de aparências, o parecer tem primazia sobre o ser. Cada um sabe disso, mas todo mundo aceita. A devassidão de comunicação mascara a ignorância, a incompetência ou a falta de poder. Tem-se a ilusão de tratar as coisas. Mas a desilusão é total e o descrédito dos políticos aumenta. Ora o imperativo ecológico é também um imperativo político, porque ainda estamos envoltos na barbárie das origens. Como aprendemos especialmente com o furacão Katrina, que arrasou Nova

Orleans, nossa democracia das boas maneiras pode pender a qualquer momento para a barbárie e o verniz democrático está pronto para trincar ao menor desastre ambiental. Não digo isso para assustar. Mas nossa civilidade não é definitiva. Não é certo que nossa civilização será capaz de lidar com as mudanças ecológicas com coerência, sabedoria, pertinência e racionalidade. É estúpido pensar que nossas fronteiras vão parar a marcha dos miseráveis da terra em direção ao Norte, fugindo das desordens ecológicas e climáticas que o Sul sofre sem tê-las provocado. Nenhum exército no mundo estabelecido em Gibraltar ou no sul da Itália represará uma onda migratória, cujos fundamentos serão legítimos. Para além da injunção climática – da qual não tínhamos necessidade, tanto a humanidade está sobrecarregada de fardos – reparemos o que parece o estado psicológico do planeta sob o efeito perverso da comunicação que mostra uma realidade insustentável e indecente. De um lado, os excluídos do banquete, para os quais a vida é um longo sofrimento; do outro lado, aqueles que conseguiram se salvar e, dentre eles, essa fatia da população que se abandona na opulência. Com a globalização midiática, essa obscenidade suscita inumeráveis rancores, mas também, basta ser bem instrumentalizada, torrentes de raiva. No apogeu na comunicação, a descoberta da humanidade por si mesma tornou-se maléfica.

O princípio esperança

E. M.: A comunicação não favorece a compreensão. Ela transmite informações. A compreensão necessita da aptidão de se colocar no lugar de outrem, de simpatizar. Assim, no cinema, a participação subjetiva nos permite de compreender os excluídos como Carlitos, as vítimas, os infelizes, como o sublime filme *21 gramas* do diretor Alejandro González Iñárritu. Mas, na vida real, nos tornamos opacos à miséria e à injustiça. Hoje, não é unicamente o espetáculo da desigualdade material que aflora, mas igualmente aquele da desigualdade de tratamento, entre o Oriente e o Ocidente, os palestinos e os israelenses, etc. Não é somente uma realidade desigual que se expõe na nossa frente, mas aquela de um tratamento desigual. Além disso, a crise universal do futuro não permite mais aos homens de se virarem para uma grande esperança. E quando a gente não acredita mais no futuro, a gente reflui para o passado. No mais, generalizando o modelo ocidental de civilização, a globalização tecnológica

provocou como reação um retorno as raízes e as origens, particularmente mais acentuada nos países mais economicamente dependentes. Nesse momento de incerteza, a esperança do futuro se esgota. O comunismo desabou, o liberalismo econômico devasta e saqueia enquanto enriquece uma parte da humanidade, a barbárie se espalha pelo planeta. Como ressuscitar a esperança? No coração da desesperança mesmo: quando um sistema é incapaz de tratar seus problemas vitais, ele se desintegra ou se metamorfoseia. O que é uma metamorfose? É uma transformação na qual o ser se autodestrói e se auto-constrói de uma maneira nova, a exemplo da lagarta que se torna borboleta para voar. A esperança é nessa metamorfose para a qual vão confluir correntes que às vezes são ignoradas, tais como a economia solidária, o comércio justo e a reforma da vida. Em toda parte, na base, as solidariedades se despertam. Associações são criadas para salvar um rio, repovoar uma aldeia, reinventar localmente a política. Isso borbulha. Na França, sob estruturas esclerosadas, há um formidável querer viver. É preciso fazer convergir tudo isso junto. Eis a esperança! Churchill tinha prometido a seu povo “sangue e lágrimas”. A vontade de salvação fez essa mensagem ser compreendida pelos ingleses em 1940, no meio do desastre. Devemos anunciar a nova via com todos os perigos a enfrentar e todas as dificuldades a superar. Sabemos que os desafios históricos, ecológicos e civilizacional são enormes. Atualmente, nosso desafio é civilizar a Terra. Não há solução antecipadamente pronta, mas há um caminho. E, prezado Nicolas Hulot, você nos mostrou a metade do caminho.

N. H.: O que você acabou de dizer é magnificamente resumido numa frase de Saint-Exupéry: “Não há solução, mas forças. Criemos estas forças e as soluções virão a seguir”. Nós não somos como mendigos nus em uma nevasca. Temos ótimas ferramentas para combater a fome e salvar o planeta. O que falta é uma vontade comum. A política politiqueira é obsoleta em relação ao que está em jogo. Acredito que todos possuem a mesma quantidade de bem e de mal. Mas que nossa sociedade tem sobretudo tendência a fazer jorrar o que existe de pior no fundo de nós. A primeira virtude do pacto ecológico é de fazer jorrar energias positivas. Mas os desejos estavam lá, escondidos. Antes de jorrar, a água faz lentamente seu caminho. E aí, subitamente, a confluência levanta a terra.

E. M.: É a famosa imagem de Hegel, aquela de velha toupeira da história que cava suas galerias sob a terra e depois que emerge na superfície, fazendo explodir, o trabalho se completa. Assim como

você, acredito nas forças subterrâneas prontas a jorrar e fertilizar. Mas é preciso tomar consciência da urgência de se tornar cidadãos da Terra. Para isso, é preciso mudar de caminho, pois esse que seguimos, o do desenvolvimento, inseparável do crescimento econômico infinito, conduz ao abismo. A noção de “Desenvolvimento”, mesmo na sua forma mais abrandada de “sustentável”, contém ainda neste nó cego tecno-econômico para o qual todo progresso humano deriva dos crescimentos materiais. É importante fundar de novo essa noção de desenvolvimento, cuja aplicação em todo o mundo destruiu as solidariedades tradicionais, faz aumentar a corrupção e o egocentrismo. É preciso que a noção de desenvolvimento se metamorfoseie em **auto-realização**.

N. H.: Acredito em um crescimento econômico desde que contribua com a distribuição equitativa da riqueza. Mas deve-se simultaneamente decrescer de certo número de recursos que se tornam raros, a energia, água, terra, peixes, a biodiversidade ... Não temos escolha: o decréscimo desses recursos se imporá de bom grado ou pela força. No entanto, acredito no desenvolvimento sustentável e não um decréscimo global que seria sinônimo de recessão, especialmente porque estou preocupado com a aceitabilidade social do pacto ecológico.

E. M.: Acreditar que o Norte só traz benefícios e boas soluções é um erro. A primazia do cálculo torna cega a civilização do Norte para a qualidade de vida. O Sul mantém as virtudes da convivialidade, da arte de viver, da comunidade e da solidariedade que o Norte jogou fora. É preciso conciliar as verdades do Norte e do Sul.

N. H.: A África é um continente no qual a sabedoria, um recurso tão raro por aqui, transborda. E ele é felizmente inestimável economicamente.

E. M.: Cada cultura tem as suas virtudes e também suas superstições, suas ilusões e suas carências, suas barbáries e suas bondades. A nossa é assim e eu não desconheço suas virtudes, mas devo admitir suas ilusões e carências. É por isso que eu acredito em uma simbiose das civilizações, porque as sabedorias africanas, indianas e indígenas devem misturar-se com nossas luzes, iluminadoras, mas também tão ofuscantes. Devemos parar de nos considerar como os professores para nos tornar parceiros no “grande rendez-vous de dar e de receber” sonhado por Leopold Sedar Senghor.

Entrevista com a Professora Maria João dos Santos

Por Carla Montefusco de Oliveira – UFRN

Carla Montefusco de Oliveira: Em termos conceituais e práticos, como você avalia o movimento da Responsabilidade Social Empresarial atualmente? E mais especificamente em nível europeu como tem se dado essa realidade?

Maria João dos Santos: No contexto mundial, é de destacar o papel activo que a Europa tem assumindo na promoção da responsabilidade social, sendo que o tema das alterações climáticas tem sido indiscutivelmente um dos *drivers* deste processo. Apesar da evolução registada, ainda não é totalmente claro qual a tendência prevalecente. Se por um lado, parece que as crises económica, social e ambiental se mantêm, por outro lado, desenham-se novas vias, sendo que o esforço de inovação tem vindo a ser colocado ao serviço de uma gestão mais eficiente dos recursos e de uma procura de maiores níveis de sustentabilidade.

C. M. O. : De que forma a noção de desenvolvimento sustentado está presente no ideário da RSE?

M. J. S.: Actualmente a RS é considerada fundamentalmente como um instrumento de acção para se alcançarem maiores níveis de sustentabilidade global. É neste sentido que, no discurso ao *World Economic Forum* em Davos, o anterior Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, propõe o Pacto Global, desafiando os líderes dos negócios à escala mundial a criarem os alicerces de uma política social e ambiental sustentável. Neste contexto, a vertente económica (dimensão económica), de que o lucro empresarial constitui o objectivo último, deve tomar em consideração as pessoas que constituem o tecido humano da estrutura empresarial (dimensão social interna) mas

também a comunidade em que a empresa exerce a sua actividade e com a qual interage (dimensão social externa) e a preservação do meio ambiente (dimensão ambiental).

C. M. O.: É possível identificar potencialidades na relação entre a RSE e o desenvolvimento local?

M. J. S.: A responsabilidade social, para além de incorporar valores, é sobretudo um instrumento de intervenção que permite definir um novo quadro estratégico de desenvolvimento dos territórios que esteja em consonância com os desafios da sustentabilidade ao nível local. Potencia um novo modelo de intervenção assente no estabelecimento de interfaces e articulações entre os múltiplos actores em presença, empresas privadas, organizações civis e interesse público. Sendo que a promoção da sustentabilidade ao nível local só será possível num quadro de participação conjunta, os poderes de decisão ao nível local estão em melhores condições para promover essas interfaces, dispondo dos recursos e da legitimidade para potenciar um novo modelo de intervenção.

C. M. O.: Os *clusters* de RS podem representar uma possibilidade construção de formas de Responsabilidade Social Integrada?

M. J. S.: Porque urge encontrar respostas locais, aglutinadas e corporizadas numa estratégia de actuação localmente integrada; com condições para estabelecer interfaces inovadores com as organizações do terceiro sector, empresas e os cidadãos, é que um modelo de intervenção desta natureza pode constituir uma alternativa. A criação de clusters em RS tem subjacente este desafio, não só potenciar as práticas de responsabilidade social, por parte das diversas organizações em presença na comunidade, mas igualmente a promoção de novas formas de inovação social baseadas na construção de sinergias decorrentes da conjugação de diversas actividades, *networks* e competências. Deste modo, podem-se criar as condições para a afirmação de um novo modelo de governação que contribua para a obtenção de maiores níveis de coesão social e de qualidade de vida dos cidadãos.

C. M. O.: Tentando pensar em perspectivas futuras, quais os avanços necessários à constituição de patamares socialmente responsáveis de gestão empresarial?

M. J. S.: O alcance de patamares de gestão empresarial mais responsáveis socialmente depende concretização de formas de intervenção diversificadas que pressuponham não só a interiorização pelos diversos actores sociais dos princípios subjacentes e o envolvimento efectivo das empresas, cidadãos e das demais instituições da sociedade civil, como da afirmação de uma nova governância que, como refere o Prof. Roque Amaro, tenha simultaneamente um carácter integrado, onde se conjugue os desafios do desenvolvimento económico, social e ambiental; territorializado, que combine os diferentes espaços de regulação ao nível local, regional, nacional e mundial; partilhado no sentido da co-responsabilização dos vários actores e participado, contanto com a mobilização e envolvimento das populações.





Poemas



Apresentação

Carmen Sylvia Alves de Vasconcelos nasceu em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 21 de junho de 1965. Aos 14 anos, transferiu-se para Natal, para estudar no Instituto Maria Auxiliadora, uma tradicional escola da cidade. É formada em Serviço Social e Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e trabalha no Tribunal Regional do Trabalho, em Natal. Tem publicado regularmente seus poemas em jornais e revistas literárias do Nordeste, obtendo grande repercussão entre os leitores. Seu livro de poemas, intitulado *Chuva ácida*, publicado pela Fundação José Augusto, em 2000, mereceu uma crítica muito elogiosa e inúmeros comentários que ressaltavam o impacto dos versos e a diversidade de seus temas.

UM BONDE CHAMADO DESTEMPO

A encosta de capins invisíveis
desvela os desvarios dos meus antes.

A morte já não é futuro,
minha aldeia noutra aldeia se desvela,
eu me desvelo, pouca e escura.

Tornei-me antiga como antigo
é todo esgar desse rio esgotado
e dessas casas tornadas demasiado sérias.

Tornei-me ida,
meu tempo se desvela escorrido
no rosto dos parceiros de infância.

Tornei-me santa,
o deus imenso agora se desvela
na minha porção de amor,
porque o amei humanamente
e jamais neguei meu corpo a esta adoração.

Minha outra aldeia fica.
Sou eu a passagem.

Carmen Sylvia Alves de Vasconcelos

LENDO EINSTEIN À LUZ DE ELIOT

Nem toda a eternidade maculada de recatos
poderia esfriar um só dos instantes
feitos de escaldo e entrega
em que por ti rebentam as minhas verdades.

Eu mesma rebento, dou mato límpido,
Sou redenção depois da enxurrada.
nada inibo, nada de mim retenho,
só me empenho em ser-me,
se tu apontas, se já de longe tua imagem
sem desvelos me desvela,
me vulnera a pele o juízo,
eu de improviso ilumino
impetuosidades de mim.

Carmen Sylvia Alves de Vasconcelos

O TEMPO REENCONTRADO

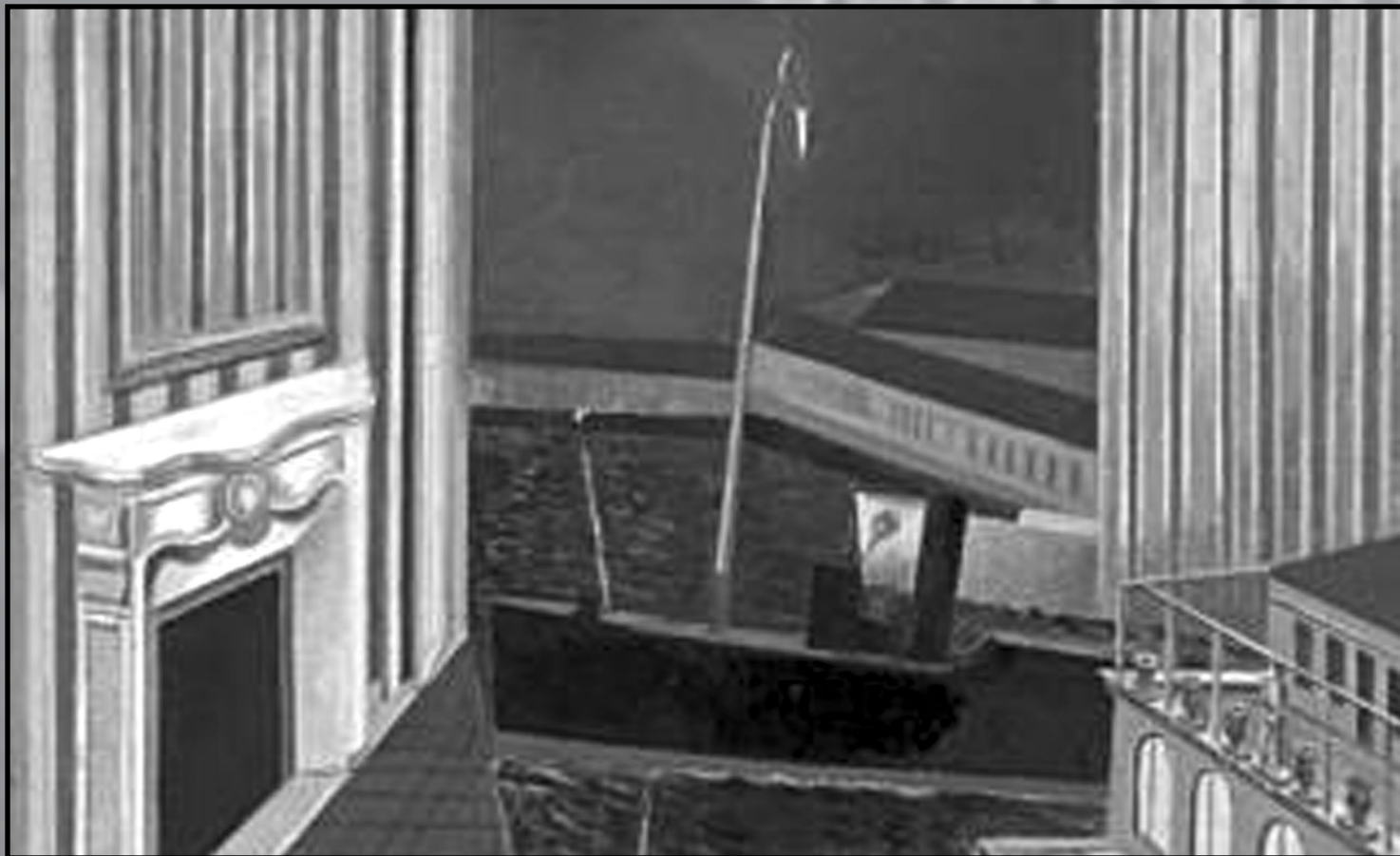
Abeirava-me de ti
como de ficções ou de precipícios.
Não cumpria resguardos,
Estirava a alma para a benção das fúrias.

Entre o desejo e o tempo
despejou-se a mala das ardências
e rolaram roupas, desesperos,
e outros objetos de uso estritamente pessoal:
estreitas palavras, poeira de querereres,
espirros, retratos, acessos de canções,
suposições espontâneas
instantâneos cheiros de memória.

Entre o ser e o destempo,
A fuligem do sagrado se dissipa,
Ponho-me frente a frente contigo,
Que foste carnal, mas nunca real.
Encontro-me no espelho dos milagres.
Estou Curada de regressos.

Carmen Sylvia Alves de Vasconcelos





Resenhas



Diálogo sobre o homem, a ciência e a sociedade

Ailton Siqueira de Sousa Fonseca – UERN

CYRULNIK, Boris. **O homem, a ciência e a sociedade**. Tradução: Ana Rabaça. Portugal: Instituto Piaget, 2004. 91 p.

Estar à altura do que exige a realidade é um desafio posto a muitos cientistas, principalmente aos que pensam sobre o homem, a ciência e a sociedade de forma separada, fragmentada e disciplinar. Boris Cyrulnik é um dos cientistas/pensadores de nosso tempo que pensa o homem, a ciência e a sociedade de forma imbricada, amalgamada. Esse é o grande desafio que ele assume num de seus últimos livros: ***O homem, a ciência e a sociedade***.

A discussão que a ele foi proposta foi exatamente a que se faz presente no título do livro. A obra é dividida em duas partes, cada uma delas constituída por uma grande entrevista. A primeira concedida a Émile Noël (em 21 de junho de 1997). A segunda é concedida a Pasquale Werner (24 de dezembro de 1993).

Nas duas entrevistas, Cyrulnik aborda questões presentes em obras de sua autoria, tais como *Memória de macaco e palavra de homem*, *O nascimento do sentido*, *Do sexto sentido: o homem e o reencantamento do mundo* e *Os alimentos do afeto*. Mas essa retomada não significa repetição e sim ampliação, uma espécie de repetição recriadora. Há entre as duas entrevistas uma continuidade discursiva, mesmo que cada uma seja específica, singular, única.

É interessante notar que essa temática é tratada por um neurologista, psiquiatra, psicanalista com ampla formação e atuação em etologia. Mesmo estudando o comportamento animal, Cyrulnik sempre nutriu uma grande paixão cognitiva: descobrir os continentes mentais dos seres humanos. Como etologista, ele parte do animal para o humano, do biológico para o antropológico, da natureza

para a cultura, percebendo que essas duas dimensões nunca estão radicalmente separadas.

A descrição que esse pensador faz do mundo animal e sua comparação com o mundo humano se apresenta como um reservatório de associações poéticas estimulantes para o pensamento do autor e para a compreensão do leitor de sua obra. Cyrulnik tem o cuidado de não culturalizar os animais com os valores próprios do homem. Ou seja: evita imprimir um rosto humano na cara animal. Para ele, o estudo cuidadoso da animalidade enfatiza, por contraste, a especificidade do ser humano.

Ao contrário do animal que se adapta ao mundo para nele habitar e viver, o homem molda o mundo que o molda. O homem é o único animal que tem essa capacidade de inventar o mundo que o inventa. Se, por um lado, carregamos em nós a memória da espécie animal, a história da espécie viva, por outro, criamos a palavra que nos afastou da mera condição animal, pois com a invenção do verbo, tornamo-nos humanos. A invenção da palavra dá-nos uma capacidade singular: criar o mundo do artifício, da cultura.

Como afirma o autor na primeira entrevista desse livro: “quanto mais se trabalha com os animais, mais se compreende qual é o lugar do Homem. Quanto mais se trabalha com a linguagem animal, mais se compreende a função da palavra. O mundo vivo está estruturado como uma linguagem e o mundo humano é estruturado pela palavra” (p. 31). E acrescenta: “o Homem é um ser de palavra, porque a palavra cria o essencial do seu universo” (p. 67).

O mundo humano não é dado, é uma criação. Compreender a condição humana é, portanto, entender a condição social do mundo, porque entre um e outro há uma complexa dialogia: o homem faz o mundo que o faz, cria e se recria a cada invenção posta no mundo; tudo que o homem faz também o faz homem, porque tudo que o ser humano faz imprime sentidos específicos. Há, sem dúvidas, uma profunda relação entre homem e mundo, entre o interior e o exterior, entre as coisas e nossa forma de apreendê-las.

Uma das grandes questões tematizadas por ele nessas entrevistas é a da apreensão e interpretação da realidade. Aquilo que dizemos ser o real é uma construção nossa sobre o real, porque este só existe na relação com o sujeito que o concebe. De forma provocativa e pertinente, durante as duas entrevistas Cyrulnik levanta questionamentos, teses e hipóteses que desconcertam as verdades

tradicionalmente construídas nas ciências sobre a apreensão da realidade, da sociedade e da imagem e papel que o homem assume nesse jogo societário. Como afirmou o autor em outra obra: habitamos um mundo interpretado por outros, onde precisamos nos situar. O mundo inter-humano é tanto um mundo de sentidos quanto um mundo onde nossos sentidos ganham sentidos, um mundo onde nossa sensorialidade se impregna de história, ela que governa tanto nossas emoções quanto nossas percepções (CYRULNIK, 1995, p. 10).

A visão que temos da sociedade não reflete a sociedade tal qual ela é. Nossa visão ou interpretação é uma tradução e como tal está prenhe de nossas subjetividades. Em outras palavras: não vemos o mundo como ele é e sim impregnado pelos nossos sentidos, valores, pensamentos. Observamos apenas aquilo que conseguimos perceber e percebemos apenas aquilo que encontra em nós uma relação de intimidade significativa.

Esse é dos alertas que nessas entrevistas Cyrulnik faz aos cientistas que pensam as coisas como se fossem objetos separados e distantes de quem as observam. Todo pensamento sobre a realidade ou sobre a sociedade carrega a dimensão óptica de quem a pensa. A sociedade é sempre vista por alguém que a olha a partir de um lugar teórico, subjetivo, epistemológico. Perceber isso é fundamental para não se cair no que Edgar Morin chama de “cegueira do conhecimento”, um conhecimento que pretende tudo conhecer, mas não conhece suas fragilidades, limitações e possíveis equívocos.

Vivemos em uma sociedade marcada pela proliferação de fenômenos complexos, relacionais, fluidos. Uma sociedade movida pela rapidez. Há muitas coisas acontecendo simultaneamente e todas passando rapidamente. Os acontecimentos têm sido não só simultâneos, mas efêmeros. Com isso, o sentido das coisas não tem o tempo necessário para surgir e se consolidar. A aceleração do tempo impede a emergência do sentido. Não há tempo para deixar o sentido se fazer. Se tudo passa, nada fica. Se nada fica, nada nasce. “A aceleração do tempo acabou por se tornar de tal modo louca que matou o sentido” (p. 74).

Com esse ritmo a sociedade está perdendo o sentido de sua história, perdendo sua própria memória, anestesiando a capacidade do relato. Sem memória e sem história tanto a sociedade quanto o homem ficam sem sentido de enraizamento e de direção. Por um lado, a rapidez não deixa nada se

fixar e, por outro e simultaneamente, desfaz os sentidos sólidos até então construídos. É por isso que, em grande parte, a crise da sociedade é a crise da perda de significados. É isto que a faz perder seus fundamentos, afrouxar seus sentidos, desritualizar suas ações e seus ritmos.

A sociedade moderna é tomada por uma espécie de ilusão lírica: desperta cada vez mais o individualismo, estimula o culto ao eu, faz cada um ser autor de sua odisséia; cultiva a liberdade e a individualidade e, portanto, ninguém pertence a ninguém, nenhum laço se fortalece. Os vínculos societários de pertencimento perdem sentido. “Penso que só podemos tornar-nos nós mesmos se pertencermos a outra pessoa.” (p. 50). Quando não temos a sensação de pertencimento instauram-se em nós a solidão, o egoísmo, a violência, a rivalidade, o narcisismo generalizado.

A vida narcísica e individualizada é fácil, mas é desprovida de sentido humano, porque não reconhece o outro como legítimo outro na convivência. Marcada por esses sintomas, as pessoas estão cada vez mais desorientadas, vazias, sem esperanças. A sociedade está marcada pela pulverização do ser humano. Se não houver o reconhecimento do outro, nenhuma relação humanamente viável pode emergir, porque é a presença do outro que cria o mundo inter-humano.

Como humanos só existimos na coexistência. É certo que a coexistência cria problemas, mas é um problema sem o qual a condição humana não se desenvolve. É o convívio com o outro que nos obriga a pensar e a agir movido por algo maior do que a individualidade vazia que nos separa.

Coexistir cria problemas, mas nenhum deles é maior do que existir na solidão e no vazio societal, desprovido do contato com o outro. “A partir do momento em que se tem de coexistir, se é obrigado à invenção e à aceitação de um rito” (p. 59). Nessa sociedade contemporânea que vê seus próprios ritos se desvanecerem, a coexistência fica fragilizada e, com ela, presencia-se o aumento da violência, do medo, da insegurança pública e privada. Como lembra Cyrulnik, “não podemos coexistir se não tivermos criado entre nós um ritual de coexistência, um ritual que nos permita trocar emoções, palavras, idéias e fazer projetos de existência” (p. 76). Em suas entrevistas, e em outras obras, ele insiste na importância dos ritos para recompor a sociedade por meio dos sentidos, para tornarmos-nos humanos e estabelecermos vínculos societários.

Para Cyrulnik, essa realidade exige do cientista a capacidade de sair de seu território

hiperespecializado e refletir sobre o mundo a partir de um olhar transdisciplinar, complexo. Na verdade, isso tem se constituído como uma falha “provocada pela organização universitária em que se fragmenta o mundo, em que se faz laboratórios, cátedras, revistas cada vez mais de ponta. Depois em seguida, generaliza-se” (p. 15).

A hiperespecialização leva ao fechamento das fronteiras em si mesmas, causa incomunicabilidade entre os saberes. Os territórios dos saberes passam a ser territórios do poder, pois quem sabe certos conhecimentos de uma área se sente uma autoridade nela, gerando, com isso, autoritarismos, pedantismos intelectuais, fechamentos em torno de verdades absolutistas.

Essa hiperespecialização divide a ciência em pequenos pedaços do conhecimento, tomando-os como o todo. Termina fazendo afirmações generalizantes sobre o pedaço. Acumula-se o máximo de saberes dentro de cada um dos *bocadinhos* da ciência e, assim, cria-se os especialistas em fragmentos, em pedacinhos. A especialização disciplinar e fragmentária distancia o cientista de uma compreensão coerente sobre o que acontece em nossa realidade circundante.

O Homem deixa de ser visto como um ser global em devir, como sugere Cyrulnik. Cria-se uma armadilha sócio-antropológica: reduz-se o Homem a um dos bocados disciplinares e julga-se que o Homem é aquilo que diz sua disciplina. Toma a parte pelo todo. Quando não se tem a idéia ou imagem de um Homem em sua complexidade e totalidade, criam-se modelos reducionistas e relativistas de ver o ser humano.

No plano ideológico esse tipo de reflexão levou a verdadeiras catástrofes humanas: idéias de homens superiores e inferiores, crimes contra a Humanidade e cometidos em seu nome. Para superar e evitar essas catástrofes, Cyrulnik aposta nos estudos etológicos, porque estes incluem outras ciências, integra outros saberes como num afresco, para reconstruir a imagem de Homem que está esfacelada em disciplinas (p. 46). Para ele, não se pode reduzir a condição humana a uma única classificação, a algumas frases ou categorias de pensamento. Ele advoga um novo olhar sobre o Homem, um olhar gestor de novas maneiras de ressignificar o mundo e de fazer coexistir os seres no planeta.

É sabido que a criatura humana nasce no mundo vivo e vive, por meio da linguagem, no mundo humanamente construído por ele e para ele mesmo coexistir. Mas esse mundo está em construção,

é inacabado. Portanto, pode ser reinventado a cada momento. Isso é um desafio e uma possibilidade da esperança triunfar sobre o medo, da solidariedade vencer o individualismo, do amor superar a indiferença, do sonho construir uma utopia possível: reconstruir um mundo científica e humanamente melhor. Essa é a aposta de Cyrulnik em suas obras e, especificamente, em *O homem, a ciência e a sociedade*.

REFERÊNCIAS

CYRULNIK, Boris. **Os alimentos do afeto**. Tradução: Celson Mauro Paciornik. São Paulo: Ática, 1995.

Sobre o suicídio

Lincoln Moraes de Souza – UFRN

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Recentemente, na França, em dois anos 34 trabalhadores da empresa France Télécom se suicidaram, como ressalta Campelo (2009/2010). Isto decorreu, fundamentalmente, da privatização da empresa e das subseqüentes metamorfoses nas condições de trabalho e seus efeitos na vida dos funcionários: predomínio da lógica financeira e do lucro na nova empresa; demissão de 70 mil empregados; mudança nas funções, ou seja, antes a maioria era de técnicos e estes passaram a ser lotados no setor comercial e de vendas; sensação de uma carreira perdida; residência em outra cidade com o fechamento de várias agências; perda da ligação afetiva com a antiga empresa estatal; humilhação e controle violento sobre o cotidiano dos trabalhadores no interior da empresa; gestão individualizante isolando os funcionários. Tudo isto, gerou insegurança, depressão, estresse e ... suicídio.

O mesmo sistema capitalista que levou os trabalhadores franceses ao suicídio, na sua voragem de lucro produz, simultaneamente, outras formas de morte. E é quase impossível não lembrar de Gregor Samsa, o personagem transpassado pela tragédia e que, à sua própria revelia, foi condenado e acabou triturado pelo sistema. Pelo sistema capitalista, diga-se de passagem, embora Kafka (2005), no seu romance *A metamorfose*, não teça maiores comentários sobre o perfil sócio-econômico da sociedade. Também pensamos em Durkheim (1973), no seu estudo clássico sobre o tema, quando ele aponta a intenção do ato da vítima e, nas suas palavras, a natureza eminentemente social do suicídio.

No caso deste pequeno livro que estamos resenhando, uma ressalva é necessária. Na verdade, ele não foi totalmente escrito por Marx, mas representa seus acréscimos, comentários e observações

sobre o texto de Jacques Peuchet. Daí, Michael Lowy, num texto introdutório incluído no livro, o ter chamado corretamente de ensaio Marx/Peuchet.

Várias coisas imediatamente nos chamam a atenção. A primeira delas e um tanto paradoxal, é que o livro, ao que parece, chamou pouco a atenção no Brasil, mesmo sendo publicado no país em 2006 e daí a importância de (re) comentá-lo. A segunda, é a atualidade de Marx, apesar das inúmeras e enfadonhas tentativas, felizmente inócuas, de lançá-lo no ostracismo. A terceira, como assinala Lowy, é que o assunto é tratado de modo que extrapola a economia e a política, entra no chamado âmbito privado, analisa vítimas não proletárias e aponta, claramente, a sociedade burguesa preconceituosa e patriarcal como doente.

Em relação ao foco do livro, ele é centrado especialmente na repressão sobre as mulheres, o tratamento dispensado a elas como propriedade privada e seus suicídios. E é lembrado que o suicídio, mesmo tendo sua origem principalmente na miséria, estaria também presente em todas as classes e, desta feita descreve-se e critica-se a tragédia de mulheres e homens no geral. Vejamos os exemplos dados: a filha de um alfaiate, após ter relações sexuais com o noivo antes do casamento e ser repudiada e humilhada pelos pais, termina jogando-se no rio Sena; uma jovem esposa de um homem rico e doente é torturada pelo ciúme doentio deste, afoga-se e seu corpo foi achado próximo da praia de Argenteuil; um jovem prefere suicidar-se do que participar de um duelo; uma jovem engravida do marido de sua tia e resolve afogar-se; um guarda da casa do rei foi afastado, não conseguiu reincorporar-se às forças armadas, não consegue emprego em outras atividades, cai no desânimo e resolve se matar.

Mas deve-se reter, como indicado, que os suicídios apontados, se não foram exclusivos de trabalhadores e trabalhadoras, são típicos de uma sociedade de classes e, predominantemente, da sociedade capitalista. Além do mais, os casos citados são representativos. Tomando-se o ano de 1824 em Paris, ocorreram 371 suicídios, não obstante a maioria seja de homens. Entretanto, o tipo de morte mais presente é por afogamento voluntário e entre os motivos mais importantes está a depressão.

Além do mais, é lembrado no livro que, diferente da situação da sociedade capitalista da época, os tártaros não se suicidavam. Alguns dos argumentos usados sobre o assunto, registra-se, não resolvem as tragédias. Os comentaristas religiosos, por exemplo, especulariam sobre um mundo

melhor e, os que não acreditam em nada procurariam, a tranquilidade do nada. Mas estas considerações filosóficas e outras das pessoas, observa-se, não chegavam a afetar os suicidas e nem os impedia da decisão de tirar a vida.

Ora, como afirmava Durkheim (1973), o suicídio é algo eminentemente social e, complementaríamos, histórico. Algumas pessoas, como os trabalhadores da France Télécom, foram levados ao suicídio diretamente pelas relações de trabalho no interior das empresas capitalistas. Outros, no caso de Gregor Samsa, o personagem trágico do romance de Kafka (2005), foi metaformoseado simbolicamente numa barata e suicidado, de uma maneira ou de outra, pelo cotidiano do sistema capitalista. Quanto às vítimas analisadas por Marx/Peuchet, tiveram seu desfecho vinculado, fundamentalmente, de um lado pela visão da mulher como propriedade privada burguesa e, de outro, pela questão do desemprego.

De qualquer forma, repetindo, o problema é mais profundo e as soluções mais radicais como se pode, direta ou indiretamente, depreender do livro. Mas cabe ao leitor decidir. Mesmo assim, desejamos uma leitura atenta e uma boa revolta contra o sistema que gera os suicídios e outras tragédias.

REFERÊNCIAS

CAMPELO, Erika. France Télécom: delírio financeiro e funcionários suicidas. **Brasil de Fato**, São Paulo, p. 10, 31 dez. 2009 a 6 jan. 2010. Entrevistador Ivan du Roy.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Porto Alegre: Editora Rígel, 2005.

Semeadores de Cidades

Raimundo França – UNEMAT

RIBEIRO, Luís Sabóia. **Caçadores de diamantes**. Cuiabá: Academia Mato-Grossense de Letras; UNEMAT, 2008.

Luís Sabóia Ribeiro nasceu no Ceará e depois migrou para o Rio de Janeiro, onde cursou Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1934, forma-se em Medicina e vai para Poxoréu, Mato Grosso, atuar como médico no único hospital da região, assim como na Comissão Ferroviária Brasil-Bolívia, prestando relevantes serviços à sociedade mato-grossense; também foi Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso. Escreveu diversos livros entre os quais: *Contos de Cacau*, publicado em 1966, pela Editora Pongetti no Rio de Janeiro; *Dois Casais se Desquitam*, publicado pela Coletânea Copacabana, no Rio de Janeiro e os *Caçadores de Diamantes*. É primo-irmão de Rachel de Queiroz.

A obra *Caçadores de Diamantes* revela o veio etnográfico e etnológico, bem como a capacidade literária de Ribeiro, que, através de sua pena, fala-nos de um Mato Grosso ainda desconhecido, mais que isso, faz uma análise sociológica do processo de formação de inúmeras cidades que têm como elemento fundante – o Garimpo. A obra está dividida em trinta e três partes que podem ser compreendidas com uma leitura prazerosa e repleta de novidades. A cada página nota-se a variedade de termos e o olhar etnográfico de um médico que fez da caneta um bisturi de precisão sociológica de extrema sensibilidade para os fenômenos sócio-culturais.

A divisão do trabalho em partes é bastante complexa para fazer uma “espécie de classificação”. Todavia, procuramos, a partir de nossa leitura, compreender a trama a partir de três eixos: *Semeadores de Cidades*, *Garimpo* e *Organização Política*.

Nos primeiros momentos da trama, *Semeadores de Cidades*, o autor apresenta-nos sua visão heróica desses homens, que, movidos pela ambição e sonho de riqueza, põem-se à procura das “Minas do Rei Salomão” em plena floresta mato-grossense, assim como fugindo de situações de intempéries que os assolavam em seus lugares de origem, enfrentando os titãs da floresta, dão sentido a um movimento de ocupação profundo e duradouro no Centro-Oeste brasileiro. Essa saga garimpeira mostra o autor, deu-se sem qualquer forma de planejamento, mas, sobretudo, pelo sentimento de tornar-se rico nos monchões diamantíferos que a nova terra anunciava. Aos poucos o autor delinea com a precisão do ourives o processo de formação dos vilarejos – lugares inóspitos, onde a lei do mais forte era imperativa. Entre o movimento desses sonhadores e aventureiros, o autor descortina o cenário de paisagens idílicas que compõem o quadro geográfico ao mesmo tempo em que revela a significância de rios como: Araguaia, Paraguai, Rio das Mortes que são fontes primárias de comunicação e transporte no Mato Grosso do início do Século XX. Além disso, mostra-nos a relevância das estradas que nem de longe lembram as que hoje ligam o Estado de Norte a Sul, de Leste a Oeste. É nesse frenesi aventureiro que o autor demonstra o papel primordial dos Plantadores de Cidades, ou Semeadores, ou Garimpeiros. Cidades fundadas próximas as monchões diamantíferos com leis próprias, onde as Leis do Estado Brasileiro não vingam.

Antes da invasão garimpeira, era a região diamantária um abominável deserto no qual os bravios, caboclos azeitonados, ainda no estágio da pedra, conhecendo como atividades unicamente a caça e a pesca, rondavam as poucas fazendas de criação do gado, afastados desmesuradamente (*sic*) uma das outras e situadas nas terras estendidas pelas cabeceiras do Araguaia. Hoje o sertão agressivo foi dominado graças ao fator da mineração (p. 129).

O *Garimpo* – apresenta-nos o autor – tem um modo de produzir que lhe é próprio, mas que não foge à ganância do grande capital nacional e internacional que rapidamente integra-se ao Modo de Produção capitalista. A rigor a Divisão do Trabalho dava-se: Garimpeiro (trabalhador primário) – Faisqueiros (pequenos compradores) – Capangueiros (grandes compradores) – Firma Exportadora.

Esse Modo de Produção era desigual e assim como em toda forma de exploração capitalista, os que mais obtinham lucros eram as Firms exportadoras, ficando os garimpeiros, na maioria das vezes, na penúria. “Garimpeiros foi o nome de designação dos foragidos vivendo nas “grimpas medonhas das serras, fugidos que eram da perseguição dos agentes do erário” (p. 130). As regiões do Garimpo eram organizadas em Grupiaras ou Monchões (Terras firmes) e Golfos (barrancos dos rios ou leitos de córregos e rios). O trabalhado realizado pelos garimpeiros era degradante e arriscado, ficando muitos sucumbidos nos Monchões e Golfos para sempre.

Diz o autor,

Que homem de cidade poderá avaliar o sacrifício simbolizado num brilhante que usa adorno, perfeitamente engastado pela arte do joalheiro? Quantas vezes um belo solitário custou uma vida, antes que venha a ser ostentado em delicada mão ou colo gracioso que passeia pela avenida da grande metrópole (p. 137).

Pode ser nessa parte da obra uma precisão de termos ligados às características do diamante e a hierarquia qualitativa de cada tipo da pedra, bem como o valor de mercado e importância na indústria bélica.

Em *organização política* o autor demonstra a ausência de qualquer forma de Estado Legal que possa servir de parâmetro de Organização Societal e a imposição da Lei do mais forte, com forte presença do caudilhismo. “O caudilhismo das lavras morbequianas estava solidamente organizado, emprestado à vida uma textura semelhante à que se observava na generalidade dos sertões brasileiros, quer se olhasse para os coronéis nordestinos ou para os generais de pampas sulinos” (p. 259-260). As leis são construídas a partir dos costumes, de maneira que a ameaça à propriedade, neste caso, leva o delinqüente à morte, perdoando-se até o homicídio, mas jamais o roubo. Cumpre frisar que o termo delinqüente na obra está relacionado ao indivíduo e não a grupos sociais que estivessem ligados à luta por melhores condições de trabalho garimpos ou mesmo a posse terra, posto que, nesse período, esse tipo de ação parece-nos não estar presente no Mato Grosso.

Os caudilhos em geral tinham seus seguidores que enfrentavam quem quer que fosse pelo seu

chefe. As disputas pelos monchões e territórios eram constantes entre os caudilhos, notadamente entre os Morcegos (ligados ao caudilho José Morbeck) e Cai N'água (ligado ao caudilho Carvalhinho).

Por último, é possível perceber ao longo da obra uma exposição lúcida dos aspectos culturais que deram sentido à formação dos vilarejos e cidades, assim como da presença das várias formas de religiões que tentavam a domesticação dos “ímpios”, isto é, os próprios garimpeiros e dos índios. Há, na obra, brilhante descrição das Tribos Bororôs e Xavantes, a disputa entre essas tribos por territórios, bem como os rituais indígenas e suas crendices (BOPE – espírito mau e AROE-IMEGERE – Espírito perfeito).

A Caçadores de Diamantes teve sua Primeira Edição em 1945, publicada pela Biblioteca de Cultura, no Rio de Janeiro e, em 1959, ganhou uma nova reedição pela Editora Melso, do Rio de Janeiro. Depois de muitos anos sem ser reeditada – a obra ganhou sua reedição em 2008, dentro do quadro “Obras Raras do Mato Grosso” e embora pareça uma Obra restrita ao regional, na verdade, é uma obra que abordado diversos temas universais, dentro de um quadro de ocupação garimpeira em uma região inóspita do início do Século XX.

A leitura desta obra faz-se mister àqueles que tem interesse na leitura do Romance Social como instrumento de interpretação do Brasil, assim como àqueles que gostariam de saber mais sobre o interior do país e a forma de ocupação em meados do século passado. É, indubitavelmente, uma obra vigorosa que nos remete ao desconhecido e o fascínio a cada página. Boa leitura aos navegantes!

Cultura, emoção e corporeidade

Vergas Vitória Andrade da Silva – UFRN

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 276 p.

Assentar as bases de uma *antropologia das emoções* atenta às lógicas da orientação cultural e da experiência pessoal que se imbricam no processo de constituição da emoção no corpo é o objetivo central da obra *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*¹, do antropólogo e sociólogo francês David Le Breton (2009). Referenciado por seus estudos ligados à corporeidade humana, o autor, absorto na análise desse campo de estudo, razão de sua relevante produção bibliográfica², amolda-se a um modelo de tradição teórica que considera o corpo matéria simbólica – similar apanágio convirá, outrossim, à investigação antropológica das emoções a respeito da qual aduz nesse seu novo livro que trata da condição corporal e da expressão de sentimentos.

De acordo com a prescrição teórica adotada por Le Breton, ao se levar a cabo uma análise sociológica do corpo – empreitada da qual se ocupa em seus primeiros estudos, cujos fundamentos sustentaram muitas de suas análises ulteriores, inclusive as *paixões ordinárias*³ –, é central principiar por um pressuposto basilar, qual seja, o corpo é uma invenção, escopo de representações e imaginários, baluarte da expressão das emoções. Ele presta-se também ao transporte semântico que garante a evidência da relação com o mundo. A existência é antes de tudo corporal. São eixos de análise dessa sociologia: atividades perceptivas, expressões de sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação,

1 Publicada originalmente na França em 1998 com o título *Les passions ordinaires: anthropologie des émotions*.

2 Autor dos livros publicados no Brasil: *A sociologia do corpo* (2003) e *Adeus corpo* (2006). Na França, publicou: *Corps et sociétés: essai de sociologie et d'anthropologie du corps* (1985); *Anthropologie du corps et modernité* (1990); *La chair à vif: usages médicaux et mondains du corps humain* (1993); *Anthropologie de la douleur* (1995); *Du silence* (1997); *Signes d'identité: tatouages, piercings et autres marques corporelles* (2002), dentre outros.

3 Segundo Le Breton, o termo *paixões ordinárias* deve ser entendido tal qual a abordagem feita por Descartes em sua obra *Tratado das paixões*. Nela, as *paixões ordinárias* são aquelas com as quais cada um de nós vive todos os dias.

gestos e mímicas, etiquetas e inscrições corporais, produção da aparência, técnicas do corpo etc.

Uma conclusão previsível que daí decorre, decerto, é que nessa abordagem o corpo não é, ao menos não exclusivamente, um processo fisiológico, é antes uma *ferramenta* da qual o homem dispõe para expressar-se, *experienciar* o mundo e a si próprio, bem como atuar e conferir significado à concretude do mundo. Em *As paixões ordinárias*, suas análises envoltas da *sociologia do corpo* ganham novos contornos. Ao dedicar-se às codificações corporais e à expressão social das emoções, Le Breton (p. 9), sob uma perspectiva da dimensão simbólica – “da capacidade própria ao homem de fixar o vínculo social pela criação de sentido e valores” –, estende suas discussões sobre a relação *corpo e sociedade* e, doravante, parte para a compreensão do corpo como comunicador simbólico da emoção experimentada.

Indubitavelmente, parte preponderante dos estudos sobre as emoções estiveram e estão diligenciados por uma visão dicotômica. Ou parte-se de uma análise biológica/fisiológica das condutas emocionais, e, por isso, elas seriam universais, ou, por outro lado, parte-se da premissa de que, na verdade, seriam basicamente socioculturais e, desse modo, particular em sua condição. Consequentemente, esses esforços para teorizar as emoções tenderam a um ou a outro lado da clássica oposição natureza-cultura. Le Breton, por seu turno, pouco se afasta dessa contenda, mas assevera que a tarefa da antropologia no âmbito da investigação das emoções consiste na análise das singularidades e particularidades, especificamente culturais, dos comportamentos emocionais humanos.

Esse viés antropológico chama a atenção para o caráter simbólico das manifestações emocionais. A esse ponto, o autor admite que a questão das emoções é inseparável da questão do sentido. Em face desse desígnio, não é difícil prever a posição sectária assumida por Le Breton que atravessa toda a sua obra, quer dizer, para empreender seus estudos parte do princípio de que os estados afetivos dependem do significado conferido pelos indivíduos aos acontecimentos. Quanto a isso, fica patente, em suas análises, o papel ativo do indivíduo frente às emoções. As condutas emocionais são, evidentemente, projetos da cultura. Malgrado não haver originalidade nessa assertiva, ele, entretanto, defende, de igual modo, a assiduidade eficaz dos indivíduos na produção simbólica das emoções e sentimentos.

Ante a importância aferida à dimensão do significado na experiência humana da emoção, Le Breton, por seu turno, é partidário da ideia de que na investigação antropológica das emoções o que mais interessa é articular experiências emocionais individuais e experiências coletivas, pois está convencido de que o processo de constituição da emoção no corpo é um empreendimento tanto social quanto pessoal. O modo como as emoções assaltam os indivíduos e como neles repercutem têm raízes em normas coletivas tácitas, entretanto dependem, igualmente, das circunstâncias e das singularidades de cada indivíduo. Este realiza suas projeções de sentido por intermédio do prisma de sua *cultura afetiva* e de sua história pessoal, que passam a ordenar o infinito fluxo de sensações que o acomete.

Frente aos argumentos precedentes, Le Breton emprega-os com vistas a ratificar, reiteradamente, que a expressão da emoção corporal é socialmente modulável, mesmo sendo vivida de acordo com o estilo particular do indivíduo. Nesses termos, a *cultura afetiva* não impele os indivíduos, forçando-os a uma obediência absoluta: ela é um prontuário de indicações que sugere respostas apropriadas a cada particular conjuntura. Não se inflige como uma fatalidade mecânica, pois, na realidade, os indivíduos nem sempre estão de acordo com as expectativas implícitas de seu grupo. É verdade que expressam emoções em concordância com orientações sociais e culturais que se apresentam, mas eles as redesenham de acordo com suas trajetórias pessoais, *status* social, sexo, idade etc.

Por essas convicções, Le Breton critica, com justeza, a ilusão substancialista que considera as emoções estados absolutos ou essências. Denuncia, por exemplo, certos estudos ocupados na busca por uma base *anatomofisiológica* da emoção e da sua expressão, pois eles rejeitam, desse modo, as nuances e particularidades sociais e pessoais. Tais análises diminuem qualquer influência do indivíduo e todo investimento de sentido que ele engendra para apreender determinado evento. Extinguem a dimensão simbólica da manifestação das emoções e desconsideram os significados sociais e culturais que elas assumem em contextos diferentes.

Nesses termos, contrário à análise naturalista das emoções, essa *antropologia* depreende que as expressões emocionais são, portanto, emanações sociais ligadas às circunstâncias *morais* peculiares aos indivíduos. Elas não são espontâneas, mas ritualmente organizadas. Enraizadas na

cultura afetiva, estão dispostas em um sistema aberto de significados, em ritualismos, no vocabulário etc. A *socialização afetiva* não apenas nos ensina o modo de agir, mas sugere também aquilo que devemos sentir em dado momento. O que Le Breton confirma com essas proposições é o imperativo de compreender as emoções, vivenciadas individualmente, como um fenômeno social adquirido através do aprendizado cultural com o Outro.

Nos devidos termos, o Outro, tal qual entende o autor, é a estrutura que organiza a ordem de significado do mundo. Daí sua função fundamental na aquisição, na manutenção ou na modificação da simbologia corporal e emocional. A presença do Outro assegura a vida. Não se pode pensar em vida social sem o Outro. O homem não existe sem a educação que modela sua relação com o mundo e com os outros. Na origem de toda experiência humana, o Outro é a condição de sentido: ele é o fundador da diferença e, assim, do elo social. Seu ponto de vista faz falta para manter a coerência e a visão das coisas. Novamente, reforça-se aqui a acuidade do Outro para o aprendizado de gestos, mímicas e posturas que exprimem emoções.

Em suma, nota-se que Le Breton em *As paixões ordinárias* investe no emprego da categoria analítica emoção como propósito de pesquisa antropológica, na certeza de sua contribuição para a compreensão dos indivíduos e de situações sociais. Ao trazer à baila o clássico debate que consiste em esclarecer se a expressão e sua correspondente experiência emocional estão ligadas de modo inato, ou se estão associadas por um processo de aprendizagem sociocultural, Le Breton sustenta, por meios de posições contundentes, que as situações emocionais, por mais que se assemelhem a processos fisiológicos cujos segredos estariam contidos no corpo, estão, na verdade, inscritas em modelos contínuos e duradouros de relações sociais e são, ao mesmo tempo, produtos relacionais entre indivíduos, cultura e sociedade.

Portanto, essa *antropologia das emoções* faculta aos indivíduos peso igual frente à relação indivíduo-sociedade. No que se alude às emoções, os indivíduos não se portam exclusivamente como produtos apáticos da história, eles são, igualmente, detentores de uma história na qual constroem a significação. Ou melhor, há um sentido da história que é aquele que indivíduos, em suas vidas ordinárias, arquitetam. Em presença da emoção que o investe, o indivíduo a avalia, a interpreta e só então produz

respostas face às situações. Por isso, a emoção é ao mesmo tempo avaliação, interpretação, expressão, significado, relação e regulamento levado a cabo por indivíduos culturalmente localizados. Não há indiferença ante a cultura.



dossiê dos autores



DOSSIÊ DOS AUTORES

AILTON SIQUEIRA DE SOUSA FONSECA

Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Política da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Coordenador do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo (GECOM/UERN). Últimas publicações: Fonseca, ASS. Direito e complexidade como mediação do cuidado. *Revista Complejus*, v. 1, p. 143-153, 2010. Fonseca, A. S. S.; Palmeira Sobrinho, Z. O olhar, a interpretação e o Direito. *Inter-legere* (UFRN), v. 6, p. 206-223, 2010. Rocha, R. C.; Fonseca, A. S. S. Condição humana e modernidade na obra de Ernesto Sabato. *Inter-legere* (UFRN), v. 6, p. 68-82, 2010.

E-mail: ailtonsiqueira@uern.br

CARLA MONTEFUSCO DE OLIVEIRA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1998) e mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (2000), e doutoramento em Ciências Sociais pela UFRN (2010). Atualmente é professora efetiva adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Serviço Social e Recursos Humanos com ênfase em Serviço Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: responsabilidade social, gestão social, desenvolvimento sustentável, assessoria e consultoria social e sociologia econômica.

E-mail: carla.montefusco@bol.com.br

CARMEN SYLVIA ALVES DE VASCONCELOS

Graduada em Serviço Social e Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Trabalha no Tribunal Regional do Trabalho, em Natal. Tem publicado regularmente seus poemas em jornais e revistas literárias do Nordeste, obtendo grande repercussão entre os leitores. Livro de poemas, intitulado *Chuva ácida*, publicado pela Fundação José Augusto, em 2000.

DALINE MARIA DE SOUZA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Áreas de Interesse: Sociologia urbana, antropologia urbana, gestão das cidades, planejamento urbano, avaliação de políticas públicas, cultura, patrimônio, gestão de sítios históricos, políticas de recuperação urbana de sítios históricos. Últimas publicações:

Desenvolvimento através da cultura no município de Janduís/RN: uma avaliação das políticas públicas da gestão municipal (1989/1992). In: Costa, JBA; Coelho, MIS. *Desenvolvimento e políticas públicas no Oeste Potiguar: avaliações*. Mossoró/RN: Edições UERN, 2010.

E-mail: dalinesouza@gmail.com

HOMERO DE OLIVEIRA COSTA

Professor Associado I do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Graduado em Ciências Sociais (UFRN), com Habilitação em Sociologia e Política, fez Mestrado em Ciência Política na Unicamp e Doutorado em Ciências Sociais (Área de Política) na PUC-SP. Últimas publicações: *A reforma política e outros ensaios* (Editora Sebo Vermelho/Natal-RN) e *Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais: 1989 a 2002* (Editora Sulina/RS, 2007). Em termos de pesquisa acadêmica, trabalha principalmente nos seguintes temas: partidos políticos, comportamento eleitoral, mídia e política.

E-mail: homero-costa@uol.com.br

JANETE LIMA DE CASTRO

Professora adjunta do Departamento de Saúde Coletiva/UFRN. Áreas de interesse: Gestão de Recursos Humanos em Saúde; Educação; História e Saúde; Trabalho e Saúde. Últimas publicações: Castro, JL; Santana, JP; Nogueira, RP. *Izabel dos Santos: el arte y la pasión de aprender haciendo*. Natal-RN: Observatório RH NESC/UFRN, 2008. v. 1. 128 p. Castro, JL. *Protagonismo silencioso: a presença da OPAS na formação de recursos humanos em saúde no Brasil*. Natal-RN: Observatório RH NESC/UFRN, 2008. 276 p.

E-mail: castrojanete@hotmail.com

JOSÉ WILLINGTON GERMANO

Professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Áreas de interesse: Educação e Sociedade, Políticas Educacionais, Estado e Políticas Públicas, Cultura e Política. Últimas publicações: Germano, JW. *Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social*. *Cronos* (Natal), v. 8, p. 41-56, 2008. Germano, JW. *O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário*. *Cadernos do CEDES* (UNICAMP), v. 28, p. 313-332, 2008. Germano, JW. *Globalização, Crise Social e Educação: o Mercado como modelo*. In: Henry, Robert Austin (Org.). *Imperialismo Cultural en América Latina: Historiografía y Práxis*. Santiago – Chile: CECATP, 2007. p. 173-195.

E-mail: wgermano@digi.com.br

JOÃO BOSCO ARAÚJO DA COSTA

Professor Associado II do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN. Áreas de Interesse: Sociologia Política; Desenvolvimento, poder local e terceiro setor; políticas Públicas e avaliação de políticas públicas. Últimas publicações: *Desenvolvimento e políticas públicas no Oeste Potiguar: avaliações*. Mossoró: Edições UERN, 2010

E-mail: joaobac@uol.com.br

JOSÉ MANUEL RODRÍGUEZ VICTORIANO

Profesor Titular de la Universidad de Valencia. Departamento de sociología y Antropología Social. Lineas de investigación: perspectiva cualitativa i dialèctica en la recerca social, ideologia, territori i ciutadania, participació i democràcia, sociologia ecològica, sociologia de l'educació. **Publicaciones** más **recientes**: Democratizar la democracia: la participación ciudadana desde abajo. La capacidad transformadora como. Dimensiones teóricas y primeros resultados empíricos de la investigación sociológica entorno al 'Programa experimental de integración socioeducativa a través del judo para jóvenes del barrio Ruzafa'. Usos sociales de la ciencia: hacia una ciencia socialmente informada. E-mail: jose.m.rodriquez@uv.es

KENIA BEATRIZ FERREIRA MAIA

Professora do Departamento de Comunicação e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. Graduada em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1987) e doutorado em Ciência da Informação e da Comunicação – Université de Metz (2003). Pesquisadora associada da Universidade de Brasília e da Universidade Paul Verlaine-Metz. Diretora administrativa da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, ombudsman, divulgação científica, deontologia e jornalismo – história.

LINCOLN MORAES DE SOUZA

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Doutor em Política Social pela Unicamp/IE. Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP) da UFRN. Áreas de interesse: Estado, políticas públicas, gestão popular. Últimas publicações: A agenda e as agendas no Brasil, *Cronos*, Natal-RN, v.7, n.1, jan./jun. 2006; Das marcas do passado à primeira transição do PT, *Perseu*, São Paulo, n. 2,

ano 2, ago. 2008; *Políticas públicas: introdução à análise e atividades*. Natal: Edfurn, 2010 (no prelo).
E-mail: lincolnmoraes@ufrnet.br.

MARIA IVONETE SOARES COELHO

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGC/UFRN). Bacharel em Serviço Social e Direito (UERN); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UERN); Professora Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FASSO/UERN).

E-mail: lunasoares@uol.com.br e ivonetesoares@uern.br

MARIA JOÃO SANTOS

Professora do Centro de Investigação em Sociologia Económica das Organizações (SOCIUS), Lisboa – PT; Doutora em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa; discute temas relacionados à Gestão do Conhecimento; Criatividade e Inovação; Desenvolvimento Sustentável; Responsabilidade Social das Empresas; Sociologia do Trabalho; Desenvolvimento Local.

E-mail: mjsantos@iseg.utl.pt

MARÍA NOEL LAPOUJADE

Licenciatura en Filosofía (Uruguay) con Reconocimiento de Equivalencia por la UNAM
Posgrado en Filosofía en la Universidad de Heidelberg (2 años, Alemania). Especialización en Lingüística (Primer Instituto Lingüístico Latinoamericano). Maestría en Filosofía (UNAM). Doctorado en Filosofía. Mención Honorífica (UNAM). Doctorado en la Universidad de Paris 8. Mention très Honorable et Félicitations du Jury (Francia). Posdoctorado en la Universidad de Paris 8. **Publicaciones más recientes:** *Ariel y Calibán*, publicado en la Revista Relaciones, n. 275, Montevideo, abril 2007, p.8-9, doble carta; *Final del viaje*, publicado en el Boletín del CEFU (Centro de Estudios Filosóficos Uruguay), en el mes de abril 2007.

E-mail: mnlapoujade@gmail.com

MERCEDES MARTÍNEZ IGLESIAS

Departament de Sociologia i Antropologia Social – Universidad de Valencia. Profesora asociada y Personal de Investigación. Áreas de interesse: Sociología ecológica; sociología de género; cambio

social; sociología urbana; sociología del desarrollo; sociología de la ciencia. **Publicaciones más recientes:** Martínez-Iglesias, M.; Garcia, E. Tres notes sobre sostenibilitat urbana i formes de vida. In: Gausa, M. (Ed.). *Cap a un habitat(ge) sostenible*. Barcelona: CADS, 2010. Martínez-Iglesias, M. ; Garcia, E. La construction, le logement et leurs impacts environnementaux et sociaux. In : Dobré, M.; Juan, S. (Dir.). *Consommer autrement: la réforme écologique des modes de vie*. Paris : Editorial L'Harmattan, 2009. Martínez-Iglesias, M. Políticas ambientales y participación ciudadana. In: Ibarra P. et al. (Comp.). *Memorias de las Primeras Jornadas de Análisis Político Crítico*. Bilbao: UPV-EHU, Departamento de Ciencia Política, 2009.
E-mail: mercedes.martinez@uv.es

NATÁLIA MIRANDA VIEIRA

Professora Adjunto do Departamento de Arquitetura e da Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Áreas de Interesse: gestão de sítios históricos, projetos de intervenção em áreas patrimoniais, políticas de recuperação urbana de sítios históricos. Últimas publicações: *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
E-mail: natvieira01@hotmail.com

RAIMUNDO FRANÇA

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Professor Assistente da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Áreas de Interesse: Democracia, Estado e Sociedade. Últimas publicações: *Partido e a Condição Pós-Moderna e Acre: Velho e o Novo*.
E-mail: raimundofranca@gmail.com

ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA

Filósofo (UFRN, 1989), Mestre em Ciências Políticas (UFPE, 1997) e Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UNB, 2006). Últimas publicações: Singer, P; Silva, R MA. A Economia Solidária no Brasil e o Fome Zero: avançando nas estratégias de redução de desigualdades sociais In: Fome Zero: uma história brasileira. 1. ed. Brasília: MDS, Assessoria Fome Zero, 2010, v. 2, p. 219-228. Silva, RMA. *Concepções de desenvolvimento: convivência e sustentabilidade no semiárido brasileiro*. In: Semiárido Piauiense: Educação e Contexto. 1. ed. Campina Grande: INSA, 2010, v. 1, p. 68-81.
E-mail: rmas2007@gmail.com

RUBENS PINTO LYRA

Titular do Diplôme Supérieur de Langue ET Littérature Françaises da Université de Nancy (1966). Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (1970). Mestre em Ciência Política (1972) e Doutor e Direito, na área da Política, pela Université de Nancy I (1975). Pós-doutor pela Université de Picardie (1991). Professor da Universidade Federal da Paraíba, com atuação nos cursos de pós-graduação em Sociologia e em Direito (1978-2004). Atualmente, é professor Titular da Universidade Potiguar. Tem experiência na área de Ciência Política, tendo exercido diversos cargos na esfera pública. No momento, pesquisa temas na área de teoria política, democracia, democracia participativa e direitos humanos.

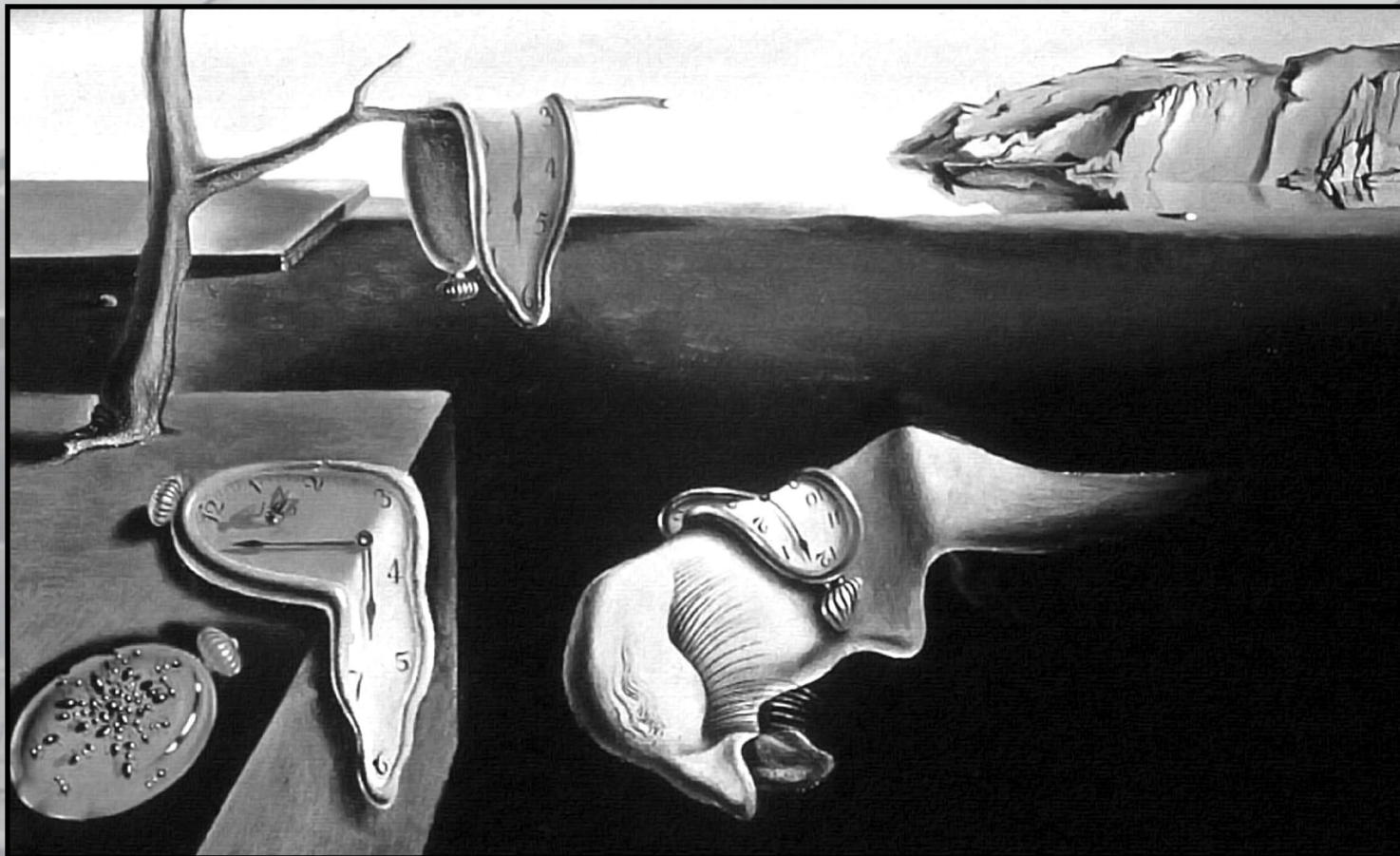
E-mail: rubelyra@uol.com.br

VERGAS VITÓRIA ANDRADE DA SILVA

Graduada em Ciências Sociais, UFRN (2003). Mestre em Ciências Sociais, UFRN (2006). Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e membro do Grupo de Estudos em Cultura, Subjetividades e Póiesis, UFRN. Linha de pesquisa: Conflito, Dinâmicas Sociais e Subjetividade. Áreas de Interesse: Sociologia e Antropologia das Emoções, Questões Relativas à Subjetividade, Representações e Práticas Sociais. Últimas publicações: Silva, VVA. O imaginário romântico: modos de amar e sofrer. *Revista Eletrônica Inter-legere*, Natal, v. 5, p. 170-182, jun./dez. 2009; Silva, VVA. A produção da subjetividade enquanto relação consigo: uma leitura de Foucault. *Revista Eletrônica Inter-legere*, Natal, v. 6, p. 83-94, jan./jun. 2009. Silva, VVA. Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo? In: Ribeiro, MG (Org.). *Ensaios sobre psicologia e crítica da cultura*. Olinda: Realize, 2009. 268 p; Silva, VVA. Preâmbulo a um diálogo sobre amor e dor. *Revista Eletrônica Polêmica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 83-90, abr./jun. 2009.

E-mail: vergasvitoria@yahoo.com.br





Normas para publicação



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

CRONOS, Revista semestral da UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais é impressa nas dimensões do presente volume (20,5cm x 27,5cm).

- 1) Os artigos originais apresentados devem ser entregues em três cópias, digitados em times *new roman*, espaço duplo, tamanho 12. Não devem ultrapassar trinta laudas e as resenhas cinco laudas. Cada artigo deve conter um resumo (no máximo dez linhas) com tradução (inglês ou francês) e três a cinco palavras-chave. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da Revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59072-970. E-mail: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) Todos os artigos, resenhas e outros tipos de trabalhos acadêmicos encaminhados à CRONOS para publicação, serão avaliados por pareceristas *ad hoc*.
- 3) A primeira página deve conter: título do trabalho, autoria, endereço e outros dados sobre o autor (endereço e telefone para contato, e-mail, instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).
- 4) Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete ou CD, com cópia em papel.
- 5) A citação deverá ser indicada através do sistema autor-data. Ex: Teixeira (1992, p. 46); (TEIXEIRA, 1992, p. 30); para obras sem autoria, entrar pela primeira palavra do título em maiúscula. Ex: (A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58). De acordo com a NBR 10520/2002.
- 6) As notas de rodapé devem ser explicativas e não de referências. A numeração é feita em algarismos arábicos e deve ser única e consecutiva da primeira à última página.
- 7) As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto. Qualquer que seja seu tipo (desenhos, esquemas, fluxogramas, gráficos, mapas, organogramas, plantas, fotografias, quadros e outros), sua identificação aparece na parte inferior, precedida do tipo designativo, seguida do número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, e do

respectivo título (NBR 6022/2003).

Colocar a fonte de onde foi retirada a ilustração logo abaixo da mesma no canto inferior esquerdo: Fonte: Autor, ano e página. No caso de fotografias usar: Foto: Nome do fotógrafo, mês/ano. Quanto aos mapas, croquis, plantas, cartogramas ou outros tipos de ilustrações que forem adaptadas pelo autor do artigo, colocar após a fonte a informação: Adaptado por: Nome, mês/ano.

As Tabelas não são ilustrações e seguem as *Normas de apresentação tabular* do IBGE (1993). Tabela é uma “forma não discursiva de apresentar informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central” (IBGE, 1993, p. 9).

- 8) As referências devem listar todas as citações mencionadas no texto. Devem ser organizadas em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigidas segundo a norma brasileira da ABNT, NBR – 6023, 2002. A lista de REFERÊNCIAS deve vir, sob este título, no final do texto.

Natal (RN), 2010.

Cronos – Volume 1 – Número 1 – janeiro/junho 2000

DOSSIÊ CÂMARA CASCUDO

Francisco de Assis de Sousa Lima – Conto popular: o legado de uma tradição

Gilberto Felisberto Vasconcellos – O ensaio de Luís da Câmara Cascudo na interpretação da cultura brasileira

Ilza Matias de Sousa – Câmara Cascudo e a história dos nossos gestos: o homem, um signo

Vânia de Vasconcelos Gico – Luís da Câmara Cascudo e o conhecimento da tradição

ARTIGOS

Norma Takeuti (Org.) – Desafios sociais e abordagens sócio-clínicas: por V. de Gaulejac

Robert Austin – Neoliberalismo y renovacion pos dictatorial em la educacion superior chilena, 1989-1997

Cronos – Volume 1 – Número 2 – julho/dezembro 2000

DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL

Brasília Carlos Ferreira – Antonio Candido: um homem simples

Dalcy da Silva Cruz – Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil

Marta Maria de Araújo – Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos

Afonso Henrique Fávero – Pedro Nava: um memorista e tanto

Tânia Elias Magno da Silva – Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro

Idilva Maria Pires Germano – Nações de papel: livros e povos

ARTIGOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – O ensino das Ciências Sociais no Brasil

Norma Takeuti – Imaginário Social “mortífero”: a questão da delinquência juvenil no Brasil

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A cor no cinema: signos da linguagem

Cronos – Volume 2 – Número 1 – janeiro/junho 2001

DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Brasília Carlos Ferreira – Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais

Eleonora Tinoco Beaugrand – A nova economia e a frágil euforia por mais empregos

Cristiano German-Acess Denid: marginalização na era da informação

Alexandre Carneiro de Souza – As dimensões do trabalho

Dinah dos Santos Tinôco – As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil

Edilson José Gracioli – Reestruturação produtiva e movimento sindical

Aldenôr Gomes da Silva – Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna

Henrique Caetano Nardi – Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação

ARTIGOS

Vincent de Gaulejac – A gênese social dos conflitos psíquicos

Pedro Vicente Costa Sobrinho – Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil

Daniele Gugelmo Dias – Aplicando a sistêmica à composição dos séculos

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Enraizamento, pertença e ação cultural

Cronos – Volume 2 – Numero 2 – julho/dezembro 2001

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – CAMINHOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – Reforma do pensamento e extensão universitária

Edgar Morin – A suportável realidade

José Luiz Salana Ruiz – Sobre el concepto de complejidad: de lo insimplificable a la fraternidad amante

Juremir Machado da Silva – Da impossibilidade do método

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – As ciências do diálogo

Edgard de Assis Carvalho – Tecnociência e complexidade da vida

Henri Atlan – Viver e conhecer

ARTIGOS

Jean Philippe Bouilloud – Recepção e sociologia

Beatriz Maria Soares Pontes – Globalização, processo produtivo e território

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A face escura do cinema: interpretação sobre o espaço urbano no filme Noir

Cronos – Volume 3 – Numero 1 – janeiro/junho 2002

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – MOVIMENTOS

Aldo Aloízio Dantas da Silva – Complexidade e Geografia

Ana Sánchez – Complexidade e Feminismo

Cezar González Ochoa – A dimensão do tempo nas culturas

Gustavo de Castro e Silva – Seis ou sete motivos para o amanhã

Jean Tellez – O sujeito complexo

Lisabete Coradini – Cidades, imagens e desordem

Tereza Mendonça – Complexidade, educação e ética da responsabilidade

ARTIGOS

Michel Maffesoli – É tempo de rebelião!

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica

Almir de Carvalho Bueno – Poder central e autonomia estadual no início da República no Rio Grande do Norte

Francisco Rüdiger – A modernidade como época de crise: Leo Strauss e as raízes do niilismo ocidental

Cronos – Volume 3 – Numero 2 – julho/dezembro 2002

DOSSIÊ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Anne-Marie Fixot – Educação, cidade e democracia

Evson Malaquias de Moraes Santos – Afetividade e gestão democrática na Escola Pública patrimonialista

José Willington Germano – Imagens da destituição: Os pobres e a educação no Brasil

Melânia Mendonça Rodrigues – Fórum Municipal de Educação de João Pessoa: espaço de participação?

Michel Thiollent – Construção do conhecimento e metodologia da extensão

Norma Missae Takeuti – Os jovens e a “fome de cultura”

Paulo Henrique Martins – Educação, cidadania e emancipação: explorando as teses antiutilitaristas

de Anne-Marie Fixot

Robert Austin e Paulina Vidal – La pared invisible: género, intelectuales y educación superior en Chile en el largo siglo XX

ARTIGOS

Dalva Maria da Mota – Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação, agricultura empresarial e trabalho no platô de Neópolis/Sergipe.

Evaldo Vieira – As eleições de 2002 e a vontade popular

Heribert Schmitz – Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar

José Castello – Literatura e jornalismo literário num mundo em fragmentos

Luciano Vasapollo – Integración europea y moderna competencia global: la nueva redistribución territorial del dominio

Marcos Falchero Falleiros – Presépio animado

Maria de Lourdes Patrini – Vida e fatos passados a limpo

Cronos – Volume 4 – Números ½ – janeiro/dezembro 2003

DOSSIÊ GASTON BACHELARD

Adailson Tavares de Macedo – A casa do sertão

Cláudia Netto do Valle – Histórias brasileiras

Elyana Barbosa – Gaston Bachelard e o racionalismo aplicado

Marly Bulcão – Tempo e matéria na poesia visceral de Lautréamont

Maurício de C. T. Panella – País da infância imóvel

Alvaro de Pinheiro Gouvêa – O feminino em Bachelard: A gênese do devaneio

Ana Laudelina Ferreira Gomes – A demiurgia da mão no cosmos poético de Sertania, de Nivaldete Ferreira

Catarina Sant'Anna - Gaston Bachelard: os índices do dramático no seio do lírico

Fábio Ferreira – O valor ontológico do pensamento bachelardiano

Jean-Jacques Wunenburger – O pensamento rhenano de Gaston Bachelard: conflito ou aliança da razão e da imaginação?

Cronos – Volume 5/6 – Números ½ – janeiro/dezembro – 2004/2005

DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA

Norma Missae Takeuti – Apresentação

Eugène Enriquez – Da solidão imposta a uma solidão solidária

Norma Missae Takeuti – O difícil exercício da alteridade

Aécio Gomes de Matos – A democracia na miséria

Vincent de Gaulejac – O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito

Christophe Niewiadomski – Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social

José Newton Garcia de Araújo e Maria Mercedes Merry Brito – Loucos pela rua: escolha ou contingência?

Tereza Cristina Carreteiro e Cristine M. Mattar – História de vida, subjetividade e violência conjugal

Jean Gabriel Offroy – O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental

ARTIGOS

Maria da Conceição de Almeida – Novos contextos das Ciências Sociais

Celso Frederico – O marxismo de Lucien Goldmann

Assis Brandão – As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos

Maria José de Rezende – Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo

Marcos M. B. de Mesquita – O barroco ibero-americano: “ausência de síntese”?

Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto – Desmandos e violência no sertão rosiano

John Lemons – Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfolio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe

Maria Noel Lapoujade – Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana

Soraya Fleische – Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli

Márcio de Oliveira – Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília

Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira – Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN

Ivanaldo Santos – Da gênese à crise do Estado de bem-estar

Márcio de Lima Dantas – Valdetário Carneiro: mártir e comediante

Cronos – Volume 7 – Número 1 – janeiro/junho – 2006

DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS

Vera Schattan Ruas P. Coelho, Ilza Araújo L. de Andrade, Mariana C. Montoya – Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?

Maria do Livramento Miranda Clementino – Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial

Aldenôr Gomes – A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino

Fernando Bastos – Estabelecidos e *outsiders* nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B

Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos – Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina

Lincoln Moraes de Souza – A agenda e as agendas no Brasil

ARTIGOS

Elda Rizzo de Oliveira – Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas

Célia Regina Congílio Borges – Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo

Jean Carlo de Carvalho Costa – Sílvio Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da *categoria miscigenação*

Edison Bariani – Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos

Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento – Sexo, amor e interesse entre *gringos* e *garotas* em Natal

Marina Soler Jorge – Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro

Cronos – Volume 7 – Número 2 – julho/dezembro – 2006

DOSSIÊ MODERNIDADE & PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES

Olgária Matos – Metrópole e angústia: acosmismo e cosmopolitismo

João Emanuel Evangelista – Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos

Michel Maffesoli – Religação imaginal

Renarde Freire Nobre – Weber e a influência do protestantismo na configuração da modernidade ocidental

Wilma de Nazaré Baía Coelho – Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores

Lúcia Leitão – Um traço, muitos riscos

Paulo Roberto Ceccarelli – As repercussões das novas organizações familiares nas relações de gênero

Maria Ruth Sousa Dantas de Araújo – Um lugar onde se situar

ARTIGOS

Benedito Nunes – Volta ao Mito na ficção brasileira

Flavio Lúcio R. Vieira – O método sem história: uma crítica da metodologia moriniana da complexidade

Edmilson Lopes Júnior – Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil

Giovanni Alves – Trabalho, técnica e estranhamento: uma análise sociológica do filme “Matrix”

Maria Tereza Garcia – Violência e medo, elementos extintos no *newsmaking* do jornalismo público?

Cristiano Lima Ferraz – Repensar 1942: o SENAI frente à metamorfose do industrialismo

Cronos – Volume 8 – Número 1 – janeiro/junho – 2007

DOSSIÊ GLOBALIZAÇÕES ALTERNATIVAS

Boaventura de Sousa Santos – Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais

José Willington Germano – Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social

Elida Lauris – Pluralismo emancipatório? Uma abordagem a partir dos movimentos indígenas da América Latina

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Daniela de Cunha Lopes – O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – Reinvenções necessárias no século XXI: democracia direitos humanos e instituições de segurança

Eunice Cristina do Nascimento Castro Seixas – Discursos pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agualusa e Saramago

Luciana Rosa Marques – Políticas de democratização da educação: um estudo com base no pensamento

de Boaventura de Sousa Santos

Débora Regina Pastana – O “Estado punitivo brasileiro” e a “democracia representativa elitista” de Boaventura de Sousa Santos

ARTIGOS

Maria Noel Lapoujade – Traduzido por Nelson Patriota – Ariel e Calibã como protótipos da espécie humana

Homero de Oliveira Costa – Democracia e participação na teoria pluralista

Dacier de Barros e Silva – Fragilidades de uma sociedade: em busca de um eu não perdido, ou os entraves do desenvolvimento nacional

Daniel Pereira Andrade – O perigo da “normalidade”: o caso Eichmann

Luciana Carlos Celestino – História da Donzela Teodora: uma narrativa de transgressão feminina em direção ao reino da Alma Selvagem

Cronos – Volume 8 – Número 2 – julho/dezembro – 2007

DOSSIÊ ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Heloísa Martins – O ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de Ciências Sociais

Amaury Cesar Moraes – O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?

Ileizi Fiorelli Silva – A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina

Tânia Elias – Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas

Simone Meucci – Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na escola normal de Pernambuco – 1929-1930

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Notas críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para o ensino de Sociologia no Ensino Médio

ARTIGOS

Beatriz Maria Soares Pontes – Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético

Patrícia Alves Ramiro – Ensaio sobre a renda

Ana Paula Pereira Gomes – O Negro – Individual, coletivo, self, raça e identidade: algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição

Arilson Silva de Oliveira – O jardim encantado da religião chinesa sob o olhar weberiano

José Antonio Spinelli, Rubens Pinto Lyra – As transformações do capitalismo e o alegado fim das utopias

Cronos – Volume 9 – Número 1 – janeiro/junho – 2008

DOSSIÊ UTOPIAS URBANAS

Laurent Vidal – Utopias urbanas no Brasil contemporâneo dos equívocos do nome à multiplicidade das experiências

Maria da Conceição Coelho Ferreira – O sertanejo e a cidade, uma imagem utópica

Remy Lucas – O ano em que Zumbi tomou o Rio ou a utopia revolucionária das favelas

Inaê Elias Magno da Silva – Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília

Christiane Machado Coelho – Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto

Daniella de Castro Rocha – Da utopia brasiliense à realidade do Distrito Federal: a emergência e a difícil estabilização de um espaço político específico em Brasília

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964)

ARTIGOS

Ricardo Luiz de Souza – A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte.

Edgard de Assis Carvalho – Ética complexa e democracia política

Patrick Le Guirriec – A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia

Joana El-Jaick Andrade – O ocaso da sociedade do trabalho? reflexões sobre a crise do paradigma do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas

Márcio Luiz do Nascimento – Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”

Cronos – Volume 9 – Número 2 – julho/dezembro – 2008

DOSSIÊ NARRADORES DO SENSÍVEL

Edgard de Assis Carvalho – A paixão pelo entendimento: Claude Lévi-Strauss e a universalidade da cultura

Abrahão Costa Andrade – Merleau-Ponty e Lévi-Strauss: narradores do sensível?

Mariza Martins Furquim Werneck – Claude Lévi-Strauss e a experiência sensível da Antropologia

Iraquitã de Oliveira Caminha – Percepção e motricidade

Wagner Wey Moreira, Terezinha Petrucia Nóbrega – Fenomenologia, educação física, desporto e motricidade: convergências necessárias

Maria da Conceição Xavier de Almeida – Claude Lévi-Strauss e três lições de uma ciência primeira

Maria Isabel Brandão de Souza Mendes, Wani Fernandes Pereira – Sentir, olhar, ler, escutar: Claude Lévi-Strauss, Maurice Merleau-Ponty, narradores do sensível

Terezinha Petrucia da Nóbrega – Merleau-Ponty: o corpo como obra de arte e a inexatidão da verdade

Salma Tannus Muchail – Merleau-Ponty e a história

ARTIGO

Jean Carlo de Carvalho Costa – Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional

Cronos – Volume 10 – Número 1 – janeiro/junho – 2009

DOSSIÊ JOSUÉ DE CASTRO

Antonio Alfredo Teles de Carvalho – Josué de Castro e a construção de uma matriz dos estudos sobre a fome na história do pensamento geográfico no Brasil

Maria Aparecida Lopes Nogueira – Utopias: Josué de Castro e o *Mangue Beat*

Renato Carvalheira do Nascimento – O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos?

Tânia Elias Magno da Silva – Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil

Tayguara Torres Cardoso – A Memória, a História e a Denúncia entre Homens e caranguejos: a literatura como elemento eloqüente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro

ARTIGOS

Francisco das Chagas Silva Souza – As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil.

Cronos – Volume 10 – Número 2 – julho/dezembro – 2009

DOSSIÊ MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Gleice Donini de Souza, Wagner Costa Ribeiro – Novagerar: experiência pioneira do Brasil no MDL

Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello – Mecanismos globais na construção das políticas ambientais, GEF e MAB

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia

da governança

Sara Gurfinkel Marques de Godoy - Uma análise do mercado mundial de certificados de carbono

Maria Adélia Aparecida de Souza – Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: as metáforas do capitalismo

ARTIGOS

Jairo Bezerra da Silva, Lemuel Dourado Guerra, Ramonildes Alves Gomes, Marcionila Fernandes
– Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB

Vanessa Tavares Dias – Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

TEMAS PARA OS PRÓXIMOS DOSSIÊS

Fundamentalismos Contemporâneos
Repensando o Gênero

Estamos disponíveis para o recebimento de artigos e resenhas de acordo, ou não, com as temáticas citadas acima. Deverão ser enviados à comissão editorial da revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59078-970.
E-mail: cronos@cchla.ufrn.br



CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Ficha de Intercâmbio

SELO
STAMP

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

BIBLIOTECA SETORIAL

Serviço de Intercâmbio

Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – Natal-RN Brasil – CEP 59078-970

E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

Remetente: -sender: _____

Endereço – Address _____

Cidade e Estado – City and State _____

País – Country _____

Senhores:

Dear Sirs

Por gentileza preenchem a solicitação a baixo, devolvendo-a, a fim de que não haja interrupções na remessa do próximo número da sua revista.

Please fill the request below and return to us, so we can send you the nest number of revista.

1. Recebemos e agradecemos: _____

We have received

2. Faltam-nos: _____

We are in want for

3. Enviamos em permuta: _____

We sent you in exchange

Local e data: _____

City and date



SUMÁRIO

EDITORIAL

DOSSIÊ PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO

- João Bosco Araújo da Costa (UFRN)
Governança democrática e poder local no Rio Grande do Norte nos anos 80: a experiência de Janduis
Maria João Santos (Universidade Técnica de Lisboa), Carla Montefusco de Oliveira (UFRN)
Clusters locais de responsabilidade social das organizações: possibilidades e limites em debate
Maria Ivonete Soares Carvalho (UFRN), Carla Montefusco de Oliveira (UFRN)
Novos Arranjos Institucionais: gestão local e conselhos municipais de Assistência Social
Daline Maria de Souza (UFRN), Natália Miranda Vieira (UFRN)
Gestão de sítios históricos: o processo de implementação da política de recuperação do Pelourinho (Salvador-BA)
José Manuel Rodríguez Victoriano (Universidad de Valencia)
La apertura cualitativa en la investigación de los conflictos ecológico-sociales
Roberto Marinho Alves da Silva (UFRN, SENAES/MTE)
Desafios da sustentabilidade política do desenvolvimento: padrões de relação estado e sociedade no Brasil
Lincoln Moraes de Souza (UFRN)
Comentando as classificações de políticas públicas
Mercedes Martínez Iglesias (Universidad de Valencia)
Ciencia, activistas y conflictos socioecológicos

ARTIGOS

- Janete Lima de Castro (UFRN), José Willington Germano (UFRN)
A Difusão da Medicina Social no Brasil: o Protagonismo de Juan César Garcia e da OPAS
María Noel Lapoujade (UNAM, México)
De las cárceles de los imaginarios contemporáneos a una estética de la libertad
Rubens Pinto Lyra (UFPB)
Maquiavel Republicano: Precursor da Democracia Moderna
Homero de Oliveira Costa (UFRN)
Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos

ENTREVISTA

- Apresentação Nicolas Truong
Traduzido por Kenia Beatriz Ferreira Maia
Entrevista Edgar Morin e Nicolas Hulot
Entrevistada por Carla Montefusco de Oliveira (UFRN)
Entrevista com a Professora Maria João dos Santos

POEMAS

- Carmen Sylvia Alves de Vasconcelos
Um bonde chamado Destempo
Lendo Einstein à luz de Eliot
O tempo reencontrado

RESENHAS

- Ailton Siqueira de Sousa Fonseca (UERN)
Diálogo sobre o homem, a ciência e a sociedade
Lincoln Moraes de Souza (UFRN)
Sobre o suicídio
Raimundo França (UNEMAT)
Semeadores de Cidades
Vergas Vitória Andrade da Silva (UFRN)
Cultura, emoção e corporeidade